



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

**AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM BALANÇO DE REVISTAS DO
SERVIÇO SOCIAL DE 2005 A 2015**

BRASÍLIA - DF
2018

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

**AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM BALANÇO DE REVISTAS DO
SERVIÇO SOCIAL DE 2005 A 2015**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Oliveira
Teixeira

BRASÍLIA – DF
2018

Mp

Mota Siqueira, Lúcio Willian

AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: um balanço de revistas do Serviço Social de 2005 a 2015 / Lúcio Willian Mota Siqueira; orientador Sandra Oliveira Teixeira. -- Brasília, 2018. 209 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Serviço Social. 2. Política de Assistência Social. 3. Produções Teóricas. 4. Perspectivas Teórico-Políticas. I. Oliveira Teixeira, Sandra , orient. II. Título.

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

**AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM BALANÇO DE REVISTAS DO
SERVIÇO SOCIAL DE 2005 A 2015**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sandra Oliveira Teixeira
(Orientadora - SER/UnB)

Profa. Dra. Rosa Helena Stein
(Membra Titular - SER/UnB)

Profa. Dra. Daniela Neves de Sousa
(Membra Titular - UFRN)

Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo
(Membra Suplente – UNESP/ Franca)

Dedico este trabalho a minha família: mãe,
irmãos, sobrinho, cunhado e avós.
Em especial meu pai, Lúcio Antônio Siqueira (*in
memoriam*), de quem recordo todos os dias
com saudade.

AGRADECIMENTOS

Esta é uma das páginas mais importantes deste trabalho, é onde volto os olhos para o caminho percorrido e reconheço a importância e a essencialidade das pessoas que estiveram presente neste processo. Ainda que em momentos pontuais, pequenos, mas cheios de significados.

O processo de escrita é deveras solitário. Um momento de reclusão, uma luta consigo e um caminhar diário. Por isso, cada momento é único e imprescindível.

Assim, agradeço meus familiares. Todos! Cada um teve seu momento, sua importância e uma palavra de apoio.

Mas, certamente, alguns são mais presentes durante toda a caminhada. São apoios constantes, amparo e pra quem eu sempre voltei pra repousar.

Então, quero não só agradecer, mas dedicar novamente esse trabalho, a minha mãe Terezinha C. Mota que sempre me incentivou e me deixou livre pra fazer minhas escolhas - mas olhando-as bem de perto, me socorreu nas necessidades e sempre esteve a minha espera nos dias de volta pra casa.

Meus irmãos, Lucas e Eleidiane, foram cada um a sua maneira fundamental. Todo ato de apoio é importante, afinal foram meus motoristas nas tantas idas e vindas. Meu sobrinho Diego, um ser iluminado, uma criança que me deu muito ânimo. Muito falante, espontâneo e expressivo. Agradeço meu cunhado Fernando, pessoa excelente e comprava as cervejas do final de semana!

Agradeço minha madrinha, Raquel Sant'Ana, me acompanhou todo o processo de estudo anterior ao processo seletivo, me passava temas para construir pequenos ensaios, se reunia comigo para corrigi-los mensalmente, me orientou na formulação do projeto, dos artigos para disciplina e orienta também pra vida. Foi imprescindível em todo o processo de escrita dessa dissertação – apoiando, acalmando e encorajando a todo tempo.

Esta dissertação foi dedicada a ele e quero fazer um super agradecimento ao meu pai, Lúcio Antônio Siqueira (in memoriam). Um apoio fundamental em todos os sentidos. Investiu em minha formação, viabilizou a minha participação neste processo seletivo [que foi longo e demandou várias viagens] e permitiu que eu pudesse, nos primeiros meses, residir tranquilamente em Brasília.

Agradeço o amor, a preocupação em saber se tudo corria bem, queria saber como estavam as aulas e se estavam difíceis e, principalmente se eu estava bem. Tudo isso sempre a sua maneira, claro! São momentos que o tempo não apaga.

Lutamos juntos contra um câncer. Sua luta, sua força e garra em querer vencer e viver foi motivação para continuar indo as aulas, fazer as leituras e escrever. Infelizmente nos separamos bem no meio dessa caminhada, poucos meses antes da minha qualificação. Uma qualificação cheia de significados e emoções.

Hoje escrevo estas palavras com lágrimas nos olhos e muita saudade no coração. Vives em mim. Em meu coração, pra sempre!

Continuando...

Agradeço a todos os meus amigos [sem exceções] que estiveram comigo nesta trajetória, sempre oferecendo uma mão amiga, uma palavra, me oferecendo momentos de tranquilidade e de paz. Momentos de amor e afeto. Contudo, devo pontuar alguns;

Natan e Rafaela – um casal de amigos que serei eternamente grato. Foram uma família nesse período. Ajudaram-me muito e em tudo. A vocês a minha amizade e amor.

Lorena Segala, uma amiga de muitos anos, muitos momentos e confidências. Alguém que compartilho os detalhes da minha vida. Agradeço por sua amizade, por ter me recebido na sua casa, período que se desdobrou entre o trabalho e me fazer feliz. Os dias que estive contigo foram fundamentais para minha vida e pra minha sanidade mental!

Beatriz Diniz e seus filhos, Francisco e Elisa, a família que adotei pra mim no cerrado brasiliense. Beatriz estava comigo em todas as horas, em muitos cafés e em muitas conversas. Um apoio que não me esquecerei jamais. Já carrego vocês no meu coração.

Murilo Bataglia, uma pessoa ímpar. Tornou-se um amigo. Sempre muito atencioso, prestativo, preocupado e me proporcionando bons momentos. Tantas ajudas que ficaria agradecendo por muito tempo.

Júlio (imperador Julius), um amigo com quem tive o prazer de dividir apartamento. Um sergipano “cabrunco de bão”. Com Júlio não tinha tempo ruim, muitas risadas e vários “já que insistes” no café da manhã. Raquel Sabará e Maria José, amigas queridas, presente nesta pós-graduação. Receberam-me no Tocantins

com tanto afeto, com tanta doçura! Sempre muito preocupadas comigo. Obrigado pela amizade de vocês, pelos vários cafés que tomamos juntos.

Vera Venâncio e Andressa Vendramini, agradeço a amizade de vocês e o período que me acolheram no momento que fiquei sem apartamento pra morar. E agradeço por muitos outros momentos.

Ao José Maycon Estanislau, um companheiro de apartamento, de quarto e de vida. Um amigo e companheiro pra todos os momentos – passamos momentos tenebrosos, mas saímos fortalecidos e com maturidade. Obrigado pelas orações, elas foram fundamentais!

Agradeço imensamente também meu amigo e companheiro André Parente! Sempre me ajudando, muito prestativo, me socorrendo em praticamente todos os momentos de dificuldade. Um companheiro com quem dividi meus problemas, minhas angustias e minhas dores. Obrigado pelo ouvido paciente e pelos muitos momentos de felicidade que me proporcionou. Você é parte da minha família.

A minha irmã na fé Eurides Rodrigues, uma pessoa abençoada, doce, gentil, humana e amorosa. Esteve comigo em pensamento, orações e palavras de conselho. Sempre me ofertou um sorriso e um abraço afetuoso. Fortaleceu minha fé e contribuiu para minha evolução espiritual. Sou grato pela sua existência.

Meus agradecimentos a Domingas Carneiro, nossa estimada amiga e secretária do departamento de pós-graduação. Uma profissional comprometida, atenta e solidária. Uma pessoal extremamente divertida e de muitos bordões.

A companheira Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo que aceitou de pronto meu convite para compor a banca de qualificação e de defesa. Sua presença na minha vida é um presente valioso. És grande, óh mulher!

A Profa. Dra. Rosa Helena Stein, pessoa maravilhosa e profissional de maior grandeza. Obrigado por aceitar o convite para compor a banca de qualificação e defesa.

A Profa. Dra. Daniela Neves, pessoa querida que participou deste processo como docente da disciplina de Metodologia da Pesquisa Social, acompanhou as dúvidas e as incertezas sobre o tema. Obrigado por fazer parte desta banca.

Agradeço a minha orientadora profa. Dra. Sandra de Oliveira Teixeira, sempre muito flexível, ouvidos atentos e muito compreensiva. Sempre me deixou a vontade na escrita, construindo o caminho em parceira e de forma leve e tranquila. As orientações duravam horas, mas sempre prazerosas e profícuas.

Ao CNPQ pela bolsa de apoio a pesquisa. Sem ela acredito que este momento não seria possível. Tenho esperança num futuro próximo que todos possam estar dentro das salas de aula de uma Universidade Pública e de qualidade. Que muitos dos meus companheiros possam romper os grandes muros que cercam as universidades. E que eles usufruam deste apoio à pesquisa e a formação profissional.

Por fim, agradeço ao espírito de Deus que habita dentro de mim. Um Deus de amor, de humildade, ternura, humanidade e paz. Tornando-me um ser melhor, com um olhar mais humano para com todos. Ensinou-me ofertar alegria e amor.

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.

(MARX, 2010, p. 151)

AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: UM BALANÇO DE REVISTAS DO SERVIÇO SOCIAL DE 2005 A 2015

RESUMO

O objetivo desta dissertação é identificar as tendências teórico-políticas presentes nas publicações de revistas de Serviço Social sobre a Política de Assistência Social de 2005 a 2015. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica dividida nas seguintes etapas: levantamento de revistas da área de avaliação do Serviço Social com Qualis CAPES A1, A2 e B1; separação dos artigos que contenham no título, resumo ou palavra-chave os termos: LOAS, PNAS, SUAS, Assistência Social e Política de Assistência Social; sistematização dos dados: 1) ano de publicação; 2) área de formação e vínculo profissional dos autores; 3) Localidade geográfica que pertence o autor e; 4) instituição que o autor possui seu vínculo; leitura das produções para identificação das tendências teórico-políticas. O levantamento das revistas, sistematizações dos dados e leitura das produções ocorreram nos meses de outubro, novembro, dezembro/ 2017 e janeiro de 2018. O trabalho está dividido em quatro capítulos que irão abordar o seguinte conteúdo: 1) a aproximação do Serviço Social com a teoria crítica marxiana e sua influência para o amadurecimento da pesquisa, construção de conhecimento e direção social da profissão; 2) os fundamentos da questão social e das políticas sociais no capitalismo, bem como o processo de precarização destas políticas em tempo de crise do capital; 3) a “nova” configuração da Política de Assistência Social a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o papel assumido por esta Política nos governos do PT, principalmente no governo do presidente Lula e; 4) a realização de balanço das perspectivas teórico-políticas presentes nos artigos sobre a Política de Assistência Social. Para análise das perspectivas teórico-políticas foram utilizados os conceitos de proteção social/ política social, cidadania, Estado, risco, vulnerabilidade e exclusão social com base nas perspectivas de análise apontada por Mészáros (2008) e dos princípios éticos que orientam o Serviço Social – liberdade, cidadania, equidade e justiça social e nova ordem societária.

Palavras-chave: Serviço Social, Política de Assistência Social, produções teóricas, perspectivas teórico-políticas.

THE THEORETICAL PRODUCTIONS OF THE SOCIAL SERVICE ON THE POLICY OF ASSISTANCE: A BALANCE OF SOCIAL SERVICE JOURNALS FROM 2005 TO 2015

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to identify the theoretical-political tendencies present in the publications of social services journals on the social welfare Policy of 2005 to 2015. For this, a bibliographical survey was carried out in the following stages: survey of Journals of the area of evaluation of the Social service with which CAPES A1, A2 and B1; Separation of articles containing in the title, summary or keyword The terms: LOAS, PNAS, theirs, social assistance and social welfare policy; systematization of data: 1) year of publication; 2) Training Area and professional link of the authors; 3) Geographical location belonging to the author and; 4) institution that the author has his/her bond; Reading of productions for the journals, systematizations of the data and reading of the productions took place in the months of October, November, December/2017 and January of 2018. The work is divided into four chapters that will address the following content: 1) the approximation of the social service with the critical theory Marxian and its influence for the maturation of the research, construction of knowledge and social direction of the profession; 2) the foundations of the social issue and social policies in capitalism, as well as the process of precariousness of these policies in time of capital crisis; 3) the "new" configuration of the social assistance policy from the single system of social assistance (its) and the role assumed by this policy in the governments of the PT, mainly in the government of President Lula E; 4) the realization of the assessment of the theoretical-political perspectives in the articles on Social welfare policy. For the analysis of the theoretical and political perspectives, the concepts of social protection/social policy, citizenship, State, risk, vulnerability and social exclusion were used on the basis of the perspectives of analysis pointed out by Mészáros (2008) and the Principles Ethics that guide social service – freedom, citizenship, fairness and social justice and new corporate order.

Keyword: Social Services, Social Welfare Policy, theoretical productions, theoretical-political perspectives.

Sumário

| | |
|--|------------|
| Introdução..... | 12 |
| 1. O Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional: um olhar crítico do caminho histórico | 27 |
| 1.1. Renovação do Serviço Social: idas e vindas de um processo histórico e sua aproximação com a tradição marxiana..... | 28 |
| 1.1.1. <i>Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social: um novo pensar à luz da teoria crítica.....</i> | <i>39</i> |
| 1.2. Projeto Ético Político do Serviço Social: a direção e <i>desafios na contemporaneidade.....</i> | <i>48</i> |
| 2. Questão Social e Política Social no Capitalismo | 58 |
| 2.1. Questão Social, Trabalho e emergência da Política Social no Capitalismo . | 58 |
| 2.2. Fundamentos da expansão das políticas sociais nos países capitalistas centrais: pacto keynesiano-fordista | 71 |
| 2.3. Política social em tempo de crise do capital..... | 79 |
| 3. A “nova” configuração da Política de Assistência Social brasileira no governo Lula: avanços, retrocessos e permanências..... | 106 |
| 3.1. SUAS e a centralidade dos Programas de Transferência de Renda: a opção petista de proteção social..... | 111 |
| 3.2. Privatização dos serviços socioassistenciais e a ativação para o trabalho | 122 |
| 4. Tendências e perspectivas teórico-políticas presentes nas produções do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social | 133 |
| 4.1. Caracterização geral de artigos sobre a política de assistência social em periódicos do Serviço Social..... | 133 |
| 4.1.1. <i>Identificação das revistas pesquisadas.....</i> | <i>134</i> |
| 4.1.2. <i>Publicação de artigos sobre a Política de Assistência Social na série histórica de 2005 a 2015.....</i> | <i>137</i> |
| 4.1.3. <i>Área de formação e vínculo profissional da autoria dos artigos.....</i> | <i>138</i> |
| 4.1.4. <i>Regiões do Brasil e a produção teórica do Serviço Social: como se desenha esse quadro?.....</i> | <i>142</i> |
| 4.1.5. <i>Análise dos Temas: a construção de eixos temáticos em áreas de concentração.....</i> | <i>148</i> |
| 4.2. Análise das tendências e perspectivas teórico-políticas das produções | 151 |
| Reflexões Finais | 188 |
| Referências..... | 193 |
| Anexo I – Produções selecionadas para análise..... | 206 |

Introdução

Essa pesquisa analisa parte da produção teórica do Serviço Social sobre a política de assistência social após a concepção do Sistema Único de Assistência Social, as tendências teórico-políticas dessas produções, considerando a condição da política social na relação capital x trabalho.

A relação entre Serviço Social e Assistência Social provém de longa data, iniciada por volta dos anos de 1940, quando um novo horizonte se abre para a profissionalização da assistência social, mesmo tendo profundo elo com sua gênese na organização católica da caridade e filantropia. É em meados dos anos de 1940 que a atividade profissional é legitimada pelo Estado e pela sociedade, tendo como mediação para tal, a implementação das grandes instituições assistenciais.

Neste período, o Serviço Social busca sua instrumentalização técnica, reconhecendo a importância de um método para atuação, incorpora deste modo, os pressupostos funcionalistas da sociologia para subsidiar a atuação e atender as demandas sociais que se impunham.

Nos anos de 1960, o Serviço Social ultrapassa algumas fronteiras que delimitavam sua atuação, incorpora o Serviço Social de Comunidade, a partir do modelo norte-americano que conferia legitimidade a forma de atuação e segue nesta perspectiva durante o período desenvolvimentista que no findar desta década entra em crise.

Ainda nos anos de 1960 um movimento crítico se inicia no interior do Serviço Social da América Latina, um movimento que contribui para o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão. Têm-se a primeira crise ideológica em algumas escolas de Serviço Social, influenciada pela proposta do movimento latino-americano de transformação da sociedade, como frente a proposta desenvolvimentista aclamada até o momento.

O cenário latino-americano e mundial, era de grandes e importantes transformações, principalmente na figura da Revolução Cubana que, se impôs e inferiu fortes críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista, se mostrando como alternativa ao modelo vigente.

O Serviço Social brasileiro e latino-americano observou todo este processo de agitação política, acompanhando as reflexões e inquietações das ciências sociais que, aos poucos introduziam e se aproximavam da teoria social crítica marxiana e

passam a questionar a dependência externa. Essa crise política-ideológica rebate nas Universidades e Escolas de Serviço Social que começam a questionar sua ação e seus fundamentos teórico-metodológicos. Netto (2001) aponta que

Trata-se de um cenário, em primeiro lugar, completamente distinto daquele em que se moveu a profissão até meados dos anos sessenta. Sem entrar na complexa causalidade que subjazia ao quadro anterior da profissão, é incontestável que o Serviço social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 2001, p. 128)

É no findar dos anos de 1970 que o Serviço Social estabelece uma interlocução mais efetiva com a teoria social crítica de Marx, tendo a partir desta aproximação uma mudança de visão e de estratégias que passam a integrar a prática profissional, como: investigação permanente e redefinição da prática da Assistência Social; educação popular e formação política dos trabalhadores nas periferias e fábricas.

Após longo período de disputas internas, no final dos anos de 1970 e início de 1980, o Serviço Social consolida uma matriz teórica que norteará a práxis profissional: a teoria social marxiana é consolidada como referencial teórico-metodológico, imprimindo uma direção teórico-política e metodológica para a práxis profissional e a construção do conhecimento do Serviço Social brasileiro.

A teoria social crítica será capilarizada e passa a permear às ações direcionadas a formação profissional dos assistentes sociais, como expressa o currículo de 1982 e, depois, aprimorado nas atuais diretrizes curriculares; se fez presente nos eventos acadêmicos, congressos e seminários e, principalmente, se materializa na direção crítica do Serviço Social expressa no seu Código de Ética Profissional, legislação que regulamenta o exercício da práxis (YASBEK, 2000).

A realidade que se constituía permitiu ao Serviço Social se recriar “em busca de sua ruptura com o histórico conservadorismo e do avanço da produção do conhecimento, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas” (YASBEK, 2000, p. 26).

Retoma-se aqui este legado histórico do Serviço Social para reiterar o protagonismo dos profissionais na atuação junto a Assistência Social, nas

prestações de serviços sociais e, na atualidade ocupando posições no campo do planejamento e gestão dos programas, projetos, serviços socioassistenciais; também este legado histórico nos permite ressaltar os avanços no campo acadêmico, na pesquisa e na construção do conhecimento. Uma profissão que tem como respaldo um Código de Ética e sustentada nas bases de um Projeto Ético-Político, possibilitando ao profissional pensar a realidade, criar estratégias e produzir conhecimento de forma crítica à dinâmica da sociedade burguesa.

Deste modo, a produção teórica do Serviço Social tem seu período de fortalecimento e dinamicidade a partir dos anos de 1980 com orientação da teoria social crítica. As produções do conhecimento que tratam da Assistência Social também são dinamizadas, passando a ser recorrentes, ainda mais num período de grandes embates sociais para retomada da democracia e a consolidação dos direitos sociais. É exatamente na CF. 1988, expressão da conquista popular, que a Assistência Social é reconhecida como política pública inserida no sistema de seguridade social.

Há uma relação de construção paralela entre o Serviço Social e a Assistência Social brasileira, uma relação mimética entre ambos, mas que não se esgota aí. O que se observa é que as políticas sociais surgem em processos históricos de eclosão da questão social, um mecanismo utilizado pelo capital para alívio das suas próprias contradições. O Serviço Social é uma profissão que foi requisitada para atuar nestas políticas. Mais que uma relação mimética, trata-se de uma relação entre “questão social”, política social e Serviço Social. Iamamoto (2014) pontua que o Serviço Social não se confunde com a Assistência Social “ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

A Política de Assistência Social incorporou ao longo dos anos uma crescente de profissionais para sua execução e gestão, principalmente pós Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, lei nº 8.742) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, lei nº 12.435).

É fato relevante para o Serviço Social que a Política de Assistência Social é política fundamental para amenizar as agruras da questão social na vida dos trabalhadores, como também, uma política que a até a CF.1988 não se configurou como direito social. É somente a partir da CF. 1988 que esta política conquistou o status de política pública inserida no sistema de seguridade social, sendo de

responsabilidade do Estado sua formulação, gestão e financiamento. Uma política que integra a rede de proteção social, tendo em sua essência um caráter mediador, contribuindo para a garantia de acessos dos sujeitos aos demais direitos sociais.

Contudo, é no período do governo do PT, especialmente nos dois mandatos de Lula da Silva, que esta política ganha destaque no quadro institucional expresso no processo de concepção e implementação do SUAS. Na busca da superação de uma política subalterna e com verdadeiro caráter de direito, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) articulou o SUAS em eixos de inovação institucional, sendo estes eixos moldados num desenho que favorecesse o processo de descentralização da política, caracterizados pelo seguinte conteúdo: a descentralização político-administrativa, cofinanciamento nas três esferas de governo, territorialização, matricialidade sociofamiliar, controle social, qualificação dos recursos humanos, sistema de monitoramento e gestão e o estabelecimento de uma relação democrática entre governo e sociedade civil.

Por meio dos eixos e inovações que compõe o SUAS foi conferida a Política de Assistência Social novos contornos, também marcados pelo foco de combate a pobreza e extrema pobreza que se acentuou na era neoliberal, como revelam alguns estudos apresentados nesta dissertação. Nos governos petistas, a Política de Assistência Social se expandiu por meio de conquistas jurídicas, ou seja, leis e normativas, bem como, programa transferência de renda e serviços socioassistenciais.

Como dito anteriormente o Serviço Social possui uma longa caminhada junto a Assistência Social, bem como, possui uma relação direta com as políticas sociais e a questão social. É a partir destas relações somadas a reconceituação do Serviço Social que as produções do Serviço Social sobre a política social foram amadurecidas teoricamente, numa perspectiva democrática, de cidadania e de direito, ganhando relevância nas produções científicas das Ciências Sociais.

A interlocução do Serviço Social com a política social de forma crítica foi iniciada com Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, acompanhados posteriormente por Maria Carmelita Yasbek, Potyara Pereira, Vicente de Paula Faleiros, Adaílsa Sposati, Ana Elizabete Mota e, a partir da metade dos anos de 1990, desponta as autoras Ivanete Boschetti e Elaine Behring – dentre outros. Estas produções possibilitaram um avanço crítico e uma melhor precisão dos termos e conceitos sobre a política social.

Contribuiu para o amadurecimento da profissão e dos profissionais como, também, um aprofundamento do entendimento dos “impactos do neoliberalismo para as políticas sociais de uma maneira geral, mas também na particularidade brasileira e latino-americana, com a publicação de livros, teses e dissertações [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 19). Outro fator de importante influência na produção do conhecimento foi a criação de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação.

Conforme aponta Behring e Boschetti (2011, p. 19), a política social tem sido tema central nas análises do Serviço Social, seja de análises mais específicas ou do “ponto de vista histórico-conceitual” em debates, pesquisas, formação profissional e produção de conhecimento a partir dos anos de 1990.

Ao passo que se tem o reconhecimento da assistência social como direito, o chão histórico caracterizado pelas mudanças na composição e organização do capital e a agudização da questão social dificultam a materialização das políticas sociais na lógica do direito, sendo, conseqüentemente um desafio posto para os assistentes sociais que trabalham na execução das políticas e pesquisadores do campo da assistência social.

A conquista de direitos sociais pela classe trabalhadora só foi possível por meio da intensificação da luta de classes e de resistência frente aos ataques do capital, ou seja, a luta entre capital e trabalho e, desse enfrentamento as conquistas da classe trabalhadora são materializadas em políticas sociais como meio de melhoria das condições de vida e reprodução da força de trabalho.

Desta maneira, a luta latente entre capital e trabalho é responsável pelas ações e concessões por parte do Estado e por outras instituições do capital, para que a desigualdade social como expressão da questão social seja amenizada. Questão social que tem sua gênese no modo de produção capitalista e se assenta na exploração do capital sobre o trabalho.

As políticas sociais não são apenas ou meras concessões do Estado em prol da classe trabalhadora, mas são expressões do maior ou menor grau de intensidade entre o embate capital e trabalho, podendo, desta maneira, operar a favor do desenvolvimento e reprodução do projeto do capital em determinado período ou, contribuir para a defesa e avanço das pautas e interesses da classe trabalhadora (TONET, 2015).

Conforme apontado por Tonet (2015), as políticas sociais vão se movimentar no campo da luta de classes segundo o “estado da luta entre as forças em

confronto” (TONET, 2015, p. 2). As políticas sociais, por sua vez, ainda que contribuam para o avanço da pauta de interesses da classe trabalhadora não ultrapassarão os limites postos de sua gênese, ou seja, esbarrarão nos limites intransponíveis colocados pelos interesses do capital e de sua reprodução ampliada.

O Projeto Ético-Político profissional possui em seu horizonte uma sociedade justa, igualitária, livre de qualquer tipo de opressão e/ou exploração. Almeja a erradicação da desigualdade social e, portanto uma nova ordem societária onde os sujeitos sejam verdadeiramente emancipados – emancipação humana.

Defende o alargamento dos direitos sociais e das políticas sociais até sua universalização, e aprofundamento dos institutos democráticos. Essa defesa intransigente dos direitos sociais como direito de cidadania é entendido como necessária nesta sociabilidade, por mais que se situem no âmbito da emancipação política, pois ainda que contribuam para os interesses do capital podem atuar no processo de formação crítica da classe trabalhadora, possibilitar o suprimento de suas necessidades fundamentais.

O Serviço Social inspirado pela teoria social crítica entende que a emancipação política dos trabalhadores é fundamental para a melhora da qualidade de vida da classe trabalhadora possibilitando a esta condição de sobrevivência num regime perverso. Por meio da Carta de Maceió o Serviço Social reafirmou sua defesa pela seguridade social e sua concepção de seguridade.

Portanto, a seguridade social é, sobretudo, um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra. (Carta de Maceió, 2000)

Conforme aponta a Carta de Maceió, é necessário que não se perca das análises a luta de classes como campo de luta e resistência para que se assegure os avanços dos trabalhadores e fortalecimento dos direitos sociais conquistados, isto, pois, o capital por meio da classe dominante tem intensificado a exploração dos trabalhadores e acelerado a derruição dos direitos sociais.

Assim, é preciso atuar no processo de organização dos trabalhadores para que possam construir diversas estratégias de luta, resistir e opor-se aos ataques da elite político-econômica, buscando preservar as conquistas civilizatórias. Para tanto, é imprescindível uma análise rigorosa do momento histórico, das condições políticas, econômicas e de como se confira a disputa de hegemonia.

Portanto, se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 46)

São os princípios éticos do Serviço Social e o entendimento de uma nova sociabilidade com direitos universais que marca o campo das políticas sociais e da assistência social como uma política integrada no sistema de seguridade social, compreendendo que a Política de Assistência Social deva ultrapassar as arraias as quais os novos conceitos a condiciona.

Esta Política deve, então, figurar entre as políticas de lazer, segurança, trabalho, moradia, educação e todos aqueles direitos sociais que estão assegurados na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º. Esse entendimento permite pensar e conformar um sistema amplo de proteção social, com possibilidades reais de alterações nas condições de vida da classe trabalhadora nesta sociabilidade.

Apesar dos avanços conquistados na CF. 1988 após intensos combates com as forças políticas conservadores, - as quais também obtiveram importantes vitórias a favor da manutenção do pleno poder burguês e do controle da democracia -, logo no início dos anos de 1990, com a vitória da burguesia na primeira eleição direta de um país recém-redemocratizado, iniciou-se um processo de abertura econômica, desregulamentação da economia e enfraquecimento da essência da CF. 1988.

O cenário que se configurou impôs mudanças na organização e composição do capital e tem estabelecido complexos desafios para a compreensão da questão social e a materialização das políticas sociais na lógica do direito, tendo como fundamento basilar a ideologia neoliberal e a reestruturação produtiva, o que provoca o forte ataque aos direitos sociais e do trabalho.

Para Behring (2008) os direitos conquistados na CF. 1988 foram pegos pela metade, ou seja, alguns chegaram a se materializar e outros nem sequer saíram da

letra do papel constitucional, dada a dependência do Estado ao projeto econômico neoliberal.

Do início dos anos de 1990 ao ano de 2003 as políticas sociais foram sucateadas, os serviços públicos sofreram cortes extremos no orçamento, atacaram-se sucessivamente os direitos conquistados com constantes contrarreformas do Estado. Um período onde a Política de Assistência Social, ainda que legitimada pela Lei Orgânica da Assistência Social como política pública e direito dos homens seguiu sendo operada pelo viés do favor, da benesse estatal e do primeiro-damismo, o que promoveu ações pontuais e fragmentadas de caráter assistencialista.

Em 2003 assume o governo federal Luís Inácio Lula da Silva, presidente pelo Partido dos Trabalhadores, tem em seu discurso elementos opostos dos seus antecessores, e, de fato, pontua-se algumas diferenças pela sua trajetória de vida, política e de militância. O então presidente elege o combate à fome como o carro chefe do governo.

É neste governo que se constrói e se aprova a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, não como proposta do governo, mas como resultado de discussões coletivas, luta e militância de profissionais e sujeitos sociais empenhados no processo de fortalecimento da Política de Assistência Social. Neste contexto, o governo de Lula, já com a visão de combate a pobreza, se aproveita do momento e passa a integrar este processo.

A PNAS e o SUAS é um avanço no aparato jurídico-normativo desta Política, pois padroniza a Assistência Social em todo território nacional, estabelece níveis de proteção, reorganiza sua rede de serviços socioassistenciais, oferece programas de apoio e proteção integral às famílias, inova ao estabelecer os níveis de gestão e financiamento e, implementa as seguranças sociais: segurança de acolhida, convívio, desenvolvimento da autonomia, renda e, sobrevivência a riscos circunstanciais; e adota a centralidade na família como princípio orientador da proteção social das famílias.

Um marco para a Política de Assistência Social e para os trabalhadores da Assistência Social. Uma nova configuração que abre o leque de atuação dos assistentes sociais, atuando no campo do planejamento, gestão, análise e execução da Política de Assistência. Vale ressaltar que neste processo de formulação das normativas os profissionais do Serviço Social foram bastante ativos, participando das conferências, discussões e fóruns, contando com o apoio de universidades e

alguns docentes do Serviço Social. Um momento fecundo para o desenho de uma nova Assistência Social, mais fortalecida como política pública e direito social.

No decorrer do processo de implementação do SUAS, o governo de Lula já aderirá nesse movimento o Programa Fome Zero e, posteriormente, o Bolsa Família que são programas de transferência de renda, de caráter focalizado e com condicionalidades e que mobilizam um grande aparato em torno do Cadastro Único para identificar e cadastrar os sujeitos que se enquadravam no perfil estabelecido.

Estes programas se fundiram com a Política de Assistência e foram apresentados como o principal instrumento de proteção social, deixando em segundo plano os serviços socioassistenciais e todos os programas e projetos a serem desenvolvidos junto às famílias e que deveriam fortalecer a rede de proteção e segurança social. O Programa Bolsa Família recebeu grande parte do orçamento destinado a Função 8 da Assistência Social, superando o financiamento para a estruturação e implementação do SUAS, e tornou-se o carro chefe do governo ocupando lugar central na proteção social oferecida pela Política.

Diante desta trajetória histórica e de “nova” configuração da Política de Assistência [como mostra esta breve contextualização realizada] tendo o Serviço Social historicamente como parte do processo, surgiram algumas inquietações que levou a formulação da seguinte pergunta: como se caracteriza as produções teóricas do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social? Pergunta que orientou a construções dos objetivos que conduzem a pesquisa.

Assim, esta dissertação tem por objetivo geral caracterizar as tendências teórico-políticas nas produções de conhecimento do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social. Como objetivos específicos, podemos citar:

- 1) Destacar a direção social do Serviço Social pós-contato com o marxismo e sua implicação para produção do conhecimento em Serviço Social;
- 2) Traçar as concepções teóricas presentes na Política de Assistência Social a partir do marco do Sistema Único de Assistência Social;
- 3) Caracterizar a produção bibliográfica (artigos) do Serviço Social sobre a assistência social, considerando a natureza da produção, temas, objetivos, autoria e perspectivas de análise;
- 4) Sistematizar as tendências teóricas na produção bibliográfica do Serviço Social sobre a assistência social.

A pesquisa se torna relevante à medida que a discussão se insere no contexto atual de crise do capital e de regressão de direitos, cenário que congrega possibilidades e desafios para defesa e avanço dos direitos sociais conquistados e ao Serviço Social e seu Projeto Ético-Político Profissional.

O Serviço Social se constitui como uma profissão interventiva na realidade, orientada por um projeto que tem como princípio fundamental a superação do capital e, para tanto é preciso apreender as contradições e paradoxos das políticas sociais, especialmente a Política de Assistência Social - campo que tem demandando grande número de assistentes sociais e foi eleita (pelos governos petistas) como política responsável no combate a fome e a miséria.

Esta relação histórica entre Serviço Social e Assistência Social (iniciada em meados dos anos de 1940), ganha novos contornos na contemporaneidade, fazendo surgir à necessidade de verificar se a apreensão das contradições e paradoxos se efetiva nas produções teóricas da profissão.

Por se caracterizar como Política convocada para atuar no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social e, executada em grande parte por assistentes sociais; daí a necessidade dos profissionais se apropriarem dos seus reais fundamentos e perspectivas como parte do aprimoramento constante. A apropriação deste conhecimento deve ser subsídio para o desvelar da realidade, das intencionalidades, das mediações mais complexas que ocultam a verdadeira tendência e matriz ideológica da Política de Assistência Social. É preciso conhecer o terreno em que se atua para construir propostas de ações coletivas e de resistência ao capital.

Se o assistente social não “[...] tem o domínio da realidade que é objeto do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ações inovadoras? Construí-las, com base em que?” (IAMAMOTO, 2000, p. 41).

Esta dissertação contribui para o debate à medida que evidencia as perspectivas teórico-políticas presentes nas produções do Serviço Social evidenciando as diferentes visões e direções políticas dentro da profissão e como se manifestam nas produções. A partir da identificação das perspectivas teórico-políticas presentes nas produções, que estão em disputa no interior da profissão – uma vez que cada perspectiva política pressupõe a defesa de um projeto de sociedade -, demonstra-se a necessidade do fortalecimento da atual direção crítica da profissão.

Considerações metodológicas

Analisar as políticas sociais e, neste caso essencialmente a Política de Assistência Social requer apreender sua essência, compreendendo suas contradições e paradoxos. É necessário relacionar a aparência fenomênica adquirida no cotidiano com sua profunda essência – estas políticas são resultado e criadoras de mediações de uma realidade social.

Acredita-se que o melhor caminho que pode ser realizado para apreensão do fenômeno como parte integrante da totalidade é através do método histórico-dialético. O método nos permite analisar a Política de Assistência Social considerando seu trajeto histórico e ao mesmo tempo considerar seus impactos na realidade dos indivíduos, aliás, permite observar e tratar o objeto como causa e resultado do todo (totalidade) em que se insere.

Behring e Boschetti (2006) afirmam que as análises das relações sociais (acrescenta-se, políticas sociais) são providas de disputas de projetos societários que, implicam em disputas de interesses – seja pra manutenção de uma ordem vigente, ou sua alteração. Estas disputas devem ser consideradas na análise.

Para além das disputas de interesses dos projetos societários e da correlação de força estabelecida, a historicidade se torna categoria essencial na análise da Política de Assistência Social, pois não é possível captar uma medida que interferirá na realidade social sem refletir os processos econômicos, políticos, sociais, culturais pelos quais esta Política passou e/ou influenciou.

Deste modo, o método histórico-dialético nos permitirá analisar a Política de Assistência Social e as produções teóricas do Serviço Social, compreendendo e absorvendo os processos históricos e as perspectivas teórico-políticas presentes – evidenciando, desta forma, os projetos societários e profissionais presentes no interior da profissão.

Dado o exposto, a Política de Assistência Social se tornou um terreno rico em determinações, mas que lhe foi atribuído um status diferenciado, uma aparência fenomênica, onde a esta política foi conferido o “poder” de erradicar a miséria na sociedade do capital. Toda política no capitalismo é marcada por contradições e paradoxos, uma vez que está inserida nas relações entre capital-trabalho; assim como esta política o Serviço Social também está inserido nesta relação, uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

A partir de 1990 a Política de Assistência Social tem sido tema recorrente nos debates e pesquisas na área do Serviço Social. Os profissionais do Serviço Social contribuíram para que esta política fosse reconhecida como política pública e um direito social, participando de discussões, estando presente nos espaços decisivos e participativos, bem como construindo o texto da Lei Orgânica da Assistência Social e estando junto ao processo de escrita da PNAS e do SUAS.

Uma profissão que é incorporada aos quadros institucionais, seja no processo de formulação, gestão e coordenação ou execução. O Serviço Social trabalha dentro desta política com sua perspectiva teórica, e busca por meio dela a promoção e garantia dos direitos sociais, e ao mesmo tempo procura modifica-la. Porém, é certo que à medida que se tenta fortalecer o sentido de direito de cidadania de uma política, trabalhando com aquilo que lhe confere legalidade – leis, normas e orientações técnicas, esta profissão também é modificada pela política.

A partir da pesquisa realizada, ainda que com foco muito específico, foi possível apreender a relação entre Serviço Social e a Política de Assistência Social. A partir deste estudo é possível apontar que a produção teórica analisada indica direcionamentos teórico-metodológicos e político antagônicos, uma vez que a política busca certa compatibilidade entre capital-trabalho, e a direção ético política do Serviço Social brasileiro aponta para a emancipação humana e a superação da ordem do capital. Neste trabalho defende-se que o limite das políticas sociais é a emancipação política, sendo o seu limite sua própria gênese.

O percurso da pesquisa centra-se na pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica deve ser concebida como “conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40). Para que o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa fossem alcançados realizou-se o levantamento dos artigos junto aos periódicos com qualificação conceitual Qualis A1, A2 e B1, conforme os critérios estabelecidos nas avaliações de revistas e periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior), específicos da área de concentração do Serviço Social.

O Qualis, segundo a própria definição da CAPES em seu site, consiste num conjunto de procedimentos que são utilizados para ranquearem/ estratificarem a produção intelectual dos programas de pós-graduação; o Qualis é um medidor de qualidade das produções. Esta estratificação da produção de conhecimento se dá de maneira indireta, medindo, deste modo, a qualidade dos artigos e outras produções científicas. A partir desta análise de qualidade das revistas e periódicos há a divulgação desta classificação em: A1 o mais elevado, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Com base nesta classificação, foram identificadas 9 revistas, sendo: A1 – Revista Serviço Social e Sociedade e Revista Katálysis; A2 – Revista Em Pauta, Revista de Políticas Públicas, Revista Ser Social, Revista Argumentum e Revista Texto e Contexto e, B1 – Revista O Social em Questão e Revista Temporalis.

O período de buscas e seleção destas revistas ocorreu nos meses de outubro, novembro, dezembro/ 2017 e janeiro/2018 e a base de dados corresponde à fase 2013-2016.

Feita a seleção destas revistas buscou-se os artigos primeiramente em sua forma digital. A maior parte dos artigos estava disponíveis *on-line* – nas bases eletrônicas destas revistas, mas apenas a Revista Serviço Social e Sociedade disponibiliza em acervo eletrônico artigos a partir do ano de 2010 e a Revista Katálysis a partir do ano de 2006. Deste modo, foi necessário recorrer aos acervos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, para cumprir com a proposta e levantar em material físico estes artigos.

A seleção dos artigos aconteceu respeitando a delimitação de tempo histórico estabelecido na pesquisa – de 2005 a 2015.

Para identificação dos artigos produzidos sobre a Política de Assistência Social, foram selecionados textos que continham no título, resumo ou nas palavras-chaves um dos seguintes termos: Assistência Social, LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), SUAS (Sistema Único de Assistência Social), PNAS (Política Nacional de Assistência Social).

Já levantados e separados os artigos, se efetuou uma primeira leitura mais genérica para verificar se de fato o artigo se enquadrava nas delimitações da pesquisa. Logo após esta leitura aconteceu uma separação de dados para posteriormente a realização de uma tabulação, isto para um levantamento quantitativo.

Foram estabelecidos alguns pontos para a análise da produção: 1) ano de publicação; 2) área de formação e vínculo profissional dos autores; 3) Localidade geográfica que pertence o autor e; 4) instituição que o autor possui seu vínculo¹.

Todos os dados foram tabulados e convertidos em porcentagem para melhor expressar a totalidade do levantamento, uma maneira de melhor elucidar a exposição da investigação. Num segundo momento desta caracterização da produção criou-se a partir da leitura dos artigos eixos que pudessem exprimir a abrangência temática das produções e, ao mesmo tempo, criar um mecanismo que pudesse auxiliar na abstração de conceitos e categorias chaves para análise das tendências destas produções.

E na última etapa se dá a análise da dimensão teórico-política a partir dos conceitos e categorias chaves retirada no processo de leitura e formulação dos eixos temáticos, onde foram observadas as justificativas para tal produção; seu referencial teórico-metodológico (e político) e; ponderados os direcionamentos encontrados a partir do método estabelecido de análise com os princípios fundamentais do Projeto Ético-Político Profissional – foram estabelecidos para análise os conceitos: política social/ proteção social, Estado, cidadania, risco, vulnerabilidade e exclusão.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos que buscam responder aos objetivos desta pesquisa. Contudo, frisa-se que os capítulos não estão limitados a reproduzir o caminho de estudos e investigação que se realizou nestes dois anos de trabalho. Toda e qualquer organização de um texto em sua forma expositiva, coordenada por um método, não se deixa conduzir ou guia-se pelo caos do imediatamente dado e das perturbações dos caminhos tomados para desvelar os determinados movimentos do real.

O processo de pesquisa possui inúmeras idas e vindas, imprevistos de toda ordem, mediações complexas que escapam no processo de reconstrução do concreto pensado; tem-se a tentativa, sem pretensões de neutralidade, de resgatar este processo pela via da razão crítica para reconstruir com a maior fidelidade a realidade e suas mediações históricas, certamente observando as limitações deste autor.

Desta maneira, o primeiro capítulo desta dissertação faz um resgate histórico da trajetória do Serviço Social e a incorporação da teoria social crítica marxiana,

¹ Estes critérios foram estabelecidos para contemplar a maior diversidade geográfica possível, bem como o maior número de instituições e autores.

tendo como ponto de partida o movimento de reconceituação da profissão. Procura evidenciar a importância da renovação para a história da profissão e seu movimento crítico de contestação das bases teóricas e da prática profissional. Neste momento, resgata a importância da renovação do Serviço Social através deste movimento crítico, o processo de aproximação dos profissionais com a teoria social crítica, bem como a contribuição do marxismo para as pesquisas e produções de conhecimento do Serviço Social.

O segundo capítulo sistematiza os principais fundamentos sócio-históricos da “questão social” e da política social, desde a sua gênese até sua condição em contexto de crise do capital no final dos anos 1960. Para tanto, tem como base teórica a lei geral da acumulação. Aborda após esta sistematização as políticas sociais no cenário contemporâneo de crise do capital – evidenciando o processo de sucateamento e precarização por meio dos ataques do ideário neoliberal e do estabelecimento da reestruturação produtiva, no cenário europeu de Estado Social ampliado e no Brasil (economia dependente e periférica).

O terceiro capítulo parte da incursão da política de Assistência Social na CF. 1988 como política pública e das legislações posteriores, como: a LOAS, a PNAS e o SUAS – para caracterizar o trato dado a esta política pelos governos petistas, essencialmente os governos de Lula. Tem-se o esforço de apontar os avanços, desafios e as permanências da “velha” política de Assistência Social neste novo quadro que lhe confere, a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, um novo significado, com leis regulamentadoras e, principalmente lhe é conferida um status de política de seguridade social. O reconhecimento do direito do cidadão em ter assistência social nos diversos momentos da vida. Há uma tentativa de desvelar a real expansão da assistência social e por qual via seguiu este governo.

O quarto capítulo desta dissertação fecha a análise, considerando o processo social, histórico e político da política da Assistência Social e do Serviço Social, para mapear as tendências teórico-políticas presentes na produção desta profissão. Dado estas determinações, procurou-se na leitura das produções sobre a política de Assistência Social evidenciar as tendências teórico-políticas presentes e dialogar com o Projeto Ético-Político Profissional através de seus princípios fundamentais.

1. O Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional: um olhar crítico do caminho histórico.

Todo julgamento da crítica científica será bem-vindo. (MARX, 1989, p. 20)

Este capítulo tem por objetivo resgatar um marco importante do Serviço Social - a intenção de ruptura e a aproximação com o marxismo - e analisar a importância dessa aproximação e incorporação da teoria social crítica para a direção social da profissão e o estabelecimento de diretrizes ético-políticas para formação e práxis profissional, bem como, apontar sua contribuição no processo de amadurecimento da produção teórica, das análises e pesquisas em Serviço Social.

Da mesma forma, ressaltar a importância do marxismo para discussão e análise do próprio Serviço Social, pois foi a partir da incorporação da teoria social que a profissão amadurece sua visão sobre o significado social da profissão, avança na ruptura com o conservadorismo e, se aproxima com as demandas da classe trabalhadora.

A mudança de direção política da profissão tem como marco histórico o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979 na cidade de São Paulo, mais conhecido como “Congresso da Virada”, momento onde as disputas das matrizes teóricas já estavam em pauta, bem com os debates de temas e dilemas das ações profissionais no trabalho junto à sociedade. O resultado foi uma nova direção ética, teórica e política para a profissão construída e legitimada pelos profissionais.

Deste marco, iniciaram-se movimentos de mudança no Serviço Social e outros foram aprofundados. Para Guerra (2009) os seguintes processos de mudança ocorreram: a) aproximação e vinculação sócio-política com a classe trabalhadora e suas demandas; b) aprofundamento da laicização da profissão; c) criação de uma proposta metodológica para a práxis; d) inserção acadêmica e científica da profissão; e) mudança no perfil profissional e; f) desenvolvimento das entidades organizativas da profissão. Estas foram algumas das mudanças que ocorreram e se acentuaram na profissão.

Os profissionais com base e orientação no Projeto Ético-Político e dimensão teórica crítica, tem sido chamados nos últimos anos, a desenvolverem um projeto e exercício profissional direcionado a defesa intransigente de direitos, formação política dos sujeitos coletivos e, principalmente a construção de uma nova ordem societária. Um novo modo de organização social livre da exploração e dominação de

classes, opressão étnica e de gênero. O Projeto Ético-Político orienta não só a práxis profissional junto ao ser social, mas a produção teórica e literária e o espaço acadêmico de formação de novos profissionais.

Este primeiro capítulo é fundamental para compreendermos os próximos, pois evidencia uma nova direção social para o Serviço Social; norteadora da práxis profissional e da produção teórica dos pesquisadores. Ter claro esta direção que visa uma nova sociabilidade por meio da emancipação política e principalmente humana contribui para identificar as tendências teórico-políticas presentes nas produções do Serviço Social.

1.1. Renovação do Serviço Social: idas e vindas de um processo histórico e sua aproximação com a tradição marxiana

Até meados do final de 1970 a tradição do Serviço Social era distante da tradição marxista. Segundo Netto (1989) há um “antagonismo genético” entre os pensamentos de Marx e do Serviço Social, todavia,

“o que é piso comum para Marx e o Serviço Social são os quadros macroscópicos, inclusivos e abrangentes da sociedade burguesa. Tanto a obra marxiana quanto o Serviço Social são impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa. De fato, ambos têm como substrato imediato o que está sinalizado na nossa bibliografia sob o rótulo de ‘questão social’ – conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sócio-político no marco da sociedade burguesa” (NETTO, 1989 p. 19).

Tanto no Brasil quanto na América Latina, a gênese do Serviço Social é definida em bases teórico-metodológica de cunho conservador: tinham em sua *práxis* ações emergenciais, caritativas, filantrópicas e assistencialistas. A profissão teve uma forte influência dos valores e dogmas da Igreja Católica, uma vez que, esta teve participação direta na formação desses profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986).

No contexto apresentado é possível observar que a gênese do Serviço Social brasileiro está diretamente ligada a dois atores importantes: o Estado e a Igreja Católica. O primeiro ator, o Estado burguês - estava num processo de transformações de sua conformação e mudança nas estruturas de produção e desenvolvimento, no último período do século XX onde a pauperização estava em uma crescente e as múltiplas formas da questão social estavam se mostrando e se aprofundando e, o segundo a Igreja – passa por um período de movimentações

internas e de perdas de membros, bem como, a perda de seu poder e influência sobre a sociedade.

Um destaque interessante na gênese do Serviço Social e de seu posterior chamamento para administrar a questão social pelo Estado burguês e Igreja, é o forte laço do Serviço Social com a orientação da Igreja materializada na encíclica *Rerum Novarum* 1891, tendo como princípios fundamentais a recusa à transição socialista e a revolução comunista; a prática do Serviço Social estava firmada na caridade dos ricos para com os mais pobres como estratégia de preservação da propriedade privada.

Não se tem um posicionamento intermediário entre capitalismo e comunismo, mas a preservação do capitalismo via ações caritativas de viés neotomista dadas às particularidades da conjuntura nacional da época. “O ataque ao “comunismo ateu”, materialista, à luta de classes, à consciência de classe, se sustenta em um tipo de “solidariedade cristã” que não considera o trabalhador um escravo e lhe paga o “salário justo” (sob o peso de ser amaldiçoado pelos céus!)” (SILVA, 2013, p. 42).

Essa base estrutural da gênese da profissão se apresentou mais tarde como uma grande problemática e desafio a ser ultrapassado para que se fizesse a aproximação entre o Serviço Social e a teoria social crítica, ainda que esta aproximação se desse de forma enviesada e com inconsistências de má interpretação de Marx (NETTO, 1989).

Para situar esse debate, no Brasil a aproximação do Serviço Social com o marxismo se dá por volta dos anos de 1960, dentro de um movimento que não é exclusivo do Brasil, mas de um movimento social em toda América Latina. Um período em que as ditaduras militares estavam se espalhando em todo continente Sul-Americano; através das contribuições dos movimentos revolucionários e do movimento estudantil, as universidades brasileiras não ficaram de fora das influências da teoria crítica marxista².

A ditadura intensificou-se entre os anos de 1968 e 1974 como, também, aprimorou-se o capitalismo monopolista chegando a seu ponto máximo de desenvolvimento. No Brasil esse período ficou conhecido como “milagre brasileiro”.

² Para maior profundidade sobre a aproximação do Serviço Social com a teoria crítica marxiana e o processo de ruptura com o “Serviço Social tradicional” consultar NETTO, J. P. Ditadura e Serviço uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015 e SILVA, J. F. S. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

Porém, este período glorioso da economia começou a se exaurir já nos anos de 1973, tendo como detonador a crise internacional do petróleo.

Portanto, os desdobramentos causados por este cenário contribuíram para o aprofundamento e agudização da questão social, provocando, deste modo, “uma crise irreversível do modelo doutrinário-operativo – com retoques científicos – que vinham sustentando a profissão, impondo a necessidade de uma profunda revisão do “Serviço Social tradicional” [...]” (Silva, 2015, p. 91).

Com uma crise de acumulação latente, um cenário de repressão violenta e acentuação da questão social, o próprio mercado de trabalho exigia do Serviço Social novos caminhos de atuação, pois já estava se esgotando os métodos e técnicas usualmente utilizadas para adequação do indivíduo ao sistema do capital.

O Serviço Social se encontra neste período numa crise profissional, de referencial teórico e de métodos de atuação. Assim, teve início um processo denominado de reconceituação no auge da crise profissional. Por sua vez, percebe-se que neste processo manifestaram-se múltiplas e variadas tendências.

O processo de reconceituação do Serviço Social teve seu início por meio de movimentos expressivos de pesquisadores, profissionais, docentes e alunos do Serviço Social nos diferentes países da América Latina. As críticas ao Serviço Social tradicional se deram num momento de agitação social das sociedades latinas em torno do final da década de 1950 e início da década de 1960.

Esta agitação foi levantada pelos movimentos sociais, de trabalhadores e alas progressistas e revolucionárias da sociedade para combater os regimes autocráticos burgueses que se espalhavam pelo continente latino-americano.

Nesse contexto a revolução cubana foi a experiência revolucionária que alimentou, inspirou e fortaleceu as lutas sociais de classe, os pesquisadores, docentes e intelectuais progressistas e da esquerda a pensar sobre a soberania dos povos latinos, bem como, defender os territórios nacionais das constantes investidas dos Estados Unidos da América em setores como: economia, política, cultura dentre outras.

Como aponta Netto (1991), este movimento de revisão³, apesar de todos seus limites, colocou questões importantes para o debate profissional. Discutiu-se sobre a

³ Os intelectuais vinculados às instituições de ensino superior tiveram grande responsabilidade no processo de análise do tempo histórico e também no processo de reconceituação do Serviço Social, foram militantes ativos no processo sul-americano.

metodologia de atuação profissional, a preocupação teórica, a aproximação com outras áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção do conhecimento.

Nesse processo de reconceituação da profissão, no seu interior manifestaram-se tendências diversas, onde o conservadorismo se fez fortemente presente, através de duas vertentes: “a perspectiva modernizadora” (de orientação funcionalista – CBCISS, 1989) e a “reatualização do conservadorismo” (de inspiração fenomenológica – ALMEIDA, 1986).

Netto (1991) aponta que seguiram caminhos diferentes em alguns momentos, porém convergiam em um ponto fundamental: não fizeram a análise e a crítica à ordem monopólica e a forma totalitária que o Brasil vivia, terminaram por reforçar e afirmar a ordem por caminhos diferentes.

Das duas perspectivas, a “modernizadora” foi a “tendência reconceituada” que mais se aproximou e se identificou com as ações funcionais na administração das tensões sociais geradas pelo sistema; tendo como base filosófica o positivismo, foi inspirada no funcionalismo norte-americano tendo sido mais discutida e ajustada ao Serviço Social no encontro de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970).

Neste momento o que legitima o Serviço Social como profissão é a estrita necessidade de galgar um posto na produção científica. O objetivo é possuir uma metodologia e uma teoria, que pudessem ser capazes e puramente eficazes na formação de assistentes sociais habilitados na reinserção e integração do indivíduo no processo de desenvolvimento nacional, seja em macroatuações ou microatuações.

Apesar de a perspectiva modernizadora permanecer hegemônica no período da ditadura militar é preciso destacar que alternativas estiveram em curso no interior da profissão, porém sem condições de serem formuladas, organizadas e publicadas.

Uma terceira via foi gestada no período autocrático burguês brasileiro entre os anos de 1972 e 1975; foi denominado de Método de Belo Horizonte. Esta terceira via foi à primeira aproximação com a inspiração marxista construída a partir do contato com o “método básico” desenvolvido por um grupo chileno no processo de Reconceituação do Serviço Social neste país.

O “método básico” chileno proferia uma crítica ao modelo profissional adotado frente à realidade ora vivida e propunha um novo modelo para a práxis profissional dos assistentes sociais, pautada na organização das massas populares a na

formação política. Uma organização e formação para uma tomada de consciência da situação de alienação.

No “método básico” os profissionais deveriam possuir "um marco de referência teórica que lhe permita interpretar a realidade" para que sua ação fosse ativa e “cada vez mais dinâmica e crítica" (Método Básico apud BARBOSA, 1997).

A proposta traz para a discussão do Serviço Social avanços significativos que estavam ausentes da discussão profissional. Fez-se a crítica à proposta de desenvolvimento político-econômico-social da época, tendo como aporte teórico a aproximação com o marxismo, a composição de um novo projeto de atuação com forte crítica ao tradicionalismo e demais matrizes reconceituadas, a negação de uma prática fragmentada e a recusa de um Serviço Social com vistas a integração social e de individualização dos “problemas sociais”.

O Método de BH, apesar de trazer grandes avanços, foi acometido por um problema que a maioria da esquerda brasileira também foi assolada: a aproximação com um marxismo vulgar, fora das fontes originais de Marx.

O “Método de BH” foi original e positivo, denunciou e propôs uma alternativa para o trabalho popular inspirada no marxismo. Mas, todo este processo de reconceituação da profissão foi marcado pelo ecletismo, epistemologismo, formalismo metodológico antidialético e por uma ideia equivocada do papel da profissão na esfera política.

Segundo Netto (2015) a interrupção prematura desse experimento não foi suficiente para impedir os avanços do pensamento crítico dentro do Serviço Social, houve vários desdobramentos e progressos nas proposições da formação profissional “o que coroava o caráter global da alternativa que oferecia ao tradicionalismo” (NETTO, 2015, p. 364).

[...] o que importa salientar nestas proposições formativas [...] é a projeção de um quadro profissional cuja competência se expressaria tridimensionalmente: política (com a capacidade de analisar a sociedade como campo de forças contraditórias), teórica (com a aquisição do cúmulo existente e da habilitação investigativo-sistematizadora) e interventivamente (com aptidão para enfrentar eficientemente a prática profissional estrita). É cabível indagar em que medida essas proposições formativas seriam afetadas pela continuidade da experiência e seu desdobramento crítico, posto que se saiba que o ritmo de desenvolvimento de ambas (formação e experiência enquanto intervenção) seja assimétrico. Parece pertinente supor, todavia e a despeito desta indagação, que não estaria vulnerabilizado o seu eixo central: estariam criticamente consteladas por uma sensibilidade política, respaldada por informação teórica e disposição investigativa. (NETTO, 2015, p. 366)

O marxismo, que por ora, estava sendo discutido nas universidades, movimentos sociais e nos partidos políticos de esquerda, como o PCB, foi duramente reprimido pela ditadura burguesa, fato este, que provocou uma defasagem e um atraso no entendimento da teoria social de Marx.

No findar dos anos 1970 e início dos anos de 1980 há o declínio da autocracia burguesa e o processo de “transição democrática” que fora conduzido por um governo de conciliação entre o grupo dissidente da ditadura militar e a oposição burguesa ao regime, buscou-se então, “saídas burguesas” para um processo de transição “lenta, gradual e segura” e coordenada por uma “conciliação pelo alto” para dar sustentação e prevenir-se a uma possibilidade de revolução democrática protagonizada pelos movimentos sociais da classe subalternizada.

Neste período de efervescência dos movimentos populares, partidos políticos e sociedade civil organizada que as ideias marxistas ganham alguma visibilidade, fazendo parte dos debates e discussões destes movimentos.

Ainda sob o regime ditatorial, as obras levantadas para as leituras e estudos eram de vias secundárias e terciárias, raramente as obras originais de Marx. Este fato provocou um empobrecimento teórico, pois como aponta Netto (2015), inúmeras foram as obras de um “marxismo sem Marx” reproduzido em manuais partidários com caráter pragmático.

Houve uma redução do pensamento marxiano, derruindo o tripé que é o sustentáculo de sua teoria crítica – teoria valor trabalho, método e perspectiva de revolução como possibilidade histórica. Essa redução consistiu na simplificação de esquemas de análise: o materialismo dialético foi compreendido e difundido em passos formais e mecânicos entre a tese, a antítese e a síntese, esvaziando de modo epistemológico e formal uma das principais categorias de Marx, a categoria de totalidade (SANT’ANA; SILVA, 2013).

No que diz respeito à teoria do valor trabalho, sua incorporação e entendimento inadequados deram sustentação a uma análise determinista e economicista que se expressava como o domínio da economia sobre as determinações da realidade.

Já a perspectiva da revolução como possibilidade histórica não foi compreendida como o fio condutor de uma possibilidade que tem seu fim no fortalecimento da potência da classe trabalhadora em devidas e adequadas condições sócio-históricas.

Silva (2013) afirma que a ditadura burguesa no Brasil (e na América Latina) modificou profundamente todo um cenário na vida social do Brasil, e nos países latino-americanos, provocando alterações substanciais na educação, política, cultura e economia dos países. Sufocou-se toda uma geração que se formava inspirada na tradição marxista e na revolução cubana.

Esse processo de eliminar o pensamento crítico e sufocar esta geração provocou problemas no debate e no entendimento sobre o marxismo, pois aconteceu uma fragmentação, um “teoricismo” extraído do contexto da teoria social de Marx que chegou a beira de uma completa banalização do pensamento do autor.

Conforme Netto (2015 p. 147) evidencia-se a emersão de um “marxismo acadêmico”, cuja repercussão nas universidades no período ditatorial influenciou diretamente na “prática teórica” sob os escritos de Althusser. Com base nos escritos de Gramsci se problematizou a conjuntura política da época e inseriu no debate profissional a luta pela redemocratização do país, bem como, a discussão sobre “sociedade civil”. Certamente toda esta miscelânea rebateu de forma complexa no Serviço Social.

Dessa miscelânea e das apropriações equivocadas pelo Serviço Social ao se utilizar de fontes outras que não as originais estão justamente a interpretação de Althusser sobre Marx. Como exemplo, pode-se observar que a diferença latente entre Marx e a interpretação de Althusser está claramente exposta em *Marginal Notes to Wagner* (Mandel, 1982) obra em que Marx comenta seu modo de analisar a realidade. Assim segue afirmando Marx de modo claro:

O primeiro ponto é que eu não parto de ‘conceitos’. Por conseguinte, eu não começo a partir do conceito de valor, e assim não tenho absolutamente de ‘introduzi-lo’. Meu ponto de partida é a forma social mais simples do produto do trabalho na sociedade atual, e essa forma é a ‘mercadoria’. É ela que analiso, e o faço, de início, na forma em que ela aparece”. (MARX, apud, MANDEL, 1982, p. 11)

Marx, então, inicia seu pensamento afirmando que numa análise não se parte de conceitos determinados, mas a partir das determinações mais simples e, assim vai saturando-as de determinações, realizando um processo de descoberta a partir dos elementos presentes na realidade, descortinando deste modo, as mediações mais simples até as mais complexas.

É o movimento do real quem conduz o pesquisador e não o pesquisador quem deve orientar sua análise por meio de conceitos prévios. Em Althusser há a seguinte afirmação:

A isso somos conduzidos ao ignorar a distinção básica que Marx teve cuidado em traçar entre 'o desenvolvimento das formas' do conceito no conhecimento e o desenvolvimento das categorias reais na história concreta: a uma ideologia empirista do conhecimento e à identificação do lógico e do histórico no próprio O Capital. Praticamente não deveria surpreender-nos que tantos intérpretes tenham andado em círculos na questão que se prende a essa definição, na medida em que todos os problemas concernentes À relação entre o lógico e o histórico em O Capital pressupõe uma relação inexistente. (ALTHUSSER, apud, MANDEL, 1982, p. 11)

Althusser define uma relação única entre teoria histórica e a teoria econômica; esta relação está estabelecida para o autor como “um falso problema”, “inexistente” e “imaginário” (MANDEL, 1982).

Althusser não percebe que em medida maior não está em contraposição ao método de análise de Marx, todavia na tentativa de não caminhar pelo empirismo estabelece uma dualidade entre “objetos de conhecimento” e “objetos reais” aproximando-o inevitavelmente do idealismo (MANDEL, 1982).

Apesar das inconsistências encontradas nas análises de Althusser e incorporadas pelo Serviço Social, como a não inserção dos profissionais nas estruturas do Estado e a inserção profissional nos partidos políticos na sua fase de aproximação e incorporação do marxismo, não exclui o importante passo dado pela profissão.

Sobre o “marxismo acadêmico” Netto (2015) comenta que houve pontos positivos, pois contribuiu a sua maneira para que o pensamento repressivo militar ruísse e, também, não se tem dúvidas que seu desenvolvimento “comportou – além da intenção da resistência que manifestava – elementos positivos, que devem ser cuidadosamente ponderados pelos legatários contemporâneos do acervo crítico-analítico que a ditadura quis liquidar” (NETTO, 2015. p. 147), contudo

[...] dada as circunstâncias [...] o “marxismo acadêmico” recolocou e colocou componentes nefastos na cultura da esquerda. De uma parte, reforçou um velho traço nesta cultura: a substituição do exame das matrizes originais e da teoria social revolucionária pela exegese de seus comentaristas e/ ou vulgarizadores. De outra, introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica abstrata: as “fontes” ou “inspirações” não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas e avaliação do passado é posta sem a menor consideração concreta dos

efetivos condicionalismos histórico-sociais e políticos que sobre ele incidiram [...]. (NETTO, 2015, p. 148)

Por mais que existissem desvios teóricos e a utilização de fontes “marxistas sem Marx” contribuiu para que a tradição marxista avançasse e ganhasse seu espaço no interior do pensamento da esquerda e de setores progressistas da sociedade. Claramente a autocracia burguesa deixou um enorme legado cultural, político e ideológico de magnitude macroscópica, no entanto, é possível entender que

[...] a mesma autocracia gestou as necessidades e possibilidades objetivas-econômicas, sociopolíticas e culturais – que se situam como concreta a alternativa de recuperar ganhos do passado e construir, sobre o patamar da contemporaneidade, a tradição marxista brasileira que ela quis conjurar. Esta alternativa, hoje ainda não é mais que um projeto; supõe, além de uma prospectiva pluralista daquela tradição, a ultrapassagem dos vieses irracionistas e a superação do hipercriticismo abstrato do “marxismo acadêmico” [...]. (NETTO, 2015, p. 149)

O Serviço Social terá seu primeiro estudo ricamente aprofundado e fundamentado na teoria social marxiana através da autora e pesquisadora Marilda Vilela Iamamoto, a qual publicou seu estudo na metade dos anos de 1980 – “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (1982). Iamamoto para esta obra teve as contribuições e parceria de Raul de Carvalho.

Na visão de Silva (2007) a obra supracitada traz uma grande e relevante contribuição na releitura do processo de origem e institucionalização do Serviço Social brasileiro.

Este processo de institucionalização da profissão foi possível por meio do plano formulado pelo governo de Vargas em 1930, plano pretendia implementar um desenvolvimento urbano-industrial fomentado pelo Estado nacional, assim a profissão ao se institucionalizar modernizou o “trabalho leigo católico” para atuar no enfrentamento às múltiplas faces da questão social que se aprofundaram no período da economia agroexportadora.

Iamamoto situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do mundo do trabalho, cumprindo uma função específica de gerenciamento de projetos e programas de cunho social comprometidos com a administração das desigualdades sociais. (SILVA, 2007, p. 285)

Ainda sobre a obra de Yamamoto e Carvalho, Souza (2016) nos traz sua visão crítica, assim como Silva (2007), porém com outro olhar e entendimento da obra.

Para Souza (2016), o marxismo é inaugurado de modo fundamentado no Serviço Social com a compreensão da postura teórico-metodológica marxiana absorvida e expressa por Yamamoto e Carvalho em sua obra.

A autora aponta que o eixo fundante desta produção está fincado na recusa de uma leitura endógena do Serviço Social; “que buscava a sua especificidade no seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas – e que passa a uma abordagem da profissão como instituição própria da ordem social burguesa” (SOUZA, 2016, p. 81).

A profissão buscava entender o significado social de sua atuação profissional, como também, entender as conexões existentes entre a reprodução e a produção das relações sociais na sociabilidade burguesa brasileira vigente que passara por transformações conduzidas por um processo de dependência ao imperialista norte americano.

Esta obra também coloca em debate uma questão central. Não se trata somente de efetivar uma abertura consequente para a abordagem histórica da profissão, restringindo-se à análise de sua origem e de sua evolução; ao contrário, ela acaba por constituir-se como uma perspectiva que pensa a profissão em sua totalidade, abrindo a via para o debate crítico acerca do positivismo e do conservadorismo no seio profissional. (SOUZA, 2016, p. 81)

A partir das análises críticas feitas por Silva (2007) e Souza (2016) e da leitura da obra, é possível afirmar que, Yamamoto e Carvalho (1986) não identificam a práxis do assistente social como um fazer paliativo e que apenas tem a função de reproduzir a ordem burguesa que prioritariamente tem seus objetivos fundados aos interesses do capital. É uma profissão que tem a real possibilidade para potencializar e fazer surgir outro pensar, outro Serviço Social.

Sugere um novo pensar, uma nova interpretação sobre o Serviço Social à luz da reprodução das relações sociais capitalistas e uma nova produção científica tendo como base fundante os textos referências dentre a vasta obra de Marx, em especial O' Capital e aos Grundrisse; a obra possui grande rigor teórico e uma congruência crítica primorosa.

Faz o resgate da categoria de produção social como especificidade histórica da burguesia, como também, resgata e reconstrói a processualidade e a dinâmica das relações sociais tendo como mediação a reificação do trabalho

[...] contemplando a complexidade contraditória em que a produção *material* imbrica-se na produção de *relações sociais* (as classes, sua cotidianidade e seu modo de vida), *políticas* (o Estado) e *ideoculturais* (Ideologia, ciência). [...] é importante realçar [...]: *a justa compreensão que lamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana*. [...] ela consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e compreender-se com a perspectiva ontológica original de Marx. (NETTO, 2015, p. 370-371)

Este balanço crítico é resultado do esforço realizado para que uma releitura do marxismo acontecesse, ou seja, uma reavaliação e revisão teórica e metodológica dos “marxismos” que compunham em dado momento o Serviço Social.

Estes “marxismos” foram incorporados às análises profissionais pelo movimento de reconceituação em toda América Latina e Brasil, todavia foi no Brasil que os debates em torno da teoria social foram mais intensos, contribuindo, dessa maneira, para a releitura do “marxismo sem Marx” em todo o continente (IAMAMOTO, 2015).

O acúmulo teórico e de debates tem aprofundado e dado um corpo denso nas discussões com as demais áreas especializadas do conhecimento que por muito tempo já se consolidaram no debate do marxismo e são vistas como ciência (IAMAMOTO, 2015).

A “intenção de ruptura”, assim denominada por Netto (2015), deixou seu legado para o Serviço Social, apesar dos problemas e limitações teórico-metodológicas, contribuiu para as produções marxistas e marxianas no Serviço Social pelos anos de 1980 e 1990 até os presentes dias.

Foi após o III CBAS em 1979 que o Serviço Social inicia uma nova direção política e social da profissão, deste modo a interlocução com o marxismo vem sendo aprimorada, aprofundada e sistematizada em revistas acadêmicas, congressos científicos, artigos e livros.

Apesar da direção social do Serviço Social ser hegemônica não se constitui homogeneia pela teoria crítica marxiana. Este fato tem colocado aos assistentes sociais, pesquisadores, estudantes e docentes um grande desafio para construção e produção do conhecimento, valores e de ações que vão além da emancipação política, ainda que, esta seja a emancipação possível do ser social na sociabilidade do capital.

O Serviço Social a partir das diretrizes do seu Programa Ético-Político não se limita na defesa das políticas sociais universais, aprofundamento das instituições democráticas, expansão dos direitos de cidadania, pois compreende-a como

elementos possíveis, tendo na emancipação política do sujeito sua máxima expressão. Não se nega que por mais que se avancem nas pautas de luta e no aperfeiçoamento dos direitos, estes não romperão jamais os limites que lhes são colocados pela produção e reprodução do capital.

Partindo desse entendimento, o Projeto Ético-Político lança um horizonte ainda mais desafiador à criação de estratégias, construção do conhecimento e formação humana dos sujeitos coletivos, tendo na emancipação humana o caminho para uma sociabilidade de um “novo homem”, livre da exploração e opressão do capital.

Os desafios para continuidade do pensamento crítico do Serviço Social estão postos na contemporaneidade, são eles: 1- falta de aprofundamento teórico metodológico da teoria crítica, o que tem levado profissionais e pesquisadores a enganos e inconsistências teóricas; 2- dificuldade no entendimento do significado social da profissão e dos núcleos estruturantes da formação do Serviço Social e as suas articulações com as “dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 631); 3- precarização do ensino na graduação e pós-graduação seja nas universidades públicas ou privadas de cursos presenciais; 4- precarização do ensino pela mercadorização via ensino a distância em Serviço Social; 5- e o avanço do conservadorismo na sociedade e o tensionamento do projeto ético-político por práxis profissional acrítica e que não leva adiante o rigor, compromisso e a apropriação dos conceitos e mediações na análise da realidade.

A apropriação das diferentes matrizes teóricas de maneira profunda e crítica, “considerando também as particularidades históricas nacionais no debate profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 631) do Serviço Social permite aos profissionais realizarem uma análise crítica das categorias e princípios que norteiam tais teorias, como também, dos princípios metodológicos que elas propõem.

1.1.1. *Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social: um novo pensar à luz da teoria crítica.*

A produção do conhecimento e o engajamento do pesquisador assistente social datam de tempos recentes se comparado àquelas áreas de destaque das

ciências sociais e das ciências humanas. A preocupação com a produção do conhecimento, como o ponto anterior anuncia, se consolidou a partir da reconceituação do Serviço Social e da implementação dos cursos de pós-graduação.

Por seu caráter interventivo e de maturidade teórica pós reconceituação, mais precisamente na perspectiva da “intenção de ruptura”, a pesquisa e produção de conhecimento tiveram um adensamento teórico e reflexivo pensando o Serviço Social e a práxis profissional.

Apesar do comprometimento na formação profissional e na preparação do assistente social para através do método crítico desvendar as mediações existentes nas situações trabalhadas, dando vistas a complexidade do real, nos mais variados e diversos espaços de atuação, não é possível afirmar que, ao se inserir no mundo do trabalho e se deparar com as altas demandas de atendimento estas mediações permaneçam sendo reconstruídas devidamente.

Dado fato, de uma sociabilidade capitalista, contraditória, individualista e altamente complexa em suas relações sociais-humanas-econômicas, o Serviço Social demanda a necessidade da pesquisa e da produção do conhecimento como um passo indispensável para a formação do assistente social e auxílio em sua atividade diária de intervenção na realidade.

É preciso que o pesquisador se apoie numa sólida base teórico-filosófica e sócio-histórica para que não caia no erro, visto que, o processo de desvelamento da realidade desafia “permanentemente a razão crítica pensante, priorizando discussões ontológicas” (LUKÁCS, 1979) que vão dizer sobre a reprodução do homem como ser social.

Para Lukács

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: "formas do existir, determinações da existência". (LUKÁCS, 1969, p.2)

Como aponta Luckás (1969), o pesquisador no processo de produção do conhecimento tem como dever debruçar-se sobre o movimento do real de

determinada realidade. O assistente social, docente ou estudante em Serviço Social deve inclinar-se as complexidades das relações reconstruindo o processo e saturando os fenômenos de mediações como “concreto pensado” (MARX, 1989).

Como apontado pelo autor, o pesquisador no processo de investigação visa entender através das categorias a “lógica da coisa” e não a “coisa da lógica” – onde a primeira está com suas bases fincadas na materialidade do real e a outra apenas é sustentada no pensamento.

Ao passo que as categorias de análise são reconstruídas a partir de dada realidade o investigador irá enunciar “formas de vida, determinações de existência” (MARX, 1989).

Toda produção de conhecimentos autênticos extrai da realidade e do próprio movimento sócio-histórico os elementos de sua elaboração (com o apoio do pensamento), processos que permite capturar (ainda que não exatamente) a universalidade do complexo social estudado e explicar, por meio de múltiplas mediações, os fatos singulares da vida que também se expressam em dramas imediatamente pessoais com os quais os assistente sociais lidam cotidianamente. Ainda que o profissional opere a realidade social em, uma esfera que quase sempre gerencia situações caóticas e terminais, a possibilidade de ele conhecer o processo e a trama que desemboca no seu cotidiano no seu cotidiano profissional é passo crucial para uma atuação crítica e propositiva. (SILVA, 2013, p. 22)

Diante a realidade trabalhada pelo Serviço Social, avançar no processo de pesquisa e produção de conhecimento é necessário para a orientação crítica da profissão e sua afirmação como área de conhecimento.

Desafios estão postos para o avanço do pensamento crítico e da produção do conhecimento em Serviço Social. É preciso que se reexaminem os caminhos percorridos, realizando um balanço crítico das tendências teórico-metodológicas presentes na profissão que propagam a ideia de ruptura entre teoria e a prática profissional. Um horizonte dominado por propostas reformistas que, em última instância propõem saídas por dentro do sistema, humanizando o capital, tensionando dessa maneira o Projeto Ético-Político.

Para Martinelli (1993) se o profissional se limita a redução e a simplificação da relação teoria-prática ele reforça e resgata as tendências conservadoras da gênese do Serviço Social.

O que se faz, no limite, a partir dessa concepção sobre o Serviço Social, é recorrer pragmática e ecleticamente, “na medida da necessidade”, às produções teóricas fornecidas pelas áreas responsáveis por isto. O profissional, no máximo, sistematiza dados para que outros segmentos do

saber produzam conhecimento. Certamente esta questão vem sendo combatida por importantes setores da profissão comprometidos com uma formação profissional ampla, consistente, crítica e propositiva. As atuais orientações curriculares são impecáveis no combate a essas tendências. Isto não significa, no entanto, sucesso nessa empreitada. Ao contrário, esse tratamento fragmentado também em nível de Serviço Social – e intrínseco à ordem burguesa em curso – tem incorporado, discursivamente, o legado crítico expresso nas atuais diretrizes curriculares. É preciso denunciar isto. (SILVA, 2007, nota número 9)

Outra problemática a ser enfrentada dentro da própria tendência hegemônica – o marxismo - são as interpretações que difundem um marxismo “teoricista” e “praticista” o que atenta seriamente na formação dos profissionais e na produção do conhecimento, por não se apropriar dos temas estruturais e demais discussões caras ao Serviço Social de modo sério que a complexidade da realidade e suas mediações exigem.

A tradição crítica tem contribuído para que a produção do conhecimento e processos de pesquisa em Serviço Social tenham como pedra fundamental uma visão que não sobreponha ou anule a relação teoria e prática, mas num exercício de uma práxis dialética.

No exercício profissional são várias as surpresas que aparecem ao assistente social, situações imediatas, e na práxis dialética essas provocações se tornam o ponto inicial do processo de investigação e de desvendamento das situações aparentes para novamente se tornar um ponto de chegada. É através da teoria crítica que o profissional encontrará a essência das demandas apresentadas.

O assistente social é este profissional capaz de se apropriar das situações problemas do cotidiano de uma sociabilidade complexa e desigual e em sua práxis profissional desvendar possibilidades e potencializa-las com mediações e determinações para a construção de alternativas para resistência e superação. Alternativas que foram reconstruídas do movimento do real e das condições objetivas de vida do sujeito.

O assistente social por meio de sua formação crítica, subsidiado pelo seu código de ética profissional e orientado pelos princípios norteadores tem condições objetivas para propor uma ação qualificada, possui competência, fundamentação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para propor, negociar e defender seus projetos profissionais e projetos que visem a promoção e a garantia de direitos para classe trabalhadora. Projetos que não seguem a lógica perversa do capital.

O profissional possui um rico instrumental para defender seu campo de trabalho e suas funções profissionais indo além da rotina profissional das instituições, é

[...] buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. [...] as alternativas não saem de uma suposta "cartola mágica" do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. [...] Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. (IAMAMOTO, 2000, p. 20-21)

É na relação do profissional com a realidade que a pesquisa⁴ se torna elemento imprescindível para o assistente social na sua práxis desvendar a realidade e dialogar criticamente com ela para levantar alternativas e, através desse diálogo, produzir conhecimento como fonte de subsídio e formação para novos profissionais, ainda que esta pesquisa seja inacabada.

Pela realidade dinâmica, complexa e em mutação constante através destas produções, o Serviço Social a partir do seu legado crítico tem superado a corrente "praticista e teoricista" e levantado importantes alternativas para a prática profissional na sociabilidade capitalista – de natureza contraditória.

Face às relações contraditórias e a produção do conhecimento em Serviço Social este se posiciona como um pensamento contra-hegemônico. Sposati (2007) argumenta que o Serviço Social na produção do conhecimento

[...] não se guia pelas normalidades ou homogeneidades, e sim pelas heterogeneidades, discrepâncias, desigualdades. Adquire o caráter de conhecimento-movimento já que não é um conhecimento conforme, e sim dirigido a um novo lugar/formato de relações e poderes. Nesse sentido é um conhecimento ao mesmo tempo movimento – utopia. Dedicar-se a desvendar os invisíveis, os sem-voz, sem-teto, sem cidadania. Constitui-se, por tudo isso, em um conhecimento contra-hegemônico. O enraizamento científico da produção do conhecimento em Serviço Social, orientado pela direção social contra-hegemônica, confere um locus de legitimidade à

⁴ A pesquisa profissional não possui apenas a função da formação profissional e produção de conhecimento, mas também se volta para mudanças nas políticas públicas, alterações na rotina institucional e subsidiar a intervenção profissional. Neste trabalho, no entanto, a ênfase que se quer dar a pesquisa é no subsídio da produção teórica e formação profissional, sendo estes os elementos norteadores deste trabalho.

pesquisa em Serviço Social, embora o processo de legitimidade-legitimação seja contínuo em suas relações externas, interdisciplinares e institucionais. (SPOSATI, 2007, p. 20)

O Serviço Social foi reconhecido pelos organismos e instituições científicas como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (área de conhecimento) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (área de produção de conhecimento em 1984).

Esses são fatos deveras importantes para pesquisa e produção do conhecimento na área, todavia,

Mais do que concretizar os assuntos estudados nos centros de excelência acadêmica e nos grupos de pesquisa compostos por pesquisadores financiados pelo CNPq, CAPES, FAPESP, entre outros importantes órgãos de fomento, é preciso arrumar os muros que separam as universidades e os múltiplos espaços de intervenção profissional, mantendo os cuidados necessários para enfrentar as diversas armadilhas da “modernidade”: o voluntarismo, o desmonte dos serviços públicos de qualidade, a fragmentação e a individualização do conhecimento, bem como a privatização das pesquisas sejam através do financiamento ou da apropriação, com fins privados, dos recursos oferecidos pelas universidades públicas. É fundamental estabelecer e consolidar espaços que propiciem um diálogo permanente entre os centros de produção de conhecimento (incluindo a colaboração entre eles próprios) e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações. (SILVA, 2007, p. 291)

Partindo dos pontos levantados por Sposati (2007) e Silva (2007), constata-se que a produção do conhecimento, a pesquisa e a reflexão da práxis profissional no Serviço Social precisam auscultar os temas importantes advindos da contradição capitalista e do seu modelo de produção e reprodução.

Estas produções subsidiarão os próprios assistentes sociais e os usuários, pois no exercício da escuta e da orientação profissional a realidade é uma fonte fértil, celeiro empírico e necessário a ser problematizado e que, por sua vez, não produz o conhecimento por si só.

A partir da relação da teoria social com o Serviço Social, o processo de pesquisa e produção de conhecimento não tem se permitido supervalorizar a razão teórica. Esse comportamento faz das condições materiais de vida dos “interlocutores”, oriundas da dinâmica realidade, o ponto de partida e chegada de um processo de estudos, reflexões, conversas e análises.

O processo de busca pelo desvelamento das situações-problemas visando ir além do aparentemente dado e considerando as múltiplas mediações envolvidas

pode não ser o suficiente, mas contribui para entender como “o universal se particulariza no singular e como esta singularidade se universaliza” (SILVA, 2007).

[...] se pode observar também na pesquisa que, muitas vezes, não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, que não faz vínculos e as passagens de nossa compreensão teórico-metodológica da realidade para situações singulares que configuram nosso exercício profissional cotidiano. É tarefa da pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação dos sujeitos sociais. (YAZBEK, 2005, p. 155-156)

O pesquisador em Serviço Social e nas demais áreas que estão sob o legado da teoria crítica marxiana deve imprimir sobre a pesquisa a reconstrução das múltiplas e diversas conexões. É reconstruir as mediações até então suprimidas pelas aparências fenomênicas.

São estas conexões quem vão descortinar como o universal irá se particularizar nas singularidades dos sujeitos, ademais, dão a possibilidade de compreender como a singularidade é carregada do universal e é complexamente sugestionado por ele.

No processo de investigação da realidade e nas produções teóricas dos profissionais da área desafios são colocados constantemente, afinal, o sistema do capital está em constante mutação.

Os pesquisadores por vezes não são capazes de desvelar a verdadeira aparência do real e compreender os rebatimentos provocados na vida dos trabalhadores. Este fato pode e algumas vezes estão vinculadas a orientação teórica do profissional, ou mesmo, a profundidade do entendimento da teoria crítica que serve de sustentáculo e bússola para o Serviço Social.

Como aponta Yazbek (2005) é preciso que o profissional tenha a maturidade e a consciência do movimento que tece a realidade na dinâmica da sociabilidade do capital e como os sujeitos sociais vão responder em ações a estes movimentos.

A debilidade, via de regra, consiste em não identificar de que modo ou como a universalidade se expressa na singularidade dos sujeitos, podendo, dessa maneira, provocar intervenções profissionais, análises e uma produção de conhecimento carregada de inconsistências.

A partir deste entendimento das dificuldades que alguns profissionais possuem na elaboração de suas análises e produções teóricas, Nobuko Kameyama (1998) aponta alguns desafios cruciais para os profissionais do Serviço Social,

pesquisadores principalmente. São desafios que precisam ser mais bem entendidos e superados para que as análises e produções teóricas tenham seus objetivos alcançados e não caiam em contradições e inconsistências filosóficas, teóricas, políticas e cultural. Para a autora

As debilidades mais freqüentes são as seguintes: 1- Dificuldade de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa [...]; 2- [...] dificuldades para elaborar ou construir seu quadro conceitual, necessário para orientar a análise do seu objeto de estudo, escolher os instrumentos de investigação, realizar a sistematização, analisar os dados para elaboração de novos conceitos [...]; 3- Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais, e também, de construir novas categorias particulares a partir de categorias genéricas; 4- Muitas pesquisas teóricas ficam no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado como um momento pré-teórico; 5- Tendência ao pragmatismo; 6- Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, cujos resultados não podem ser generalizados, não contribuindo para o aprofundamento e complementação de conhecimentos sobre o tema. (KAMEYAMA, 1998, p. 23-24)

Destarte, é de fundamental importância que os pesquisadores e assistentes sociais no exercício da prática profissional não coadunem com a ideia de que na “prática a teoria é outra” e, também, não cair na falácia da ruptura entre o fazer profissional e o pesquisar (SILVA, 2006).

É necessário que em todos os espaços profissionais do assistente social e nos diversos contextos a pesquisa e a formação teórica tenham um caráter permanente, por mais que o tempo disposto para tal seja diferente conforme as áreas de atuação, mas é imprescindível que se reflita o fazer profissional, a realidade e busque alternativas críticas.

Certamente, a formação teórica permanente e a pesquisa exigem, concomitantemente, a interação das universidades (a academia) com os assistentes sociais em seus espaços de atuação, contribuindo para ampliação e/ou edificação da ação investigativa dos assistentes sociais em exercício.

Ao passo que o assistente social encontra as determinações do real guiado pela teoria social e efetiva sua prática profissional, constitui nele a consciência crítica de que as alternativas e/ou ações por ele levantadas e implementadas, não são suficientes, tão pouco solucionam questões intrínsecas ao sistema do capital.

Compreendem alternativas críticas que foram problematizadas e extraídas do movimento do real, porém não são capazes de solucionar as contradições estruturais e estruturantes do sistema, pois sobrepujam as raias da profissão.

Iamamoto (2000) aponta que o processo de armamento da categoria profissional teoricamente e de informações da realidade para serem saturadas de determinações são “[...] capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 170).

O debate teórico e político no seio da categoria é mola propulsora para continuidade da intenção de ruptura, ademais possibilita que se preserve os

[...] avanços consolidados, identifique impasses e defasagens diante das mudanças verificadas no mundo do trabalho, nas relações entre Estado e sociedade civil e na esfera da cultura. Mas, também, se desdobre em uma ruptura *necessária* com aquele projeto, de modo que permitia à formação profissional expressar *as novas tendências e condições emergentes no processo social*, subsidiando a construção de respostas profissionais sólidas e antecipatórias ante as particularidades da "questão social" no atual estágio da acumulação capitalista. (IAMAMOTO, 2000, p 170-171)

Acrescentando aos dizeres de Iamamoto (2000), o diálogo entre a produção crítica marxiana e o Serviço Social

[...] não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. Trata-se de uma relação crucial para criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais, freqüentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradoras da ordem, hoje hegemônica, em escala planetária: a burguesa. (SILVA, 2007, p. 295-296)

O Serviço Social, a partir da teoria marxiana contribui para a apropriação de diferentes e complexos temas de relevância social (SILVA, 2007). Essa relação entre Serviço Social e marxismo rendeu frutos profícuos,

Os assistentes sociais fazem parte de uma categoria profissional que, como poucas profissões, atua nos rincões da sociedade burguesa madura e com as múltiplas e complexas mazelas sociais recriadas globalmente por esta ordem societária. Esta base empírica, advinda do exercício profissional, é de extrema riqueza, ainda que careça, inegavelmente, de reconstrução crítica. (SILVA, 2007, p.296)

Isso implica certamente, na intervenção profissional, no processo de pesquisa e na produção do conhecimento, pois permite aos profissionais extraírem da dinâmica das relações seus objetos e analisa-los para produzir o conhecimento de forma madura situando-as num processo famigerado do capital por superlucros, precarizando o trabalho e “sugando” a vida dos trabalhadores.

A riqueza do Serviço Social está na sua base teórica que lhe possibilita conhecer, apropriar e reconstruir movimentos do real tendo como material a própria realidade da qual intervém.

1.2. Projeto Ético Político do Serviço Social: a direção e desafios na contemporaneidade.

O Serviço Social ao longo das últimas duas décadas caminhou por vias críticas através da teoria social marxiana, inscreveu-se como área do conhecimento e uma profissão que atua na realidade e modifica essa realidade.

Essa perspectiva não se faz como processo contínuo, pois os ranços conservadores da profissão ainda são desafios colocados ao Serviço Social na contemporaneidade. Por meio do balanço e percepção crítica da formação profissional é permitido aos profissionais realizarem um processo reflexivo de profundidade sobre a sociabilidade burguesa madura e seus limites e possibilidades de atuação nessa realidade.

Possibilita entender a inserção da profissão em esferas contraditórias – política, ideológica e teórica – sem perder do horizonte o compromisso firmado com a classe trabalhadora.

Assim, buscaram o aprimoramento intelectual como condição para apreender o real em sua concretude e complexidade. Neste processo, a interlocução com a tradição marxista e posteriormente com o pensamento marxiano forneceu o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade. (CFESS, 2009, p.2)

É nesse processo permanente de análise crítica da realidade burguesa e do firmamento da profissão na busca por uma sociabilidade mais justa e igualitária que o Serviço Social, juntamente com a classe trabalhadora, avança na luta coletiva, tal como, na organização política e consolidação teórica da categoria.

O Serviço Social a partir da tradição marxista fundamenta uma nova direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, rompendo em grande parte, com a direção conservadora.

Logos, a democracia e cidadania, política e economia, mundo do trabalho, direitos humanos e sociais, financeirização do capital, crise do capital tornaram-se temas relevantes para pesquisas, bem como a formação e atuação profissional em distintos espaços sócio-ocupacionais neste contexto.

Inseriu-se no centro do debate a dimensão ética para traçar as diretrizes e o modo como a profissão irá defender e empenhar-se na legitimação da identidade profissional. Em síntese, o processo de discussão da dimensão ética não foi tão simples, muitos debates e discussões ocorreram, uma disputa teórica intensa acerca dos valores e princípios. Grupos se posicionaram no interior do Serviço Social na busca pela hegemonia de suas concepções e matrizes teóricas como horizonte do pensamento e práxis profissional.

Nesse constante conflito de ideias e posicionamentos, e a partir das discussões dos temas e dilemas provenientes dos vários espaços de atuação do assistente social, ocorre no seio da profissão um movimento que se fortalece rumo a incorporação do posicionamento crítico e compromisso com a classe trabalhadora.

A reafirmação do compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora é expressa no Código de Ética de 1986. O Serviço Social no processo de intenção de ruptura estava visivelmente dividido em dois vieses ideológicos latentes: o viés conservador com as persistências éticas moralizadoras e da preservação da ordem, no lado oposto, um grupo de profissionais críticos que era composto por profissionais que já tinham alguma aproximação com o marxismo⁵.

As pesquisas promovidas por este grupo foi determinante para que se expusesse a profissão uma nova realidade que emergia no país, como também, a necessidade da profissão trilhar novos caminhos no cenário político-social.

Diante deste embate de vieses ideológicos dentro do debate e da práxis profissional, sobressaiu-se como grupo hegemônico os profissionais marxistas e progressistas que auxiliaram no processo de ruptura com as bases conservadores, dando um novo olhar para a direção social da profissão.

Havia a necessidade de uma revisão do código de ética vigente, onde na nova formulação já apresentaria a nova concepção ídeo-política, o compromisso firmado com a classe trabalhadora, a superação da visão acrítica do ser social. Estas características foram apresentadas no código de ética de 1986, cerca de sete anos após o Congresso da Virada (1979).

Este código de ética revisado supera o aspecto religioso e conservador presente nos códigos anteriores (1947, 1965 e 1975), assumindo definitivamente o

⁵ Àqueles que já estavam sendo formados nas universidades com base em uma leitura marxiana, assistente sociais pesquisadores inseridos nos programas de pós-graduação.

compromisso com a classe trabalhadora, contudo os avanços teórico-metodológicos já presentes nesta década não necessariamente se materializaram.

Nas décadas de 1980 a 1990, o Brasil estava vivendo uma lenta transição política o avanço das ideias neoliberais e da reestruturação produtiva acentuavam as desigualdades.

Neste contexto, a profissão revisou o Código de Ética de 1986. Esse processo de revisão foi consolidado no código de ética de 1993, apresentando elementos essenciais para que se concretize uma nova direção da e para profissão. O Código de Ética de 1983 avança já no processo de sua formulação: foi gestado num contexto sócio-histórico de afirmação da ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, tem como estrutura teórica o materialismo histórico dialético, explicita um novo posicionamento e novo conjunto de valores e princípios legitimados pelos profissionais. Destaca os vínculos ético-políticos dos profissionais com a classe trabalhadora e o rompimento com a ideia de neutralidade no posicionamento de sua práxis.

Os avanços alcançados no Código de 1986 estiveram em torno da dimensão ético-política ao explicitar o posicionamento da profissão ao lado da classe trabalhadora, e negar a neutralidade proveniente do conservadorismo que até então orientava a profissão. Apesar dos importantes avanços na dimensão ético-política ainda se fazia necessário encarar questões que não ficaram bem definidas neste Código.

A principal questão que necessitava ser encarada era a relação dos valores éticos submetidos à política (BARROCO, 2004), assim, foi preciso um contínuo avanço no campo dos fundamentos ontológicos e filosóficos do ser social. Outro elemento a ser encarado que ficara pendente de discussão foi a particularidade da visão de projeto societário que para Netto (2006), um projeto societário é construído para uma determinada estrutura de sociedade, fato que difere dos projetos coletivos, estes não comportam esta dimensão. Dentro dos projetos coletivos estão os projetos profissionais, que podem estar em consonância ou aderir aos princípios éticos de determinado projeto societário⁶.

⁶ Nas condições das nossas sociedades – sociedades de classes, em que se confrontam interesses diversos e contraditórios –, há sempre projetos societários em concorrência e em disputa; tais projetos são macroscópicos e abrangentes e visam seja à manutenção das estruturas sociais vigentes, seja à transformação dessas estruturas. (NETTO, 2015, p. 236)

Ao longo do processo de tomada de consciência coletiva dos profissionais que foi possível dar sequência nos debates em torno da construção do projeto profissional, ampliando, fortalecendo e construindo debates com as instituições acadêmicas e acadêmicos, pesquisadores, profissionais, estudantes e outros segmentos. Este movimento coletivo auxiliou na inserção de toda a categoria nos debates e deu maior legitimidade ao projeto profissional diante da sociedade, dos sujeitos, das outras profissões e das instituições.

Após as discussões em encontros, seminários e eventos se legitima o compromisso da profissão com uma determinada classe social e ideologia, tendo-o expresso na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Código de Ética, ambos de 1993, e das Diretrizes curriculares de 1996. Foi legitimada junto a categoria uma direção social e política hegemônica, superando os equívocos do Código de 1986, que subordinava a dimensão ética frente a dimensão política.

Diretrizes e princípios que contemplam elementos norteadores dos processos de trabalho do profissional que vão num sentido contrário aos valores hegemônicos da sociabilidade burguesa, avança numa outra direção para compor um projeto antagônico ao projeto do capital, uma busca de outra ordem societária, uma sociabilidade livre da opressão, exploração e dominação de classe, bem como, gênero e raça/etnia (NETTO, 2011).

Firma um projeto pautado na equidade e justiça social, universalização dos direitos políticos e sociais e consolidação e ampliação da cidadania da classe trabalhadora, socialização de bens e serviços e principalmente da riqueza socialmente construída.

O Projeto Ético-Político está fundamentado em bases sólidas de princípios e valores éticos, base teórica crítica, posicionamentos políticos reunidos pelos assistentes sociais no processo de luta e organização política da classe trabalhadora e na crítica coesa e concisa à sociabilidade burguesa. Sobremaneira,

[...] afirmar a direção social não é subtrair nem destruir de sentidos as diferenças teórico-metodológicas e ético-políticas existentes no ambiente do Serviço Social. Mas é reconhecer que há possibilidades de respostas profissionais bastante diferentes a partir do projeto que se defende. É na melhor das lições históricas admitir que na dinâmica cotidiana da vida social, as escolhas, os valores, as decisões têm lado, pois afirmam ou contrariam interesses de classe, os quais apresentam consequências concretas na vida cotidiana dos indivíduos. (SOUZA et al., 2013, p. 44-45)

Conforme Teixeira e Brás (2009, p. 7-8), os elementos constitutivos e componentes que materializaram o Projeto Ético-Político podem ser identificados no processo sócio-histórico da profissão. São eles: a explicitação dos princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica, a crítica radical a ordem social vigente e, as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria.

Estes elementos constitutivos que contribuem na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social possuem na base componentes que lhe conferem materialidade, são os elementos que estão expressos e objetivados na dinâmica da realidade, ganhando visibilidade social através de determinados componentes pensados pelo conjunto profissional – são: 1) a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social – nesta dimensão é estabelecida a sintonia com a tendência teórico-metodológica com a teoria social crítica, não cabendo na dimensão investigativa dos profissionais propostas e pressupostos de matrizes filosóficas que visam a manutenção do sistema do capital; 2) as instâncias político-organizativas⁷ da profissão que envolvem; e por fim, 3) a dimensão jurídico-política da profissão – nesta dimensão estão o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissional (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (TEIXEIRA; BRÁS, 2009).

São nesses meios democráticos de construção coletiva com disputa pela hegemonia constante, que os profissionais afirmam o seu compromisso e os princípios norteadores da profissão.

A direção social da profissão não é mera intencionalidade, é processo histórico real, com presença viva e desafiadora de sujeitos que se forjam na luta; que dedicaram temporalidade e compromisso para que as entidades representativas, como a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO, se constituíssem em espaços densos de debates, reflexões e tomadas de posicionamento, orientados por práticas democráticas e princípios e valores emancipatórios. Defender, portanto, uma profissão sem direção social é fortalecer o ideário conservador de que todos possuem a mesma intencionalidade, é negar a dimensão política das profissões. E como sabemos tão bem, quanto maior o clamor por neutralidade, mais intenso é o

⁷ [...] as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e Das (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. (TEIXEIRA; BRÁS, 2009, 8-9)

compromisso com a manutenção da realidade vigente. (SOUZA et al., 2013, p. 44).

Certamente a ratificação do Projeto Ético-Político profissional não finda as discussões e as tensões, tampouco, as divergências de pensamento, contradições político-ideológicas, propostas contrárias a tendência hegemônica, todavia a corrente crítica hegemônica dentro do Serviço Social assegura a orientação profissional e o Projeto Ético-Político.

Para Souza et al. (2013) os profissionais da práxis cotidiana, docentes e estudantes precisam ter claro quais os espaços de debates e suas dinâmicas, para construção de decisões democráticas. Não há problema algum o Serviço Social apresentar projetos profissionais e societários divergentes, este fato expressa em si a diversificada maneira como se entende a realidade e a própria profissão.

Quanto mais se explicitar e discutir as divergências e os projetos profissionais o fortalecimento da direção social crítica se torna possibilidade. Por se tratar de uma profissão que trabalha com as múltiplas faces da questão social e seus rebatimentos na vida dos indivíduos, polêmicas e tensões surgiram deste processo tencionando sobremaneira a esfera do projeto ético-político.

Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemônias legitimamente conquistadas. [...] É possível que, em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos (esta possibilidade é tanto maior quando tais corpos se tornam sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais estas classes se afirmem social e politicamente). Tais situações agudizam, no interior desses corpos profissionais, as diferenças e divergências entre os diversos segmentos profissionais que os compõem. (NETTO, 2006, p. 6)

Como exposto anteriormente, o processo de afirmação, debates, engajamento profissional, organização política está sendo construído nos últimos quase 40 anos, é um processo permanente, que, na contemporaneidade orienta os assistentes sociais.

É através do Projeto Ético-Político expresso em seus fundamentos e elementos normativos que se expressa a formação desejada para os futuros

profissionais. É neste projeto que se explicita os elementos imprescindíveis no qual a intervenção do assistente social, pesquisador ou docente deve andar.

[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 2006, p. 13)

Netto (2006) aponta que no debate da categoria sobre o Projeto Ético-Político e na nova orientação profissional a liberdade foi colocada como eixo central; tendo-a como valor central o Serviço Social posiciona-se em favor da justiça social, da universalidade das políticas sociais, a ampliação e promoção dos direitos, da equidade, com vistas numa outra sociabilidade, busca a democratização e a socialização da riqueza socialmente construída.

Tendo o Projeto Ético-Político profissional como bússola, o profissional é orientado a estar comprometido com seu aperfeiçoamento intelectual e na sua atuação não ter uma práxis discriminatória e não ser discriminado por outros. Guia-o também por um caminho de luta contra toda e qualquer opressão e exploração, como também, o PEP orienta os cursos de graduação e seus docentes a oferta de uma formação acadêmica crítica a realidade e de qualidade (NETTO, 2006).

Conforme as orientações da ABEPSS (1997) o assistente social para a sua atuação deve estar provido de uma formação generalista crítica, com capacidade de realizar uma intervenção propositiva.

Assim sendo, Netto (2006) aponta para o posicionamento profissional do Projeto Ético-Político dizendo:

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social - formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 2006, p. 16)

A contemporaneidade se encontra permeada por tensões, mas em específico pode-se apontar a nítida polarização entre os posicionamentos político-ideológicos nos mais variados espaços da sociedade, uma ofensiva conservadora e neoliberal aos direitos humanos e sociais.

Paralelamente ocorre a criminalização dos movimentos sociais com o intuito de estabelecer e implementar as contrarreformas do Estado e a consolidação do ideário neoliberal, de maneira a fortalecer a financeirização do capital.

A ofensiva conservadora é caracterizada como uma alternativa a crise estrutural do capital, mas em essência pretende a preservação e a consolidação do neoliberalismo para que se afirmem os superlucros.

Faz-se necessária essa apreensão da essência da produção e reprodução do capital para que se possa entender as complexidades das relações econômicas e sociais e suas nuances no cotidiano dos indivíduos; compreender a luta pela hegemonia política da burguesia, a exploração da classe trabalhadora, as opressões por meio dos valores e moral, o desemprego e a miséria, a violência.

Desafios estão colocados ao Serviço Social, principalmente no seu direcionamento ético-político, uma vez que, o ideal conservador tem se espreado nos últimos anos, dentro e fora da profissão.

O conservadorismo tem se mostrado flexível frente a conjuntura atual, isto para manter sua força política, cultural, religiosa, a exploração do trabalho, o cerceamento da liberdade – certamente podendo evoluir para o reacionarismo ou modestamente aplicando reformas –; independente da forma ou intensidade, convictamente estará presente no cotidiano das relações sociais e sendo objeto do Serviço Social.

O projeto ético-político profissional não é único na profissão. Projetos profissionais disputam a direção social do Serviço Social brasileiro neste momento histórico. Neoconservadorismo, pragmatismo e formas despolitizadas de entender a questão social reaparecem no cenário profissional. Tempos sombrios! Por isso, mais do que nunca precisamos estar atentos e fortes, para não sucumbir à “confusão do espírito”, ao conformismo, ao “pensamento único”, às falsas polêmicas, aos “cantos da sereia” da pós-modernidade. (CFESS, 2009, p.2)

Em conformidade com Barroco (2011), verifica-se que as ideias conservadoras e individualistas expressas nos projetos profissionais são potencializadas no cenário contemporâneo, e este um dinamizador para tal reatualização do conservadorismo na profissão.

No entanto, como já visto anteriormente, a trajetória de lutas do Serviço Social e de seus profissionais em oposição ao conservadorismo burguês deve ser entendida como uma “parte do universo das resistências da sociedade brasileira” (BARROCO, 2011, p. 211).

No espaço da pesquisa, produção de conhecimento e formação profissional há desafios e tensões com o PEP, como exemplo,

[...] o incentivo à criação de núcleos de pesquisa e de estudos voltados para a capacitação em ética e direitos humanos, demandas dos alunos e profissionais que precisam ser atendidas de forma qualificada, para identificar análises irracionalistas, presentes no ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos valores, a perspectiva de totalidade, à luta de classes, o trabalho, o marxismo, afirmando um pluralismo apoiado no ecletismo e na relativização da verdade objetiva, passível de ser apreendida pela razão dialética. Outro desafio é desenvolver a análise histórica dos direitos humanos, para não repetirmos as visões abstratas que remetem aos postulados tradicionais do Serviço Social, reeditando a concepção de “pessoa humana” com citações de Marx. (BARROCO, 2011, p. 2014)

As dificuldades no campo da formação profissional são amplas e diversas, alçando desde a graduação à pós-graduação, e principalmente no número crescente do ensino a distância. Esta modalidade – ensino a distância - vem se consolidando e ganhando espaço nas universidades de todo o Brasil, tem sido pauta nos debates políticos da profissão e dentro dos organismos de representatividade profissional.

Marilda Iamamoto aponta que inevitavelmente haverá um sucateamento ideológico, na formação profissional e no processo de pesquisa. É a superpotencialização da lógica do lucro que tem subordinado a qualidade do processo de educação e formação profissional à rentabilidade, uma proposta que superficializa a formação e rebaixa a qualidade do ensino.

O ensino a distância potencializa a lógica rentista do capital à medida que captura a educação como campo de acumulação. Esta questão, hoje, compreende um grande desafio para a continuidade do legado da teoria crítica para a profissão e sequência do projeto profissional, ambos considerados para o Serviço Social um patrimônio construído historicamente por meio de intensos debates e lutas.

São muitos os desafios ao Projeto Ético-Político, conquanto o maior desafio da atualidade tenha sido a leitura rasa e superficial de um Projeto que é contra-hegemônico a ordem do capital e tem em suas bases estruturantes princípios divergentes das particularidades da conjuntura vigente.

Uma conjuntura marcada pela precarização do trabalho, privatizações de setores estratégicos nacionais, desmonte das políticas sociais, perseguição e criminalização dos movimentos populares, dentre outras ações que aquecem o tensionamento da luta de classes.

[...] portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza. Certamente não estamos pensando no cotidiano como um espaço repetitivo, vazio, mas sim como um espaço contraditório e complexo onde a realidade se revela, onde os problemas se expressam. Saber ler a conjuntura a partir do cotidiano significa identificar acontecimentos, contextos, relações de força, para saber onde e como atuar. Para tanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, de um “*olhar político*”, como o denomina a ensaísta argentina Beatriz Sarlo (1997, p. 55-63), que nos permita “*aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas e saber descobrir as tendências que questionam ou subvertem a ordem.*” (MARTINELLI, 2006, p. 14-15)

A vista do exposto é fundamental que se percorra a realidade, com seu aporte teórico crítico, a procura das complexas mediações que circundam os fenômenos para que o assistente social, docente ou estudante apreenda as contradições do sistema. Apontar as possibilidades e limites do cotidiano da atuação profissional, da pesquisa ou da produção do conhecimento “é buscar evidenciar um processo dinâmico de reforço, construção e desconstrução de valores que se chocam e dialogam” (PINHEIRO, 2015, p. 206) com a diversidade das relações sociais, econômicas e culturais.

Afinal, não se propõe uma concepção ou projeto de formação em Serviço Social como uma “camisa de força, mas como processo que é histórico, denso e permeado por conquistas, compromissos, derrotas coletivas nas estratégicas lutas pela emancipação política e necessária apropriação de consciência de classe e conhecimento profundo da realidade” (SOUZA et al., 2013, p. 55).

Seguramente a direção social da profissão e a incorporação da teoria social crítica marxiana não se instituiu facilmente, por esse motivo é necessário um chamamento permanente para se aprimorar e consolidar cotidianamente a direção assumida profissionalmente é uma tarefa que se apresenta na esfera individual e coletiva.

O próximo capítulo apresenta a gênese da questão social, os fundamentos da política social no capitalismo e as políticas sociais em tempo de crise do capital, material de trabalho dos profissionais do Serviço Social e “base de fundamentação da profissão como especialização do trabalho através da prestação de serviços socioassistenciais” (Iamamoto, 2011, p. 28).

2. Questão Social e Política Social no Capitalismo

*O momento em que vivemos é um momento de plenos desafios.
É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e
concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais justos,
mais humanos, mais solidários.
(IAMAMOTO, 2000, p. 17)*

Este segundo capítulo tem como objetivo apontar os processos que circundam a gênese da questão social, como fruto da incompatibilidade entre capital e trabalho a partir da lei geral de acumulação.

Isto, pois, só é possível entender a gênese das políticas sociais a partir da gênese da questão social e dos seus processos de multicausalidade, bem como, entender que suas mudanças estão intrinsecamente ligadas ao modo que se organiza o mundo do trabalho. O movimento de revisitar esse tema logo na primeira parte deste capítulo é subsidiado por uma visão crítica das políticas sociais, entende-as como produto da lógica de reprodução do capital e sob a luz da teoria social crítica.

Assim, o objetivo desta segunda parte consiste em pontuar os avanços da proteção social neste período de expansão do capital, tendo como solo o pacto entre trabalho-Estado-capital, um período que marca mundialmente o fortalecimento e expansão dos direitos sociais. Encerrando com a discussão das políticas sociais em tempos de crise do capital – situando as políticas sociais no contexto do Estado Social ampliado europeu e no Brasil como economia dependente.

2.1. Questão Social, Trabalho e emergência da Política Social no Capitalismo

É no século XVI que o modo de produção capitalista surge na Europa, sua gênese se dá com o estágio comercial e somente no final do século XVIII se consolidará com seu estágio avançado de capitalismo industrial-concorrencial.

O cenário deste período envolve profundas mudanças na economia, política, cultura e nas relações sociais, tendo como fator principal dessa mudança o elevado desenvolvimento das forças produtivas, sem precedentes históricos parecidos. Novas relações sociais de produção e de sociabilidade se estabelecem na emergência de duas classes sociais fundamentais: o proletariado – sendo classe

trabalhadora que, expropriada dos meios de produção, viu-se obrigada a vender sua força de trabalho sob a condição do assalariamento, sendo o salário a mediação necessária para seu processo de reprodução; de outro lado, constituiu-se a burguesia que, detentora do capital apropriou-se dos meios de produção e ascendeu de modo processual e cheio de embates à condição de classe social dominante, tanto econômica quanto politicamente.

Deste modo, é na emergência do capitalismo por meio da revolução burguesa que o homem passa da condição de vassalo – no feudalismo, para a condição de homem livre e igual. Contudo, este homem livre é expropriado dos meios de produção, conseqüentemente, obrigado a vender sua força de trabalho e tornar-se um trabalhador assalariado, submetido às relações de exploração burguesa do trabalho.

Dissemina-se a todo o conjunto de trabalhadores uma desigualdade estrutural, das e nas relações entre o capital e o trabalho, essa relação de desigualdade é somada com a expropriação dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado e a apropriação da riqueza socialmente construída pelos trabalhadores. Esse conjunto de estratégias do capital se expressará e se manifestará na vida dos trabalhadores por meio do fenômeno da miséria, pobreza, precarização da vida e do aumento do desemprego. O processo de ampliação da riqueza somado com a concentração e centralização de capitais acentua a luta de classes uma vez que esta tem sua gênese no processo de expansão e crise do capital.

Dentre estas particularidades de reprodução ampliada do capital, a extração de mais valia ou mais valor é o objetivo central da produção capitalista, uma vez que esta resulta nos lucros dos donos dos meios de produção. A medida que as forças produtivas vão se especializando o trabalho foi se tornando cada vez mais alienado e abstrato para os homens, tendo como premissa mecanismos e procedimentos violentos, pois captura e domina o trabalhador(a) à lógica perversa do capital.

A exploração do trabalho e o trabalho alienado abstrato capturam

(...) a individualidade, abala suas emoções, disciplina as “almas”, determina as regras a seguir, rouba seu tempo, intensifica o ritmo de trabalho e amplia os limites de sua jornada de trabalho por diferentes e complexos caminhos. O processo que humaniza coisas e desumaniza homens, a intensa mercantilização de todas as esferas da vida e a coisificação das relações humanas necessárias à reprodução ampliada do capital criam as condições

por onde inúmeros processos violentos surgem, se desenvolvem e se solidificam. (SILVA; CARMO, 2013, p. 90)

Percebe-se, então, que à medida que o capital domina a vida do trabalhador, concomitantemente subjuga/impera sobre o desenvolvimento humano e coletivo do ser social. Marx vai apontar que, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho alienado e alienante somado a exploração da força de trabalho, na busca incessante de mais-valor atinge seu grau máximo de violência.

Isto, pois, a medida que esse modo de produção busca o mais-valor subjuga ainda mais o homem a lógica do trabalho burguês quando toma por assalto o seu tempo livre, o tempo para se educar, exercer sua espiritualidade, portanto, o capital acaba por preencher todo o tempo livre e as funções e relações sociais do trabalhador.

A categoria trabalho no desenvolvimento das forças produtivas se particulariza e objetiva-se integrando e “desconstruindo” o trabalho útil/concreto conforme a lógica do capital.

O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em que a jornada de trabalho poderá ser feita fluir. (...) A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, à qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida. (MARX, 1989, p. 203)

As bases estruturais do capital estão firmadas na exploração do trabalho, caracterizando, desta maneira a relação entre capital e trabalho. Para Neto e Braz (2006) “[...] a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa relação de exploração que se funda o MPC”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 101).

O salário pago pela venda da força de trabalho se constitui como meio de reprodução desta força de trabalho “[...] que incessantemente precisa se incorporar ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele [...], constitui de fato um momento da própria reprodução do capital” (MARX, 1989, p. 716). Assim, é por meio da expropriação dos meios de produção e da desigualdade que o capital

cria de um lado um exército de trabalhadores assalariados e, de outro lado, um crescente aumento no número de trabalhadores ociosos.

Segundo Marx (1985) “[...] a produção capitalista não é apenas a produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1989, p. 105). Para Ernest Mandel (1978) a mais-valia consiste na diferença “[...] entre o valor produzido pelo operário e o valor de sua própria força de trabalho” (MANDEL, 1978, p. 33). Deste modo, a mais-valia é o trabalho não pago ao trabalhador, ou seja, é aquele trabalho que excede o tempo de trabalho necessário que o proletário dispense para seu pagamento.

A retirada de mais-valia (absoluta ou relativa) passa a ser a força que movimenta a roda do capital e é, portanto, o substrato e objetivo individual de cada capitalista em busca do lucro.

Sendo o trabalho o gerador de valor, este se constitui como mercadoria especial, pois é somente via o trabalho do homem que se agrega valor a mercadoria produzida. O trabalho possui uma característica única “[...] ele cria valor – ao ser utilizado, ele produz mais valor que o necessário para reproduzi-lo, ele gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 100).

A premissa do capital está na exploração do trabalhador e extração de mais-valia para sua reprodução ampliada, e a cada nível de seu desenvolvimento sua composição orgânica sofre alterações, como por exemplo, a introdução de maquinaria e tecnologia, para ampliar a extração de mais-valia e intensificar a exploração do trabalhador.

A concorrência entre os capitalistas coloca em evidência a necessidade da ampliação da extração de mais-valia e exploração do trabalhador, pois há a necessidade de ampliar e reproduzir seu capital, onde os mais eficazes e eficientes nas estratégias para acumulação e ampliação de capital terão espaço privilegiado nas relações de mercado, ou mesmo dominarão o mercado. Com isso poderão reduzir o tempo de rotatividade do capital como reduzir os custos para produção de mercadoria paralelamente a medida que melhor administra as condições de extração de mais-valia dos trabalhadores, assim aumentam seus lucros e acumulam mais capital.

Todo este processo de reprodução ampliada do capital conduz para a concentração e centralização do capital, evoluindo em muitos casos para criação de monopólios. Essas tendências, “qualidades” e características únicas deste modelo

de reprodução de capital irão reverberar sobre o trabalhador (e o trabalho) negativamente, pois há nesse processo, além da ampliação da extração de mais-valia, uma destruição das condições de trabalho e, conseqüentemente da vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Desdobramentos contrários são decorrentes da lei geral da acumulação capitalista e coexistem dinamicamente, como: a apropriação da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores apropriada por um pequeno grupo e, a geração de uma pobreza em termos absolutos e/ou relativos que aflige a ampla maioria da classe trabalhadora.

Esta contradição é inerente ao modo de produção capitalista, pois à medida que produz riqueza produz a mesma proporção de pobres, fato este decorrente da superprodução de mercadorias e bens e não mais de escassez de alimentos, deste modo, a privação social dos homens se configura num novo modelo de privações.

Para Marx (1989) há no processo de acumulação ampliada de capital duas conseqüências que precisam ser observadas, pois incidem diretamente na classe trabalhadora: a formação de uma “superpopulação relativa ou exército industrial de reserva” (MARX, 1989, p. 198) e, na pauperização dos trabalhadores, seja ela em termos relativos ou absolutos.

Sobre a formação do exército industrial de reserva ou população relativa, tem-se que a acumulação de capital por meio de suas estratégias para assegurar o aumento da tendência da taxa de lucro possui características que, naturalmente, conduzem a constituição de um grande contingente de trabalhadores ociosos que se tornam supérfluos à produção capitalista e passam a formar a reserva necessária ao capital de mão-de-obra desempregada. O desemprego se torna, portanto, o produto da lógica da reprodução ampliada do capital; o desemprego é expressão e tendência necessária para produção e reprodução ampliada do capital, pois

[...] quanto maior à riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas da força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. (MARX, 1989, p. 209)

Há neste processo dinâmico do capital o “[...] crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou dos seus

meios de ocupação” (MARX, 1989, p. 261), assim gera-se uma parcela de trabalhadores supérfluos para a dinâmica de reprodução e valorização do capital fazendo com que

[...] o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (MARX, 1989, p. 739-40)

A concorrência entre os trabalhadores promove e reafirma a necessidade de uma superpopulação relativa, trabalhadores forçosamente em estado de ociosidade diante das reestruturações do mundo do trabalho. Ou seja, o capital eleva sua composição orgânica por meio de sua dinâmica concorrencial, onde há o incremento de capital constante em larga escala face ao capital variável.

Este processo de incorporação de capital constante nas fábricas e indústrias implica diretamente numa menor parcela de trabalhadores em chão de fábrica, ampliando de modo exponencial o exército de trabalhadores ociosos – exército industrial de reserva como aponta Marx.

O desemprego, deste modo não é apenas aparência fenomênica, mas parte constituinte do processo de reprodução ampliada do capital. Os desempregados compõem a superpopulação relativa, a qual é resultado e mola propulsora para a reprodução ampliada do capital.

Desta maneira, a superpopulação tem as seguintes funções: possibilitar que os capitalistas promovam um rebaixamento de salários; ampliar a exploração dos trabalhadores empregados; e disponibilizar um contingente de reserva de força de trabalho para ser aproveitado conforme a necessidade do capital. Além disso, provoca a competição entre trabalhadores assalariados e no exército industrial de reserva, o que corrobora para o enfraquecimento das lutas.

[...] os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva [...] pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida ora liberada. (MARX, 1989, p. 267)

Esse novo fenômeno de privações, tendo a privação da propriedade privada como eixo central, se apresenta como um novo fenômeno a partir do século XIX. Para Netto (2001) este fenômeno de expansão da pobreza e miséria que alcançou a

massa proletária da Europa no primeiro terço do século XIX passou a ser considerada como uma “questão social”⁸.

A “questão social” é evidenciada através das revoluções e revoltas dos trabalhadores contra o novo sistema de produção que à medida que produzia grande riqueza pauperizava os trabalhadores e os levava a exaustão. A “questão social” se constituía como um novo fenômeno “[...] precisamente por que ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os pressupostos (...) da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2001, p. 43); a “questão social” crescia substancialmente na proporção direta que a produção de riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores aumentava e era apropriada e concentrada pela burguesia.

Assim é possível compreender que a emergência da pauperização como “questão social” se deu por meio da luta de classes, tendo o proletariado seu protagonismo expresso nos movimentos *cartistas*, o *luddismo*, na constituição das *trade unions* e principalmente no movimento revolucionário de 1848 quando os trabalhadores colocando a questão da pauperização em massa a classe dominante. Este acontecimento foi primordial para a conversão dos efeitos da reprodução ampliada e acumulação do capital em uma questão social (MONTENEGRO; MELO, 2014).

Até a emergência destes movimentos contestadores da ordem burguesa a já chamada questão social era administrada por meio da relação entre proletário e o patrão, assim todas as agruras que recaía ao trabalhador tinha sua origem na reprodução ampliada do capital e eram administradas pela burguesia. Quando por meio dos movimentos revolucionários de 1848 o proletariado organizado ameaça a ordem vigente, a burguesia transforma essas agruras e implicações em questão social, sendo ela motivo de preocupação, atenção e intervenção para a burguesia, quanto, também, para a sociedade e o Estado.

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros

⁸ Neste trabalho não se usa o conceito de questão social entre aspas, diferentemente deste trecho, pois é um desenvolvimento teórico a partir da produção de José Paulo Netto, o autor utiliza as aspas para caracterizar que a questão social é termo cunhado na produção burguesa e não do pensamento de Marx.

tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2005, p. 77)

Desta maneira a questão social “[...] tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

A partir da lei da acumulação geral do capital e das manifestações que a fundamentam é possível dizer que a questão social expressa “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Segundo Netto (2001)

[...] a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiaridade relação capital/ trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos e culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos. (NETTO, 2001, p. 45-45)

A “questão” social não possui relações com a multiplicação dos problemas sociais herdados pela burguesia, tão pouco tem relações com os “traços da humanidade” (NETTO, 2011, p. 158), como apontam as teorias conservadoras sobre a origem da questão social. Estas abordagens tendem a naturalizar, des-historicizar, moralizar e dissociar este fenômeno do modo de produção capitalista. Assim, a “questão social”, por sua vez, tem a ver estritamente com o sistema social sob a égide do grande capital (NETTO, 2011).

As dimensões inimagináveis do pauperismo e miséria, fome, violência, doenças e desemprego que exponencialmente cresceram neste período preocupavam a burguesia, a qual procurou enfrentar essa questão de modo a defender o status quo.

Por meio da ótica liberal conservadora da época enfrentou-se a questão social de modo fragmentado e isolado: a expropriação e exploração do trabalhador que é a gênese destes fenômenos que conformam a questão social foram abstraídos e ignorados neste processo de enfrentamento.

A exploração, alienação e a subsunção do trabalho como propósito da acumulação ampliada do capital se afirmava com o avanço do processo de industrialização; na contraposição deste fato se criava condições concretas, objetivas e necessárias para o processo de organização política da classe operária.

Com o desenvolvimento da indústria, contudo, o proletariado não só se expande, mas se concentra em grandes massas; sua força aumenta e ele a reconhece cada vez mais. Os interesses e as situações de vida no interior do proletariado igualam-se cada vez mais, na medida em que a maquinaria elimina as diferenças no trabalho e os salários são reduzidos aos mesmos níveis em quase todo lugar. [...] Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes [...]. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente. [...] Basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas locais em uma luta nacional, em uma luta de classes. (MARX; ENGELS, 2003, p.23-4)

A expansão do proletariado e seu ajuntamento nas fábricas levaram-nos a compartilhar os questionamentos sobre o processo de exploração que eram submetidos, gerando uma solidariedade e proximidade de ideais entre os trabalhadores. Essa aproximação foi fundamental para a organização política do proletariado para luta de classes.

As lutas travadas pela organização da massa proletária foram regadas de avanços e retrocessos, tendo como mediação deste processo de perdas e ganhos, seu nível de organização política e consciência de classe.

É nessa conjuntura de organização da massa proletária e a criação dos partidos políticos que nasceram as propostas comunistas e as revoluções socialistas que orientaram a classe trabalhadora na luta de classes do período e nos posteriores.

Os trabalhadores foram se organizando como classe para promover uma luta organizada, coletiva e político-social. Travaram lutas para melhoria das condições de trabalho e vida, ou seja, colocaram em evidência a pauperização generalizada transformando-a em “questão social” e promoveram a luta contra as múltiplas faces desta “questão social” (NETTO, 2001).

Foi a partir da organização e luta da classe trabalhadora que melhores condições de vida e trabalho para a classe proletária foram conquistadas. Pontua-se: diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário. Destaca-se que as pautas de interesses dos trabalhadores e a organização em defesa destes,

primeiramente foram representadas por sindicatos, marcando na história uma das primeiras conquistas por melhorias das condições de trabalho.

Marx (2009) reconhece os limites destas lutas, mas aponta sua importância, ao dizer que

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta – verdadeira guerra civil -, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político. (MARX, 2009, p. 190)

A partir do apontamento feito por Marx, concluímos que, ainda que apresentasse inúmeras limitações, a organização do movimento operário resultou na conformação de uma consciência política e de classe, possibilitando aos trabalhadores a reflexão sobre sua condição de subordinado pelo capital.

Ivo Tonet (2005) ao tratar da concepção liberal com seu discurso disseminado na sociedade de modo ideologizado aponta que

A perspectiva liberal parte da ideia de que o indivíduo precede ontologicamente a sociedade e de que a natureza essencial desse indivíduo é egoísta, competitiva. A desigualdade social seria uma decorrência inevitável dessa natureza, competindo ao Estado, com seus vários instrumentos, impedir os seus excessos (TONET, 2005, p. 474).

A desigualdade social para os liberais se configura na confirmação da “natureza humana” que é exteriorizada em classes sociais. É a partir das diferentes capacidades e habilidades dos homens que o mercado os remunera, os recompensa e distribui recursos (TONET, 2005).

A igualdade social e de bens teria como instrumento regulador a suposta lei natural da oferta e da procura, sendo ela a engrenagem de recompensa justa às capacidades, aptidões e investimentos de cada um que compete no mercado (BEHRING, 2000).

Nesta perspectiva, não caberia ao Estado promover qualquer intermediação ou interferência nas relações estabelecidas, assim como, “(...) regulamentar salários,

sob pena de interferir no preço *natural* do trabalho, definido nos movimentos *naturais* e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado” (BEHRING, 2000, p. 5). Segundo Behring (2000), para Smith,

[...] a procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo *natural* de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos são conduzidos por uma mão invisível - o mercado - a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. Nesse sentido, o bem-estar pode ser um efeito não intencional da avareza. A “*loucura das leis humanas*” não pode interferir nas leis *naturais* da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “*benefícios aos homens*”. Trata-se, portanto, de um *Estado mínimo*, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude. (BEHRING, 2000, p. 5.)

Este modelo político-econômico e ideológico marca meados do século XIX até o meio dos anos 1930 e é sustentado pela ideia do trabalho como mercadoria e que tem seu controle feito pelo livre mercado. O Estado mínimo liberal compreende, desta forma, que é pela busca contínua do indivíduo por seus interesses econômicos que ele irá proporcionar para si e sua família o bem-estar.

O “mercado livre” por meio da “mão invisível” é quem regula todas as relações sociais e econômicas e aonde o bem-estar deve ser buscado. É a partir desses princípios defendidos pelos pensadores liberais e incorporados nas ações do Estado capitalista que o enfrentamento às expressões da questão social foi acima de tudo repressivo.

O Estado usava de alta repressão e coerção, combatendo a “vagabundagem” – pela qual a pobreza e o desemprego eram entendidos. Predominaram, neste período, as seguintes teses: o individualismo burguês, onde somente o homem isolado é sujeito de direito.

Este fato esclarece o reconhecimento dos direitos civis no liberalismo, e a repulsa aos direitos políticos e sociais, assim como explica a cristalização e naturalização da miséria como fenômeno natural e, por conseguinte, a negação a toda e qualquer intervenção do Estado sobre suas manifestações. Segundo esse ideário a intervenção contínua levaria os homens a se acomodarem, desestimulando a procura por um posto de trabalho e, de outro lado, estimularia os homens a viver na passividade e acomodação (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Até o findar do século XIX e início do século XX prevaleceram às ideias liberais, impondo derrotas as ideias humanistas, democráticas e reformadoras. A

força liberal que se impunha foi constantemente alimentada pelas descobertas científicas e por um robusto crescimento econômico, deste modo o Estado mediador civilizador foi preterido e fadado ao esquecimento. Contudo o fenômeno de um crescimento vigoroso não “durou por muito tempo” (BEHRING, 2000).

As teses liberais foram enfrentadas pelo amadurecimento da classe trabalhadora e sua organização política como, também, pela teoria social crítica e pelo projeto societário comunista. Segundo Behring (2000) há dois fatores principais para o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas do liberalismo: o crescimento do movimento operário e a concentração e monopolização do capital, que demoliu a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais.

Contudo, existe um marco histórico que vai além do marco das guerras, conhecido como a crise de 1929. É a partir dele, também conhecido como a Grande Depressão, que as elites político-econômicas admitiram que o modelo de desenvolvimento com base nas leis do mercado possuíam limites quando deixado a favor de seus movimentos naturais (BEHRING, 2000).

A crise de 1929, a maior crise econômica do sistema capitalista em âmbito mundial até este momento, e com ela os questionamentos e desconfianças de que os pressupostos liberais pudessem estar errados surgiram para debate. Iniciou-se, então, uma crise de legitimidade do sistema capitalista e, em paralelo, se instaurava a revolução socialista de 1917, uma ameaça que poderia inflamar os trabalhadores.

Antes da crise de 1929, a primeira tentativa de estabelecer uma proteção social ao trabalhador e, que posteriormente influenciou historicamente até a contemporaneidade o sistema de proteção social dos países, foi o benefício de socorro ao trabalhador, idealizado pelo Chanceler alemão Otto Von Bismarck. Um seguro social voltado para o trabalhador com incapacidades ao trabalho, condicionado a contribuição pretérita. Um benefício que inova ao garantir proteção social com papel do Estado.

Deste modo, foi em 17 de novembro de 1881, que Bismarck enviou ao Reichstag uma mensagem para que se obtivesse o consentimento da criação do seguro doença, invalidez e de acidentes, pois como se sabe, a criação do Seguro Social alemão tinha o objetivo de consolidar o império alemão e ao mesmo tempo desmobilizar a força das massas operárias no processo de luta. Bismarck, deste modo redige:

Consideramos ser nosso dever imperial pedir de novo ao Reichstag que tome a peito a sorte dos operários, e nós poderíamos encarar com uma satisfação muito mais completa todas as obras que nosso Governo pôde até agora realizar com a ajuda visível de Deus, se pudessemos ter a certeza de legar á pátria uma garantia nova e durável, que assegurasse a paz interna e desse aos que sofrem a assistência a que têm direito. Nos esforços que fazemos para êste fim, contamos seguramente com o assentimento de todos os govêrnos confederados e com o inteiro apôio do Reichstag, sem distinção de partidos. É nêste sentido que está sendo preparado um projeto de lei sôbre o seguro dos operários contra os acidentes do trabalho. Êsse projeto será completado por outro, cujo fim será organizar, de um modo uniforme, as Caixas de socorros para o caso de moléstia. Porém, também aquêles que a idade e a invalidez tonaram incapazes de proverem ao ganho quotidiano, têm direito à maior solicitude do que a que lhes tem, até aqui, dado a sociedade. Achar meios e modos de tomar efetiva essa solicitude é, certamente, tarefa difícil, mas, ao mesmo tempo, uma das mais elevadas em um estado fundado sôbre as bases morais da vida cristã. É pela união íntima das fôrças vivas do povo e pela organização dessas fôrças sob a forma de associações cooperativas, colocadas sob a proteção, vigilância e solicitude do Estado, que será possível, nós o esperamos, resolver êste momentoso problema, que o Estado não poderá resolver por si só com a mesma eficácia. (BISMARCK apud LIMA, 1957, p. 127)

Como aponta a mensagem de Bismarck, o reconhecimento do seguro social⁹ teve como cerne a obrigatoriedade de contribuição, tendo verdadeiramente apenas motivos políticos que geraram uma intervenção do Estado alemão nesta área.

Com essa propositura, Bismarck se pôs um passo a frente das forças revolucionárias socialistas, antecipando-se às possíveis reivindicações da classe operária.

Por fim, para Boschetti (2009)

O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados (BOSCHETTI, 2003). Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários. (BOSCHETTI, 2009, p.2)

⁹ É de suma importância apontar que, Bismarck não cria a ideia do seguro social partindo do zero, na Alemanha já funcionava diversos seguros pulverizados por fábricas, profissões, todos com sua maneira particular de regras, gerência e funcionamento. O que unia estes diversos seguros sociais eram que todos estavam sob gerência de empregados e patrões, algumas experiências apontam apenas empregados gerenciando, denominadas de caixa de solidariedade entre trabalhadores. Todas estas caixas de seguro eram pesadamente financiadas pelos trabalhadores e, a atuação do Estado resumia-se em algumas regulações e inspeções (TEIXEIRA, 2017).

O Seguro Social Bismarckiano ainda que não visasse à solidariedade vertical entre as classes fundamentais, tampouco um sistema que redistribuísse renda, provocou uma inovação quando transformou as “inseguranças” individuais num assunto público, pois socializou os custos da proteção social via Seguro Social com toda a sociedade.

O sucesso do plano de Bismarck só foi possível porque, ao passo que promoveu uma possibilidade de segurança no tempo presente dos trabalhadores assegurava, também, uma segurança futura de possíveis “desgraças” que os atingissem; regulou os beneficiários e com isso logrou dividendos financeiros e políticos para o sistema.

Nos diferentes sistemas de proteção social pública dos países, o sistema de Seguro Social é a coluna vertebral de sustentação.

2.2. Fundamentos da expansão das políticas sociais nos países capitalistas centrais: pacto keynesiano-fordista

Com o aprofundamento da crise do capital e a decadência do pensamento liberal, as ideias do economista Jonh Maynard Keynes ganharam força no cenário e foram utilizadas como resposta para a crise capitalista do período.

O Estado capitalista burguês recorrentemente em sua história promove uma dinâmica intervenção na área econômica, sempre atuando para salvaguardar os lucros e a propriedade privada. Assim, o Estado trabalha como “guardião das condições externas de produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 24).

Contudo, é com a consolidação do estágio imperialista do capital, que demarca o processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, que a produção social da riqueza – construída pelos trabalhadores – é colocada em novo nível/ estágio, uma vez que passou a requerer outros mecanismos de intervenção econômica e extra-econômica¹⁰.

Para Netto (2011) estas intervenções são de necessidade vigorosa para a “refuncionalização e redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 2011, p. 24).

¹⁰ WOOD, E. M. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Casteinheira. Bomtempo: São Paulo, 2003.

A transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, segundo Mandel (1982), alterou o comportamento e as atitudes subjetivas da burguesia em relação ao Estado, como também, modificou a função desempenhada pelo Estado na realização das obrigações e tarefas centrais.

O Estado, nesta transição, passou a exercer importante papel frente às transformações do capital. Na realidade ele foi tomado pela lógica dos monopólios, inter-relacionando as suas funções políticas com suas funções econômicas (NETTO, 2011).

Para Netto (2011) as funções econômicas do Estado são diversas. O autor caracteriza algumas, como: função de empresário nos setores básicos que não são rentáveis; assumir o controle das empresas privadas que decretam falência ou passam por dificuldades; entrega de empresas estratégicas construídas pelo Estado com dinheiro público aos grandes monopólios – seja via privatização ou concessão; subsídios imediatos e isenções fiscais e, garantia e preservação de altas taxas de lucro.

Como funções indiretas do Estado, o autor destaca: subsídios indiretos as empresas e ao grande capital; investimento em infraestrutura; formação e preparação de força de trabalho e investimento em pesquisa. No estágio mais avançado (tardio) do capitalismo monopolista, Mandel (1982) aponta que o Estado tem suas funções ainda mais adensadas e expandidas nas atividades econômicas e no processo de controle, formação e reprodução da força de trabalho.

Ainda para Mandel (1982), o Estado amplia suas ações e funções, no capitalismo tardio da fase monopolista, por meio de três importantes pontos: o alto desenvolvimento das inovações tecnológicas; a diminuição da rotação do capital fixo e aumento dos custos de projetos para acumulação de capitais.

Como resultados desta ampliação de funções e das pressões do capital por superlucros tem-se uma tendência do capitalismo a ampliar o planejamento econômico do Estado e estender a socialização dos custos estatais com toda a sociedade.

Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às 'condições gerais de produção' que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (MANDEL, 1982, p. 339).

A partir dos apontamentos de Mandel, podemos concluir que o Estado, na passagem histórica do capitalismo concorrencial para o monopólico, foi peça/ estrutura primordial para sanar e regular as contradições do capital, desempenhando o papel de mediador para equilibrar as consequências/ implicações contraditórias do “livre mercado”, pois, somente o desenvolvimento econômico é inepto/ incapaz de superar tais instabilidades, de maneira a assegurar e ou garantir os superlucros aspirados pelo capital¹¹.

O autor aponta que para o Estado resolver estas questões e/ou dificuldades deve proporcionar

[...] oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, par investimentos ‘lucrativos’ desse capital na indústria de armamentos, na ‘indústria de proteção ao meio ambiente’, na ‘ajuda’ a países estrangeiros, e obras de infra-estrutura (onde ‘lucrativo’ significa tornado lucrativo por meio da garantia e subsídio do Estado. (MANDEL, 1982, p. 340)

Além do mais, o capital se torna cada vez mais frágil às crises político-econômicas, que por sua vez são cada vez mais crescentes, exigindo do Estado a tomada de uma posição fundamental: “administrador das crises”.

Para combater as crises o Estado deve possuir um incontável arsenal “de políticas governamentais anticíclicas” (MANDEL, 1982). Behring (2008) em suas análises escreve que há um aumento exagerado dos orçamentos dos Estados no capitalismo tardio, tendo como objetivo a criação de “contratendências necessárias às crises” (BEHRING, 2008, p. 134).

Deste modo, o que se pode afirmar é que, o peso do Estado está ligado com a incapacidade do capital de assegurar a sua valorização – os superlucros – e a realização da extração de mais-valia; assim o Estado assume estas funções para garantir a produção e reprodução ampliada do capital.

Um exemplo da intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais e do aumento de suas funções é o período pós-segunda guerra mundial com a política keynesiana.

Segundo o entendimento de Behring e Boschetti (2006): na política keynesiana, o Estado possui legitimidade para intervir nas relações econômicas e

¹¹ É evidente que o Estado também não pode suplantar os “desequilíbrios de mercado” uma vez que tais “desequilíbrios” nada mais são do que expressão das contradições que são inerentes à produção capitalista e, portanto, insuperáveis nos marcos do capital. O que procuramos aludir é que o Estado é elemento central para contrarrestar as tendências de crise e suas implicações, mesmo que temporariamente (SILVA; BARBOSA, 2016, p. 04).

sociais por meio de um pacote de medidas para garantir a disponibilização de recursos a fim de que se assegurem os investimentos, ainda que isto seja contrário a ideia de não endividamento do Estado, uma vez que o alvo é o controle das flutuações da economia.

Assim, Keynes aponta que caberá “[...] ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia” (BEHRING, 2000, p. 9).

Quando há uma onda longa expansiva – período de prosperidade – a carga tributária, segundo Keynes, deve permanecer em patamar elevado, contrariando os teóricos liberais, pois é preciso que se forme um superávit, por sua vez será empregue para construção de um fundo de reservas como, também, para o pagamento da dívida pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

No conjunto de medidas interventivas do Estado estão inclusas as políticas sociais que tem a função de minimizar os efeitos da crise.

Nessa intervenção global, cabe também o incremento das políticas sociais. Aí estão os pilares teóricos do desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial. Ao Keynesianismo agregou-se o *pacto* fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setro monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho e (...) da possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*. Tratava-se do retorno do *mediador civilizador*. (BEHRING, 2000, p. 9)

O fordismo surge no cenário mundial como uma ideologia, disseminada por técnicas do capital no processo de controle da produção e do trabalho e se desenvolve de maneira mais profunda nos Estados Unidos. A Inglaterra, como potência do desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX perde espaço no mercado mundial, com isto são os EUA quem vão desenvolver e expressar uma nova tendência de dominação e exploração do capital sobre o trabalho. Os EUA implementaram um nova cultura, política e principalmente inovações técnicas no modo de produção capitalista.

Gramsci (2010) aponta que

Foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força – destruição do sindicalismo operário de alcance nacional – com a persuasão – altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política muito hábil, conseguindo-se, assim, basear toda a vida de um país sobre a produção (GRAMSCI, 2010, p. 41).

O fordismo¹² implementa uma revolução tecnológica, do consumo e principalmente da regulação do trabalho.

Para Mandel (1990) o avanço das estruturas produtivas por meio do fordismo/taylorismo contribuiu para o aumento dos lucros e acumulação de capital, racionalizou a produção e foi importante nos investimentos para os setores de pesquisa e desenvolvimento que promoveram um processo de automação do trabalho e a reestruturação da produção.

Behring e Boschetti (2006) dissertam que “o fordismo (...) foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais em condições políticas determinadas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 122).

O fordismo ganha projeção após a Segunda Guerra Mundial, onde as formas de controle fordista/taylorista do trabalho e da produção aliadas às ideias keynesianas¹³ de intervenção do Estado na política econômica [via conjunto de medidas e pacotes econômicos], possibilitaram o processo de retomada e recuperação da crise de 1929-1933.

Permitiu a retomada e aumento da produtividade do capital num nível jamais visto na história, sendo, portanto denominado, de “Trinta anos Gloriosos” (1940-1970) (BOTELHO, 2000).

¹² Numa breve síntese do fordismo, destacamos os principais pontos e mudanças: 1) o parcelamento das tarefas, bem como a divisão do trabalho não especializado do trabalho especializado, desqualificação do operariado através da regulação do trabalho e limitação por movimentos repetitivos durante a jornada de trabalho; 2) a massificação da produção, rigoroso controle e racionalização das operações, principalmente de tempo despendido para a produção e redução significativa dos custos da produção e do produto final; 3) por meio da esteira na linha de montagem deu celeridade a produção e conectou as diferentes etapas do processo produtivo, dando agilidade a ela. Pela linha de montagem conseguiu estabelecer e fixar o ritmo de trabalho, sendo este controlado pela empresa; 4) verticalizou a produção através da supervisão e do controle direto do processo produtivo, estabeleceu um padrão de fabricação e utilização das peças, permitindo ao consumidor ter rápido e fácil acesso a peças de manutenção; e 5) por meio da apropriação da revolução tecnológica pelo capitalista implementou a automatização no chão da fábrica, contudo sem deixar de incorporar uma massa operária. O fordismo, deste modo, compreende um conjunto conciso de práticas e técnicas econômicas, políticas e sociais e, fundamentalmente, de gerência e controle da força de trabalho, que permitem o pleno desenvolvimento das estratégias de reprodução ampliada do capital. (CLARKE, 1991)

¹³ Para responder à crise capitalista de 1930, o economista John Maynard Keynes (1883-1946) defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção, buscando uma maior intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, a política keynesiana, viabilizada a partir da intervenção do Estado, objetivava elevar a demanda global e, antes de evitar a crise, iria amortecê-la através de alguns mecanismos, tais como: planificação indicativa da economia; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

A partir da pactuação entre o modo de produção fordista e o ideário keynesiano, observam-se níveis elevados de segurança do emprego, fazendo com a taxa de desemprego caísse a níveis extremamente baixos; houve aumento real do salário – tanto no salário direto quanto no indireto – isto, porém, devido a frequente luta entre capital e trabalho pela repartição e distribuição do fundo público. Ou seja, um embate para repartição da mais-valia gerada pelo fordismo.

É através desta luta entre capital e trabalho, onde o operariado estava fortalecido, que outras conquistas foram se acumulando e, fazendo com que o padrão de consumo da classe trabalhadora fosse elevado a um alto patamar. Nos países onde pacto fordista-keynesiano se desenvolveu plenamente houve a experiência de círculo de crescimento extremamente virtuoso.

Os trabalhadores aproveitaram o acontecimento histórico de modo organizado e utilizaram suas forças para requerer do capital maior parte do fundo público para que consolidassem novas conquistas e direitos econômico-sociais.

A classe trabalhadora com o fortalecimento dos sindicatos teve nesse período de expansão do capital, um papel decisivo na conquista de direitos, uma vez que por meio dos sindicatos fortalecidos e combatentes, o poder de negociação da classe trabalhadora aumentou e assim se fez possível a disputa da classe na repartição do fundo público.

Ocorre nesse momento um novo modo de atuar do Estado que passa a assumir outros compromissos a partir das ideias keynesianas de assegurar a construção de novos poderes institucionais. Do lado do capital foi necessária uma readequação [do capital corporativo] para um caminho de lucro seguro e, por parte dos trabalhadores organizados coube assumir novos papéis, comportamento e ação no processo de produção e no mercado de trabalho.

Para se alcançar o pacto e o equilíbrio entre trabalhadores, capital e Estado – pactuação que deu base para a expansão do capital neste período – foi preciso anos de negociações e lutas. Ainda para Harvey (1989), o Estado teve papel fundamental para que o capital pudesse atingir e manter suas altas taxas de crescimento econômico, pois exerceu a função principal de regulação dos ciclos econômicos.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-

guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era estabelecido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 1989, p. 129)

Este acontecimento se deve ao fato de um opulento déficit orçamentário, que se reverteu em investimentos sociais que melhoraram significativamente as condições de produção e reprodução da classe trabalhadora (MANDEL, 1990).

Para Pereira (2009) esta nova fase do capital possui três marcos que a caracterizam, sendo: 1) a intervenção estatal que visava regular as relações sociais e econômicas, tendo como base teórica o ideário Keynesiano dos anos de 1930; 2) juntamente com as ideias keynesiana têm-se as conjecturas do Relatório de Beveridge¹⁴ sobre o sistema de seguridade social, onde sugeria uma ampla e irrestrita revisão sistema de proteção social e das políticas sociais, no qual os direitos sociais neste período foram compreendidos como meio de acesso a condições mínimas de bem-estar econômico e de segurança das mazelas da questão social potencializada pela crise e; por fim a 3ª características consiste na formulação teórica da cidadania de T.H Marshall¹⁵ (PEREIRA, 2009) onde os direitos se dividem entre direitos civis, políticos e sociais.

Assim, é somente com o “Welfare State¹⁶” do pós-segunda guerra mundial, que o conjunto de políticas sociais vai tomar grande dimensões e se generalizar,

¹⁴ No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios. (BOSCHETTI, 2009, p. 2 – 3)

¹⁵ Pereira (2009) aponta que T.H. Marshall contribui para a compreensão histórica da cidadania, definindo em sua obra os três níveis de direito de cidadanias: civil, política e social – a partir de uma realidade determinada – do locus da Grã-Bretanha, traçando a ordem cronológica de cada direito no mundo moderno. Behring (2000) coloca que “para T.H. Marshall, o conceito de cidadania, em sua fase madura, comporta: as liberdades individuais, expressas pelos *direitos civis* - direito de ir e vir, de imprensa, de fé, de propriedade -, institucionalizada pelos tribunais de justiça; os *direitos políticos* – de votar e ser votado, diga-se, participar do poder político - por meio do parlamento e do governo; e os *direitos sociais*, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado. O esquema de Marshall referenciou um amplo debate que se dá até os dias de hoje”. (BEHRING, 2000, p. 10)

¹⁶ “Welfare State” - termo que expressa a experiência inglesa do período de expansão dos direitos sociais e do trabalho.

caracterizando-se numa infinidade de projetos, programas e serviços sociais capazes de garantir a proteção social sem contribuição prévia.

O “Welfare State” foi conformado de modo particular em cada nação, tendo como mediação fundamental o nível de organização e pressão da classe trabalhadora e do grau de composição e correlação de força no âmbito do Estado e por fim do quão elevado é o desenvolvimento das forças produtivas de cada país (BEHRING; BOSCHETTI; 2008).

Numa síntese geral, as ideias keynesianas e a constituição de um “Welfare State” possuem diversas leituras e interpretações. Para Pereira (2002) a ideia keynesiana

[...] estimulou a criação de medidas macroeconômicas, que incluíam: a regulação do mercado; a formação e controle dos preços; a emissão de moedas; a imposição de condições contratuais; a distribuição de renda; o investimento público; o combate à pobreza. E tudo isso visava não exatamente à socialização da produção, rumo à instituição de uma sociedade socialmente igualitária, mas à socialização do consumo, a qual foi concebida como um contraponto à socialização da produção. (PEREIRA, 2002, p.32- 33)

O “Welfare State” se utilizou dos princípios de um modelo estatal, no qual o Estado promove intervenções sucessivas na economia de mercado, que por sua vez “expandiu e fortaleceu o setor público e geriu sistemas de proteção social” (PEREIRA, 2008, p 23).

Ainda que o sistema de proteção social tenha se fortalecido e ampliado, principalmente via políticas sociais universais, Ernest Mandel (1982) em suas análises desse modelo de proteção estatal, aponta para a “ilusão” oferecida pelo “Estado Social”.

Para Mandel (1982), a tal “consciência social” adquirida pelo aparelho do Estado capitalista oculta a verdadeira e real essência de tal expansão de proteção social, pois a verdadeira essência consiste na autopreservação do sistema e a contínua expansão do capital.

Mandel (1982) aponta que a robustez e o crescimento das legislações sociais, de certo modo, é fruto da concessão da burguesia e do Estado diante da luta e das reivindicações da classe trabalhadora, pois a premissa dessa concessão nunca foi a melhoria das condições concretas da produção e reprodução da classe trabalhadora, mas a preservação do sistema do capital e torna-lo mais sensível as demandas para que não sofresse grandes ataques pelos trabalhadores organizados.

Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista (MANDEL, 1982, p. 338-339).

Então, o “Welfare State” pode ser caracterizado como uma nova forma de organização sociopolítica, que por sua vez é fruto de um grande pacto entre o mercado, o Estado e o conjunto organizado da classe trabalhadora para o enfrentamento da crise capitalista que se arrolava desde 1929 e, para que a Europa se recuperasse da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial.

O pacto tinha o objetivo de assegurar a manutenção do sistema capitalista e sufocar as manifestações dos trabalhadores pauperizados, pois as experiências socialistas e fascistas estavam se espalhando pelo velho continente.

Assim como as ideias liberais, o modelo que serviu de sustentáculo ao “Estado de Bem-Estar”, também entrou em crise na segunda metade dos anos 1960, conforme será discutido no próximo item.

2.3. Política social em tempo de crise do capital

Em face da crise do capital e o esgotamento do modelo de Estado Social, o capitalismo caminhou por novos rumos. A partir de então criaram novas expectativas tendo em vista a superação da crise ainda que isto custasse os avanços conquistados pelos trabalhadores no campo da proteção social.

Como apontado por Behring (2000), as funções mediadoras civilizadoras já não eram as mesmas do ápice deste modelo econômico-social, as taxas de crescimento já não se sustentavam e a garantia de emprego foi reduzida. Este é um contexto onde a onda longa expansiva perdeu força devido à crise do capital e iniciou um período de uma onda longa recessiva (NETTO; BRAZ, 2006).

As ideias neoliberais ganharam campo e substituíram as ideias que sustentaram o “Estado de Bem-Estar”, isso pela reversão do ciclo econômico que gerou uma crise de magnitude monumental.

As conquistas do pacto keynesiano/fordista começaram a se deteriorar, toda a expansão de direitos conquistados no auge do “Welfare State” estavam a ruir com a

crise que se instalava. É a partir dos anos de 1970 que, os “Trinta anos Gloriosos” do modo de produção do capital marcados “pelo círculo virtuoso de crescimento econômico, expansão espacial do capital e das relações capitalistas de produção e relativa estabilidade social, dá lugar a uma crescente incerteza sobre o futuro do sistema capitalista” (BOTELHO, 2008, p. 32).

Para Marx (1989) na dinâmica do modo de produzir e se reproduzir o capital,

Periodicamente, patenteia-se nas crises o conflito entre os elementos antagônicos. As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito. (MARX, 1989, p. 286)

Mészáros (2009) em suas análises do capital, vai dizer que há uma "crise estrutural do sistema metabólico do capital" que acomete todas as esferas de produção e reprodução social.

De maneira mais geral, a crise do final dos anos de 1960 e que se prolonga até os dias atuais, é fruto inerente das contradições do próprio do capital, no seu processo de expansão e acumulação. Isto promove alterações em sua composição através da introdução da maquinaria moderna, a qual requer menor número de trabalhadores, o que faz engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Contudo, o problema não reside no avanço da tecnologia, mas no seu emprego sob a lógica das relações sociais capitalistas.

Outro fator explicativo da crise do findar da década de 1960 é que além da quebra do acordo de Bretton Woods, houve uma forte e constante pressão sobre o mercado de insumos, isto devido a acentuada competição internacional, que fez com o que se elevassem os preços. Contudo, dada a busca por mercado consumidor, os preços dos produtos finais ofertados ficaram mais baratos do que seu custo de produção, afetando, por sua vez, a lucratividade do capital.

Neste período histórico demarcado, em relação ao mercado de insumos, o impacto mais relevante aconteceu nos primeiros anos da década de 1970, com o denominado “primeiro choque do petróleo”, que provocou um aumento catastrófico do produto e de seus derivados. Harvey (1989) descreve algumas implicações do “primeiro choque do petróleo”: 1) elevou os custos do petróleo, derivados e energia – obrigando os segmentos industriais a pouparem energia e promoverem mudanças organizacionais e tecnológicas e; 2) gerou o problema da reciclagem dos

petrodólares em excesso – problema que agravou a já vigorosa instabilidade dos mercados financeiros mundiais.

Para além da crise do petróleo, o período foi marcado por uma série crescente da inflação, pois os países estavam sendo inundados por “eurodólar” – um excesso de fundos. As áreas produtivas que já eram poucas tiveram investimento reduzido, deste modo o excesso de moeda fez surgir uma inflação galopante. O processo inflacionário também foi alimentado pelo aumento significativo dos custos de produção das economias mundiais (HARVEY, 1989).

Assim, as tentativas empreendidas pelos países [principalmente das economias centrais] em frear a crescente inflação no ano de 1973 “expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados e severas dificuldades nas instituições financeiras” (HARVEY, 1989, p. 136).

As estratégias implementadas tanto pelo Estado intervencionista do pacto keynesiano/fordista como das grandes indústrias e empresas mundializadas não surtiram efeito esperado, não produziram resposta a inflação galopante e, tampouco fizeram retroceder a crise instalada.

A crise dos anos de 1970 a 1980 foi uma crise de excedente de capital, que flutuava entre as nações de forma desordenada em busca de lucro rápido; não foi uma crise de subconsumo, dado o fato das medidas empreendidas para o enfrentamento desta crise não surtirem efeito algum [as políticas públicas de estímulo ao consumo se tornaram inócuas] (ARRIGHI, 1996).

Não se sustentava mais, sob a ótica da acumulação ampliada do capital, permanecer no pacto com “grande trabalho”, “grande Estado” e o “grande capital”, era preciso um novo processo de articulação entre os componentes do modo de produção capitalista.

A busca por um novo processo que fosse capaz de articular a quantidade produzida com a qualidade desta produção foi empreendida pelos agentes industriais-econômicos na busca por uma reestruturação produtiva e das estratégias de acumulação. Foi no modelo de produção flexível/ toyotismo que se assentaram as novas estratégias de produção e reprodução do capital [valor], sendo tomada pelos agentes do capital como instrumento de recuperação e saída da crise dos anos de 1970.

Harvey (1989, p. 149-141), assinala algumas características deste novo modelo, apontando em linhas mais gerais: 1) flexibilização dos processos e leis de proteção ao trabalho como, também, dos produtos e do padrão de consumo; 2) estabelecimento de uma taxa de desemprego aceitável, tendo grande quantidade de trabalhadores sendo absorvidos pelo setor de serviços; 3) criação de parques industriais em regiões ainda inexploradas ou pouco industrializadas; 4) aumento das pressões sobre os trabalhadores, uma vez que sofrem com a instabilidade e insegurança do mercado de trabalho; 5) enfraquecimento dos sindicatos e intensificação e práticas de exploração da força de trabalho; 6) surgimento de novos setores produtivos e de novas práticas do capital financeiro.

O processo de reestruturação produtiva do capital fez com que fosse acelerada sua expansão para países de economias dependentes, incluindo-as no processo mundial de geração de valor, e este circuito foi aperfeiçoado e estreitado com o passar do tempo.

Com a reestruturação do capital outro elemento foi potencializado em sua magnitude: a fetichização das relações sociais e do trabalho, fato este operado pelo auge do capital financeiro, como também, por meio de sua disseminação ideológica que obscureceu a leitura da questão social.

Contudo, para o enfrentamento de suas questões contraditórias, o capitalismo monopolista, que ao longo dos tempos vinha em uma crescente e contínua prevalência do trabalho morto (maquinaria e tecnologia) sobre o trabalho vivo, encontra no modelo de acumulação flexível um padrão de auferir superlucros que provoca inevitavelmente um equivalente modelo de regulação das relações sociais (NETTO, 1996).

As mudanças do mundo do trabalho, que influem diretamente na concepção e perspectivas de proteção social, são caracterizadas pela precarização, coisificação e alienação do homem culminando num desemprego estrutural e estruturante nesta sociabilidade.

Somado as características expostas, tem-se a individualização dos seres sociais, provocando no mundo do trabalho a descaracterização do proletariado. Há uma fragmentação e pulverização da classe trabalhadora e isto rebate no seu entendimento e pertencimento de classe, arrefecendo a potência da classe trabalhadora e enfraquecendo a organização e o poder de luta pela manutenção ou conquistas de novos direitos (ANTUNES, 1998).

Este processo de reestruturação produtiva do capital por meio de sua ideologia burguesa dissemina no chão social a desconstrução da centralidade do trabalho na vida de homens e mulheres, agrava a relação entre capital/ trabalho, captura e controla a subjetividade do trabalhador – poder de criação -, subtrai seu tempo livre e corrói as bases da organização dos trabalhadores (ANTUNES, 2013; ALVES 2013).

As expressões mais violentas desta reestruturação produtiva e reificação do trabalho são: 1) aumento crescente e desenfreado do desemprego estrutural acompanhado de uma brutal subproletarização que ganha forma em contratos de trabalho temporário e/ou parcial, 2) no processo de terceirização, postos de trabalho precários e insalubres e no aumento da informalidade, deixando a mercê da própria sorte uma massa de trabalhadores, uma vez que não possuem proteção social neste tipo de emprego.

Neste contexto histórico de mudanças do mundo do trabalho e nas relações sociais as expressões da questão social são metamorfoseadas. Em Estados nacionais com seus papéis redefinidos pela reestruturação do capital instaura-se uma política de austeridade. Isto faz com que a administração das expressões da questão social tenha novas maneiras de intervenção; alteram sobremaneira, as diretrizes e princípios, bem como, a constituição dos sistemas de proteção social.

O neoliberalismo como projeto ideológico conservador expressa-se na supremacia natural da ordem do capital, na naturalização da questão social, e promove o desmonte das conquistas sociais dos trabalhadores.

Este processo de derruição do sistema de proteção social e desregulamentação do mundo trabalho estão calcados na exigência da esfera da produção de mercadorias que requer a redução dos custos e a ampliação de das taxas de lucro. Segundo Behring e Boschetti (2006) o Estado se tornará o objeto de uma reformatação para se moldar, absorver e inserir-se na lógica da mundialização do capital - cada vez mais financeirizado -, tendo como quesito fundamental para este processo a aplicação de um conjunto vasto de contrarreformas.

Para os pensadores neoliberais, tanto trabalhadores quanto capitalistas se colocam nesta sociabilidade como atores isolados que transitam livremente pelo mercado, estando em igualdade de oportunidades e condições, pois somente em uma sociabilidade de livre mercado os homens poderão se desenvolver e aprimorar suas capacidades integralmente (PASTORINI, 2010).

O que está sendo operado na contemporaneidade são ataques permanentes aos direitos trabalhistas e previdenciários, a expansão do trabalho terceirizado, o desmonte dos sistemas de seguridade social e das políticas sociais para a implementação dos programas de transferência de renda focalizada para satisfazer a necessidade de expansão do capital. “Este fenômeno é a celebrada *globalização da economia*, também conhecida como *mundialização do capital* ou como *imperialismo*” (BOTELHO, 2008, p. 45).

Por meio da globalização o capital disseminou, de maneira ideologizada, o “pensamento único”, o qual prega que no mundo moderno não há mais diferenças entre as partes do globo. A sustentação desse ideário se justifica pela incansável repetição e não propriamente pela eficiência e eficácia daquilo que é difundido. A principal ideia defendida e difundida é que todos os países precisam abrir suas economias e, devem intervir minimamente ou nem intervir nas relações econômicas, para que se tenha um livre mercado.

Para Chesnais (1997), todo o processo de desregulamentação, privatização e liberalização da economia são conceitos que, em parceria com a manutenção da baixa inflação, da responsabilidade fiscal dos governos e da segurança de uma estabilidade do câmbio, se tornaram a receita básica para um “bom governo”. Esta ditadura do mercado é cada vez fortalecida pelo processo de financeirização global do capital, ou seja, pelo desenvolvimento dos mercados financeiros.

Chico de Oliveira (1998) comenta a necessidade constata que o capital possui de alcançar cada vez um maior volume de recursos, principalmente na fase de maior sofisticação tecnológica, assim promove um “assalto” ao fundo público.

Para maior captura do fundo público, a fim de satisfazer as necessidades, o capital por meio de seus agentes promovem um ataque aos direitos sociais e aos investimentos sociais. “O caráter ideológico do pensamento neoliberal torna-se explícito, pois se arroga em defensor de interesses gerais, sendo que representa, na realidade, uma fração mínima da sociedade em termos populacionais, os grandes capitalistas e seus agregados mais próximos” (BOTELHO, 2008, p.59).

O “Estado mínimo” pregado pelo neoliberalismo é mínimo para os direitos e investimentos sociais e não para os gastos para garantir a reprodução ampliada do capital (NETTO, 2012).

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do “Estado mínimo” pretende,

fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworski, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia”. (NETTO, 2012, p. 422)

Ainda que se possa desprezar a viabilidade política deste projeto numa perspectiva de longo prazo, o certo é que conquistou inegável hegemonia, “satanizando o Estado”, disseminando de modo ideologizado uma cultura política “antiestatal”, como libertação da sociedade civil da tutela do Estado, mas o que se opera é a erosão das regulações do Estado nas relações econômicas com vistas a derruição dos direitos sociais.

No Brasil, as particularidades históricas são diferentes do modelo fordista-keynesiano que se desenvolveu em alguns países da Europa, uma vez que a formação do Estado capitalista/ burguês brasileiro não foi fruto de uma revolução burguesa nos moldes tradicionais, conforme aponta Florestan Fernandes (1987).

Uma “transição pelo alto e sem revolução”, conseqüentemente o desenvolvimento do modo de produção e das políticas sociais sofreram as conseqüências deste modelo particular onde tardiamente se iniciou o processo de industrialização do país. Não foram promovidas as reformas de base como: a reforma agrária, proteção ao trabalho, política social e a implementação de um sistema de seguridade social que abarcasse as políticas que pudessem garantir a mínima qualidade de vida para o trabalhador.

Para Fernandes (1987) e Behring (2008) a formação sócio-histórica brasileira possui o peso do escravismo que marcou a cultura do país, a ética, a moral, os valores. Isto incide diretamente no ritmo de mudança e desenvolvimento do país, bem como, o desenvolvimento desigual e combinado que reverbera na construção e formação social brasileira, provocando colapsos seculares.

Conforme aponta Behring (2008), a criação histórica da hegemonia nas relações e lutas sociais do capitalismo brasileiro uma miscelânea entre o “pretérito, presente e futuro”, e é denominado como um processo de modernização conservadora cuja marca estrutural é a dependência, ainda que incorpore elementos de ruptura, bem como de heteronomia no desenvolvimento dos meios de produção – industrial e agrário.

Nas condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, são vislumbrados três processos fundamentais: a incapacidade de romper com a associação dependente com o exterior; a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos; e a incapacidade de superar o

desenvolvimento gerado pela concentração da riqueza. (BEHRING, 2008, p. 102)

Para Behring (2003) os elementos fundantes da formação social e econômica brasileira se deram pelo autoritarismo na sociedade e no Estado e pela cultura patrimonialista e senhorial, tendo o clientelismo como meio de fazer política, bem como a prática do favor e tutela e a privatização da coisa pública.

Para Florestan Fernandes “as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1972, p. 17) para os países imperialistas. Isto fez, com que o Brasil e toda América Latina se encaixasse perfeitamente no jogo do desenvolvimento desigual e combinado.

No capitalismo dependente da América Latina, orientado pelos países imperialistas, as economias nacionais foram levadas a “bancarota” por meio da contratação de grandes empréstimos com juros galopantes para criação e/ou promoção de um complexo industrial nacional, afim, de fomentar a modernização nacional.

Todavia, o que houve foi um fracasso dessa tentativa na América Latina e Caribe, pois devido à tendência à monopolização do grande capital sob o comando das grandes potências imperiais, a possibilidade das burguesias nacionais latino-americanas de construir um projeto e/ou programa nacional de desenvolvimento competitivo se torna efêmero.

Ao passo que os países latinos foram se inserindo na disputa do mercado foram subsumidos e submetidos à subordinação para a acumulação e à ascensão capitalista central.

A burguesia brasileira não possuía um projeto de país, isto pela sua submissão a oligarquia agrária. Por intermédio de capitais derivados da abolição da escravidão e do aumento e valorização do preço do café foi possível aos industriais e oligarcas se unirem. Eles promoveram um pacto, onde este afirmava o compromisso com a manutenção da ordem e a promulgação das primeiras leis sociais.

Este pacto político que permitia institucionalizar as Leis Sociais de proteção do trabalho seria utilizado como engrenagem de sustentação do processo de modernização e regulação do trabalho no início dos anos de 1920.

A literatura especializada sobre políticas sociais no Brasil evidencia que historicamente, estas políticas se caracterizaram por sua pouca efetividade social e por sua subordinação e interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira (COUTO et al., 2014, p. 55)

A burguesia nacional brasileira para promoção do enfrentamento a questão social que eclodia no cenário político importou das correntes filosóficas europeias “propostas de solução”, ainda que, para os políticos, a questão social se constituía como desvio moral e de higiene dos sujeitos e não como uma questão econômica e social (CARRO, 2008).

Frente ao cenário de pressões e manifestações dos trabalhadores que, ainda que em regiões específicas, estavam organizados e reivindicando melhores condições de vida e trabalho, os políticos, a oligarquia agrária e o grupo recém-formado de industriais, criaram um projeto de legislação trabalhista. Um projeto de fundamental importância, pois seria uma peça jurídica de regulação das relações de trabalho.

Após duas grandes greves gerais (1917 e 1919) aprovou-se ainda em 1919 o projeto de lei trabalhista que regulava as relações no mercado de trabalho apresentada em 1915¹⁷, o projeto visava regular os processos de acidentes de trabalho, tanto os ocorridos na área urbano-industrial como no setor agroindustrial (CARRO, 2008). Todo e qualquer acidente de trabalho se tornou de responsabilidade do empregador, isto porque, substituiu-se o princípio da responsabilidade pelo risco profissional, assim o acidente de trabalho passa a ser visto como um risco intrinsecamente conectado a certa atividade laboral-econômica.

No governo de Getúlio Vargas (a partir de 1930) sua política operária foi de fundamental importância para o desenvolvimento e expansão das indústrias e empresas nacionais. A sua justificativa era a preservação da massa trabalhadora, pois com o avanço dos parques industriais, a cada dia demandava-se um contingente maior de mão-de-obra. Porém, a medida que a massa operária-industrial se expandia, crescia também os conflitos e embates entre empregador e empregado (LIMA, 2009) – a expressão das tensões entre capital e trabalho.

¹⁷ Projeto de lei de autoria do parlamentar Adolfo Gordo, “tendo como novidade desse dispositivo legal, com relação a lei civil anteriormente vigente, estava em que ele substituía o princípio da responsabilidade pelo risco profissional. No regime jurídico anterior, para que se pudesse pedir na justiça uma indenização ao empregador, por danos pessoais resultantes de um acidente de trabalho, dever-se-ia aprovar em juízo que tal acidente teria sido provocado, por dolo ou por culpa, pelo patrão”. (CARRO, 2008, p. 145)

A política trabalhista implementada por Vargas visava atender a “dois senhores” ao mesmo tempo; verdadeira estratégia política, de um lado formalizava e regulava “as condições políticas de oferta e demanda do mercado” e impunha pequenos limites para a relação entre capital e trabalho. (LIMA, 2009, p. 25-26).

Ao passo que o processo de industrialização brasileira se aprofundava a concentração de renda crescia na mesma proporção, aumentando a desigualdade entre as classes e intensificando as tensões nas relações de trabalho. Dado o fato desta contradição, o movimento operário começa a surgir em pontos espalhados do país, com destaque para o Estado de São Paulo, o que evidenciava o descontentamento dos trabalhadores. Porém, não somente os trabalhadores, a classe média brasileira e os intelectuais também começaram a evidenciar sua frustração.

Vargas temia uma revolta dos movimentos sociais e dos trabalhadores, já que a possibilidade de acirramento das tensões e da luta de classes era eminente, seguindo o que acontecia nos países da Europa com os movimentos operários. Frente a esta eminente possibilidade, Vargas, criou e implementou um conjunto de medidas de proteção social de caráter preventivo. Estas medidas de proteção social estavam conectadas com o conceito de progresso social e institucional.

O conjunto de medidas criado por Vargas, não só atenderam, em partes, as demandas da classe trabalhadora, mas também os anseios da classe média e, primordialmente as aspirações da burguesia e do capital, assegurando as condições para aumento da produção. Assim, acabou por conseguir, via consenso, a adesão das classes e suas estratificações em torno de uma política de compromissos e conciliações, para assegurar a “paz social” – esta conciliação ofereceu suporte para a expansão do capitalismo brasileiro (BULLA, 2003). A partir daí, o Estado brasileiro adotou uma política de proteção ao trabalhador, conciliando os incentivos ao trabalho e o aumento da produção.

O Brasil inicia a década de 1960 com robusto desenvolvimento industrial, crescimento econômico significativo e um parque industrial com características próprias de economias maduras (LIMA, 2009); constituíram uma “expansão e diversificação da estrutura industrial apoiada na ampliação das relações e estruturas de dependência do capital internacional, totalmente ausente de compromisso com a distribuição” (LIMA, 2009, p. 36) da riqueza socialmente produzida.

Foi sob estes projetos que o modo de produção capitalista se desenvolveu, ainda que como um subsistema e dependente das economias centrais. Noutra face desta moeda, alguns equívocos aconteceram como, por exemplo, a guinada do sistema agrário-comercial para o sistema industrial-urbano não foi precedido por uma séria reforma agrária.

Este processo gerou uma quantidade enorme de trabalhadores rurais ociosos, com baixa qualificação e sem experiência no trabalho fabril se soma aos inúmeros trabalhadores urbanos também disponíveis. Este fato permitiu aos capitalistas industriais a manutenção da taxa de exploração do trabalhador e a permanência de baixíssimos salários (BOTELHO, 2008).

O capitalismo brasileiro recruta a sua mão-de-obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária e de sua conversão na nova estrutura agrária. Em especial, age como elemento perturbador do mercado de trabalho capitalista a formação de excedentes demográficos rurais, pois isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão-de-obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista. Em síntese, o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um “exército industrial de reserva” exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema. (RANGEL, 1986, p. 58)

O projeto de desenvolvimento industrial e econômico fez com que a divisão social e técnica do trabalho se acentuassem como, também, se agravasse a questão social, tendo um aumento da desigualdade social, concentração de renda pela burguesia e miséria para um contingente populacional.

Dado este ato, o germe da política social brasileira como proteção legal aconteceu somente no século XX em suas primeiras décadas, marco no sistema, pois acontece de modo lento e moderado a passagem das formas assistenciais das entidades religiosas para uma política de Estado, isto, pois o país estava em processo de industrialização e novas relações de produção, trabalho e organização dos trabalhadores se constituíam no país (SPOSATI et al, 2007).

Pouco tempo após esta conquista da classe trabalhadora nacional, em 1923 é institucionalizado o Sistema de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) – sob o decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923 denominada Lei Eloy Chaves (SPOSATI et al, 2007). A criação da Lei Eloy Chaves (1923) é fruto da intensa luta dos trabalhadores, por meio de greves e manifestações, sendo considerada medida de proteção social do trabalhador com o objetivo de preservar o mundo do trabalho e as relações do capital. As CAPs destacam-se como uma das primeiras medidas

brasileiras na construção de uma “proteção social” nos anos de 1920 (BOSCHETTI, 2006).

A lei Eloy Chaves garantia direitos como: atendimento à saúde do trabalhador e de sua família; medicamentos a preços especiais; aposentadoria e em caso de morte garantia uma pensão para herdeiros/ dependentes, aos trabalhadores chamados para o serviço militar acrescia-se 50% no valor do salário recebido.

Para os demais trabalhadores e indivíduos os serviços deveriam ser buscados em associações filantrópicas como as Santas Casas de Misericórdia, entidades privadas e grupos religiosos, grupos existentes deste o século XIX no Brasil. A intervenção estatal é constituída de medidas fragmentadas e pontuais com vistas a regular as novas relações do mercado de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A crise de 1929 provocou o aumento do desemprego, pobreza e a precarização do trabalho e da vida de toda a população, o cenário nos países de economia dependente se caracterizou pela intensificação da exploração de classe e o alto empobrecimento e miserabilidade dos sujeitos sociais. Contudo a luta dos trabalhadores em oposição a este cenário caótico do capital ganhou visibilidade e força na reivindicação por melhores condições de vida e trabalho (IANNI, 1986).

Essa concreta visibilidade da luta trabalhadora fez com que Getúlio Vargas, candidato a presidência da República, incluísse em sua pauta política os direitos sociais do trabalho. Já eleito ao cargo de presidente da República assinou o Decreto nº 19.671-A de 04 de fevereiro de 1931, criando o Ministério do Trabalho e expandindo as Caixas de Aposentadoria e Pensão para outros segmentos de trabalhadores. A proteção social brasileira no governo de Vargas ganha novos contornos e é ampliada com novos benefícios e serviços sociais (STOPA, 2012).

Ao mesmo tempo, o Estado implementava por meio das CAPs um sistema de seguro social, como maneira de arrefecer a potência da classe trabalhadora – “acalmado os ânimos de um jovem operariado” (PEREIRA, 1999). A proteção social promovida era fragmentada por categorias profissionais, com limitações e desigualdades nos acessos aos benefícios e vigorosamente assinalada pelo caráter corporativista. Uma política intervencionista, nitidamente clara com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como um anúncio das futuras mudanças nestes setores (IANNI, 1986).

Para Boschetti (2006) o Ministério do Trabalho é a materialização do projeto político varguista para a regulação das relações de trabalho. Ademais outro instrumento foi a criação da carteira de trabalho para os trabalhadores urbanos, onde se estabelecia a obrigatoriedade do contrato de trabalho entre empregador e empregado, e aos mesmo tempo representava a segurança dos direitos previdenciários dos trabalhadores.

Gradualmente, alguns benefícios de viés assistencialista obedecendo a lógica e a ideologia do capital foram introduzidos e passaram a fazer parte da proteção social brasileira.

No caso da Assistência Social, o quadro é ainda mais grave. Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como *não política*, renegada como secundária e marginal (...) (COUTO et al., 2014, p. 56)

Para Mestriner (2001) o Estado brasileiro apoiava às práticas sociais de benemerência e caridade em detrimento do reconhecimento do direito do cidadão a assistência social, este mesmo Estado, passa a ser responsável por sua organização a partir da criação do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938. Este conselho se torna responsável em acompanhar os direitos trabalhistas e previdenciários, até então, restrito a poucas categorias profissionais.

A Assistência Social brasileira ganha um status e sentido patriótico no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a criação da Legião Brasileira de Assistência, conhecida como LBA, a primeira institucionalização da assistência social nacional. Atendia no período da guerra as famílias dos pracinhas, ao término da II Guerra se volta para o atendimento assistencial às famílias de gestantes e à infância (SPOSATI, 2007).

Segundo Iamamoto e Carvalho (1986) a Legião Brasileira de Assistência

Surge a partir da iniciativa de particulares e logo encampada e *financiada* pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das *senhoras da sociedade*. [...] Nesse sentido serão lançadas diversas campanhas de âmbito nacional como as da *borracha usada*, confecção de ataduras e bandagens, campanha do livro, campanha das “hortas da vitória” etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 251)

A Legião Brasileira de Assistência se caracterizou como instituição pública de assistência social promotora de ações assistenciais em âmbito nacional. O financiamento das ações era sustentado com orçamento próprio e doações, contudo eram as doações privadas que sustentavam as intervenções que eram estruturalmente, construídas a partir de princípios caritativos, de benevolência e beneficência (privada), desfigurando por completo a proteção social pública e de responsabilidade do Estado, pois

Partindo da constatação de que “muito pouco se poderá fazer dentro dos quadros atuais do Serviço Social no Brasil” a LBA é organizada sobre uma estrutura nacional (...), procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidente da *rede assistencial*. Atuará também como repassadora de verbas – globalmente vultosas – para ampliação e reequipamento das obras assistenciais particulares. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 252)

A Legião Brasileira de Assistência se consolidará como instituição pública com estrutura administrativa e organizacional entre os anos de 1945 a 1964, tendo um conjunto de funcionários próprios com instituições descentralizadas por todo o país, porém ainda com parcerias com as empresas privadas prestadoras de serviços sociais.

Segundo Faleiros (2000) o Brasil no período de 1930 a 1960 conduziu a política com a intenção de estabelecer e transformar as relações entre sociedade civil e Estado, no sentido a integrar o mercado interno e o desenvolvimento da industrialização nacional. Já nos anos de 1964 a 1985 a economia nacional vive um crescimento considerável, isto no período ditatorial. Faleiros (2000) em relação aos direitos sociais aponta que no período ditatorial alguns avanços aconteceram, porém permaneceram centrados no modelo tecnocrático e conservador.

Poucos anos antes do golpe militar, na década de 1960, os sindicatos e os movimentos sociais por meio de luta e pressão constante conseguiram que o governo aprovasse a Lei Orgânica de Previdência Social, que trouxe a unificação e uniformização dos benefícios sociais; além das pressões pode-se considerar essa aprovação como uma concessão paternalista do governo.

Foi consolidado no período de 1964 até cerca de 1980 – períodos dos governos militares – um modelo de produção pautado na produção de bens de consumo duráveis, dependência do capital externo e salários extremamente baixos.

Houve no período militar o conhecido milagre econômico brasileiro com altos índices de crescimento econômico. Contudo as políticas sociais tiveram um retrocesso considerável em seus investimentos a medida que as Organizações Sociais se expandiram, como também, as decisões sobre a assistência social e as políticas sociais do país foram centralizadas dentro do poder Executivo Federal, com certa fragmentação institucional e política voltada para a privatização do espaço e das empresas estratégicas nacionais (IANNI, 1986).

O Brasil, neste período, demonstrou sua capacidade de expansão de bens e serviços gerando um volume considerável de riqueza socialmente produzida, porém, ao mesmo tempo, demonstrou sua limitada capacidade de combater a desigualdade social e a pobreza, a medida que não construiu uma política de redistribuição de renda via política social.

Em 1966, o Estado promove a unificação dos IAPs e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Com isto, as diferenças entre segurados do setor privado com suas IAPs chegam ao fim e ocorre a uniformização dos serviços e dos pagamentos.

Os trabalhadores rurais conquistaram o direito de receber o benefício ainda que não contribuíssem diretamente para o regime de previdência, rompendo, deste modo, com o antigo padrão que garantia uma cobertura restrita a grupo determinados e que fossem contribuintes (FALEIROS, 1992).

Os trabalhadores que não tinham suas atividades laborais reconhecidas por lei foram incluídos na assistência previdenciária, assim como os idosos carentes, mas tiveram suas necessidades rebaixadas a menos do mínimo, reproduzindo a máxima de “vidas sem valor”, de “ser isento de necessidades”, atribuída aos idosos, uma trivialização do padrão de reprodução social. (TEIXEIRA, 2007, p. 53)

Deste modo, para Faleiros (2000), a ampliação da parceria público-privado no período militar, deu o tom e constituiu um complexo industrial-tecnocrático-militar-assistencial que não estava a serviço da população, excluindo uma centena de milhares de pessoas desprotegidas. Não possibilitando a construção de um amplo sistema de proteção social como projeto de cidadania universal.

Uma característica que foi marcante no período militar é a proteção social sendo promovida por parceria com a iniciativa privada de caráter filantrópico. Esta era uma das parcerias promovidas pelo Estado. A outra parceria no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, é a execução das políticas sociais pela

iniciativa privada com fins lucrativos, “atrelou-se o sistema à uma lógica privatizante.” (TEIXEIRA, 2007, p. 54).

Para Mota (2010) ainda que a política social tenha se expandido nos anos de 1970, no Brasil, foi aberto pelos governos do regime militar um grande espaço para a mercadorização da saúde e da previdência social, bem como da educação, dando sequência, mais uma vez, a velha formação brasileira heterônoma, configurando e conformando ao longo do tempo um sistema dual de acesso às políticas sociais – uma miscelânea entre público e privado – ou seja, políticas sociais “para quem pode pagar e para quem não pode”, dois nichos populacionais – “cidadãos consumidores e cidadãos pobres¹⁸”.

É desta forma que se consolidou o sistema de proteção social nacional, onde, segundo Teixeira (2007), as principais características consistiam em: ultracentralização institucional, financeira e política das ações do governo ditatorial no âmbito federal; privação de participação política e social da sociedade civil nas decisões; processos de privatizações das políticas públicas; lógica de autossustentação dos investimentos sociais; e, como consequência deste conjunto de princípios, é a limitada efetividade das políticas.

Em 1974, governo do general Geisel [1974-1979], significativas demonstrações econômicas começam a evidenciar e que o “milagre” brasileiro já estava em falência com a redução da taxa de crescimento econômico, e decréscimo no setor industrial. Um dos fatores de impacto na economia mundial e, conseqüentemente brasileira, foi o aumento do preço do barril de petróleo, um problema inesperado para o Brasil, pois 80% do consumo do país era proveniente de importações, este número elevado de importação e fruto do processo de desenvolvimento da indústria de automóvel [carros, caminhões, ônibus] (DINIZ, 1994).

Entre os anos de 1977-1978, o endividamento do Estado havia crescido consideravelmente e o processo inflacionário estava em alta. A política econômica de Geisel não conseguiu conter esses fatores econômicos e, isto fez com que os juros se elevassem e provocassem descontentamento e manifestações da burguesia industrial. Assim, o governo busca priorizar as demandas de fração da burguesia: a industrial. Promoveu uma “queda de braços” com os banqueiros em 1976, tendo

¹⁸ MOTA, A. E. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade** – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

como pauta a liberalização dos juros; - saíram vitoriosos os capitalistas (NERY, 2012).

Em 1979, nova crise do petróleo, enxurradas de eurodólares buscando liquidez, economias centrais em crise; todo este contexto refletiu no Brasil e provocou o acirramento da crise econômica.

Vendo seus planos fracassados, as lideranças da burguesia industrial romperam com o governo militar e, se aproximaram dos economistas vinculados ao PMDB (CRUZ, 1988). O PMDB, o partido que lideraria a campanha das Diretas Já, fazia frente no processo de redemocratização do país.

Isso reforçou, também, o papel da oposição burguesa na campanha, pois peemedebistas e pedetistas fizeram de tudo para manter a *Diretas Já* na estrita ordem burguesa, provando para o grande capital em geral que eram dignos de confiança. Os capitalistas, assim como a oposição burguesa, buscavam manter sob seu controle a transição da ditadura militar para a democracia burguesa, preservando certos mecanismos instituídos pelos governos militares - como, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional (LSN) - que mantinham as características autoritárias da ditadura militar no novo regime que seria instituído a partir de 1985. (NERY, 2012, p. 55)

A classe dominante brasileira agiu conforme seus interesses e, de acordo como a conjuntura se desenhava, antes num apoio a ditadura burguesa-militar e depois apoiando o seu fim.

O novo sindicalismo e os movimentos sociais se tornaram os principais atores nas lutas pela defesa das demandas populares como: água, esgoto, saúde, educação, assistência, em sua maioria, organizada a partir das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos pela saúde pública.

Estes movimentos sociais tiveram extrema importância no ajuntamento das massas e do movimento operário que estava desorganizado. Esses movimentos sociais e o novo sindicalismo promoveram cursos de formação política, propiciaram a troca de experiências, discussões de base do movimento. (SADER, 1988).

Para Antunes (1992), o movimento sindical foi a expressão maior do novo processo de organização dos trabalhadores. O autor dá maior ênfase ao novo sindicalismo originado no ABC paulista. Para ele, o novo sindicalismo do ABC paulista confronta o regime militar e, passa a fazer uma ação mais incisiva a partir da explosão das greves operárias iniciadas em 1978.

Alguns elementos foram primordiais para que essa fração burguesa se juntasse ao movimento pró-eleições. Destaca-se: 1) o acirramento dos embates

políticos dos movimentos sociais com a truculência do Estado; 2) a crescente preferência popular por eleições diretas; 3) pronunciamentos e manifestações de parte dos capitalistas para sucessão de Figueiredo pela via de eleições diretas; 4) ato Público realizado pelo PT e CUT em São Paulo, um grande comício. Este conjunto de acontecimentos “conduziu” a burguesia a se opor e a compor a organização do movimento das *Diretas Já* (NERY, 2012).

O que unia a burguesia e o movimento operário em torno da luta pela redemocratização do país eram as propostas em comum: 1) a própria abertura política e redemocratização; 2) o fim do acordo e a obediência aos mandos do FMI e; 3) a retomada do desenvolvimento econômico-social. Estas eram pautas unificadas entre a burguesia e o movimento operário.

Para José Paulo Netto (1999)

O processo de derrota da ditadura e sua substituição por um regime democrático – processo que se iniciou nos anos setenta e atravessou a década de oitenta-, a mobilização política de amplos setores populares alcançou tal magnitude que não foi possível evitar que se criassem as bases jurídico-institucionais para reverter boa parte daqueles traços de extrema exploração e dominação. A Constituição de 1988 consagrou este profundo avanço social, resultado das lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos: sem ferir a ordem burguesa [...]. Ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam “dívida social”. (NETTO, 1999, 77)

Conforme aponta Netto (1999) e demais autores acima, as movimentações político-sociais no Brasil contribuíram para a queda da ditadura burguesa militar e subsidiaram as discussões em torno da configuração da Constituição de 1988, tendo em sua conformação um pacto social entre as forças sociopolíticas que se comprometeram com as regras democráticas para reestruturação do Estado de direito, a fim de minorar as intensas desarmonias socioeconômicas gestadas pela ditadura militar e seu padrão de desenvolvimento.

É na CF. 1988 que avanços nos direitos sociais, humanos e políticos se tornaram presentes no país, como também outras inovações democratizantes ganharam espaço, promovendo a participação da sociedade civil na gestão, fiscalização e organização das políticas sociais.

A grande conquista social compreende a criação do sistema de seguridade social tendo a Assistência Social como parte integrante e com caráter de política pública de direito.

Relativamente à proteção social, o maior avanço da Constituição de 1988 é a adoção do conceito de seguridade social, englobando as áreas da saúde, da previdência e da assistência. Além dessa inovação, há que se realçar a redefinição de alguns princípios, pelos quais foram estabelecidas novas regras reativas a fontes de custeio, organização administrativa, mecanismos de participação dos usuários no sistema e melhoria/universalização dos benefícios e serviços. Essas mudanças permitiram atenuar as deficiências de natureza gerencial – até então existentes - e atenderam a históricas reivindicações das classes trabalhadoras. (MOTA, 2005, p. 142)

Esta tríade de políticas foi pensada de modo a serem interligadas e complementares. Conforme explicita Boschetti (2006), a Constituinte brasileira definiu o conceito de seguridade social com base em duas chaves analíticas: no seguro social, oriunda da experiência bismarckiana (Alemanha 1883), marcada por uma estrutura fundante na organização do mundo do trabalho e no controle social, com centralidade no trabalho assalariado e não no combate a pobreza. Assim, um dos princípios que caracterizam - a lógica do seguro; é a proteção condicionada à contribuição prévia.

Outra chave analítica é a da lógica social ou assistencial, provinda da experiência histórica inglesa, cujo um dos pilares é o Relatório Beveridge (Inglaterra 1942). Este provocou uma reforma no sistema de proteção social com concepção pautada nos princípios de unidade das gestões do seguro social, da homogeneização das prestações básicas e, do princípio da universalidade que diz respeito à cobertura, ou seja, a cobertura das necessidades essenciais sem contribuição prévia.

A Política de Assistência Social não possui caráter universal nem requer prévia contribuição, foi estabelecida para “quem dela necessitar”, tendo o acesso restrito pelo cumprimento das condicionalidades e a principal delas é o fator renda; a previdência social continuou com seu caráter contributivo, mas agora independente do trabalhador se encontrar ou não incluído em relações formalizadas de trabalho; a saúde, por meio da luta consistente e incisiva do movimento de reforma sanitária, passa a se pautar pela universalidade do acesso sem prévia contribuição.

Behring (2008) ressalta que a partir da CF. 1988, a Política de Assistência Social e as demais políticas sociais passaram a ter caráter de direito. Foi um grande avanço conquistado pela luta dos trabalhadores e movimentos sociais em prol da democracia e direitos sociais. A CF.1988 concebe a Assistência Social como política pública pertencente ao sistema de seguridade social e de responsabilidade do

Estado, inscrita no Capítulo II da Seguridade Social nos artigos de 203 a 204, também a Assistência Social versa-se no art. 6º.

Para Pereira (2016¹⁹) a Assistência Social é uma política mediadora, pois possui um papel universalizador, tendo como uma de suas funções a introdução dos pauperizados que possuem dificuldades de acesso no circuito das políticas sociais.

A autora acrescenta que a Assistência Social possui em sua essência um compromisso com a universalização, mas sabendo que em si não poderia atender a todos, entende que tem um papel de alargar as outras políticas para que elas alcancem aqueles que não conseguem ou possuem dificuldades em acessá-las.

Para Yazbek (1995) o sistema de seguridade social como campo dos direitos e da universalização dos acessos com responsabilidade do Estado tem um avanço ao inserir a assistência social como política pública de direito e dar a ela visibilidade como tal.

Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite de assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. (YAZBEK, 1995, p. 10)

Para Mota (1995) é por meio da CF. 1988 e de seu conjunto de normatizações jurídicas que cunhou-se um conjunto de políticas sociais de maneira a responder as injustiças sociais criadas ao longo da ditadura militar, buscando imprimir políticas equânimes e universais; contudo, na prática, não se consolidaram, visto que, os direitos sociais dependiam de leis complementares. A construção destas leis complementares já se dava num período em que não havia as mesmas condições objetivas na sociedade - condições econômicas, políticas, sociais e culturais.

A economia dependente brasileira já “navegava” nas ondas de uma crise financeira, fortemente pressionada pelos organismos financeiros internacionais que negavam as conquistas e direitos recém-conquistados. O Estado efetua um movimento de retração, tendo a priori a alegação de adequar o modelo do sistema de seguridade social conquistado à necessidade de reformas econômicas que o país deveria promover.

¹⁹ Aula ministrada na disciplina de Política de Assistência Social e Seguridade Social do curso de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília.

O movimento Constituinte e as conquistas sociais alcançadas se deram num período onde no cenário internacional, colocava em cheque de diversas formas os processos do Estado de Bem-Estar Social (NETTO, 1999), tendo como ponta de lança a ideologia neoliberal. Para Fagnani (2005),

[...] foi somente em 1988, com quarenta anos de atraso, que o Brasil incorporou o paradigma dos “anos de ouro” adotado pelos países capitalistas centrais. Quando o fez, esse paradigma já estava na contramão do movimento do capitalismo em escala mundial. No plano interno, o estiolamento de suas possibilidades foi favorecido pelo esgotamento do Estado Nacional Desenvolvimentista e pela nova recomposição das forças políticas conservadoras [...]. (FAGNANI, 2005, p. 389)

O Brasil, desta forma, estava na “contramão” do plano internacional ao criar um aparato legal e jurídico expresso na Constituição e que previa um sistema de seguridade social que oportunizava espaços e mecanismos de regulação da dinâmica do capital, isto por meio de mecanismos político-democráticos.

É a partir de meados dos anos de 1990, que o Brasil, conduzido pelo programa de desenvolvimento econômico neoliberal, inicia o processo de desestruturação/ derruição dos direitos conquistados e inscritos na CF. 1988.

Assim, o ambiente que se formou nos anos 90 era absolutamente hostil para a cidadania recém conquistada. O embrião de Estado Social, universal e eqüitativo, esboçado pela Constituição de 1988, emergiu praticamente sem chances de sobrevivência. (...) Lamentavelmente, o processamento dessa legislação concentrou-se no início dos anos 90, num contexto político e econômico adverso. Em consequência, durante a tramitação da legislação complementar, e nas sucessivas “reformas” posteriores, a Constituição foi gradualmente desfigurada e o projeto reformista foi destruído. (FAGNANI, 2005, p. 390)

A seguridade social foi substituída pelo seguro social, foram eliminados os princípios da universalidade do acesso pela focalização nas famílias extremamente pobres; a privatização dos serviços sociais foi o elemento que substituiu a “prestação estatal direta dos serviços sociais”. Os direitos trabalhistas conquistados com muita luta pela classe trabalhadora brasileira foi incessantemente dilapidado pela desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho e pelo processo de terceirização.

Frente à realidade mundial que se instaurava, as possibilidades em continuar o processo de implementação da CF. 1988 se tornaram inviáveis na visão neoliberal. A burguesia nacional ligada ao grande capital tratou de inviabilizar que a essência

da CF. 1988 fosse adiante. A “Constituição Cidadã” foi transformada, se tornou um documento a ser combatido, isto na visão dos liberais (FAGNANI, 2005).

A eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, foi à expressão necessária promovida pela burguesia, uma vez que, Lula da Silva representava um sério risco para a plena implementação dos princípios neoliberais no país.

Esta reconfiguração da contrarreforma dos direitos sociais se acentuou com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Estado investiu consideravelmente menos em políticas sociais para atender as necessidades dos trabalhadores/as. Não poupou esforços e investimentos em atender aos interesses do capital, a exemplo da sangria de recursos para rolagem da dívida pública, sucessivas privatizações de empresas estatais essenciais ao desenvolvimento do país e, por fim o desmantelamento dos direitos sociais conquistados pela luta da classe trabalhadora e expressos na CF. 1988.

Para Behring (2008) e Mota (2007) a contrarreforma do Estado promovida por FHC é uma estratégia de inserção passiva e forçada do Brasil na dinâmica de produção e reprodução do capital internacional, “[...] esta opção implicou uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil” (BEHRING, 2008, p. 198).

A jornada de privatizações empreendida pelo governo tucano consistiu numa profunda desnacionalização do parque industrial de base nacional, e esse processo de aniquilamento, em contrapartida, não retornou em investimentos internos e tão pouco contribuiu para diminuir a dívida interna e externa (BEHRING, 2008). Ignorando os princípios e diretrizes constitucionais, anulou a soberania nacional com o processo de abertura econômica para o capital financeiro e especulativo derruindo os direitos sociais por meio de cortes em investimentos sociais (MOTA, 2013).

Faleiros (2000) descreve esse período do governo de FHC e faz menção às políticas sociais do seguinte modo

Investiu prioritariamente na aprovação de sua reeleição. Sua política de reformas da Constituição teve três eixos: a maior abertura possível da economia aos capitais internacionais, inclusive eliminando os monopólios estatais, privatização do patrimônio público e redução dos direitos sociais com a desregulamentação das leis trabalhistas. (FALEIROS, 2000, p.52).

Para o governo de FHC, o Estado brasileiro estava excessivamente pesado, com dificuldades de governar, isto somado com uma das mais graves crises fiscais

do país e altos índices de inflação, a proposta governamental de saída desse cenário foi a reforma gerencial. A reforma proposta procurava mostrar aos cidadãos que era necessário retomar a autonomia financeira nacional e a capacidade do país em ofertar políticas e serviços públicos de boa qualidade.

Deste modo, iniciada a “reforma”, o Estado transferiu para o setor privado as atividades que poderiam ser executadas pelo mercado, promovendo uma cultura no país de privatizações das empresas estatais e da busca privada de serviços sociais; com isso transformou estes serviços públicos em mercadorias que pudessem ser compradas no setor privado, dividiu os cidadãos em dois grupos – os cidadãos-pobres que deveriam buscar em entidades a oferta de serviços sociais e os cidadãos-consumidores, ou seja, aqueles que poderiam pagar por estes serviços – educação, planos de saúde e planos de previdência privada.

O governo do tucano investiu fortemente na flexibilização das leis trabalhistas para que se retirasse “empecilhos” da modernização e competitividade das indústrias brasileiras. Como expressão da “reforma” pretendeu-se reduzir os custos do trabalho para que investimentos estrangeiros no setor produtivo fossem atraídos, fato que implicaria na diminuição dos encargos para as empresas.

Os anos de 1990 foram marcados, além da “reforma do aparelho do Estado”, por altos índices de desemprego, trabalho precarizado e informalidade, cenário proveniente das intensas investidas do Estado para assegurar a flexibilização dos direitos do trabalho.

Diferentemente do anunciado pelo governo tucano as privatizações não diminuiram a dívida do país, fizeram-na aumentar rapidamente pelo processo de desregulamentação da economia e desestabilização da moeda (real), promovendo custos para o Estado brasileiro. Em contrapartida o governo e sua equipe econômica preferiram não estabelecer uma taxa de nacionalização dos componentes, que serviriam de regra para que as privatizações e as fusões entre as empresas pudessem acontecer e, este fato acabou gerando uma política indiscriminada de importação, refletindo na balança comercial, e provocando um processo de regressão para o país.

Como mecanismo de alocar grande fatia do fundo público para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, FHC em seu governo promoveu uma política de altos juros, estabelecimento de metas de superávit primário, criou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Recursos da União (DRU).

Todas estas medidas criadas foram para favorecer a rentabilidade do capital o que implica diretamente no desfinanciamento das políticas sociais e do sistema de seguridade social.

As consequências dessa orientação política são de extrema gravidade para a proteção social brasileira pós-CF. 1988, pois historicamente a sociedade brasileira não vivenciou e, tampouco, desfrutou de políticas públicas de proteção social universal, e o governo de FHC promoveu uma regressão aos direitos conquistados.

Para Netto (1999), os direitos sociais foram alvos de um processo duro de ataques por parte do capital, foram mutilados por meio do ideário neoliberal, principalmente os direitos relacionados ao trabalho, uma vez que, para que a governabilidade retornasse ao Brasil era de suma importância à flexibilização desses direitos.

O desfinanciamento das políticas sociais e do sistema de seguridade social levou a precarização da qualidade dos serviços públicos, fato que impulsionou a privatização e mercantilização das políticas sociais, a exemplo: a educação, saúde, previdência, (MOTA, 2010) etc.

A privatização dos serviços sociais, segundo Behring (2008), promove um dualismo discriminatório dividindo os cidadãos em dois nichos: os que podem pagar pelos serviços e os que não podem pagar, propiciando uma abertura e um reduto lucrativo para o capital, principalmente para o capital nacional que perdeu espaço depois do processo de abertura comercial do Brasil.

Para Behring (2008), a privatização das políticas sociais representa o método mais intenso de supercapitalização, ao passo que o processo de focalização determinará que somente os comprovadamente pobres/ miseráveis tenham acesso aos serviços ofertados.

É a lógica perversa e de competitividade acirrada do capital que subordinou a política social brasileira à política econômica (neoliberal), transferiu para o trabalho a carga fiscal, por meio da redução dos gastos sociais com políticas de caráter universal, e implementou políticas focalizadas e, principalmente pela flexibilização dos direitos do trabalho.

Neste processo de subordinação do social ao econômico há o sucateamento e a precarização das políticas sociais, oferecendo a população serviços de má qualidade e com pequena cobertura, uma vez que o princípio da focalização em um nicho específico é acionado frente a universalização da cobertura. Nesta dinâmica

estabelecida e, por meio da redefinição da política macroeconômica, o capital financeiro se torna o maior beneficiário. (NETTO; BRAZ, 2006; BEHRING, 2008; MOTA, 1995).

A seguridade social brasileira foi constantemente atacada pelo projeto econômico incorporado por FHC. É na seguridade social que estão as principais ou mais centrais políticas de proteção da classe trabalhadora, o interesse do projeto do capital é ferir esse corpo de políticas dando as diretrizes da privatização e mercantilização, desresponsabilizando o Estado do provimento destes serviços (NETTO, 1999).

Paralelo a Política Nacional de Assistência Social aprovada em 1998, o governo de FHC, por meio de Medida Provisória n. 813, em 1º de Janeiro de 1995, seu primeiro dia de governo, cria e implementa, à margem da LOAS, o principal programa/ estratégia para o enfrentamento da pobreza no Brasil: o Programa Comunidade Solidária.

Este programa assistencialista tinha como fundamento a refilantropização da Política de Assistência Social, base ideológica pautada no solidarismo ao invés do direito e destaca-se a criação de programas de transferência²⁰ direta de renda como, por exemplo, o Programa Bolsa-Escola, Vale Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), desprezando a Política de Assistência Social como direito inscrita na Constituição e ignorando a Lei Orgânica que a regulamenta.

O programa Comunidade Solidária não cria uma estrutura de serviços socioassistenciais, tampouco oferta programas, projetos e serviços próprios e de responsabilidade do Estado (VELOZZO, 1998). Não há nela nenhuma noção de direito, ainda que a CF. 1988 e a LOAS de 1993 afirme a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Para Telles (1998), o PCS possui apenas um valor simbólico e ideológico, uma vez que apresenta ações focalizadas e pontuais aqueles que eram considerados indigentes, extremamente pobres ou miseráveis, operando como um

[...] alicate que desmonta as possibilidades de formulação da Assistência Social como política pública regida pelos princípios universais dos direitos e da cidadania: implode prescrições constitucionais que viliariam integrar a Assistência Social em um sistema de Seguridade Social, passa por cima

²⁰ A implementação dos programas de transferência de renda no Brasil no início dos anos de 1990 seguiu uma tendência que ganha força na América Latina e Caribe (STEIN, 2005).

dos instrumentos previstos na Loas, desconsidera direitos conquistados e esvazia as mediações democráticas construídas. (TELLES, 1998, p. 19)

O último programa social de combate a fome e a pobreza da era FHC foi o Bolsa-Escola, um programa regulamento pela lei nº 10.219 de abril/2001 e pelo decreto de lei nº 3,823 de maio/2001.

O Bolsa-Escola colocou demandas de responsabilidades às famílias, pois transferia a elas a responsabilidade de manter e controlar a frequência escolar dos filhos para ter a garantia da continuidade do recebimento das prestações financeiras.

A negligência às determinações constitucionais, o atendimento de algumas necessidades básicas tratadas de forma imediata levavam as famílias a um processo de aceitação da cultura da crise em função da defesa da desregulamentação do Estado, ou como afirma Borón (1994) da “satanização do Estado”. O discurso de falência do Estado pode levar as famílias atendidas nos programas a aceitar a “incapacidade” de efetivação de serviços públicos com qualidade e na perspectiva de universalização dos direitos sociais (LINS, 2013, p. 101).

Para Yazbek (1995), o governo de FHC reitera na Assistência Social sua origem fragmentária, pulverizando as ações e enfraquecendo o sentido de direito, conquistado na LOAS. Deste modo, a pulverização criada pelo governo

[...] mantém a Assistência Social sem clara definição como política pública e é funcional ao caráter focalista que o neoliberalismo impõe às políticas sociais na contemporaneidade. Ao repartir e obscurecer em vários Ministérios as atribuições constitucionais previstas para a Assistência Social, a *Medida Provisória contribui* para fragilizá-la como direito de cidadania e dever do Estado (YAZBEK, 1995. p. 14).

Um dos ataques mais marcantes da era tucana de FHC se materializou na Medida Provisória nº 1591, do dia 09 de outubro de 1997, dando legalidade e materialidade para as Organizações Sociais (OS), conferindo-lhes autonomia administrativa e financeira e, criando a possibilidade de auferir recursos externos ao Estado. As OSs são um projeto que altera a base e a essência da reação do Estado com a área social fruto da “reforma” gerencial do governo tucano.

O governo “atropela” o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ao propor o credenciamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e das Organizações Sociais como entidades com atividade nos termos da Assistência Social, sendo elas entidades privadas com fins públicos. Para o governo o credenciamento e o repasse das atividades para estas entidades “facilitaria e desburocratizaria” os processos.

Como apontado por Behring (2008) no campo da saúde, cunhou-se o conceito de universalização excludente e, confirmado por meio da dualização criada no processo de sucateamento do sistema de seguridade e suas políticas. Neste processo de dualização cria-se um sistema pobre para os pobres e um sistema de qualidade elevada para os que podem pagar pelos serviços oferecidos, muitas vezes, serviços corriqueiros.

Na política de saúde, o processo de privatização, segundo Behring (2008) foi conduzido pelo governo tucano por meio do fomento aos planos e convênios privados, o que fez com que todo e qualquer problema entre o cidadão e a empresa prestadora de serviços um caso de direito do consumidor e não uma responsabilidade por parte do Estado.

No campo da Previdência Social, FHC, conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 20, em 1998. Esta EC/nº 20 passou a organizar o sistema da Previdência Social em dois regimes, sendo eles: Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), isto além do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os efeitos dessa emenda é o fortalecimento do dualismo criado por este governo, sendo uma previdência precarizada para os pobres que podem contribuir e, a consolidação da previdência complementar para os que “podem pagar” pela “proteção” futura.

É nessa conjuntura de avanço do neoliberalismo e, conseqüentemente derruição dos direitos sociais, crescente desemprego e informalidade, flexibilização dos direitos trabalhistas, aumento exponencial da dívida pública, inflação, etc, é nesse cenário de “desertificação social” que a vitória no pleito eleitoral de Lula e do PT em 2002 se deu e, cheia de significados e simbolismos expressos.

3. A “nova” configuração da Política de Assistência Social brasileira no governo Lula: avanços, retrocessos e permanências

A vitória eleitoral de Lula carregava consigo, por parte da massa trabalhadora explorada e expropriada de seus direitos, uma esperança e desejo de que o programa de governo do presidente redesenhasse o modelo econômico e social implementado por FHC, e construísse um programa alternativo que fosse capaz de responder suas reivindicações.

Almejavam imediatas mudanças no mundo do trabalho e combate as ideias neoliberais que vinham se impondo. Uma procura de um projeto diferenciado e singular, que não possuísse o caráter destrutivo da lógica neoliberal experimentada nos governos do tucano FHC (ANTUNES, 2004).

O programa de governo de Lula possuía diferenças relevantes comparado com seu antecessor, uma vez que, possuía um histórico-político e de militância partidária dissemelhante a FHC. Para Ricardo Lara (2015) a vitória política de Lula da Silva sobre FHC é determinada pelo desgaste do governo de seu antecessor, e coloca em evidência a esperança do povo brasileiro no governo do petista que proponha mudanças para os rumos do país na busca pela justiça social alinhada a retomada do crescimento econômico e geração de emprego.

É tendo que responder as expectativas da massa trabalhadora e em contrapartida assegurar o apoio da classe média e empresariado do país que se moldaram os desafios para o governo do petista, constituindo, dessa maneira, um desafio para criação e execução de uma nova política econômica e social.

Constituíam desafios a serem enfrentados pelo governo de Lula, segundo Antunes (2004): i) criação de um projeto de reforma agrária de profundidade visando atender a luta histórica dos trabalhadores do campo; ii) eliminar a subproletarização e a sub-remuneração com a criação de postos de trabalho formal; iii) fomentar a tecnologia de ponta brasileira em bases concretas e; iv) o maior desafio a ser enfrentado foi a construção de uma política econômica contrária a de seu antecessor, contrapondo-se, desta maneira, ao capital financeiro e limitando as formas com que o capital-dinheiro se expande e busca estabelecer formas de produção que satisfizessem as necessidades sociais do país.

O governo de Lula, através do seu programa de combate a fome, se insere no movimento que já ocorria no campo da Assistência Social para o fortalecimento

desta como política pública. Foram diversos encontros, debates e seminários em torno da Política de Assistência Social, buscando caminhos e estratégias para retirá-la do terreno pantanoso da ajuda, caridade e benesse do Estado.

Após diversos encontros e debates coletivos em seminários e conferências, no ano de 2004, em cumprimento às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceu em Brasília no mês de dezembro de 2003, o CNAS aprovou a PNAS em vigor.

O desenho desta política está fundamentado na perspectiva de implementação do SUAS que se volta para a articulação da política em todo o território nacional, das responsabilidades [entre as diferentes instâncias de governo e da sociedade], vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações assistenciais de cunho permanente ou eventual, por meio de uma estrutura político-administrativa descentralizada (PNAS, 2004).

A PNAS tinha como principal objetivo instaurar de forma unificada um novo modelo de gestão da Assistência Social em todo o território brasileiro e colocar a Política de Assistência Social num novo patamar, rompendo com os padrões tradicionais e com as ações de solidariedade, filantropia e benemerência pela qual vinha se desenvolvendo até então (AMORIM, 2011).

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo; sua gênese se dá com o objetivo de materializar e promover a gestão da PNAS em relação à proteção socioassistencial brasileira. O SUAS reconhece as diferenças regionais, provenientes das características particulares de cada território e de sua cultura; as diferenças socioeconômicas e políticas são reconhecidas e consideradas no planejamento e execução das ações, isto na esfera da gestão.

A PNAS avança ao conceber formalmente a construção de direitos sociais sob a luz da cidadania. Este avanço vai se constituir [e ainda está em processo], em grande parte, na direção de organizar sua rede socioassistencial para que as seguranças sociais de acolhida; convívio; desenvolvimento da autonomia individual; de renda e; sobrevivência a riscos e circunstâncias possam responder as demandas, necessidades e direitos da população, rompendo com o modelo precedente de público alvo.

Não se pode deixar de apontar que, independentemente da PNAS formalizar em marco legal e institucional, a garantia e segurança das famílias possuírem renda é historicamente uma pauta de luta da classe trabalhadora, “[...] principalmente

porque sua ausência (a insegurança de renda) nas atuais configurações das políticas sociais brasileiras significam a mais completa precariedade das condições de produção e reprodução da vida da população” (AMORIM, 2011, p. 14).

Ademais, sua estrutura, que firma a Política de Assistência Social como direito, reforça as diretrizes firmadas e pactuadas na LOAS, tendo como orientação: a descentralização político-administrativa, dando condições para que haja melhor e maior articulação entre os entes federados, evidenciando a primazia da responsabilidade do Estado em cada esfera governamental; corrobora a pactuação das Comissões Intergestoras, dando ênfase para os fóruns, conselhos e conferências como espaço de participação popular e controle das ações e serviços prestados pela Assistência Social (PNAS, 2004).

Desta maneira, a PNAS tem como avanço e desafio

[...] explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normativas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras Tripartites e Bipartites (CIT) e CIBs). (COUTO, et al. 2014, p. 61)

No ano de 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) foi aprovada pelo CNAS. Por meio do SUAS consolidou-se, deste modo, mudanças significativas na prestação de serviços socioassistenciais e nos rumos da Assistência Social como política pública de direito. O SUAS em seu arcabouço jurídico-normativo estabelece importantes avanços em comparação as Normativas Operacionais anteriores²¹.

Os eixos estruturantes do SUAS são: a definição de território como locus da descentralização, matricialidade sociofamiliar, mecanismos de financiamento, controle social e participação popular e, as novas bases de pactuação entre Estado e Sociedade Civil.

Compõe o rol das novidades para a política o sistema de informação, avaliação e monitoramento e um novo entendimento dos conceitos de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional (PNAS, 2004).

Por outro lado, as lacunas expressam os limites da Política:

²¹ NOB 1 - Norma Operacional Básica 1: Resolução nº 204-CNAS de 4 dezembro de 1997. NOB 2 - Norma Operacional Básica 2: Resolução nº 207-CNAS de 16 dezembro de 1998. NOB 3 - Norma Operacional Básica 3, conhecida como NOB-SUAS: Resolução nº 27-CNAS de 24 de fevereiro de 2005.

Uma ausência apontada nesse conjunto [...] é a *condição de classe* que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários da Assistência Social. Ou seja, é preciso situar os riscos e vulnerabilidades como indicadores que ocultam/ revelam o lugar social que ocupam na teia constitutiva das relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea. (COUTO, et al. 2014, p. 64)

A PNAS (2004) em sua essência busca um novo modelo de relacionamento entre o Estado com a sociedade civil por meio do SUAS, tendo sua notabilidade na constituição da rede de serviços socioassistenciais (SITCOVSKY, 2013).

A Política de Assistência Social passa a ter em seu escopo de proteção uma gama de projetos, serviços, programas e benefícios, que podem ser de caráter permanente ou eventual, dando garantia à população ao acesso a rede socioassistencial.

Essa rede de serviços que consiste num “conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos” (PNAS, 2004, p. 94), fazendo com o que o cidadão tenha acesso ao direito a Assistência Social.

Neste sentido, pode-se afirmar que a implantação da PNAS e do Suas tem liberado, em todo território nacional, forças políticas que, não sem resistência, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela consagra, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e controle das ações na área. Reafirmando a necessidade de articulação com outras políticas e indicando que as ações públicas devem ser múltiplas e integradas no enfrentamento das expressões da questão social [...]. (COUTO, et al. 2014, p. 61)

Para que se assegure o direito ao acesso, os serviços socioassistenciais são divididos entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), são estas as duas categorias estabelecidas pela PNAS.

A proteção social básica está estruturada na prevenção das situações de risco por intermédio de programas, projetos e serviços de convivência, sendo: convivência infantil e do idoso, socialização dos indivíduos e suas famílias em âmbito local.

As responsabilidades pela execução desta política são dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – unidades público-estatais – que são concebidos como a porta de entrada das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

No terreno da Proteção Social Especial se tem dois níveis de proteção social: a média complexidade e alta complexidade. Este trabalho é executado tanto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) quanto por instituições específicas de acolhimento, cada qual conforme sua modalidade: criança, idoso, drogadição, etc.

Segundo a Política, a proteção social de média complexidade consiste no trabalho com os indivíduos que apresentam situação de vulnerabilidade social ou risco social, mas que, ainda mantem laços/ vínculos com seus familiares e comunidade na qual está inserido.

O serviço da proteção social de alta complexidade tem como objetivo trabalhar onde o risco ou a vulnerabilidade social provocaram o rompimento dos laços/ vínculos familiares e comunitários.

O SUAS executa o movimento de reconhecer o direito à medida que estabelece as normativas e regulamentações em âmbito nacional, ruindo com as bases históricas da Assistência Social sempre ser concebida como uma política de governo, operando agora como uma política de Estado (BOSCHETTI, 2005).

Ao passo que se avançou na normatização, a Assistência Social se tornou um espaço com grande potencial para ampliação dos direitos, da potencialização da participação social e radicalização da democracia, bem como, um espaço de tensionamento econômico e de articulação com as demais políticas sociais (BOSCHETTI, 2005).

Contudo, é preciso que se tenha cautela e atenção, a Política de Assistência Social incorpora conceitos e estratégias de proteção social numa perspectiva estranha a lógica da garantia de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Por isso, não se pode conceder a ela o papel central de política capaz de promover a erradicação da pobreza, auxiliar as famílias e indivíduos para que saiam de modo “empoderado” da situação vivida.

Além disso, é inconcebível qualquer tentativa de superdimensionar as condições de proteção social a partir desta política, até porque não deveria ser este o seu papel. A sobrecarga dada à Política de Assistência Social como política principal no combate à questão social pode levar a descaracterização da proteção social proposta pela CF. 1988, levando a caminhos politicistas e uma expansão demasiada do sentido de proteção com bases de sustentações frágeis.

Nos dizeres de Couto (et al. 2014), devemos problematizar o papel que cabe a Assistência Social na contemporaneidade, pois é um equívoco “[...] atribuir à política de assistência social tarefas que não lhe cabem [...]” (COUTO, et al. 2014, p. 72), bem como, colocá-la como “[...] solução para combater a pobreza e nela imprimir o selo do enfrentamento ‘moral’ da desigualdade” (MOTA, 2008, p. 8).

O avanço conquistado na Assistência Social, que passa a ser reconhecida como política pública de direito e de responsabilidade do Estado na proteção social dos cidadãos que dela necessitar foi algo importante. Foi a partir de então que o Estado assume sua condução e estabelece investimentos para seu funcionamento, ainda que a partir de um contexto que não pode ser excluído da análise, tão pouco desconsiderado como influenciador dos rumos posteriores tomados pela Política de Assistência Social.

A promoção dos avanços legais desta Política foram debatidos e pensados em parceria com o Banco Mundial e ONU. Dessa parceria traçou-se as diretrizes e princípios norteadores que influenciaram a formação e implementação do SUAS, o qual dá a orientação de toda a rede proteção da Assistência Social, da administração dos serviços socioassistenciais e dos programas e benefícios.

O Suas deve proporcionar condições objetivas para que a população usuária da Assistência Social rompa com o estigma de desorganizada, despolitizada e disponíveis para manobras eleitorais, como comumente é apresentada à população que tradicionalmente aciona os atendimentos da política. O trabalho com os usuários deve partir da compreensão de que esse sujeito é portador de direitos e que esses direitos para serem garantidos exigem um movimento coletivo, de classe social e de suas frações e segmentos. (COUTO, et al. 2014, p. 73)

Para que se dê materialidade a perspectiva apresentada pelas autoras, é necessário que se construa novos parâmetros para que, juntamente com os usuários, se desenvolva condições políticas e sociais para se pensar e transformar a sociedade, possibilitar aos atores sociais que reconheça seu lugar nesta sociabilidade e entenda sua condição de classe, fortalecendo a disputa dentro do modelo hegemônico vigente e construindo uma nova cultura.

3.1. SUAS e a centralidade dos Programas de Transferência de Renda: a opção petista de proteção social

Pouco tempo após sua vitória eleitoral, e já algum tempo antes de sua posse em 2003, Lula deixou claro seu projeto de país com a “Carta ao Povo Brasileiro” e

com aquilo que entendia como eixo estrutural da política social de seu governo: o Programa Fome Zero (PFZ).

Através destas iniciativas Lula marca sua conciliação com a burguesia brasileira, revelando o comprometimento com todas as suas demandas – principalmente com o capital bancário – e mantém a lógica de política de combate à fome encabeçada por FHC voltada para a transferência direta de renda, guardadas as suas devidas proporções (MOTA, 2008).

Dentro do escopo do Programa Fome Zero havia uma série de iniciativas e ações que abrangiam diversos outros setores, contudo teve como destaque e passou a ser conhecido principalmente pelo Programa Bolsa Família (PBF). Este Programa foi pensado e constituído com o único intuito de garantir a “transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza” (BRASIL, 2008).

As intervenções do Banco Mundial e dos demais órgãos multilaterais nos países de capitalismo dependente e nos seus sistemas de proteção social se dão pelo fato de serem emprestadores e administradores de recursos [também nacionais] e propagadores de ideias e ideologias.

Portanto, produz e dissemina o modo do fazer, como fazer e para quem irá fazer se tratando de políticas sociais (PEREIRA, 2010), “pois este organismo se constituiu em um importante elo entre os objetivos de uma elite hegemônica mundial e o restante do mundo; e essa influência se fez muito presente no Brasil” (SIQUEIRA, 2012, p. 106).

Após diversos encontros e discussões o desenho da “nova” política Fome Zero estava pronto. Primeiramente elogiou-se o formato brasileiro, pois se considerou que este cumpria os quesitos de direção dados por estes organismos como, também, estava alinhado com a Meta de Desenvolvimento do Milênio (SIQUEIRA, 2012).

Numa passagem do documento criado pela comissão brasileira juntamente com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) irá apontar algumas orientações para a política social. Aqui se ressalta a seguinte orientação:

Promover, de forma massiva, a capacitação organizacional mediante a utilização de métodos participativos, visando ao empoderamento da população, privilegiando os excluídos dos atuais programas de apoio, assim como os beneficiários da assistência alimentar, por meio do acesso ao conhecimento e capacitação para reduzir sua dependência; (...) Inserir a

população nos mecanismos de mercado (mercado de produtos, mercado de trabalho e mercado de consumo), como uma condição necessária para uma maior participação social. (FAO, 2002, p.5)

Siqueira (2012) ao estudar estes documentos e analisando suas influências no SUAS e na condução governamental da Política de Assistência Social, aponta que nas considerações finais é indicada

(...) a necessidade de se realizar discussão em torno de uma “estratégia global de programas de assistência social no Brasil”, tendo como premissas principais, além da já citada focalização e das condicionalidades: a centralidade na família, a criação de sistemas de monitoramento e avaliação das contrapartidas e um controle firme por parte do Governo Federal, mesmo que haja uma maior descentralização de programas, de modo a mitigar clientelismos. (SIQUEIRA, 2012, p. 136)

Toda a mudança do aparato legal da Política, das prestações de serviços e benefícios, incluindo o público alvo desta política, teve influência direta do Banco Mundial. Uma nova estrutura legal e institucional para o combate a pobreza foi rigorosamente pensada, contudo a centralidade da proteção social se deu por meio dos programas de transferência de renda.

Houve um alto investimento financeiro nas políticas focalizadas na extrema pobreza e pobreza, aumento que não foi concedido às outras políticas sociais, principalmente do sistema de seguridade social.

A Política de Assistência Social por meio dos programas de transferência de renda ganha centralidade no sistema de proteção social. Uma centralidade pautada em políticas focalizadas, uma expansão precária, pois reduzida a transferência de recursos financeiros.

A Assistência Social compreende um vasto aparato institucional, profissional de serviços que compõe sua rede de proteção, mas é certo que este modelo de proteção social pautado nos programas de transferência de renda num país que sofria intensamente pelas agruras da questão social contribuiu para uma redução da taxa de miserabilidade e pobreza, onde os mais pauperizados e considerados invisíveis ganharam visibilidade.

Não há e nem é intenção do Estado destruir as bases da desigualdade social, isto implicaria na supressão da sociabilidade do capital, numa nova ordem societária, por isso a Política de Assistência Social e as políticas sociais inseridas nessa lógica capitalista vão conter em si a intencionalidade do capital.

Ou seja, instrumentos de controle da questão social capazes de provocar pequena melhoria da qualidade de vida do trabalhador para que este possa ter condições de reprodução da força de trabalho; a centralidade nos programas de transferência de renda não expressará um verdadeiro e eficaz combate às estruturas da desigualdade social e tampouco representará um adequado acesso aos serviços sociais.

Para se ter acesso aos programas focalizados de renda é preciso que os sujeitos se enquadrem no padrão renda, pois a pobreza no Brasil é apenas medida pela renda per capita das famílias e não em suas múltiplas dimensionalidades. Só terão acesso àquelas famílias que se enquadrarem numa determinada renda mínima per capita, e, quando inseridas devem cumprir certas condicionalidades para que possam permanecer no programa, uma certa contrapartida.

Stein (2005) aponta que este modelo contemporâneo dos programas de transferência de renda tem sua gênese no modelo proposto no final da década de 1980 e início da década de 1990, como resposta a crise que afetou a América Latina neste período e, tem como função ser um mecanismo de combate à pobreza e a miséria e ser um investimento em capital humano.

A criação dos referidos programas caracteriza-se, como resposta à crise econômica e, em atendimento às orientações de Organismos internacionais (FMI, BIRD BID), agentes financiadores da maioria dos programas executados na região, cuja orientação destaca-se pela focalização na população mais extremamente pobre, no envolvimento da sociedade, em ações de parceria no desenvolvimento de atividades complementares. (STEIN, 2005, p. 182)

A proposta mais relevante do Banco Mundial para o combate a pobreza foi a ideia de uma “rede de segurança social”. Para Stein (2005) as transformações do Banco Mundial são na direção da ampliação das políticas sociais direcionadas a pobreza, tendo como objetivo conter as ameaças e os distúrbios sociais que a agudização da questão social podem ocasionar na sociedade, “não se verifica qualquer preocupação com o direito a ter direitos” (STEIN, 2005, p. 151) e, sim, com a manutenção do capital e o suprimento de suas necessidades.

É na prevenção de revoltas sociais que possam abalar os interesses do capital que o Banco Mundial, com base nas Metas de Desenvolvimento para o Milênio, construiu uma concepção própria e multidimensional de pobreza, para o seu

combate desenvolveu a estratégia de “manejo do risco social²²” que consiste numa nova proposta de proteção social.

Para Stein (2005) essa concepção considera que “todas as pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis a múltiplos riscos de diferentes origens, sejam naturais ou produzidos pelos homens” (STEIN, 2005, p. 153).

A rede de proteção social, nos moldes do BM, é responsável pela prevenção dos riscos, pois podem agravar a situação vivida pelo indivíduo e provocar sequelas maiores, seja do ponto de vista físico quanto do social.

Aliás, o risco também é concebido como iminência do desemprego, desastres naturais, doenças, dentre outros que podem atingir a todos, mas, tendo maior incidência naqueles que já estão em situação de vulnerabilidade provocada pela falta de rendimentos e/ou condições precárias de trabalho, moradia, saúde.

Para que haja a diminuição dos impactos do risco social o Estado aciona os programas de transferência de renda que na maior parte das vezes sempre está articulada com outras políticas sociais como a educação, saúde, habitação e emprego – uma vez que para permanência do indivíduo no programa é necessário o cumprimento de diversas condicionalidades –; esta articulação entre as políticas visa reduzir as vulnerabilidades dos pauperizados.

A concepção de rede de proteção social estruturada a partir de transferências de renda orientadas pelo Banco Mundial se faz presente em toda América Latina e Caribe, e tem o mesmo objetivo central: reduzir a pobreza, garantir a coesão social e promover o crescimento econômico.

Esta concepção do Banco Mundial de combate à pobreza acaba “por refletir e definir estratégias de luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento, baseada muito mais na defesa do sistema econômico e da tese da estabilidade, do que da cidadania” (STEIN, 2005, p. 157).

No Brasil no início dos anos de 1990 esta lógica da transferência de renda já estava timidamente implementada, mas é em 2004 com a criação do Programa Bolsa-Família que se consolidou este modelo de proteção. O Programa Bolsa-

²²O “manejo do risco social” é composto por três elementos básico: estratégia de manejo de risco (prevenção, mitigação e superação de eventos negativos); sistema de manejo de risco (informais, de mercado ou públicas) e atores de manejo de risco (indivíduo, família, comunidades, mercado, governo organismos internacionais e comunidade em geral) (CABRERA, 2015).

Família tornou-se referência mundial por sua magnitude de alcance e utilização de poucos recursos.

Os recursos para o programa são condicionados a aprovação orçamentária, desta maneira, o governo deve equalizar o número de beneficiários com os valores disponíveis na previsão orçamentária de cada ano. Esse contingenciamento de novos beneficiários dá ao programa o caráter da focalização; nem todas as famílias que se inscreveram no cadastro único para programas sociais terão acesso à transferência de renda mensal, ainda que tenham perfil, pois a concessão está intrinsecamente condicionada à disponibilidade orçamentária.

A consolidação do aparato legal e normativo da PNAS materializado no SUAS, representa um avanço na construção de uma Política de Assistência Social como direito que amplia e regulamenta a oferta de serviços socioassistenciais, programas e projetos, com uma clara expansão jurídico-normativa.

Porém, ao mesmo tempo com a unificação e fortalecimento dos programas de transferência de renda num só programa – o Bolsa-Família -, as conquistas desta expansão para estruturação e fortalecimento do SUAS foram subsumidas.

O Bolsa-Família como programa de transferência de renda passa a ser uma das ações centrais da proteção social brasileira, no processo de combate à pobreza, conferindo a Política de Assistência Social uma centralidade na atual conjuntura do sistema de seguridade social.

A expansão e centralidade das transferências de renda, como objeto de maior financiamento por parte do Estado com base no projeto neoliberal para a proteção social, implementa um processo de derruição da seguridade social através da diminuição de seu financiamento, se utilizando de maior parcela do fundo público para atender as necessidades do capital.

Essa realidade se caracteriza pela complexa relação entre o Programa Bolsa-Família e o SUAS como proteção social, onde por um lado, investem-se “amplos” recursos no primeiro e, por outro, poucos e insignificantes no segundo – que por sua vez é o responsável pelo fortalecimento e estruturação dos serviços socioassistenciais, projetos e programas de atenção integral às famílias.

Como ilustração destas afirmativas, vejamos na Tabela 1, a distribuição dos recursos pela Lei Orçamentária anual dos anos de 2014 e 2015.

Tabela 1- Distribuição de Recursos pela LOA nos anos de 2014 – 2015 em R\$

| | 2014 | 2015 | Var % |
|-----------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|
| Bolsa Família | 29.845.827.452,00 | 28.635.787.808,00 | -4,05 |
| BPC/ RMV | 40.740.905.338,00 | 43.083.770.571,00 | 5,75 |
| Total | 70.586.732.790,00 | 71.719.558.379,00 | 1,60 |
| Prot. Social Básica | 1.330.690.234,00 | 1.014.698.754,00 | -23,7 |
| Prot. Social Especial | 550.329.036,00 | 463.857.104,00 | -15,71 |
| Total | 1.881.019.270,00 | 1.478.555.858,00 | -21,39 |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do SIGA Brasil. (Valores deflacionados pelo IGP-DI).

A rápida análise permite constatar uma desproporcionalidade entre os recursos investidos nos programas de transferência de renda (PBF e BPC/RMV), que são superiores, em relação as ações relativas à Proteção Social Básica e Especial (PSB e PSE), que compõem os serviços ofertados pelo SUAS. Os recursos da PSB e PSE representam 2,66% em 2014 e 2,06% em 2015 do orçamento dos programas de transferência de renda, ou seja, o seu fortalecimento não se constitui uma prioridade para o Estado.

O SUAS padece de insuficiência aguda de recursos que o permita constituir-se como uma rede de proteção social básica e especial, capaz de dar respostas às demandas que lhes são postas. A cada ano há um desfinanciamento robusto, como exemplo, do ano de 2014 e 2015, o déficit no seu investimento compreendeu a 21,39%, enquanto os programas de transferência de renda tiveram um aumento, ainda que tímido, de 1,60%. Na comparação entre o orçamento do Programa Bolsa-Família e da função 8 - Assistência Social têm-se os seguintes dados:

Tabela 2- Lei Orçamentária Anual - Função Assistência Social em R\$

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Var. % |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Assistência Social | 68.220.160.017 | 72.571.546.614 | 75.290.604.345 | 73.963.880.431 | 8,41% |
| PBF | 26.565.255.242 | 29.214.445.270 | 29.845.827.452 | 28.635.787.808 | 7,79% |
| BPC/RMV | 36.719.250.908 | 38.471.746.071 | 40.740.905.338 | 43.083.770.571 | 17,33% |
| PTR/AS | 92,76% | 93,26% | 93,75% | 96,96% | 94,03% |

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI/SIOP/SELOR. Senado Federal – SIGA Brasil. (Valores deflacionados pelo IGP-DI) ***Assistência Social (Função 8)** - soma geral do orçamento, contém os valores direcionados para os PTR, estruturação do SUAS e demandas judiciais; ***PTR= PBF+BPC/RMV**

Deste modo, os recursos destinados ao Bolsa-Família, “a menina dos olhos” dos governos petistas, representaram, no ano de 2012 – 38,94%, 2013 – 40,25%,

2014 – 39,64% e no ano de 2015 – 38,71%, dos recursos pagos à função Assistência Sociais.

Observa-se, que no período analisado, houve um aumento expressivo no investimento para ambas - a Assistência Social em 8,41% e o PBF em 7,79%. Quando somado o Bolsa-Família com BPC/RMV, o orçamento dos programas de transferência de renda representa a média de 94,03% do total da Assistência Social; o restante é dividido em suas devidas proporções, para a estruturação e fortalecimento do SUAS, manutenção do MDS, operação de dados, demandas judiciais, etc.

Em dezembro de 2016, o número de famílias beneficiárias do Bolsa-Família era de 13.569.576, cerca de 24% das famílias brasileiras, que recebiam em média R\$ 181,15, totalizando neste mesmo mês R\$2.418.172.701, e um total anual de R\$28.506.185.141,00, o que demonstra a grandiosidade do alcance na cobertura, porém, com repasse de valores consideravelmente reduzidos (BRASIL, 2017).

Já o BPC/ RMV, no ano de 2016, foram pagos 4.540.526 benefícios no valor de um salário mínimo, correspondendo no mês de referência novembro/dezembro, um montante de R\$3.986.010.903,47, acumulando um total anual de R\$ 47.360.027.145,00 (BRASIL, 2017).

A partir dos dados se observa que o Bolsa-Família com um pouco menos da metade do orçamento do BPC/RMV atende inúmeras²³ vezes mais beneficiários, ou seja, com poucos recursos alcança-se uma grande parcela da população, vendendo a falsa ideia de uma reforma social.

Certamente o fato de assegurar as pessoas o acesso a uma renda mensal de um salário é uma afirmação de direitos, todavia, pautada em condicionalidades de acesso, dirigida a um nicho específico da população e na pautada na reafirmação da família como principal provedora das necessidades, pois esse benefício de salário mínimo mensal é destinado para os idosos e deficientes que “comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993).

²³ O PBF atendeu em 2016 o número de 13.569.576 famílias, onde o número médio de pessoas por família é cerca de 3,34, segundo dados do IBGE, o número de pessoas que se beneficiam deste apoio financeiro salta para um número aproximado de 45.322.383 pessoas. O PBF é um programa que tem por objetivo atender as famílias em situação de vulnerabilidade e não pessoas, diferentemente do BPC, que atende pessoas e não famílias.

Como aponta Sitcovsky (2008, p. 156), o público alvo, ou mesmo “os pobres sob os quais incide a política de assistência”, são os miseráveis, subempregados, desempregados, desqualificados, inaptos para o trabalho e trabalhadores precarizados. A focalização, atendendo ao ideário neoliberal, é estabelecida pela lógica da eficiência e eficácia do Estado no combate à miséria, pois este deve dirigir seus esforços e ações aos mais pobres e miseráveis, aos verdadeiros necessitados da “ajuda” estatal, sempre de forma emergencial, paliativa e esporádica.

Mota (2008) em sua crítica à centralidade da Política de Assistência Social na proteção social brasileira diz que:

Se antes a centralidade girava em torno da seguridade, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho. (MOTA, 2008, p. 138)

Para a autora, não foi por acaso que a centralidade foi conferida a esta Política por meio da expansão e fortalecimento dos programas de transferência de renda focalizados nos mais pobres, uma vez que este será um dos fatores que irá mediar às relações de reprodução social da classe trabalhadora usuária da política, desonerando, deste modo, o capital.

Desta maneira, estes programas possuem estreita relação com a busca de valorização do capital em outros setores da vida social, fato que se refletirá na expansão do setor de serviços, promovendo a naturalização do mercado como provedor complementar de serviços de educação, saúde e previdência, além de fomentar a política de crédito.

A Política de Assistência Social, como parte integrante da proteção social, se hipertrofia, uma vez que “[...] passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social [...]” (MOTA, 2006, p. 170).

A expansão da Política de Assistência Social tem mais um significado político e ideológico, ainda que se tenha expandido os serviços socioassistenciais, como já discutido. O Bolsa-Família é acionado como principal instrumento de proteção social com vultosos recursos; é na realidade, uma opção política e convergente com os preceitos dos organismos internacionais do capital.

Há uma expansão precarizada da Política de Assistência Social, uma vez que está condicionada aos programas de transferência de renda que consistem numa

transferência focalizada de mínimos recursos, os quais alteram pifiamente a desigualdade social, contudo é inegável que tem o poder e a capacidade de intervir direta e indiretamente na vida das famílias beneficiárias, oferecendo a elas acesso ao consumo ainda que de modo tímido e, garante a subsistência do trabalhador pobre.

Esta renda compensatória aos trabalhadores/as pode ser analisada, segundo Marini (2000) pelo fato da remuneração da força de trabalho brasileira ser extremamente baixa, e isto faz com que o salário pago para reprodução social não permita ao trabalhador ter acesso a bens de consumo básico à sua reprodução.

Os programas de transferência, dentre tantas funcionalidades, contribuem para que o capital pague salários abaixo do valor; e o Estado complementa esta renda possibilitando o consumo de bens e serviços.

Uma expansão de caráter focalizado, embebida de condicionalidades e um aparato altamente complexo com função de gerenciar e fiscalizar os beneficiários para que não haja fraudes; uma política de governo entendida como política de Estado que dá uma falsa noção de ampla proteção social pelo acesso a renda.

A lógica do processo é simples, selecionam-se as famílias mais paupérrimas para a eficiente alocação dos recursos (uma vez que a pobreza é limitada ao fator renda e não em sua expressão multidimensional). Os que são julgados não tão pobres e com alguma base de apoio devem recorrer às entidades privadas que prestem serviços correlatos. Essa seleção dos cidadãos miseráveis, pobres e não tão pobres tem gerado um grande debate, pois, esse processo retrocede os direitos conquistados pela população, diminui a cidadania e ignora a universalidade do acesso a estas políticas.

Com a falsa ideia da racionalidade na melhor alocação dos recursos escassos e na eficácia da política, a focalização das políticas sociais, principalmente a de combate à pobreza nas famílias miseráveis, termina difundindo uma ideia contrária àquela pregada, pois traz aos seus beneficiários consequências cruéis.

Pereira e Siqueira (2010) iram dizer que uma consequência é a naturalização da pobreza e a responsabilização do indivíduo pelo seu bem-estar, assim, transferindo a responsabilidade da miséria ora vivida para estes.

A segunda consequência é a ideia de pobreza conceituada apenas como ausência de renda. Na política de combate à pobreza brasileira a metodologia utilizada leva em consideração os rendimentos familiares per capita, tendo como

base o para acesso ao recurso a linha de extrema pobreza, em torno de 80 reais mensais por pessoa. Deste modo, apenas aqueles indivíduos que estiverem abaixo da linha de miséria serão contemplados e os demais, que são uma parcela significativa da população constituída de pobres (embora não absolutos), ficam desassistidos pelas políticas públicas e termina por serem atendidos pelos organismos e instituições privadas.

Para sustentar essa política é preciso um aparato altamente complexo, pois uma vez que se atende um limitado e determinado grupo de pessoas, é necessário uma intensa fiscalização, assim como gerência e avaliação de projetos, programas e serviços sociais e de pessoal para submeter os indivíduos demandatários aos testes de meios (comprovação da pobreza) e, assim, acompanhar o cumprimento das condicionalidades. São estes os dispositivos utilizados pelo poder público para minimizar as perdas, os erros, os desvios e evitar que pessoas não tão pobres sejam atendidas (PEREIRA, 2008).

Com isso a focalização ora pensada para reduzir gastos não se efetiva à medida que requer um aumento dos custos para manter um complexo aparato institucional gestor e fiscalizador, pois há um grande medo arraigado de que a política seja fraudada pelos pobres, assim estes métodos burocráticos e fiscalizadores acabam expondo os grupos atendidos a situações constrangedoras, humilhantes e estigmatizadas.

O conceito de pobreza criado pelo Banco Mundial para qualificar os merecedores de assistência do Estado conduz de maneira natural para a focalização, acarretando o enfraquecimento das políticas sociais como, também, leva para o escalonamento da população pobre em diferentes níveis de renda.

Para Pereira e Siqueira (2010) transformou a classe trabalhadora pauperizada em nichos sociológicos conhecidos como “classes” C, D, E, para melhor justificar a focalização da assistência no nicho de pobreza absoluta e a mercantilização para os pobres não absolutos. Mota afirma que esta seleção “trata-se do amplo marketing sobre a pobreza” (MOTA, 2008, p.170).

É por meio das condicionalidades impostas aos beneficiários de modo a responsabilizar a família pela sua permanência no programa, que contraditoriamente, o PBF se coloca como uma estratégia de garantia de direitos mínimos de sobrevivência e a família se torna centro dos Programas de

Transferência de Renda. Como expressa Miotto: “essa centralidade no seu próprio nome – Bolsa Família” (MIOTTO, 2009, p. 144).

Na visão de Mota (2008) o Bolsa-Família e as demais políticas sociais implementadas pelo governo se constituem em “políticas compensatórias de “combate a pobreza” e de caráter seletivo e fragmentado” (MOTA, 2008, p. 182); esse modelo é marcado pela regressão das políticas redistributivas de renda de caráter público constitutiva de direito. “Essa tendência ampara, dentre outros aspectos, a afirmação e expansão da Assistência Social, seja ela pública ou privada” (MOTA, 2008. p. 182).

3.2. Privatização dos serviços socioassistenciais e a ativação para o trabalho

A focalização na pobreza é acompanhada da estratégia de privatização dos serviços socioassistenciais. Já em sua gênese no SUAS apontou-se para tal caminho, pois se propunha “a construção de uma rede socioassistencial erguida sob a necessidade prática operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestações dos serviços públicos” (SITCOVSKY, 2010, p. 164).

Estas parcerias para garantia do acesso a proteção social retoma uma questão histórica presente na assistência social brasileira, o solidarismo. O Estado constrói uma nova ideia de sociedade civil, esvaziando o conceito de classes sociais a medida que sinaliza a solidariedade como um espaço superior onde há a cooperação entre as classes. Um espaço que há a colaboração entre os indivíduos, dado que, as classes sociais foram diluídas na análise da realidade feita pelo Estado/governo.

Seguramente, esta análise da realidade é orientada pelos princípios e diretrizes do ideário neoliberal dos organismos internacionais, e orquestrada para que o Estado transfira suas responsabilidades de proteção social para a sociedade civil, limitando sua atuação na proteção social em casos pontuais e emergenciais.

O apelo da cooperação entre as classes sociais acontece num período de desemprego e precarização do mundo trabalho (MOTA, 2008).

O repasse da proteção do trabalhador médio assalariado para o mercado, onde por ser considerado não pobre pode comprar serviços de saúde, educação e

serviços previdenciários fortalece a expansão da Política de Assistência Social por meio dos programas focalizados de renda nos “cidadãos pobres”, aqueles que possuem uma renda per capita menor que a estipulada pelo aparelho burocrático para delimitar uma faixa de miserabilidade e pobreza.

Para Sitcovsky (2010) esse processo de união e solidariedade de classes intermediadas pelo Estado brasileiro tem a intenção de desmistificar ou transparecer um novo modelo de governar “com o povo e para o bem do povo”.

Este cenário é montado sob uma farsa, é um modo encontrado para o arrefecimento da potencia da classe trabalhadora, para que o Estado se desresponsabilize da proteção social, ou seja, se retire da função de prover as políticas sociais e direitos conquistados pela classe trabalhadora por meio de muita luta e resistência.

Efetivamente esta cortina posta para esconder os bastidores quer “encobrir a desregulamentação dos direitos trabalhistas [...] ocultar o esvaziamento dos direitos democráticos [...] legitimar o esvaziamento dos direitos sociais e particularmente o recorte das políticas sociais (...)” (MONTAÑO, 2010, p. 225).

Essa função ideológica imposta tem o papel de gerar a aceitação da sociedade em torno das parcerias, dar sensação da existência de uma rede de proteção social e diluir a ideias do conflito de classes sociais, apontando que ambas possuem interesses em comum quanto ao tratamento das expressões da questão social, forçando uma ideia de solidariedade entre as classes.

O que a burguesia tenta difundir no pensamento da sociedade é que há um Estado falido que transfere as responsabilidades dos serviços socioassistenciais para um setor eficiente, desburocratizado, responsável – a sociedade civil.

Acrescenta-se esta imagem de “transferência” ou “passagem” a ideia de que ela está potencializada pela “parceria” com o Estado. Então o caminho para ocultar a verdadeira finalidade de classe desse processo, e com ele a importante perda de direitos conquistados, está livre. (MONTAÑO, 2007, p 226)

Conforme aponta a CF. 1988 em seu artigo 204, é assegurada a sociedade civil o direito de participação na execução dos serviços socioassistenciais. Essa participação deve se dar por meio de entidades e/ou instituições de assistência social ou beneficentes. É assegurada a sociedade civil, também, o direito de contribuir na formulação e no controle destes serviços em todos os níveis de proteção social (FREITAS, 2011).

Apesar do SUAS estabelecer equipamentos estatais de referências na prestação de serviços socioassistenciais, há uma gama de serviços oferecidos pela Política de Assistência Social “numa perspectiva de administração gerencial, não são considerados como serviços exclusivos da responsabilidade estatal” (FREITAS, 2011, p. 120). Diante desta perspectiva da administração gerencialista, o SUAS não rompe com este discurso.

O que se percebe na não negação do discurso gerencialista é a afirmação de uma tendência teórico-metodológica neoliberal, onde há um afastamento parcial²⁴ do Estado de sua responsabilidade de garantir direitos repassando-a para a sociedade civil representada pelas entidades e instituições, ou seja, é o Estado garantindo espaço para o mercado operar.

Com o discurso do Estado de criar redes de proteção social, definiu-se na PNAS (2004) os alicerces que dão sustentação na relação do Estado com a sociedade civil.

O Estado se coloca na posição de gerente ou coordenador, ignorando seu papel como instituição primeira da garantia dos direitos sociais (SITCOVSKY, 2010).

No Brasil, o enfrentamento da “questão social”, somado a falta de fundos sociais é subsumido às proposições neoliberais que preconizam o “Estado Mínimo”, caracterizando o fenômeno da refilantropização da assistência social, pois o governo transfere a responsabilidade de solucionar os impactos da política de ajuste exigida pelo FMI e o Banco Mundial para a sociedade civil. Nesta dinâmica, ganham impulso na assistência, as estratégias que preconizam o estabelecimento de parcerias vis-à-vis à organização de redes socioassistenciais. (SITCOVSKY, 2010, p. 162)

Posto isto, o SUAS determina que este processo de estabelecer as redes de proteção social é de responsabilidade dos CRAS, o que de certo modo, cria a sensação de responsabilidade do Estado na garantia do acesso, contudo o pano de fundo consiste na desresponsabilização do Estado e a abertura de um mercado rentável para o terceiro setor, porém disfarçado sob a lógica das parcerias (SITCOVSKY, 2010).

A expansão e administração destes serviços por entidades privadas não se dá de modo semelhante às prestadoras de serviços de saúde, educação e previdência, áreas altamente lucrativas, mas se observa tipos e instrumentos de financiamento e repasses de recursos públicos, podendo ser eles diretos e indiretos.

²⁴ Não há afastamento total do Estado, pois é responsável pela regulação dos serviços, bem como aloca recursos públicos para estas entidades da sociedade civil.

Do financiamento direto o instrumento utilizado é o do cofinanciamento, ou seja, é um repasse de fundo-a-fundo, a partir do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos de Assistência Social dos estados e municípios (entes federados).

A partir do repasse é responsabilidade dos Conselhos de Assistência Social definir o critério de partilha; neste módulo de financiamento não há repasse direto da União para as organizações. Cabe aos entes federados a contratualização com as prestadoras de serviços socioassistenciais com a fiscalização dos conselhos (COLIN, 2012).

No tipo indireto de financiamento a estrutura que dá base ao modelo é a lei 9.532/1997, concede a exoneração tributária aos organismos prestadores de serviços socioassistenciais, isenção no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Contudo, para que tenha acesso às isenções das contribuições sociais patronais é preciso que se tenha o Certificado de entidades Beneficentes de Assistência Social – o principal instrumento de financiamento indireto das organizações que atuam na área da Assistência Social (JACCOUD, 2012).

Outro elemento na “nova” configuração da Política de Assistência Social orientada pelo SUAS é a ideia de antítese criada entre o direito ao trabalho e o direito a seguridade social – uma oposição entre os acessos: ou um, ou outro. A “nova” tendência está explícita em sua função integradora ao trabalho via condicionalidade, para que a população acesse os serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda.

A Assistência Social se expande na cobertura daqueles indivíduos considerados aptos para o trabalho, porém excluídos do mercado: a estes oferece cursos profissionalizantes, capacitação profissional, visando sua rápida re(inserção) ao trabalho.

De acordo com Marx (1989), a acumulação de riquezas pelo capital tem relação direta com a contradição existente entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho. Estes, no processo produtivo, correspondem à parte variável do capital.

É da força de trabalho que se extrai a mais-valia, que representa o trabalho extraído do trabalhador que não é pago pelo capitalista, compondo o lucro. Sendo assim, a expansão dos lucros do capital decorre da intensificação da produtividade e, por sua vez, da exploração do trabalhador.

A inserção de máquinas e tecnologia no processo produtivo proporciona um aumento da produtividade e da lucratividade do capitalista. No entanto, o aumento do capital constante ocorre na razão inversa do capital variável, ou seja, “o aumento deste [capital constante] se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos.” (MARX, 1989, p.723).

Dessa forma, observa-se que quanto mais o capitalista investe em capital constante, menor será o emprego da força de trabalho, o que aparentemente condiciona a um crescimento absoluto da população trabalhadora que está fora do processo produtivo.

Essa força de trabalho excedente garante a formação do exército industrial de reserva ou da chamada superpopulação relativa, que corresponde aos trabalhadores que estão fora do processo produtivo, ou seja, os desempregados. Este processo é fundamental e necessário à acumulação do capitalista, pois é possível manter o baixo nível dos salários da força de trabalho, uma vez que a oferta é muito maior que a procura, garantindo mais lucro aos proprietários dos meios de produção.

Marx (1989) caracteriza a superpopulação relativa em três grupos: flutuante, estagnada e latente. A superpopulação relativa flutuante corresponde ao grupo de trabalhadores que permanecem, temporariamente, fora do mercado de trabalho devido à queda da produção determinada pelo emprego de novas máquinas e tecnologia, ou do fechamento dos diversos espaços sócio-ocupacionais.

A melhora da economia possibilita o aumento e estímulo ao desenvolvimento do processo produtivo possibilitando o retorno ao mercado de trabalho de parcela dos trabalhadores e, ainda, a inserção de novos trabalhadores que atingiram uma idade produtiva. É importante ressaltar que o aumento de espaço no mercado de trabalho ocorre sempre numa proporção decrescente a produção.

A superpopulação denominada como estagnada representa o conjunto de trabalhadores que estão definitivamente fora do mercado de trabalho e é composta por pessoas aptas ao trabalho, como também as consideradas incapazes. É sobre este grupo que incide a pauperização e a miséria de forma exponencial, necessárias à expansão capitalista.

Este grupo de pessoas são os usuários potenciais da Política de Assistência Social, com trabalhos precários, sazonais, temporários, tendo o valor da venda da

sua força de trabalho com um custo abaixo do referencial salarial dos demais trabalhadores.

A superpopulação latente, por sua vez, atinge os trabalhadores rurais que se empregam no setor agrícola em partes do ano e depois perdem seus postos de trabalho, seja pelo período da safra ou pela mecanização e modernização do setor, e acabam por migrar aos centros urbanos, pois a agricultura, ao contrário da indústria e do setor de serviços, tende a uma diminuição absoluta da demanda por mão de obra.

Os trabalhadores inseridos na superpopulação estagnada são essenciais à acumulação capitalista, por darem o tom do custo da força de trabalho, já que o aumento do pauperismo está na razão direta da expansão da acumulação da riqueza, ou seja, a produção de riqueza é simultânea a produção da miséria.

Este grupo populacional é tratado de forma estigmatizante, entendidos como setores marginais, desintegrados como se a condição de pobreza fosse uma escolha própria e não uma decorrência da própria estrutura da sociedade.

Sobre esse olhar moralista é que se pensam as ações da Política de Assistência Social, para dar conta de forma esporádica e emergencial das suas necessidades de sobrevivência, sempre focando as causas dos problemas sociais no indivíduo, com iniciativas caracterizadas pela solidariedade, a benesse e a filantropia.

À medida que a expansão do desemprego é sinônimo de perda de vínculo com a seguridade contributiva, a Política de Assistência é acionada como a responsável em compensar a insuficiência de salário e trabalho, via programa focalizado de renda, principalmente, destinada a estes cidadãos de maneira a viabilizar o acesso a bens de consumo e em certa medida ao crédito, mesmo que de forma precarizada. Para Mota (2008),

[...] de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação [...] (MOTA, 2008, p. 137).

Para Boschetti (2016, p. 165), “a expansão dessas prestações assistenciais (...) assume a função econômica de reabilitar a atividade econômica, de tornar ‘os

pobres' mais produtivos, de preservar sua energia física, de preservar as crianças e de evitar os impulsos ao uso da violência para satisfação das necessidades”.

Esta cortina de fumaça que se forma nesta “relação de atração e rejeição” (BOSCHETTI, 2016) mediada pela expansão da Política de Assistência Social e sua ideia de ampla proteção social tem ocultado as transformações ocorridas no mundo do trabalho como, por exemplo, a flexibilização dos contratos de trabalho, a precarização e terceirização, bem como, a derruição dos direitos trabalhistas, ou seja, esvaziou a discussão destas transformações dificultando a compreensão do desmonte das políticas de proteção aos riscos do trabalho.

Como política substitutiva a estes direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, se implantou uma política assistencial com medidas pontuais e focalizadas no público merecedor, que visa o combate ao desemprego, formação e capacitação profissional e a geração de renda (MOTA, 2008).

Boschetti (2015) aponta que as medidas mais cruéis que compõem a política de ativação para o trabalho, na Europa, consistem no

[...] estímulo a empregos “atípicos” em relação aos contratos de trabalho regulares [...]; restrição das condições de indenização e reforço à obrigação de participar nos dispositivos de ativação; introdução de exigências e contrapartidas (antes inexistentes) para as prestações de seguro-desemprego e de assistência social; aumento das restrições para acesso às prestações de seguro desemprego e invalidez, [...]; forte redução dos valores das prestações sociais, para ficarem bem abaixo do menor salário; aumento na distância entre os valores das prestações assistenciais e os rendimentos do trabalho; favorecimento da permanência nos empregos de baixa remuneração para auxiliar no consumo e aquecer a economia [...]; substituição de prestações de seguro desemprego contributivas para desempregados de longa duração por programas de renda mínima assistencial; instituição de obrigatoriedade de trabalhar para os beneficiários dos programas de renda mínima para os aptos ao trabalho, sob pena de perder o benefício; instituição de mecanismos de forte acompanhamento/controlado personalizado dos beneficiários. (BOSCHETTI, 2015, p. 4 – 5)

Tendo como mediadora a Assistência Social, as políticas de ativação para o trabalho fortalecem a inserção ao mercado de trabalho a qualquer custo, ainda que custe ao trabalhador seus direitos; e constitui relação entre trabalho e Assistência Social como uma relação direta e condicional (BOSCHETTI, 2015).

A contradição desta relação se expressa à medida que se incentiva a inserção do cidadão ao trabalho precarizado e ao mesmo tempo há a expansão da Assistência Social como política de combate a pobreza e a desigualdade.

Há neste pensamento o resgate de velhas concepções do período industrial, das workhouses e da poor law, onde os “pobres capazes” ou “pobres aptos ao trabalho”, assim chamados, deveriam se submeter a qualquer trabalho para que lhe seja garantido o direito de acessar um benefício monetário, a lógica do merecimento pelo trabalho.

Esta lógica está presente na concepção da Política de Assistência Social contemporânea e é perceptível à medida que se propõe condicionais e promove a capacitação dos sujeitos para ingresso no mercado de trabalho, ainda que, em postos precarizados e explorados; é um retrocesso histórico orientado pelo neoliberalismo.

Objetivando minimizar os impactos advindos do conflito capital/trabalho, o Estado brasileiro em face ao molde neoliberal orquestrado pelo governo PT, inventa e reinventa programas e políticas no campo da geração de renda para inserir, por alguma via, os(as) trabalhadores(as), de forma que garanta o ciclo de rotação do capital e a extração de mais-valia relativa e absoluta. Mais valia essa destinada aos países centrais e a elite nacional, o que só pode se realizar com o aprofundamento da intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário. (PANDOLFI, 2015, p. 150)

A ligação da ativação do trabalho ou, como denominado na PNAS de inclusão produtiva com a geração de trabalho e renda da população usuária da Assistência Social, ganha materialidade e se legitima por meio dos programas e linhas de crédito, que são priorizados.

As linhas de financiamento são destinadas prioritariamente a população mais pobre, que busca na informalidade alternativa a situação de pertencimento à superpopulação relativa estagnada. Assim, financia-se o autoempreendimento para minimizar, ao mesmo tempo em que incorre em reconhecer, a impossibilidade de vincular parte da população aos empregos formais e na esfera produtiva. (PANDOLFI, 2015, p. 151)

A política de inclusão produtiva e/ou ativação para o trabalho, com inteira conexão com os beneficiários do Bolsa-Família, tem investimento por parte do Estado destinado ao próprio negócio, ao empreendedorismo e ao autoemprego. Estas linhas de atuação do Estado junto aos beneficiários deste programa estão em conformidade com o ideário neoliberal, sendo implementadas como “portas de saída” ou “saída única” para o enfrentamento da pobreza e do aumento do desemprego estrutural.

Esta estratégia adotada pelo Estado, na qual a protagonista hoje é a Assistência Social, visa o estancamento do crescimento do exército industrial de

reserva e da extensão da superpopulação relativa estagnada e flutuante, “que gera um aprofundamento da pobreza absoluta e relativa do país” (PANDOLFI, 2015, p. 151). O aumento do desemprego, pobreza e miséria, devido ao receituário neoliberal, faz com que os Estados nacionais pensem estratégias para conservação da rotatividade do capital e a ascensão dos lucros, ao passo que procura arrefecer as possibilidades de organização política dos trabalhadores.

A inclusão produtiva do trabalhador, tendo como porta de entrada a Política de Assistência Social, tem a função de manter a exploração do capital sobre o trabalhador e manter em níveis “aceitáveis” a desigualdade social, pois busca inserir estes trabalhadores a todo custo e em qualquer tipo de trabalho.

Com isso estes trabalhadores possuem as mínimas condições ou condições desfavoráveis de negociação da venda de sua força de trabalho. Deste modo, ressalta-se que esta política de ativação para trabalho associada com a Política de Assistência Social possui

[...] papel de qualificar e requalificar a força de trabalho no intuito de inseri-la no mercado de trabalho. Perpassa aqui a teoria do capital humano, devido ao entendimento de que a qualificação profissional é caminho não apenas para o crescimento individual, mas para o crescimento do país. (...) Vale destacar que, a qualificação profissional tem por fim inserir os trabalhadores recém-qualificados no mercado de trabalho, em atividades formais ou informais de trabalho, sendo que, contraditoriamente, o capital tem por tendência reduzir o capital variável e ampliar o capital constante no processo produtivo, reproduzindo e ampliando o exército industrial de reserva, que no contexto atual abarca cada vez mais trabalhadores(as). (PANDOLFI, 2015, p. 153)

À vista disso, a lógica que estrutura e permeia a Assistência Social na política de geração de renda é proveniente dos preceitos e perspectivas do capital internacional. A inserção produtiva e/ou ativação para o trabalho se dá num contexto brasileiro de aprofundamento da exploração do trabalhador, aumento da pobreza e desigualdade, baixo desenvolvimento das forças produtivas e recrudescimento da questão social dada à perspectiva neoliberal adotada pelo governo.

Soma-se a este cenário, o processo de flexibilização das leis que regulam o trabalho, derruição das políticas sociais e do trabalho, ampliação do exército industrial de reserva, decorrendo, deste aumento, nível de pobres absolutos e da pobreza relativa.

A implementação desta política no Brasil, termina por remeter os(as) trabalhadores(as) a condições de vida e trabalho cada vez mais extenuantes. “(...)

considerando a natureza destas políticas, estas buscam legitimar o Estado e o atual Governo brasileiro e, muito pouco, impactam nas condições de vida e trabalho da população brasileira” (PANDOLFI, 2015, p. 156).

O incentivo a rápida (re)inserção ao trabalho por estas políticas de geração de renda, qualificação e capacitação, geridas, também pela da Assistência Social, fortalecem a ocupação em postos informais de trabalho, devido a concessão de um pequeno crédito para investir no início de um pequeno empreendimento familiar ou mesmo para investir em atividade de auto emprego.

Estas políticas operam na reafirmação e sustentação da ordem capitalista, contribuindo para o enfraquecimento das demandas coletivas e desarticulação dos movimentos sociais combativos.

A longa exposição sobre as políticas sociais e Política de Assistência Social foi realizada a partir da visão de uma política pública nos marcos do capital para atuar no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

A Política de Assistência Social por meio da PNAS e do SUAS apresenta avanços na concepção teórica sobre a Assistência Social e na rede de proteção social dos trabalhadores, e foi nos governos petistas e, principalmente, no governo Lula, instrumento central no enfrentamento a fome e a pobreza – expressões da questão social. Esta Política a partir de sua expansão jurídico-normativa e institucional demanda grande contingente de assistentes sociais, para gestão, planejamento, análise ou execução, trabalhando na proteção social básica ou especial.

Por se caracterizar como Política convocada para atuar no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social e, executada em grande parte por assistentes sociais; daí a necessidade dos profissionais se apropriarem dos seus reais fundamentos e perspectivas como parte do aprimoramento constante.

A apropriação deste conhecimento deve ser subsídio para o desvelar da realidade, das intencionalidades, das mediações mais complexas que ocultam a verdadeira tendência e matriz ideológica da Política de Assistência Social. É preciso conhecer o terreno em que se atua para construir propostas de ações coletivas e de resistência ao capital.

Se o assistente social não “[...] tem o domínio da realidade que é objeto do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ações inovadoras? Construí-las, com base em que?” (IAMAMOTO, 2000, p. 41).

A Política de Assistência Social a partir da PNAS e SUAS contempla em grande medida reivindicações dos profissionais do Serviço Social. A categoria participou ativamente no processo de sua construção e aperfeiçoamento, tanto no trato teórico-metodológico e conceitual quanto sistematização e organização dos serviços socioassistenciais.

Uma construção que teve em seu processo, importantes personagens do Serviço Social. Contudo, o que se alerta neste trabalho, é justamente o perigo dessa relação mimética entre o Serviço Social e a Assistência Social, não podendo ocorrer que os profissionais tomem o aparato jurídico-normativo da Política como instrumento norteador da prática, tampouco como ponto de partida para a construção de conhecimento que não contribua com o aprofundamento do exame crítico dos profissionais, mas que reproduza o ideário conservador.

A Política de Assistência em seu texto, não pode determinar a leitura da realidade pelo profissional, mas deve ser um elemento mediador para a análise do movimento da realidade e das complexas relações sociais estabelecidas nesta sociabilidade.

Para tal, é preciso que se vá além do que é visível, devendo aprofundar o conhecimento sobre a Política e suas mediações, bem como apreender os fenômenos sociais as quais se intervêm.

E a produção do conhecimento em torno desta temática, pode reproduzir ou desvelar a essência presente na Política de Assistência, apontar ou omitir suas contradições em relação às necessidades do capital, fortalecer ou buscar romper com a ideologia burguesa hegemônica.

Pontua-se, a necessidade do aprofundamento desta discussão, tendo como base de suporte os princípios do Projeto Ético-Político da profissão como condutor da prática profissional e da produção crítica do conhecimento.

4. Tendências e perspectivas teórico-políticas presentes nas produções do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social

Este capítulo tem como objetivo realizar um balanço das perspectivas teórico-políticas das produções do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social.

Inicialmente, foi realizado levantamento e tabulação de dados considerando os seguintes aspectos: vínculo institucional da revista, área de formação dos autores, seus vínculos institucionais e sua região geográfica.

Esta quantificação possibilitará visualizar de maneira geral a distribuição das produções por estratos de níveis de formação, regiões e universidades e a maior ou menor incidência de publicações do Serviço Social sobre o tema da Política de Assistência Social. Ainda na caracterização dos artigos, estes foram classificados em eixos temáticos, de modo a verificar as áreas de concentração das produções. A partir da leitura dos artigos esquematizaram-se eixos temáticos mais amplos para verificar a concentração temática das produções.

Deste levantamento criou-se os eixos: 1) Política de Assistência Social, Gestão e Financiamento; 2) Política de Assistência Social e Dimensão Conceitual; 3) Política de Assistência Social e Trabalho Profissional; 4) Política de Assistência Social, Participação e Controle Social e; 5) Política de Assistência Social e Trabalho.

Elegeram-se o Eixo 2 - Política de Assistência Social e Dimensão Conceitual e os conceitos de proteção social, cidadania, Estado, risco, vulnerabilidade e exclusão social para subsidiar a análise de perspectivas teórico-políticas das produções extraídas das nove revistas selecionadas.

Feito esse movimento, apontar-se-á na segunda parte da análise, algumas tendências teórico-políticas.

4.1. Caracterização geral de artigos sobre a política de assistência social em periódicos do Serviço Social

A caracterização geral de artigos sobre a Política de Assistência Social em periódicos do Serviço Social abrangeu os seguintes aspectos: identificação de revistas e seus respectivos artigos na área de Assistência Social; publicação de artigos na série histórica 2005-2015; área de formação e vínculo profissional da autoria dos artigos; e abrangência temática dos artigos.

4.1.1. Identificação das revistas pesquisadas

Buscou-se na plataforma CAPES os periódicos/ revistas da área de concentração do Serviço Social, sob os critérios de avaliação da CAPES, Qualis A1, A2 e B1. Frente a este critério da pesquisa, as seguintes revistas foram objeto de análise: A1: Revista Serviço Social e Sociedade e Revista Katályses; A2: Revista Em Pauta, Revista de Políticas Públicas, Revista SER Social, Revista Argumentum e Revista Texto e Contexto e; B1: Revista O Social em Questão, Revista Temporalis.

Estas revistas fazem parte de um universo maior. Na última avaliação quadrienal – 2013-2016, a área de avaliação do Serviço Social possuía 300 periódicos, considerando todos os Qualis: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

A amostra aqui retirada obedeceu aos critérios estabelecidos previamente nos objetivos da pesquisa, onde se fazia necessário pertencer ao Qualis A1, A2 e B1 e ser de responsabilidade do Serviço Social, isto, pois, nem todas as revistas que pertencem a área de avaliação do Serviço Social são necessariamente específicas do Serviço Social. No quadro 1 consta a relação das revistas, vínculo institucional e ano de criação.

Quadros 1 – Dados de Identificação das Revistas Seleccionadas

| Revista | Vínculos | Ano de Criação |
|----------------------------|---|----------------|
| Serviço Social e Sociedade | Empresa Editora Cortez | 1979 |
| Katálysis | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina | 1997 |
| Em Pauta | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro | 1993 |
| Políticas Públicas | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão | 1995 |
| SER Social | Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília | 1998 |
| Textos e Contextos | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | 2002 |
| O Social em Questão | Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | 1997 |
| Temporalis | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social | 2000 |
| Argumentum | Programa Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo | 2009 |

Fonte: Os dados foram retirados dos sites das revistas – campo: apresentação. Elaboração Própria.

A Revista Serviço & Social e Sociedade surge num cenário político de grande efervescência no país, um período em que se acirraram as lutas contra a ditadura autocrática burguesa. Período de amadurecimento das forças políticas no processo de derrubada do regime militar – em 1979.

A revista se constitui como um dos principais canais para socialização do debate teórico do Serviço Social, há 39 anos registra parte significativa da produção e da trajetória histórica do Serviço Social. Um periódico que expressa o protagonismo da Editora Cortez no apoio e desenvolvimento técnico-científico e acadêmico do Serviço Social, e que se tornou tanto um espaço mediador entre a profissão e a sua produção teórico-científica, quanto entre a produção e as diferentes conjunturas sociais vivenciadas pela sociedade ao longo destes anos.

Atualmente a Revista Serviço Social & Sociedade é referência nacional e internacional, debatendo os mais diversos temas e levando aos profissionais do Serviço Social e das áreas afins, produções teóricas de profundidade. Está classificada como Qualis A1 no Sistema de Periódicos da CAPES e é indexada na base SCIELO, fato que confere caráter acadêmico-científico a um periódico de editora privada.

Ressalta-se também, que o Serviço Social chega ao final dos anos de 1980 e inicia os anos de 1990 com sua base teórica crítica fortalecida, um dos fatores para que houvesse um balanço crítico do legado da reconceituação foram os avanços das pesquisas e produções no âmbito da pós-graduação.

Os programas de pós-graduação possuem parcela importante no aprofundamento do debate com a teoria social crítica marxiana pela via das fontes originais. Por meio dos periódicos vinculados aos programas, obras de grande relevância (artigos, livros, ensaios) foram editados a partir dos anos de 1990, e trouxeram resultados de pesquisas e estudo, de maneira a adensar as produções e fortalecer o balanço crítico.

Estes periódicos contribuem não somente para a socialização da pesquisa e conhecimento em Serviço Social, ao debater as transformações sociais e dialogar com o movimento do real, mas se constituem como canais de socialização de conhecimento que extrapolam os limites estreitos “estabelecidos pela linguagem mercadológica do Capital” (SILVA, 2010, p. 81).

Reconhecida a importância destes periódicos na história da socialização do conhecimento na história do Serviço Social, aponta-se que a Revista Argumentum

do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, classificada como Qualis A2, foi criada no de 2009. Considerando que a pesquisa abrange o período de 2005 a 2015, este fato pode influenciar numericamente nas porcentagens de produções após o ano de 2009. Mas, não altera o sentido da análise central, que consiste em identificar as tendências teórico-metodológicas e política das produções. As demais revistas contemplam o período estipulado para a pesquisa.

Para a escolha dos artigos, foram estabelecidos os seguintes critérios: ser publicado dentre os anos de 2005 e 2015 – período histórico proposto na dissertação e; conter em seu título, resumo ou palavras-chave pelo menos um dos termos: Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Política de Assistência Social. Ao todo foram encontrados 83 artigos.

A tabela 3 se mostra da seguinte maneira:

Tabela 3 – Número de Artigos por Revistas

| Revistas | Nº. artigos | Em % |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Serviço Social e Sociedade | 23 | 27,71% |
| Katálysis | 10 | 12,05% |
| SER Social | 03 | 3,61% |
| Políticas Públicas | 08 | 9,65% |
| Em Pauta | 03 | 3,61% |
| Textos e Contextos | 10 | 12,05% |
| O Social em Questão | 12 | 14,46% |
| Temporalis | 05 | 6,02% |
| Argumentum | 09 | 10,84% |
| TOTAL | 83 | 100% |

Fonte: Revistas indicadas acima. Elaboração própria.

Dentre as revistas selecionadas, frisa-se que duas revistas apresentaram dossiê temático específico sobre Assistência Social: Revista “Serviço Social e Sociedade”, no ano de 2006, a Revista “O Social em Questão”, em 2013. A Revista Argumentum promoveu dossiê temático sobre Seguridade Social em 2012; a Revista SER Social publicou uma edição intitulada Política Social no Governo Lula em perspectiva; Revista Katályses publicou edição em 2015 intitulada: Estado e política social na América Latina: Assistência Social; a Revista Temporalis em 2010 publicou

a edição nº 20 com o título: Temas Contemporâneos e Serviço Social: Crise do Capital, Assistência Social e Formação Profissional; e a Revista de Políticas Públicas no ano de 2010 apresentou dossiê temático sobre a Seguridade Social, com o título: Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência.

4.1.2. Publicação de artigos sobre a política de assistência social na série histórica de 2005 a 2015

No período de 2005 a 2015, foram identificados 83 artigos publicados nas 09 revistas na área de Serviço Social, disponibilizadas em versão *on line* e impressa.

Temos o seguinte cenário de publicações nesta série histórica de 2005 a 2015 na Tabela 4.

Tabela 4– Número de publicações e valores que representam em %

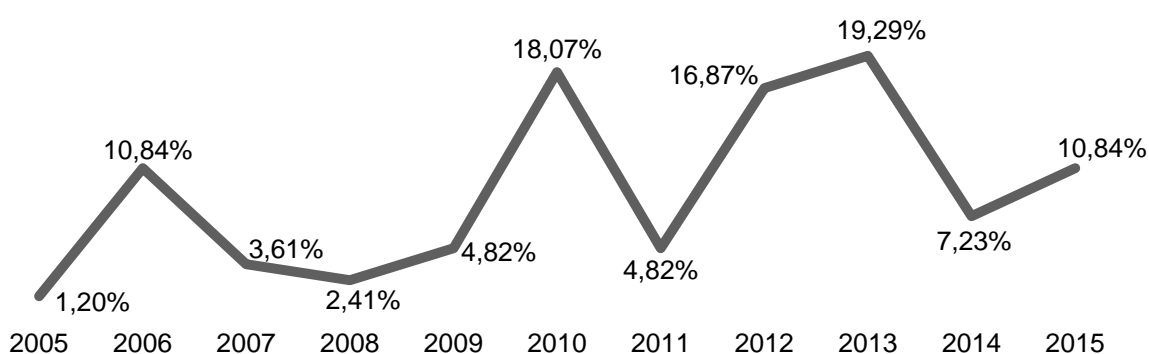
| Ano | Quantidade | Representação % |
|--------------|------------|-----------------|
| 2005 | 1 | 1,20% |
| 2006 | 9 | 10,84% |
| 2007 | 3 | 3,61% |
| 2008 | 2 | 2,41% |
| 2009 | 4 | 4,82% |
| 2010 | 15 | 18,07% |
| 2011 | 4 | 4,82% |
| 2012 | 14 | 16,87% |
| 2013 | 16 | 19,29% |
| 2014 | 6 | 7,23% |
| 2015 | 9 | 10,84% |
| Total | 83 | 100% |

Fonte: Periódicos - Serviço Social e Sociedade, Katályses, Ser Social, Em Pauta, O Social em Questão, Temporalis, Revista de Políticas Públicas, Argumentum e Textos e Contextos. Elaboração Própria.

Deste modo, percebe-se uma maior produção nos anos de 2006, 2010, 2012, 2013 e 2015 – importante lembrar que nos anos de 2006; 2012 e 2013 as Revistas: Serviço Social e Sociedade, Políticas Públicas, Social em Questão e Argumentum, publicaram dossiês temáticos, tendo como temática principal a Política de Assistência Social ou a Seguridade Social brasileira, sistema do qual a Política de Assistência Social é parte constitutiva.

A produção do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social tem seu pico de produção em dois momentos históricos: no ano de 2010, decorridos 6 anos da aprovação do SUAS na Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 e no último ano do governo Lula; e, no ano de 2013, um ano após a última alteração da NOB/SUAS 2005 que após alterações passa a vigorar como NOB/SUAS 2012 e penúltimo ano do primeiro governo Dilma. Num panorama geral vemos as produções, nesta linha histórica, da seguinte maneira:

Figura 1 - Evolução das produções em %: série histórica de 2005 a 2015



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados levantados nas publicações selecionadas.

Fazendo um recorte histórico do governo Lula, 2003 - 2010, as produções do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social representam 40,95% do total geral de produções.

Na análise de outro bloco histórico, compreendendo de 2011 a 2015 - governo da presidenta Dilma Rousseff, as produções representam 59,05% do total. Tendo grande expressividade no ano de 2012 – 16,87% e 2013 – 19,29% das produções.

4.1.3. Área de formação e vínculo profissional da autoria dos artigos

Neste item a análise foi concentrada em identificar os autores destas obras, se são alunos de graduação, pós-graduação, docentes ou profissionais, bem como se preocupou em apontar a área de formação de cada um deles.

Como resultado da pesquisa e caracterização do perfil geral das produções por autores e sua área de formação têm-se os seguintes dados: não apareceram artigos de autoria de alunos de graduação. Pós-graduandos compreendem (15)

18,07% da autoria dos artigos selecionados; as produções de docentes²⁵ são de (56) 67,47% e; profissionais que atuam na Política de Assistência Social– (12) 14,46% das publicações. Quanto aos profissionais, observou-se a publicação por parte de trabalhadores do Ministério do Desenvolvimento Social, prefeituras e tribunal regional do trabalho. No campo de descrição do autor não foi constatado vinculação de atuação em órgãos de pesquisa.

Outro elemento observado foi o índice de produções dos profissionais que atuam na Política de Assistência Social (12- 14,46%). É preciso considerar o crescimento de assistentes sociais no campo da política de assistência social, como indica o estudo do CFESS que aponta que no ano de 2005, 35,45% dos assistentes sociais estavam ligados a atividades de conselho e/ou da Política de Assistência Social. Este estudo aponta também, que a partir do cruzamento de dados, foi possível identificar que 57,66% dos assistentes sociais participam dos Conselhos de Assistência Social no nível municipal.

Isto nos leva a um questionamento: como tem se dado o processo investigativo do assistente social e a sistematização do conhecimento a partir de seu campo de atuação? Considerando que o processo de investigação na formação profissional do assistente social é fundamento necessário para práxis profissional, é a pesquisa no campo profissional e análise da realidade o subsídio para a atuação profissional?.

É preciso destacar que a investigação não somente se constitui subsídio para “o fazer” profissional, mas é também substrato rico e fértil de mediações para a apreensão dos elementos retirados da dinâmica da realidade que incidem diretamente na vida dos homens. Daí a ser elemento que dá o alicerce para a produção do conhecimento sobre os processos sociais, e que promove a reconstrução do objeto da ação profissional (LARA, 2008).

As contratações temporárias, a precarização das condições de trabalho do assistente social e do próprio quadro institucional e material da política social, assim, como as concepções pós-modernas, a ofensiva neoliberal na captura da criatividade e intelectualidade dos indivíduos e a onda conservadora que a cada ano se renova e dissemina suas ideias no chão social são alguns dos fatores que podem, de certo

²⁵ Nas produções que apresentaram autoria conjunta de Docente e Pós-Graduando a obra na pesquisa foi registrada como produção docente. No caso das obras com mais de um docente contabilizou-se apenas uma vez.

modo, influenciar a produção e a não produção de conhecimento por parte dos profissionais que atuam na política social.

Obviamente essas reflexões levantadas são produtos da leitura de uma parcela específica de artigos, pois não foram analisadas a totalidade das produções do Serviço Social na política de assistência social. Por exemplo, não se considera neste trabalho as produções de pôsteres e trabalhos completos publicados em eventos da profissão, como: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

A produção dos discentes de pós-graduação é de (15) 18,07% [mestrandos e doutorandos] e (56) 67,47% das produções publicadas são de docentes. Vê-se a prevalência dos docentes sobre todos os outros estratos estabelecidos para análise. E, para, além disso, percebe-se a supremacia da pesquisa científica na academia, sendo ela responsável por (68) 85,54% das pesquisas publicadas nas revistas científicas com Qualis A1, A2 e B1.

Assim como os executores, gestores e formuladores desta Política, os docentes são trabalhadores assalariados, porém estão inseridos em condições diferenciadas destes profissionais. O espaço acadêmico é considerado historicamente como o espaço de formação e construção do conhecimento científico, que segundo Netto (2011), é fundamental ao Serviço Social, imprescindível para que a profissão mantenha um estatuto efetivamente universitário. Para o autor, se torna “impossível imaginar o desenvolvimento profissional sem que, na categoria profissional, exista um segmento dedicado expressamente a pesquisa – e tudo indica que tal segmento encontra seu espaço na universidade” (NETTO, 2011, p. 19).

Um fator importante para o desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social no âmbito acadêmico é o avanço e amadurecimento teórico da profissão, iniciado a partir dos anos de 1980 com a reconceituação do Serviço Social e a incorporação da teoria crítica marxiana como capaz de desvelar a realidade em sua totalidade. Ao longo dos anos essa maturidade teórica vem se expressando numa visibilidade acadêmica e científica da profissão, pois até meados dos anos de 1980 o processo de pesquisa não se constituía realidade determinante para a profissão e para seu modo de existir.

O caminho percorrido pelo Serviço Social durante a história possibilitou uma inserção dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa no processo

de produção bibliográfica e aprimoramento teórico-metodológico. Isto deu início, portanto, a um período de produções que perpassavam diversas áreas do conhecimento, até ser reconhecida como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998).

É preciso ponderar que na contemporaneidade o processo de produção acadêmica é constantemente pressionado pela lógica do produtivismo acadêmico imposto pelos organismos de fomento. Uma pressão para que se tenha uma alta produtividade, alta taxa de publicações em revistas conceituadas, capítulos de livros, livros e revistas internacionais, uma lógica que submete a produção do conhecimento sério e de qualidade a simples ato de publicar.

É a partir dessa trajetória que a produção bibliográfica do Serviço Social se avolumou consideravelmente, sendo alimentadas pelas dissertações, teses, pesquisas de pós-doutorado, de grupos de pesquisas e resultados individuais dos docentes nas universidades. É preciso apontar que, para o fortalecimento das produções acadêmicas na área, resultando, muito possivelmente no quadro atual, foi o reconhecimento do Serviço Social como área de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esse reconhecimento como área específica de pesquisa, elevou o Serviço Social a um patamar igualitário, ao menos formalmente, com outras áreas historicamente reconhecidas, como o Direito, Economia, Administração, Arquitetura (KAMEYAMA, 1998). “É por esta razão, aliás, que é preciso democratizar os resultados das investigações conduzidas por aqueles que estão alocados ao espaço específico da pesquisa: é preciso encontrar meios, canais e modos de coletivizar, com o conjunto da categoria, os avanços teóricos e técnico-operativos alcançados pelos pesquisadores” (NETTO, 2011, p. 20).

A partir da tabulação dos dados encontrou-se que 75 (90,4%) produções científicas são de autores com formação em Serviço Social, o restante das publicações se conforma da seguinte maneira: formação na área da Educação e Economia, 2 (2,4%) cada; Psicologia, Jornalismo, Direito e Administração Pública, 1 (1,2%) cada.

Esse dado representa a contribuição que o Serviço Social tem sobre a pesquisa na área da Política de Assistência Social.

4.1.4. Regiões do Brasil e a produção teórica do Serviço Social: como se desenha esse quadro?

Neste item buscou-se analisar o vínculo institucional do/a autor/a e a região. Isto para traçarmos um mapa de onde [região e que instituição] estão produzindo sobre a Política de Assistência Social.

Segundo Pereira (2016) no ano de 2013 havia 278 cursos de Serviço Social em todo país; 221 cursos possuem natureza jurídica privada (79,5% dos cursos avaliados no ENADE). A autora pontua que a região sudeste é a que mais concentra cursos de Serviço Social privados com 126 cursos em 122 universidades. Acrescenta que possuem registro no MEC 33 cursos de Serviço Social na modalidade EaD e, somente 13 cursos apresentaram o conceito ENADE – 8 cursos obtiveram conceito 2 e, 5 cursos com conceito 3.

Ao levantar o perfil dos alunos em sua pesquisa, Pereira (2016) acrescenta que 80% dos graduandos em Serviço Social estavam em Instituições de Ensino Superior privado.

Marina Maciel a respeito dos cursos de pós-graduação aponta a existência de 35 programas de pós-graduação lato sensu divididos da seguinte maneira: 13 cursos de pós-graduação (37,14%) na região sudeste; 11 (31,42%) na região nordeste; 6 (17,14%) na região sul; 3 (8,57%) na região centro-oeste e; 2 (5,71%) na região norte. Todos os 35 (100%) programas possuem mestrado e 16 (45,71%) possuem cursos de doutorado. Os cursos de pós-graduação em universidades públicas representam 80% do total de programas de pós-graduação. O restante está dividido: 14,28% de programas de pós-graduação em instituições comunitárias e 5,71% em instituições privadas.

Pensando nos dados trazidos pela pesquisadora, algumas questões foram pensadas: quais universidades estão produzindo? Em que região? Quais estão se destacando quando o tema é Política de Assistência Social?

Para sistematização dos dados e melhor leitura das caracterizações das produções tabelas foram produzidas contendo o nome da instituição, respectivas porcentagens dentro do contexto geral (nacional) e de sua localidade (região), isto para cada uma das cinco regiões do país.

As tabelas a seguir mostram os seguintes dados: número de produções, valor em % no quadro geral de publicações e seu valor em % no quadro regional.

Tabela 5 - Levantamento das instituições e produções teóricas – Região Sudeste

| Instituições | Nº Produções | Valor em % no quadro geral | Valor em % no quadro local |
|--|-----------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Universidade Federal Fluminense (UFF) | 04 | 4,7 | 10,1 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) | 14 | 16,7 | 35,8 |
| Faculdade de Bauru | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Universidade Estadual Paulista (UNESP) | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) | 05 | 5,9 | 12,7 |
| Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) | 02 | 2,4 | 5,1 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Faculdade Capixaba da Serra/ Espírito Santo | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Prefeitura do Município do Rio de Janeiro | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Secretaria Assistência Social do Rio de Janeiro | 02 | 2,4 | 5,1 |
| Prefeitura de São Paulo | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Fundação Oswaldo Cruz/ Rio de Janeiro | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Tribunal Regional do Trabalho/ Rio de Janeiro (TRT/RJ) | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Prefeitura de Contagem/ Minas Gerais | 01 | 1,2 | 2,6 |
| Universidade Presidente Antônio Carlos/ Minas Gerais | 01 | 1,2 | 2,6 |
| TOTAL | 38 | 46,2 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa.

A região sudeste aparece como a região com o maior número de publicações, (38) - 46,2%. A PUC-SP é a universidade com maior expressividade da região, com (14) - 35,8% publicações da região e 16,7% do total geral. Estes dados evidenciam a importância histórica que a PUC-SP representa para o Serviço Social e, conseqüentemente, para os estudos e pesquisas sobre a Política de Assistência Social.

O grupo de professores da PUC-SP foi responsável pela primeira análise da Assistência Social como uma política pública, isto ainda, anterior a promulgação da CF. 1988 que estabelecia esta política como direito de cidadania. A publicação em questão é de 1985, intitulada “Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras. Uma questão em análise”. Esta produção sistematizou os resultados de pesquisas realizadas durante o período de 1983 e 1984, investigações de autoria de Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek, Dilsea Bonetti e Maria do Carmo Brant de Carvalho (MENDONSA, 2012).

A relevância da publicação desta sistematização de pesquisa em um livro foi tamanha que, a partir dela, o Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) criou uma linha específica para a abordagem das políticas sociais. Ainda no ano de 1984 foi criado na PUC-SP, o NESAS – Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Este núcleo ao longo dos anos teve grande relevância na pesquisa sobre a Assistência Social e, ainda hoje é catalisador da produção e da discussão sobre esta Política (MENDONSA, 2012).

A contribuição desta unidade também esteve presente na formulação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1994 através do NESAS. Neste período histórico de construção da Lei Orgânica, havia um aprofundamento das discussões em torno da Política de Assistência Social, uma vez que em 1993 já havia alcançado o patamar de política pública. Observa-se que tanto estas discussões quanto à construção da LOAS partiram diretamente dos estudos realizados pela PUC-SP com o NESAS, da UnB por meio do NEPPS/CEAM (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social ligado ao Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinar) ou dos estudos realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pernambuco (MENDOSA, 2012).

Em um ciclo de palestras realizado em São Paulo, no primeiro semestre de 1994, um grupo de pesquisadores vinculados a essas diferentes instituições debateram as “polêmicas e perspectivas” sobre assistência social que os enredava em seus compromissos político-partidários e nas universidades. Na verdade, as palestras transcritas dos professores da UnB que participaram do evento, Potyara Pereira e Vicente Faleiros, traziam as visões que já vinham sendo defendidas e explicitadas em artigos desde meados da década de 1980. Além disso, perpassou a maioria das apresentações – inclusive uma de José Paulo Netto da UFRJ e outra de Sueli Gomes Costa da Universidade Federal Fluminense (UFF) – uma polêmica que se desenhou a partir da identificação de diferenças teóricas e ideológicas entre as pesquisas desenvolvidas pela PUC-SP, UnB e a UFRJ. (MENDONSA, 2012, 70 – 71)

Os apontamentos de Mendonsa (2012) corroboram para as análises da importância da PUC-SP, trazendo novos elementos, como a participação ativa da UnB, UFRJ e UFF. Constata-se que destas outras três universidades apontadas pela autora, a UFRJ e a UFF são universidades da região Sudeste e compõem o quadro de produções: a UFRJ no quadro da região representada (1) - 2,6% das publicações e a UFF, (4) -10,1% das publicações da região, se consolidando como a terceira maior universidade a produzir nesta região sobre a Política de Assistência

Social. Portanto, a primeira é a PUC-SP e a segunda potência da região é a UERJ, responsável por (5)- 12,7% das produções do Sudeste.

A região Sudeste merece um destaque não somente pela história da PUC-SP, mas por apresentar (5)- 12,7% das produções sobre a Política oriundas de profissionais que atuam em prefeituras e secretarias de Assistência Social.

Traçando um caminho paralelo com o trilhado pela caracterização da docente e pesquisadora Marina Maciel Abreu, e fazendo um ordenamento entre as instituições de ensino públicas, privadas, organismos de execução e gestão e outros órgãos que atuam direta ou indiretamente com a Política de Assistência Social têm-se: publicações provenientes de universidades públicas (federais, estaduais e municipais) – 33,1%; universidades privadas – 43,6% (número sustentado pelas produções da PUC-SP²⁶ que sozinha representa 35,8%, percentual mais alto que a soma das publicações das universidades públicas); órgãos de gestão e execução – 12,9% e demais institucionais que trabalham direta ou indiretamente com esta política – 10,4%.

A segunda região com o maior número de produções sobre a Política de Assistência Social é a Sul. A tabela a seguir mostra o cenário dessa região.

Tabela 6 - Levantamento das instituições e produções teóricas – Região Sul

| Instituições | Nº Produções | Valor em % no quadro geral | Valor em % no quadro local |
|--|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Universidade federal de Santa Catarina (UFSC) | 03 | 3,6 | 13,0 |
| Universidade Estadual de Londrina (UEL) | 04 | 4,7 | 17,5 |
| Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) | 02 | 2,4 | 8,8 |
| Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) | 08 | 9,5 | 34,9 |
| Instituto de Ensino Latino Americano (IELA/SC) | 01 | 1,2 | 4,3 |
| Universidade Regional de Blumenau (FURB/RS) | 01 | 1,2 | 4,3 |
| Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS) | 01 | 1,2 | 4,3 |
| Universidade Comunitária de Chapecó | 01 | 1,2 | 4,3 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) | 01 | 1,2 | 4,3 |
| Universidade Católica Pelotas | 01 | 1,2 | 4,3 |
| TOTAL | 23 | 27,4 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa.

²⁶ A Pontifícia Universidade Católica é uma instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão. É uma universidade particular e confessional, que tem ademais um caráter comunitário, enquanto está ligada a um grupo social que aceita a inspiração da tradição humanístico-cristã da Igreja Católica e, ainda, enquanto em sua atuação se concebe como uma instituição prestadora de um serviço de interesse público (site PUC-RJ). A natureza junto MEC é: Fundação Privada.

Na região Sul pode-se observar, assim como na região sudeste, o predomínio da PUC sobre as públicas no número de artigos sobre a Política de Assistência Social – representando do total de publicações desta região (10) 43,7%. Neste caso há uma particularidade em relação à região sudeste. Nesta região aparecem a PUC-RS e PUC-PR, diferentemente do Sudeste que somente a PUC-SP aparece no quadro.

Das universidades públicas temos um total de 47,7% de publicações; as universidades privadas representam 52,3% (mais uma vez quadro sustentado pelas produções da PUC).

A terceira região com maior número de publicações sobre a Política de Assistência Social é a região nordeste do país, conforma a Tabela 7.

Tabela 7 - Levantamento das instituições e produções teóricas – Região Nordeste

| Instituições | Nº Produções | Valor em % no quadro geral | Valor em % no quadro local |
|---|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) | 04 | 4,7 | 30,7 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | 02 | 2,4 | 15,5 |
| Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) | 01 | 1,2 | 7,7 |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | 04 | 4,7 | 30,7 |
| Universidade Federal do Piauí (UFPI) | 01 | 1,2 | 7,7 |
| Universidade Estadual do Ceará (UEC) | 01 | 1,2 | 7,7 |
| TOTAL | 13 | 15,4 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa.

Na região Nordeste, duas universidades se apresentam como “pontas de lança” na produção sobre a Política, – a UFPE e a UFMA, ambas com a (04) - 30,7% de produções publicadas nas revistas classificadas pelo Qualis A1, A2 e B1. Aponta-se nesta região a ausência de publicações oriundas de universidades privadas, 100% das produções desta região sobre a Política de Assistência Social tem como órgão de vínculo do autor a universidade pública.

O Centro-Oeste aparece como a quarta região com maior número de produções sobre a Política de Assistência Social. É o que aponta a tabela 8.

Tabela 8 - Levantamento das instituições e produções teóricas – Região Centro-Oeste

| Instituições | Nº Produções | Valor em % no quadro geral | Valor em % no quadro local |
|--|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Universidade de Brasília (UnB) | 04 | 4,7 | 57,1 |
| Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) | 01 | 1,2 | 14,3 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) | 01 | 1,2 | 14,3 |

| | | | |
|---|-----------|------------|------------|
| Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE) | 01 | 1,2 | 14,3 |
| TOTAL | 07 | 8,3 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa.

Os números dessa região não são tão expressivos quando comparados com a região sudeste e sul. A UnB é a universidade que mais possui pesquisadores vinculados que publicaram nestas revistas. Esta universidade teve importante papel na construção da LOAS e das discussões em torno da Política de Assistência Social por meio dos estudos da Profa. Potyara Amazoneida Pereira-Pereira e o do Prof. Vicente Faleiros como já mencionado anteriormente.

É importante ressaltar a importância destes docentes à cima citados e seu trabalho conjunto com o IPEAS e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS²⁷) nos estudos para elaboração do pré-projeto da lei que originou a Lei Orgânica da Assistência Social.

Os estudos, pesquisas e trabalhos dos integrantes do NEPPOS contribuíram não somente para a criação do pré-projeto da LOAS que regulamenta os arts. 203 e 204 da CF. 1988, mas também, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal, contribuiu para a criação do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

Apesar dos números não serem muitos expressivos nesta região, a UnB possui mais da metade das publicações (04)- 57,1%; o restante deste percentual se divide entre a universidade privada, aqui representada pela PUC-GO, (01)- 14,3%; Ministério do Desenvolvimento Social, (01)- 14,3% e DIESSE, (01)- 14,3%.

Nesta região, assim como na região nordeste, prevalecem as publicações das universidades públicas em relação as universidades privadas e instituições pertencentes ao governo federal, estadual ou municipal.

Por fim, a região Norte, com (01) 50% das produções representadas pela Universidade Federal do Pará e (01) 50% pela Universidade Federal do Amazonas, sendo então, 100% dos artigos de universidade pública.

Como ilustrado na tabela 9.

²⁷ O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS) é um dos trinta e dois Núcleos Temáticos (NTs), atualmente vigentes, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília. Criado em 1987 - um ano após a criação CEAM - por iniciativa de um grupo de professores do Departamento de Serviço Social (SER), do Instituto de Ciências Humanas (IH), da UnB. (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social - <https://www.neppos.com/quem-somos>).

Tabela 9 - Levantamento das instituições e produções teóricas – Região Norte

| Instituições | Nº Publicações | Valor em % no quadro geral | Valor em % no quadro local |
|---|----------------|----------------------------|----------------------------|
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | 01 | 1,2 | 50 |
| Universidade Federal do Amazonas (UFAM) | 01 | 1,2 | 50 |
| TOTAL | 02 | 2,4 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa.

Deste modo, aponta-se a prevalência das produções sobre a Política de Assistência Social concentrada na Pontifícia Universidade Católica, sendo ela responsável por (08) 29,8% das publicações sobre esta Política, tornando-se o principal polo de produções. Seguindo esse ranqueamento teríamos a UERJ com (05) 5,9% das publicações gerais e como terceira maior produção estaria equilibrado entre UFF. UEL e UFPE, ambas com (04) 4,7% do total geral.

4.1.5. Análise dos Temas: a construção de eixos temáticos em áreas de concentração

Este item teve como preocupação identificar nas produções analisadas sua área temática, com vistas a formular eixos temáticos para auxiliarem no processo de caracterização das produções e das tendências teórico-políticas.

Para a formulação da tabela abaixo se fez uma leitura dos artigos identificando a temática principal desenvolvida no conteúdo do artigo e não apenas os títulos, resumos e palavras chaves em decorrência de divergências do anunciado e do conteúdo trabalhado. Assim, como o próximo item, será analisado as tendências e concepções destes artigos verificadas pela leitura do conteúdo na íntegra. Deste modo, a partir da leitura foi possível identificar os seguintes eixos de concentração:

1) Política de Assistência Social: Gestão e Financiamento – neste eixo as obras, em sua maioria, se preocupou em desenvolver argumentação ou análises em torno do aparato normativo da Política de Assistência Social, apontando os processos de implementação do Sistema Único de Assistência Social e sua gestão no território nacional, bem como o processo de direção desta Política por parte dos profissionais que estão em cargos de gestão e formulação e; o financiamento é discutido de diversas formas: transferência fundo a fundo; os repasses entre os entes federados;

2) Política de Assistência Social e a Dimensão Conceitual: neste eixo foram agrupadas as publicações que discorreram sua argumentação sobre: Assistência Social, SUAS, PNAS, Política Social, Proteção Social, Pobreza, Cidadania, Estado. Estas publicações trouxeram o debate sobre estes conceitos, apontando seus fundamentos ou não, a concepção sobre estes conceitos que, em algumas publicações estavam aparentes e em outras foi necessário uma leitura mais atenta do conteúdo.

3) Política de Assistência Social e Trabalho Profissional: neste eixo os conteúdos discorrem sobre o trabalho profissional no campo das políticas sociais e, principalmente na Política de Assistência Social, sendo trabalhadores que atuam no processo de construção e execução desta política no cotidiano da realidade social ou, profissionais que atuam no trato da questão social, tendo no direcionamento Ético-Político do Serviço Social os elementos norteadores para sua práxis.

4) Política de Assistência Social, Participação e Controle Social: este eixo foi construído a partir dos artigos que trazem a discussão dos espaço de participação e controle social na Política de Assistência, bem como apontam a necessidade de fortalecimentos destes espaços como meio do aprofundamento da organização social e democrática, tendo na participação e controle a possibilidade da sociedade civil colocar suas demandas e alargar a cidadania.

5) Política de Assistência Social e Trabalho: neste último eixo temático foram consideradas as obras que em sua discussão trouxeram o debate da Política de Assistência Social e o trabalho, suas relações e implicações. Também, algumas obras analisadas apresentaram os processos de precarização do trabalho e os mecanismos utilizados pelo capital para manter a reprodução social do trabalhador, apontando os programas de transferência de renda como ponto central neste processo.

Estes eixos não expressam uma fragmentação das produções, tampouco separam a construção do conhecimento em caixas de análise imediatista, ao contrário, essa separação de eixos evidencia o quão ampla é as produções do Serviço Social e as relações destes diversos campos de pesquisa com a Política de Assistência Social.

Assim, as produções com suas particularidades e singularidades organizadas e apresentadas em forma de eixo temático, expressam a grandiosidade do conjunto das pesquisas e das relações e reprodução social.

A partir da construção dos eixos temáticos e sua reflexão no campo da produção do conhecimento, o quadro se apresenta da seguinte maneira:

Tabela 8 - Caracterização por Eixo Temático

| | | | |
|--------------|---|-----------|-------------|
| 1 | Pol. Assistência Social, Gestão e Financiamento | 12 | 14,46% |
| 2 | Pol. Assistência Social e Dimensão Conceitual | 47 | 56,63% |
| 3 | Pol. Assistência Social, Serviço Social e Trabalho Profissional | 13 | 15,67% |
| 4 | Pol. Assistência Social, Participação e Controle Social | 06 | 7,22% |
| 5 | Pol. Assistência Social e Trabalho | 05 | 6,02% |
| Total | | 83 | 100% |

Fonte: Elaboração própria com base nos periódicos selecionados para pesquisa. *Número de publicações em %, sendo a referência 83 obras (100%).

Neste quadro observamos como se desenha o quadro das produções e suas conexões a cerca da Política de Assistência, tendo como eixo de maior índice de produções o Eixo 2: Política de Assistência Social e Dimensão Conceitual. Este é um eixo amplo que reúne a análise de diversos conceitos, os quais subsidiaram, inclusive, as análises das tendências teórico-políticas apresentadas nesse trabalho.

A caracterização por eixo temático acima, demonstra a diversidade e amplitude das pesquisas e produções do conhecimento no Serviço Social, retrato de um aprofundamento teórico-metodológico, compromisso ideopolítico e a interação dos profissionais do Serviço Social com a dinâmica da realidade social.

O quadro apresenta a expressão da diversidade e heterogeneidade das pesquisas em diferentes regiões, universidades e instituições; é o retrato das diferentes tendências, concepções e distintas configurações das relações sociais. Este fato é inerente à própria expansão e domínio teórico do Serviço Social após o processo de reconceituação da profissão e incorporação da teoria social crítica.

Historicamente o Serviço Social possui uma relação simbiótica com a Assistência Social, marcando posição e construindo o debate. A partir da LOAS, PNAS e SUAS o campo profissional se expande para os profissionais do Serviço Social e alarga-se as fronteiras para a profissão; assim os eixos temáticos demonstram a amplitude de conhecimento e inserção da profissão, bem como, sua crítica a realidade social.

A Política de Assistência Social é terreno histórico do Serviço Social, por isso a concentração nos eixos temáticos acima, atenta para as transformações nas relações sociais e, principalmente entre o Estado e a sociedade. Apresenta um terreno inquietante para a profissão, cheio de indagações e possibilidades; evidencia

a intensa e densa interlocução do Serviço Social com a Política de Assistência Social e, as transformações sociais e o movimento dinâmico da realidade.

De modo geral, a diversidade encontrada nos eixos temáticos apresenta a inquietude e preocupação do Serviço Social frente às mudanças nas relações sociais, em razão disso os temas propostos nas publicações ganham notoriedade na busca por respostas as principais expressões da questão social.

Por fim, este quadro se torna relevante para este trabalho não somente para fins de análise de concentração temática em torno da Política a medida que apresenta os temas, assuntos, percepções que serão analisadas no próximo item deste trabalho, mas, também por sua relevância a medida que forneceu os subsídios para a construção do próximo ponto da dissertação. O Eixo 2, que trata da dimensão conceitual, será objeto de debate a seguir, por meio da análise dos seguintes conceitos: proteção social, cidadania, Estado, risco, vulnerabilidade e exclusão social.

4.2. Análise das tendências e perspectivas teórico-políticas das produções

O Serviço Social ao longo dos anos amadureceu e foi aprimorando, a partir da teoria crítica, suas pesquisas, bem como conquistou espaço na produção de conhecimento, possuindo, hoje, grande capacidade de pesquisa e uma amplitude temática muito rica. Segundo Iamamoto (2007, p. 45), “é um privilégio da categoria atuar transversalmente nas múltiplas expressões da “questão social”, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam”.

É certo que a cada momento histórico, se manifesta determinada conjuntura política, econômica e social, com isso, novas “questões de pesquisa” se tornam objeto de estudos e pesquisas do Serviço Social. A inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho se deu de modo particular, como também é particular sua inserção na sociedade; daí o fato da profissão ser caracterizada por meio de sua maneira e forma de intervenção na vida social da sociedade, uma vez que apresenta uma dimensão interventiva e uma dimensão intelectual (KAMEYAMA, 1998).

O Serviço Social “enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional” (KAMEYAMA, 1998, p. 71).

Por essa circunstância, as pesquisas e/ou investigações se apresentam, em conclusões mais gerais, “como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica as dimensões aparentes, fenomênicas e reificadas da realidade social (LARA, 2008, p. 38).

A partir da ofensiva neoliberal e das transformações societárias após os anos de 1990, as políticas sociais públicas sofrem um recuo; ocorre uma derruição do sistema de proteção social e, acarreta a dilapidação gradativa e o enfraquecimento dos direitos sociais. São estas mudanças que vão impor “velhas e novas” questões e preocupações para o Serviço Social, seja em relação ao campo da intervenção profissional, seja em relação ao campo da produção de conhecimento.

Assim, conforme apontam Yasbek e Silva (2005), novas áreas surgem para a intervenção profissional e para a construção do conhecimento, sendo elas:

[...] - a emergência de processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas, novos sujeitos e questões como o desemprego, o trabalho infantil, os sem-terra, os sem-teto, a violência doméstica, as drogas, a discriminação por gênero e etnia, a AIDS, as crianças e adolescentes, os moradores de rua, os velhos e outras tantas questões temáticas da exclusão;

- o avanço de alternativas privatistas e refilantropizadas para a pobreza e a exclusão social, com o crescimento do terceiro setor, do trabalho voluntário e de iniciativas privadas face à questão social;
- as novas características da questão social, com a prevalência dos Programas de Transferência de Renda; - a Assistência Social, qualificada como política pública, constitutiva da Seguridade Social do cidadão brasileiro, constitui-se em temas de estudos, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com amplos movimentos da sociedade civil que envolvem fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários de serviços assistenciais. (YASBEK; SILVA, 2005, p.32)

O Serviço Social está fundado e tem seu modo de existir ligado de forma direta às manifestações da vida social e das transformações societárias, portanto, à medida que mudanças ocorrem na forma dos indivíduos se relacionarem, ou seja, mudanças nas relações sociais e na sociedade, os profissionais do Serviço Social terão novas questões de estudo e pesquisa, novas preocupações em processar e reconstruir as mediações do real para construção do conhecimento/ novo conhecimento.

Para Lara (2008) alguns esclarecimentos são necessários, por isso o autor aponta que:

[...] 1) o Serviço Social não investiga tudo, mas as manifestações da “questão social” entendidas a partir da perspectiva da totalidade, da centralidade do trabalho e que se expressa numa sociedade dividida em classes; 2) as pesquisas estão relacionadas ao projeto ético-político profissional comprometido com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais e com as outras profissões que se pautam na construção de conhecimentos que não se resumem apenas a diagnósticos ou justificativas da sociedade burguesa, mas que priorizam desvendar as contradições sociais e perquirir os caminhos de superação; 3) isso não quer dizer que estamos produzindo conhecimento parcial, pelo contrário, produz-se um conhecimento que se preocupa em compreender como emergem as contradições sociais e, portanto, não se contenta somente em explicar ou justificar as condições dadas (...) [...] (LARA, 2008, p. 40)

O saber ainda que possua grande rigor, não deixa de reconhecer a existência da distância que há entre o conhecimento e a realidade social que é dinâmica e mutável, é por este motivo que o conhecimento é apenas um movimento de aproximação. Contudo, a pesquisa se constitui, em contrapartida, a “possibilidade objetiva de compreender a sociedade” (LARA, 2008, p. 41), e o que irá diferenciá-la são “os pressupostos teóricos que o pesquisador apropria ao longo da investigação” (idem, p. 40).

O processo de estudo, pesquisa e produção do conhecimento sobre determinado objeto da realidade concreta se constitui como sistematização científica da reconstrução das mediações encontradas no movimento da realidade e de suas particularidades e, no método adotado pelo pesquisador, resumindo os pressupostos teóricos. Entrelaçam-se os pressupostos teóricos, alcançados pelo método utilizado, com a dinâmica da realidade pesquisada, emergindo o conhecimento que sintetizará a opção teórica, política e ideológica do pesquisador.

A partir desta questão é que se pode dizer que não há conhecimento algum que não seja prático, “a opção teórica quando tomada de forma contundente mostra a direção pretendida pelo investigador, seja ela de caráter conservador, reformista ou revolucionário” (LARA, 2008, p. 42).

O que Lara chama de caráter conservador, reformista ou revolucionário, são utilizados por Mészáros (2008), em sua análise do papel da ideologia no metabolismo social das classes sociais, como perspectiva acrítica, crítica reformista e crítica radical. É a partir da criação dessa tipologia que Mészáros (2008) vai classificar as formas específicas que os homens criam consciências dos conflitos sociais.

Para melhor entendimento das perspectivas teórico-políticas que serão utilizadas para dividir e analisar as produções (aqui consideradas como acrítica,

crítica reformista e crítica radical, segundo o pensamento de Mészáros) apontaremos a diferença entre essas posições ideológicas fundamentalmente tão divergentes.

De forma mais geral Mészáros (2008, p. 11) apresenta as distinções de cada uma. Assim, para o autor, a *perspectiva acrítica* assume uma postura que enobrece o sistema dominante, não há nesta perspectiva a preocupação se este sistema é contraditório ou problemático, o sistema dominante é visto como o *horizonte absoluto* da vida social.

A perspectiva *crítica reformista* é descrita por Mészáros (2008, p. 11) como aquela que consegue apreender e expor com clareza e com êxito as irracionalidades e contradições da sociedade do capital e, a disputa das classes sociais, porém, possui vícios e contradições em suas análises críticas, fato que corrobora com a preservação da sociedade de classes, ainda que contenha uma perspectiva histórica mais avançada em relação às classes sociais, mas por meio de reformas.

E por fim, a perspectiva *crítica radical*, é colocada como radicalmente contrastante em relação as outras perspectivas apontadas. Para o autor ela é a única que questiona de modo incisivo e radical as relações sociais da sociedade capitalista e a preservação histórica da classe social como horizonte último; tem na sua intervenção uma prática consciente e luta pelo fim da sociedade de classes, ou seja, tem no rigor da análise a busca pela supressão da ordem do capital (MÉSZÁROS, 2008, p. 11).

É a partir das perspectivas criadas por Mészáros (2008) e dos princípios éticos que orientam o Serviço Social – liberdade, cidadania, equidade e justiça social e nova ordem societária livre de qualquer forma de exploração (princípios que recorrentemente foram trabalhados nos artigos analisados, seja de forma direta ou indireta) - que adaptamos as perspectivas para análise das produções levantadas.

Acerca da temática das produções do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social, observando a essência das perspectivas analíticas teórico-políticas criadas por Mészáros (2008) e as contribuições de Reis²⁸ (2015) que adaptações foram feitas e, essas classificações se conformaram, da seguinte maneira:

²⁸ Ver REIS, S.M.S. **A concepção de direito nas publicações de Serviço Social: Uma Análise Crítica**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2015.

- Perspectiva *acrítica*: quando a produção em questão aborda as temáticas relacionadas à Política de Assistência Social desconsiderando os processos e a formação sócio-histórica desta política, desvalorizam os debates e as implicações políticas, análises que não discutem a sociabilidade do capital em suas mediações, descartam a luta de classes como importante elemento pra conquista dos direitos sociais;
- Perspectiva *crítica reformista*: são as produções que abordam as temáticas que circundam a Política de Assistência Social apontando as contradições das relações sociais do capitalismo, defendem a ampliação desta política para assegurar o acesso a bens e serviços, reconhece a luta de classes como mediação, porém são produções que não apontam para a supressão da ordem vigente, ou seja, fazem a crítica com êxito, mas propõem soluções dentro da sociabilidade do capital. Possuem uma análise de totalidade das relações sociais estabelecidas e de suas mediações, contudo apontam para solução ou mudança dentro da ordem, reafirma com isto a emancipação política em detrimento da emancipação humana.
- Perspectiva *crítica radical*: essa perspectiva compreende os aspectos sociais, políticos e culturais da Política de Assistência Social, como também possui capacidade de relacionar o ordenamento jurídico, político e institucional da política à crítica da sociedade orquestrada pelo capital, apontando para a necessidade da extinção da sociedade de classes, colocando como necessidade primeira a busca por um novo projeto societário; reconhece os limites da emancipação política e acredita ser imprescindível a emancipação humana.

Deste modo após a leitura dos artigos e o levantamento de eixos temáticos, foi possível por uma leitura cautelosa levantar alguns conceitos para a análise das perspectivas teórico-políticas das produções acerca da Política de Assistência Social, destacando para cada perspectiva trechos das obras para melhor fundamentação.

Dentre os 83 artigos analisados, 20 (24,10%) artigos foram classificados na perspectiva acrítica; 30 (36,14%) na perspectiva crítica reformista e; 33 (39,76%) na perspectiva crítica radical. Este cenário revela que a produção teórica do Serviço Social está orientada pela perspectiva da crítica radical, o que mostra a direção hegemônica atual no Serviço Social. As produções de crítica reformista representam pouco mais de um terço das publicações, número que expressa uma orientação crítica, mas que firmada em outra perspectiva de pensar a sociedade. As produções

acríticas ainda que sejam menores, expressam um avanço do pensamento conservador na profissão, uma vez que 20 (24,10%) obras analisadas se enquadram nesta perspectiva.

- *Perspectiva acrítica*

Nas 20 (24,10%) obras classificadas nesta perspectiva observou-se que majoritariamente não há o entendimento de que a Política de Assistência Social e todo seu escopo como proteção social têm a luta de classes como importante elemento de mediação, tanto para a forma tomada pela a Assistência Social quanto para sua abrangência. Não há nas análises, certamente por não considerar a importância da luta de classes na conformação do maior ou menor grau de proteção social oferecido pela Política, o entendimento que a Assistência Social está nesta sociedade orientada por um projeto dominante, tendo no projeto societário do capital sua base de organizar e atuar.

Como evidência/ ilustração desta perspectiva nas obras, comprova-se no trecho desenvolvido na publicação de Bovolenta (2013), a Assistência Social sendo concebida como política pública de direito, tendo sua expressão máxima de evolução a instrução legal e normativa. A autora aponta que a Assistência Social enquanto responsabilidade do Estado e garantida a partir do marco legal e institucional inaugura uma nova era para a Assistência Social.

A Carta Magna, ao assegurar a assistência social enquanto política pública de responsabilidade do Estado, inaugurou um novo contexto de reconhecimento e trato desta (nova) área de atuação. A partir de então, tratou-se de qualificar uma política e, não mais, endossar a ação benevolente de ajuda aos pobres e miseráveis, realizada de modo aleatório e focalizada por meio de práticas clientelistas, paternalistas e assistencialistas, as quais, historicamente, moldaram as relações sociais no Brasil. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada cinco anos após a Constituição de 1988 (em 07/12/1993) regulamentou e orientou o recém criado Estatuto de política pública — a assistência social — quando estabeleceu os princípios e a organização para seu modo de gestão, as devidas competências dos entes federados (União, estados federados, municípios e Distrito Federal), os programas, projetos, serviços e benefícios. Com base, portanto, na Constituição de 1988 e orientado pela LOAS, o SUAS propõe a articulação entre serviços, programas, projetos e benefícios —nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal)—, de modo a organizar a gestão da política de assistência social, cuja finalidade é garantir proteção social aos cidadãos brasileiros dentro do campo da Seguridade Social. (BOVOLENTA, 2013, p. 274)

A autora não faz as mediações para os avanços normativos e institucionais da Assistência Social, não ultrapassa os limites normativos, e aponta apenas a legalidade da Assistência Social, o que confere sua existência como política pública; não adentra nas mediações mais complexas, sem relacionar esse contexto com as disputas societárias do período, tampouco aponta sua finalidade na sociedade do capital, assim afirma que a finalidade é garantir proteção social aos cidadãos.

Porém, o aparato legal não é sinônimo de garantia de acesso e execução pelo Estado, tendo de modo ingênuo um depósito na garantia da Assistência Social por parte dos entes federados pela existência legal desta como política pública de direito.

Como evidência da supervalorização do aparato legal, normativo e institucional da Assistência Social como expressão de sua evolução histórica é a conclusão de Rizzoti (2013), onde a autora afirma que o Sistema Único de Assistência Social e sua implementação ao longo dos anos tem estreita vinculação com o projeto ético político do Serviço Social.

Certamente, os princípios que orientam a Assistência Social podem ser de certa maneira, comparados aos princípios norteadores da profissão, contudo é preciso que se faça uma análise crítica deste fato, apontando as contradições existentes no interior do SUAS e, principalmente o quanto esses princípios se distanciam do seu significado real quando observada a verdadeira forma de implementação do SUAS e sua real funcionalidade para o sistema do capital.

O SUAS contido na NOB/2005, aponta também para o fato de que, a Assistência Social, ao organizar-se sob a lógica de política de Estado, de forma republicana e descentralizada, fortalece o projeto de extensão da proteção social, o que pode ampliar as condições para a melhoria da qualidade de vida. (...)Um dos principais aspectos da implantação do SUAS tem sido sua vinculação com o projeto ético político fincado nos pressupostos previstos na Constituição Federal de 1988, no que concerne à descentralização, universalização e participação social. Esses pressupostos, colocados como diretrizes na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tornaram-se elementos fundamentais no alargamento da esfera pública. (...) o processo de construção do SUAS pode ser considerado exitoso, pois apoiou-se num eixo condutor posto nos paradigmas da democracia e da participação, o que tem acelerado e conduzido a instituição de um novo modelo na organização da assistência social como política pública. (RIZZOTI, 2013, p. 178)

O SUAS é um avanço para a Política de Assistência Social como política pública, mas, em sua forma real de implementação não se verifica, no movimento da realidade, como apontado nos capítulos anteriores, um SUAS exitoso e que tem

“acelerado e conduzido a instituição de um novo modelo de organização da assistência social como política pública”, como aponta a autora.

Ainda que o modelo de Assistência Social pensado e projetado no Sistema Único de Assistência Social seja de fato um avanço para normatização e institucionalização da Assistência Social como direito, não é fato concreto, que se acelera um novo modo de organização. Muitas mudanças e avanços ocorreram com o SUAS, principalmente nos níveis de proteção e dos serviços socioassistenciais que são ofertados, mas nem por isso é possível romper com a história apenas pela defesa da ampliação das bases democráticas e populares previstas na política.

Não é possível desligar todo este processo, que é mais ou menos contraditório e complexo em determinado estágio da luta de classes e das necessidades do capital. Desconsiderar a realidade posta para o desenvolvimento e implementação da Assistência Social via Sistema Único de Assistência Social e ponderar que este se estabelece de forma exitosa, é um equívoco analítico.

Do mesmo modo, considera-se que há no texto de Torres (2007) um equívoco em relação ao papel do SUAS enquanto normativa que orienta a Política de Assistência Social, uma vez que para o autor, este consiste numa possibilidade para a concretização do direito do cidadão a possuir uma renda mínima, bem como se constitui numa via condutora para que se faça uma reforma estrutural no Welfare State brasileiro.

Abordamos também as recentes estratégias do governo federal brasileiro de enfrentamento da exclusão social via *programas de transferência de renda* compreendidos nesse período de *institucionalização da política de assistência social*, programas estes que vão ao encontro dos princípios norteadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da Política Nacional de Assistência Social (2004). (...) o processo em curso de *consolidação político-institucional do SUAS* parece-nos ser, como assim estamos sugerindo, uma real possibilidade de reformulação das bases de sustentação de nossa seguridade social, ou seja, estratégia concreta de reforma estrutural do Welfare State brasileiro. (TORRES, 2007, p. 44)

O que mais chama a atenção neste trecho é a proposição da possibilidade do SUAS reformular as bases da seguridade social. Na realidade, o autor reduz a seguridade social aos princípios e diretrizes do SUAS como uma forma de dar nova configuração e efetividade a proteção social brasileira.

O que se observa é que a resposta para o caos social e para uma efetiva implementação da Política de Assistência Social passa pela valorização e potencialização das bases jurídico-normativas e institucionais. Estas são

consideradas como capazes de promover o enfrentamento a questão social que é tratada a partir das próprias relações do sistema do capital, dentro do sistema e sob os interesses macroeconômicos, políticos e das instituições da sociabilidade.

Em relação ao conceito de proteção social na perspectiva acrítica, pontuamos os trechos abaixo como material que evidência o exposto:

Um modelo de proteção social público, pressupõe a organização do Estado, nos três níveis de governo, para assegurar à sociedade a atenção às suas demandas, reservando à iniciativa privada o trabalho complementar (CAMPOS, 2013, p. 16)

A proteção social deve ultrapassar o entendimento mono, buscando uma visão transdisciplinar que possa incorporar a prevenção aos riscos em todos os aspectos da vida social. É neste contexto, que se busca dimensionar a importância da Política de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco. (SANTOS, 2012, p.36)

Noutro trecho extraído como material ilustrativo, os autores concebem a proteção social das famílias pensada pela Política de Assistência Social como um avanço, apontam que o princípio da matricialidade sociofamiliar é um avanço e, ainda reiteram que a visão de família se transformou ao passo que se reconhece a pressões que os “processos de exclusão sociocultural” tem na sociedade e que são responsáveis pela marginalização das famílias. Os autores não problematizam a centralidade sociofamiliar, tampouco o que é a exclusão sociocultural, desconsiderando as relações sociais e o processo de marginalização das famílias e as relações que estão em torno da concepção de pobreza. Os autores apontam, dessa forma, que a Política de Assistência Social

Reconhece as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram nas famílias, acentuando suas fragilidades e contradições, mas também como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, que precisa ser cuidada, protegida bem como ter suas potencialidades incentivadas. Esta concepção supera a tradicional de família como o modelo “padrão”, unidade idealizada, mesmo porque temos hoje um universo familiar expressamente variado, ou seja, modelos, estruturas e dinâmicas distintas. Ao eleger a matricialidade sóciofamiliar também como pilar do SUAS, a Política Nacional de Assistência Social enfoca a família em seu contexto sociocultural e em sua totalidade. (QUINONERO et al, 2013, p. 55)

Da proteção social destacamos a simplificação com que ela é tratada, muitas vezes pautada no olhar protetor da família ou, no dever do Estado em assegurar atendimento social aos cidadãos que estejam em risco social. Ademais, utilizam conceitos como risco social, vulnerabilidade e exclusão social sem identificar sua

origem pós-moderna provenientes da terceira via, um conceito conservador que substitui a pobreza como expressão das desigualdades sociais, políticas e econômicas, fruto do embate entre capital e trabalho.

As publicações classificadas como acríicas, majoritariamente, quando trataram da proteção social dos trabalhadores se utilizaram de termos que foram incorporados ao longo da construção da Política de Assistência Social oriundos de teorias conservadoras, que mais obscurecem as análises do que auxiliam no seu desvelamento.

Não apresentaram aprofundamento teórico, tampouco crítica contundente aos conceitos incorporados na Política de Assistência Social ao longo dos anos. Não observando o descompasso entre o real significado e origem dos conceitos de vulnerabilidade social, exclusão social, risco e capacidades e a garantia real de assegurar direitos. Poucas foram às publicações que apontaram a origem dos conceitos, mas quando o fizeram se limitaram nisso.

No que tange a noção de ‘risco’ ou ‘sociedade de risco’ os autores os incorporam na perspectiva de que todos os indivíduos estão sujeitos a ser acometidos em algum momento da vida por problemas e ‘carências’ multidimensionais.

Não apontam que a noção de “risco” ou “sociedade de risco” provém especialmente de autores como Anthony Giddens e Ulrich Beck (em “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva²⁹”, 1997), que entenderam a partir de sua posição político-ideológica que o “risco” vai constituir um novo estágio da sociedade provocado pela modernidade, onde as ameaças sociais ganham corpo e consistência, até então encontradas no caminho da sociedade industrial; ou seja, são consequências dos processos de modernização dos países que trarão riscos sociais, econômicos e políticos nos quais as instituições responsáveis para a proteção dos indivíduos não serão capazes de controlar.

Nas obras que aparecem o conceito de risco e foram caracterizadas como perspectiva acríica, ele se apresenta consoante com o pensamento de Beck e Giddens, tendo como cenário de fundo a concepção de risco como situação de

²⁹ GIDDENS, A.; BECK, U. A dimensão da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

perigo, em outras palavras, prevê uma ameaça ao planejado previamente, ou seja, são uma ameaça aqueles resultados que se esperava.

O conceito de vulnerabilidade é compreendido como indicador da exposição da sociedade aos riscos da precariedade do trabalho, desconsiderando as forças políticas, a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e o ataque aos direitos sociais e do trabalho. A vulnerabilidade tem tomado o lugar da questão social e a exclusão social é reproduzida a partir de Rosavallon (1998) onde aponta que: o processo de exclusão promove uma nova configuração aos conflitos sociais.

Partindo deste entendimento vemos os seguintes apontamentos:

A política de Assistência Social destina-se à garantia dos direitos básicos de todas as pessoas. Dessa forma, tem como beneficiários diretos todas as pessoas que, por diversas causas, encontram-se submetidas a situações de vulnerabilidade ou risco social. Para avaliar a necessidade e a efetividade dessa política pública, torna-se necessário identificar e analisar indicadores gerais de população, renda e acesso aos serviços públicos e indicadores específicos de cobertura em relação às situações de vulnerabilidade e risco. (COSTA, 2014, p. 370)

Como assinalamos, o Suas, e a normatização que o seguiu, possibilitou grandes avanços neste sentido, estabelecendo as necessidades ou riscos a que respondem, bem como sua tipologia. (...) Esses parâmetros deverão necessariamente estabelecer uma tipologia e nomenclatura válida para todo o território nacional, de forma a dar visibilidade e publicidade a essa parte relevante da assistência social, estabelecendo ainda os riscos ou necessidades a que deverão dar cobertura, constituindo dessa forma, um “sistema conceitual, burocrático, normativo e dotado de pressupostos, sob a responsabilidade do Estado e da administração pública”. (MUNIZ, 2007, p. 155 – 156)

(...) a preparação, ou pré-impacto, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e sócioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres. (SANTOS, 2012, p. 36)

No que tange a concepção de Estado, nos artigos aqui analisados como pertencentes a perspectiva acrítica, prevalece o entendimento de que o Estado é aquele que deve garantir todas as condições para o pleno desenvolvimento da Política de Assistência Social como proteção social dos cidadãos. O Estado é tratado como elemento fundamental na garantia e manutenção dos direitos, acima da luta de classes.

Não há o entendimento nestes artigos que o Estado é instrumento de interesses e é organizado segundo os interesses da classe dominante, atuando, deste modo, a garantir os interesses desta classe e da reprodução ampliada do

capital, e que para isto utiliza do uso da coerção e da força para manutenção e preservação da ordem. Convoca também o judiciário e o aparato de leis como instrumento de punição das manifestações e lutas dos trabalhadores.

O trecho de Rizzoti (2010) foi utilizado para evidenciar a valorização do Estado como o responsável pela garantia de redistribuir a renda e promover o progresso, bem como aprofundar a democracia. Segundo a autora "(...) o Estado, em seu modo de governar, deveria associar redistribuição de renda e progresso e ter como uma de suas metas a ampliação da democracia e progresso" (RIZZOTI, 2010, p. 175).

A autora não problematiza o Estado como um Estado capitalista, tampouco aponta os limites da legalidade democrática no capitalismo. Não se discute, a manutenção das desigualdades sociais de classe, a manutenção de taxas aceitáveis de pobreza e a utilização dos braços do Estado para reprimir as manifestações da classe trabalhadora por meio de seu aparato repressor.

As inconsistências do processo investigativo se expressam na acriticidade da exposição/ apresentação do conteúdo pensado nos artigos. Estas produções ao utilizar estes conceitos em suas obras desconsideram que a Política de Assistência Social incorporou estes conceitos e categorias como forma de explicar a realidade social contemporânea e o processo de expansão da questão social.

Os conceitos incorporados pela Política e absorvidos por estas produções, são representados de forma a explicar superficialmente o movimento do real e suas singularidades, a custos de análises superficiais e rasas da sociedade e da questão social, bem como, sem crítica do que é o direito. Este fato confere a Política de Assistência Social uma hipertrofia precária, com autoconfiança dos profissionais no aparato jurídico-normativo e institucional para o enfrentamento das expressões da questão social e da desigualdade.

As obras que não apresentaram a crítica conceitual da "nova política" possuem inconsistências teóricas e político-ideológicas, uma vez que não fazem o contraponto da emergência dos conceitos e categorias com o processo de precarização e focalização via programas de transferência de renda.

Os artigos, deste modo, apresentaram diversas contradições e inconsistências teóricas, trazendo reflexões sobre a Política de Assistência Social, Assistência, PNAS, SUAS e todo o aparato que envolve essa política de modo a apresentar soluções para as questões propostas por cada um, dentro do próprio

aparato, sem se quer, considerar as mediações, resistências, luta de classes e a organização dos trabalhadores como fatores importantes e, muitas vezes, decisivos na conquista de direitos e proteção social.

As publicações acríticas se mostraram obras descritivas da Política de Assistência Social e do seu aparato, se mantendo no limite da discussão dos meios e dos instrumentos que dão efetividade a esta como política Pública. São publicações tecnicistas que visam um modelo ideal de Assistência Social nesta sociedade, capaz de combater os fundamentos da desigualdade, eliminar a pobreza e oferecer proteção social plena.

Diferentemente das perspectivas crítico-reformista e crítica radical a perspectiva acrítica, não foi capaz de desenvolver análises mais gerais sobre a sociedade capitalista, as relações sociais neste sistema, do modo de produzir e se reproduzir do capital a partir de suas leis e tendências gerais, tampouco estabeleceu e explicou as conexões internas e suas relações dentro do sistema do capital.

Os textos com esta perspectiva teórico-política apresentaram com muita ênfase e esforço uma sistematização do que é a Política de Assistência Social e dos avanços conquistados e introduzidos por ela no quadro institucional. As análises se restringiram à discussão do quadro institucional e suas inovações, incorporando acriticamente neste processo de sistematização uma visão/ concepção da Política de Assistência Social que não dialoga com o acúmulo teórico crítico construído no campo do Serviço Social.

A esta perspectiva não é possível explicitar a raiz da questão social explicada pela lei geral de acumulação capitalista; apontar que o Estado capitalista é marcado por contradições e interesses de classe; não problematizam dado o idealismo em torno da Política de Assistência Social, da cidadania e sua condição burguesa, o que demonstra uma análise fragmentada e com inconsistências teóricas.

- *Perspectiva Crítica Reformista*

Os 30 (36,14%) artigos de perspectiva crítica reformista possuem em seu conteúdo uma análise fundamentada crítica da Política de Assistência Social, apontam os avanços conquistados no aparato jurídico-normativo, pontuam e reconhecem a luta de classes como campo fundamental de resistência e defesa dos

direitos conquistados. Contudo, não aprofundam o debate, descola da luta de classes o processo de disputa de projetos societários antagônicos.

Reconhecem o processo histórico de desenvolvimento e construção da Política de Assistência Social entendendo que cada momento histórico apresentará um sistema de proteção social conforme o grau de desenvolvimento; não inserem no debate, no entanto, o grau de desenvolvimento do capitalismo.

Há nestas produções a ausência da perspectiva da revolução como possibilidade histórica. Isto, pois, a concepção de proteção social expressa é a concepção do Estado Social europeu do pacto Keynesiano/fordista do pós-guerra, período em que se implantou um amplo sistema de proteção social que concedia prestações sociais frente às circunstâncias adversas ou necessidades básicas dos trabalhadores, dando-lhe dignidade como pessoa humana.

Defender a expansão das políticas sociais, a ampliação dos direitos e da cidadania é legítimo nesta sociabilidade, porém é preciso situar seus limites e apontar que estão no campo da emancipação política do trabalhador. Deste modo, estas obras quando não trazem pra discussão e não explicitam os limites da emancipação política, logo, os limites das políticas sociais nesta sociabilidade; acabam involuntariamente reforçando a concepção idealista – a política social como elemento capaz de promover a superação das desigualdades.

Abordam a Assistência Social como um direito de cidadania, um novo momento histórico, tendo no SUAS e na PNAS a possibilidade de expansão dos direitos sociais, seja pela oferta de serviços socioassistenciais quanto pela possibilidade de emancipação dos sujeitos. Reconhecem o percurso histórico da Assistência Social, fazem a crítica da permanência da benemerência e do populismo; para fazer frente a isto, apontam para o fortalecimento do aparato jurídico-normativo, ressaltam a importância do aparato legal e seu aprofundamento e aperfeiçoamento na garantia de direito.

Nos trechos a seguir, extraídos dos artigos que estão sob enquadramento desta perspectiva, equipararam a luta de classes a participação popular, ainda assim muito vagamente. Assim, colocam a conquista de direitos a partir da participação popular, mas a ser operacionalizada pelo Estado e constituída pela materialização legal e normativa do direito. Vejamos os trechos que irão evidenciar esta afirmação.

Portanto, é essencial o aprofundamento do estabelecimento das responsabilidades específica da política, enquanto pré-condição para se

efetivar no Brasil “as bases para construção de uma nova cultura política, considerando a recente implementação do Sistema Único de Assistência Social. A afirmação do Sistema enquanto gestão e garantia de direitos sociais no campo da assistência social exige um reordenamento que ultrapasse as questões previstas nos instrumentos legais que o formalizam. (...) a expectativa é de que, como processo, o SUAS pode contribuir para um avanço da emancipação dos sujeitos, desde de que não se descaracterize e tenha como eixo central , a participação popular, o que requer uma atenção especial ao trabalho de base. (MARTINELLI, 2012, p. 469 - 472)

[...] é imprescindível destacar que a inclusão da Assistência Social, na tríade de políticas públicas sociais que compõe a seguridade social, foi uma decisão plenamente inovadora, visto que incorporou seus preceitos universalistas, redistributivos, democráticos, participativos e descentralizados (...) este momento histórico do Estado brasileiro é único e permite afirmar sua representatividade simbólica enquanto marco de ampliação da cidadania a todos, transcendendo os direitos contributivos e aqueles acessados quando a sobrevivência se mostra ameaçada. A trajetória normativa da constituição da assistência social revela o seu processo histórico de institucionalização e setorização no rol das políticas sociais brasileiras. (CARNELOSSI, 2013, Página 227)

Martinelli (2012) aponta que o Sistema Único de Assistência Social pode contribuir com a emancipação dos sujeitos, porém não qualifica que tipo de emancipação, se política ou humana, deixando um vazio na análise, ignorando o contexto de crise estrutural do capital que é avesso à emancipação política e humana. Desconsidera o contexto pautado pela reestruturação produtiva com base no projeto neoliberal que tem promovido sucessivos ataques às políticas de proteção social e do trabalho.

E Carnellosi (2013) discute o caminho histórico da Assistência Social, mostrando sua inserção no sistema de seguridade social. A incorporação de preceitos universalistas, redistributivos, participativos dentre outros, é considerada como uma inovação na proteção social brasileira. Acredita que a Política de Assistência a partir de seu reconhecimento como política pública amplia a cidadania para todos os sujeitos.

Certamente os avanços normativos e institucionais da Política de Assistência Social podem ser considerados como importantes para o sistema de proteção social dos trabalhadores, pois há de fato a ampliação dos serviços socioassistenciais, a criação de programas e projetos para crianças e adolescentes e nova concepção de proteção centrada na família através da matricialidade sociofamiliar³⁰.

³⁰ Ver debate sobre a matricialidade sociofamiliar em: TEIXEIRA, M. S. **Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Revista Políticas Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009; MIOTO, R. C. T. **Política social e**

A autora coloca os avanços da Política de Assistência como sinônimo de expansão da cidadania para todos, creditando à Política de Assistência funções que ultrapassam seus limites dentro desta sociabilidade. Não há desta maneira, o entendimento da funcionalidade da Política de Assistência e do papel contraditório que as políticas sociais assumem no capital, ora a favor do capital, ora aos trabalhadores, mas indubitavelmente é elemento que possibilita uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores frente à exploração contínua a que são submetidos.

É preciso ter clareza que a Política de Assistência Social e as políticas sociais são marcadas por contradições, e não é pelo fato de garantirem mínimas condições para a reprodução social do trabalhador que se tornam sinônimo de universalização da cidadania. Ademais, Carnelessi (2013) em sua obra não conceitua nem problematiza a cidadania, transformando-a em um conceito abstrato, mas que pode ser entendido pelo trecho acima como acesso a todos os direitos (civil, políticos e sociais), pois a partir da ampliação promovida pela Política de Assistência a cidadania não reside mais no âmbito dos direitos contributivos e daqueles acessados quando há risco a sobrevivência do homem.

A proteção social através da Política de Assistência Social em muitas obras é entendida como a garantia legal de programas, projetos e serviços socioassistenciais. O aparato jurídico-normativo e institucional é tido como a garantia de que os sujeitos terão acesso à rede de proteção social garantida pela Política de Assistência Social.

Colocam, também, grande relevância para as seguranças ofertadas pela Política, creditando na segurança de rendimentos a possibilidade de acesso a cidadania ampliada e, na matricialidade sociofamiliar a proteção da família e de seus membros. Há, expresso nestas obras, os limites da crítica a proteção social ofertada, bem com, uma limitada análise da perspectiva de proteção ofertada como produto contraditório da sociedade do capital, assim acabam por ignorar suas funcionalidades para a reprodução deste sistema.

Ainda que façam a análise histórica da proteção social ofertada pela Política de Assistência Social de forma crítica, bem como mostram a necessidade da constante luta proletária com a classe dominante guiada pelos interesses do capital

para a conquista de direitos, não ultrapassam essas fronteiras da análise, apontando saídas por dentro do sistema.

Praticamente, as obras com essa perspectiva isolam este sistema de proteção social da dinâmica da realidade e dos interesses da sociabilidade do capital, conferindo-a uma função estratégica de enfrentamento da questão social.

É preciso situar as políticas sociais no contexto de regressão de direitos iniciado nos anos de 1990. Pensar a expansão do sistema de proteção social neste contexto de forte ataque do capital financeiro ao fundo público, da flexibilização das leis do trabalho imposta pela reestruturação produtiva, do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União e rebaixamento dos salários, é um exercício que requer extremo esforço. E, para tanto, não se pode desconsiderar a realidade objetiva que os direitos sociais fazem parte, tampouco sua funcionalidade para reprodução do capital de um lado e, de outro, como possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores.

Para Sena (2013) a proteção social se

[...] assenta sobre três premissas centrais: a visão de que a questão social se reduz à pobreza; a ideia de que a situação de pobreza decorre das carências individuais e a percepção de que as políticas universais não são as únicas nem as mais eficazes para lidar com a questão social. (...) Duas inovações principais se sobressaem no desenho desses programas: o foco nas famílias e a necessidade de articulação intersetorial. No caso do presente artigo, a ênfase recai sobre esse segundo aspecto. A ênfase no desenvolvimento de ações intersetoriais relaciona-se ao conjunto de estratégias voltadas à superação da histórica fragmentação da intervenção do Estado e maximização da efetividade das ações desenvolvidas. (SENA, 2013, p. 249 – 250)

Na primeira parte do trecho, Sena (2013) faz uma crítica ao SUAS e ao modelo de proteção estabelecido, pontua que esta proteção reduz a pobreza a carências individuais.

Conforme apontado por Montaño (2012) e Netto (2001), a concepção de questão social presente neste modelo de proteção social é a concepção conservadora, que separa³¹ a esfera econômica da social, promovendo uma dissociação dos assuntos tipicamente econômicos das “questões sociais”. “Assim, o "social" pode ser visto como "fato social", como algo natural, a-histórico,

³¹ A origem desta separação são os acontecimentos de 1830-48. No momento em que a classe burguesa perde seu caráter crítico-revolucionário perante as lutas proletárias (cf. Lukács, 1992, p. 109 e ss.), surge um tipo de racionalidade que, procurando a mistificação da realidade, cria uma imagem fetichizada e pulverizada desta. (MONTAÑO, 2012, p. 271).

desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais” (MONTAÑO, 2012, p. 271).

A questão social, denominada de problema social, a partir desta cisão entre as esferas econômica e social é esvaziada de seus fundamentos, assim sua solução está no campo no planejamento do orçamento familiar (carências individuais) não passando pela superação da sociedade do capital.

Começa-se a se pensar então a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p. 271)

A partir da concepção conservadora de questão social (problemas sociais), a miséria e a pobreza se vinculam a três causas, sendo: déficit educativo; problema de planejamento e; problema de ordem moral-comportamental -, fatores permanentemente vinculadas aos sujeitos que sofrem tais mazelas (MONTAÑO, 2012).

Na segunda parte do trecho, Sena (2013) vai apontar a necessidade do fortalecimento da proposta institucional de intersetorialidade como elemento capaz de superar a atuação pontual e fragmentada do Estado em suas ações interventivas de proteção social.

A PNAS vai enfatizar em seus objetivos sua articulação com as outras políticas setoriais para o atendimento das necessidades sociais dos usuários e promoção da universalização dos direitos sociais. A intersetorialidade na PNAS se inscreve da seguinte maneira:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 27).

Couto; Silva, Yasbek e Rachelis (2012) diante aos objetivos postos pela PNAS vão considerar a proposta institucional de intersetorialidade como uma dimensão importante, pois expressa a conexão das políticas públicas em torno de

um projeto comum – o estabelecimento de uma rede de proteção social integrada, superando a fragmentação das ações no atendimento das necessidades sociais da população. A defesa de Sena (2012) se identifica com o exposto pelas autoras, entendendo a intersetorialidade como elemento importante na busca do reconhecimento, ampliação e universalização dos direitos sociais e da cidadania.

Pereira (2014, p. 33) afirma que não se deve pensar a intersetorialidade como campo homogêneo – um direcionamento único para realização das ações, mas que se constitui e se desenvolve permeada pela heterogeneidade. Para a autora a intersetorialidade se desenvolve a partir da dependência das partes que se adaptam mutuamente.

A concepção da autora é que a intersetorialidade como

[...] uma nova lógica de gestão, que transcende um único 'setor' da política social; e/ou uma estratégica política de articulação entre 'setores' sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição de estratégia, a intersetorialidade também é entendida como: instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas (PEREIRA, 2014, p. 23).

Os autores situam a intersetorialidade na perspectiva de ampliação da cidadania, direitos sociais, da universalização do acesso aos bens e serviços sociais ofertados pelas diversas políticas sociais.

Porém, como é possível pensar o fortalecimento das ações intersetoriais num cenário adverso às políticas sociais? Período de regressão das políticas sociais redistributivas, mercantilização dos serviços sociais, despolitização das desigualdades sociais como fruto da questão social (embate entre capital e trabalho), precarização do sistema de seguridade social, a flexibilização dos contratos de trabalho e o processo de terceirização – a materialização do pacote neoliberal que incide sobre todos os direitos sociais constituídos.

Hoje, através do argumento de crise fiscal do Estado, se materializa a ofensiva neoliberal. O Estado tem suas responsabilidades e ações sociais enfraquecidas pelo encolhimento do orçamento e na precarização das políticas sociais. Opera-se a refilantropização dos serviços assistenciais, estímulos a participação do terceiro setor na oferta de serviços socioassistenciais fortalecendo a lógica privada dos serviços sociais.

É preciso buscar um modelo de trabalho intersetorial que ultrapasse esta lógica estabelecida na PNAS e no SUAS, e para tanto é indispensável o conhecimento desta lógica e suas contradições, das relações que se estabelecem entre si como instituições independentes, e assim, indicar/ introduzir estratégias políticas conectadas.

Ainda na linha crítico-reformista, Campos (2013) acredita que

Um modelo de proteção social público, pressupõe a organização do Estado, nos três níveis de governo, para assegurar à sociedade a atenção às suas demandas, reservando à iniciativa privada o trabalho complementar. (CAMPOS, 2013, p. 16)

A proteção social para Carnelossi (2013) passa pela garantia de renda assegurada, afirmando que

[...] o fato da defesa da segurança de renda no âmbito da Política de Assistência Social ser guiada pela compreensão que reconhece e legitima a ampliação do acesso da população aos direitos sociais não contributivos, portanto, implica não tratar de buscar (re)inserir o usuário da Assistência Social no mercado de trabalho, ao contrário, busca-se, através do acesso deste direito social, proteger os cidadãos dos abusos do trabalho assalariado. (CARNELOSSI, 2013, p. 237)

Diferentemente da autora acima, para Mota (2007) o que se opera na realidade não é a simples proteção aos abusos do trabalho, mas o que se apresenta no processo de desenvolvimento atual de desenvolvimento do capital é, de um lado, a presença do mercado como mediação clara; do outro lado, com a expansão da Assistência Social se opera um retrocesso no conjunto de direitos conquistados e consolidados no campo da saúde e previdência social. A autora estabelece uma relação entre a Assistência Social e o trabalho em tempos de flexibilização e desregulamentações das leis do trabalho e desemprego.

O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais. (MARANHÃO, 2006, p. 42-43)

Conforme apontado por Mota (2006) e Maranhão (2006), a burguesia na contemporaneidade tem provocado um esgarçamento da histórica relação entre proteção social e trabalho, promovendo a partir de então a ampliação das políticas compensatórias de renda ou de inserção ao trabalho. Anteriormente as ações compensatórias estavam restritas aos sujeitos que não possuíam condições

objetivas de prover seu sustento ou de sua família; agora com o alargamento das políticas compensatórias se impõem novas condicionalidades de acesso às prestações sociais para os casos de afastamento do trabalho, seja por invalidez, desemprego, doença, dentre outras vicissitudes.

A Assistência Social não se torna mecanismo central de combate às desigualdades despropositadamente, como afirma Mota (2008), pois tem-se desenvolvido uma fase em que a Assistência Social ultrapassa as funções de uma política de proteção social, “se constitui num mito social” (MOTA, 2008, p. 134).

Transforma-se em mito social não por sua capacidade interventiva na vida dos sujeitos por meio dos programas de transferência de renda, que de fato promovem alterações objetivas ao atenderem as necessidades de subsistência da classe trabalhadora, mas sim pela condição ideológica e política, fortalecida “no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social” (MOTA, 2007, p. 134).

Deste modo, é na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho pelas condições assumidas por ele na contemporaneidade, pelo desemprego estrutural ou para atender os postulados do neoliberalismo da manutenção de um nível de desemprego aceitável, que o Estado hipertrofia as funções da Assistência Social a medida que limita o acesso à previdência social e a saúde como políticas de proteção social.

No campo da assistência social, por exemplo, desperta nossa atenção a existência de uma hipótese explicativa da sua expansão: é a de que o trabalho teria perdido sua capacidade de integrar os indivíduos à sociedade, razão pela qual os programas de assistência social, particularmente os programas sociais de renda mínima poderiam fazê-lo em contrapartida à desregulamentação da proteção social e do trabalho. (MOTA, 2007, p. 4)

Como apontado por Mota (2006; 2007; 2008) não se trata de um olhar residual da Política de Assistência Social, mas da discussão da constituição/ da posição assumida por ela na conjuntura e contexto de crise do capital.

Os autores concebem que a Assistência Social historicamente foi tratada como política subalterna – com posição residual no quadro de políticas da seguridade, e a partir de sua reorganização e ampliação a partir da CF. 1988 e principalmente das alterações expressas na PNAS e no SUAS, esta Política

recompõe a lógica do projeto de universalização da proteção social, alargando o acesso a cidadania.

O sentido de alargamento da cidadania a todos os sujeitos sociais está construído sob as bases do aprofundamento da emancipação política dos homens e à sua condição de cidadãos perante o Estado. Esta cidadania, em última questão, significa que os homens cidadãos podem desfrutar de todos os direitos civis, políticos e sociais conquistados através da organização da sociedade civil ou cedidos pelo Estado moderno.

Marx no seu texto sobre “A questão Judaica” evidencia os limites da emancipação política:

[...] o homem se liberta por meio do Estado; liberta-se politicamente de uma barreira ao se colocar em contradição consigo mesmo, ao sobrepor esta barreira de modo abstrato e limitado, de um modo parcial. Deduz-se, além disso, que ao emancipar-se politicamente, o homem o faz por meio de um subterfúgio, através de um meio, mesmo que seja um meio necessário. (...) O Estado é o mediador entre o homem e a sua liberdade. (MARX, 2005, p. 21)

Deste modo, Marx (2005) aponta que a libertação do homem nesta sociabilidade acontece pelas mãos do Estado, constituindo-se como mera emancipação política. Ademais, ao passo que se emancipa politicamente este homem somente se reconhece através de/ ou por intermédio de uma figura abstrata que é o Estado – um ser criado por ele mesmo com responsabilidade de operar a mediação entre o indivíduo (cidadão) e o coletivo.

Eis, dessa forma, os limites da cidadania nas relações da sociabilidade do capital, e que, por sua vez, é o modelo adotado pela perspectiva reformista.

Deste modo, pode-se afirmar que o reconhecimento da cidadania no Estado moderno revela algo substancialmente maior – a relação entre emancipação política e emancipação humana no sistema do capital.

Retomando a análise de Marx (2005) dos limites e contradições da emancipação política dos homens e de seu reconhecimento a partir do Estado, se evidencia que a emancipação política não se relaciona com a emancipação humana. Sequer se interligam em algum momento, pois a emancipação política dos homens se concretiza na esfera [no domínio] do Estado burguês – da sociedade de classes, opostamente da emancipação humana que só é possível de ser instituída numa sociedade sem classes sociais – ou seja, livre das amarras do capital.

Segundo Chasin (1989)

A construção da liberdade prossegue, portanto, só e somente só para além do capital e sob a forma não política. A emancipação do homem, a construção humana do homem, exige, pois, a ultrapassagem do capital e da política. A humanidade social ou a sociedade humana é a sociabilidade livre do capital e da política. (CHASIN, 1989 p. 33 – 34)

Marx (2005) aponta que a contradição central mais latente da sociabilidade burguesa está na estância da liberdade estatal acima da liberdade dos homens. É a partir desta contradição central da sociedade burguesa que Marx (2005) expõe como se opera a *anulação* das desigualdades entre os homens na democracia.

O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não-políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura, [o nascimento] e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura, [como nascimento] e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado político e só faz valer sua generalidade em contraposição a estes elementos seus (MARX, 2005, p. 22)

O Estado democrático suprime politicamente as desigualdades entre os homens, abandonando o universo da vida concreta dos homens; exerce, portanto, sua natureza genérica – igualitária.

É possível perceber nitidamente o distanciamento da perspectiva de cidadania na crítica reformista com os apontamentos de Marx, e perceber como o Estado, ideológica e politicamente através do reconhecimento da cidadania, opera a anulação das diferenças entre os homens, retirando-as do cenário político e econômico e colocando-as na esfera da vida cotidiana.

Vemos conforme o exposto esse movimento do Estado na passagem de Canelossi (2013, p. 236), quando a autora aponta que o reconhecimento dos direitos socioassistenciais no campo da segurança de renda apresenta à materialização da cidadania, e esta se dá então, pelo acesso a renda, ao consumo e a ter direito a possuir renda. A autora diz: “[...] o benefício socioassistencial, no formato monetário, é a materialização do acesso à cidadania”; ainda aponta que esta materialização do acesso a cidadania neste formato, rompe

“[...] com o paradigma que restringe a proteção social e os direitos sociais a um padrão ‘convencional-contributivista-fragmentário-individualista’ (...) A construção de um novo paradigma no qual a garantia de renda é desvinculada do trabalho é elemento essencial na defesa da segurança de renda prevista no âmbito da política de Assistência Social, assentada no reconhecimento de um direito de cidadania”. (CANELOSSI, 2013, p. 236 – 237)

Na mesma linha da autora acima mencionada, vemos que os autores Alves e Almeida (2013), analisam que o aparato jurídico-normativo da Política de Assistência Social ampliou

[...] o reconhecimento da cidadania, até então vinculada ao formato contributivo, pois estabelece garantias fundamentais a população mais vulnerável, ou seja, garantem o acesso a quem necessitar, seja através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Determina ainda que, promover essas garantias é dever do Estado, o que inaugura uma nova era para a proteção não contributiva. (ALVES; ALMEIDA, 2015, p. 144)

Os autores acreditam que “através dos conselhos os cidadãos não só participam do processo de tomada de decisão da Administração Pública, mas, também, do processo de fiscalização e de controle dos gastos públicos, bem como da avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental” (ALVES; ALMEIDA, 2015, p. 145).

Reconhecem que há limites para o aprofundamento da cidadania neste sistema de democracia representativa, porém apontam para o fortalecimento do aparato legislativo e institucional da Política de Assistência Social para que o Estado crie possibilidades e condições concretas para a atuação dos cidadãos no controle democrático da Política de Assistência (por meio dos conselhos e conferências).

Estas contradições e inconsistências teórico-políticas marcam fortemente as produções de perspectiva crítica reformista, uma vez que fazem a crítica à sociabilidade do capital e propõem como solução o fortalecimento da Política dentro da ordem. Estabelecem uma correspondência entre a “nova” formatação da Política de Assistência Social e seus conceitos com o alargamento da cidadania.

Ignoram os retrocessos impostos ao conjunto de direitos sociais por meio das investidas do capital, através de sucessivas contrarreformas do Estado, da captura do fundo público, da flexibilização dos contratos de trabalho, terceirização. Enfim, apontam os avanços e a necessidade de fortalecer os direitos sociais em relação ao previsto legalmente na CF.1988, sem contextualizá-los na sociabilidade do capital.

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É obvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática. (...) Porém não nos deixemos enganar sobre as limitações da emancipação política. (MARX, 2005, p. 24 – 25)

À medida que se processa e se avança na emancipação política, mudanças [históricas, políticas, econômicas] ocorrem como pano de fundo.

[...] a emancipação humana se processará quando o indivíduo concreto da Sociedade civil burguesa recuperar em si mesmo a igualdade do cidadão político abstrato do Estado, que utiliza suas próprias forças como forças sociais, pois mesmo alcançando a sua liberdade política através do Estado, é pela própria força humana como força social que processará a emancipação humana. (BATISTA, 2009, p. 26)

Na questão do trato dos conceitos³² de risco, vulnerabilidade e exclusão social, as publicações de crítica reformista possuem uma concepção de risco diferenciada das acrílicas. Teórica e metodologicamente, bem como, político-ideologicamente se aproximam das ideias de Castel (2005), onde entendem que para combater os riscos e exterminar as inseguranças sociais é preciso que haja dois tipos de proteção: a proteção social civil e a proteção social; por isso a grande esperança no aprofundamento e fortalecimento legal da Política. Segue abaixo o trecho extraído para explicitar o debate a cerca destes conceitos na perspectiva crítica reformista.

É nesse contexto que cabe a assistência social brasileira atual prover um conjunto de *seguranças* que cubram, reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais; (...) necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais dos usuários. Nesse sentido, o seu conteúdo e diretrizes, são reveladores da extensão e das particularidades da proteção social adotada pelo estado e expressa pela política de assistência social. (YASBEK, 2006, p. 129)

Noutro trecho vemos a utilização dos conceitos de risco e vulnerabilidade num contexto crítico frente à realidade social, contudo estes conceitos são utilizados como estão na Política Nacional de Assistência Social.

³² Procurando problematizar um pouco mais o conceito em Castel, uma vez que as obras deste autor influenciaram fortemente o Serviço Social, refletindo nas produções de conhecimento da profissão, encontramos que o autor define a proteção civil como a responsável pela garantia da liberdade das pessoas e a promotora da proteção da propriedade privada. Já a proteção social é definida como a responsável em garantir que as pessoas possuam uma cobertura contra os riscos que provocam deletérios a vida, sendo elas: doenças, velhice, acidentes, desemprego, incapacidade para o trabalho, dentre outras.

Sobre o risco e vulnerabilidade frisa-se que foram conceitos que pouco a pouco foram incorporados na Política de Assistência Social, e que aparecem pela primeira vez na LOAS. Conforme sua configuração na Lei Orgânica, o risco está relacionado aos serviços e programas direcionados para a infância e juventude; e a vulnerabilidade esta relacionada aos benefícios eventuais que é disponibilizados aqueles que estão sob situações de vulnerabilidade temporária – priorizando as crianças, a família, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, casos de calamidade pública e gestantes (ALVARENGA, 2012, p. 27).

Para Alvarenga (2012) o conceito de risco e vulnerabilidade³³ se tornaram centrais na estruturação da Política de Assistência Social e da oferta de programas, projetos e serviços. Estão, na Política, atrelados às situações nas quais os sujeitos ficam expostos no cotidiano e, remetem ainda, aos usuários da Assistência Social.

Estes conceitos incorporados pela PNAS tornaram-se um grande bolsão de sentidos, denominam e classificam diferentes situações da realidade social. Diante desse universo de possibilidades que se apresenta para sua utilização, no processo de construção e elaboração da PNAS e do SUAS, furtou-se de conferir um significado específico, pois nestas legislações não se explicita os significados dos termos.

O trecho abaixo retirado do artigo de Yasbek (2012) - classificado de crítico-reformista pelo conteúdo apresentado ao tratar destes conceitos (risco, vulnerabilidade) -, ilustra como essa perspectiva trabalha com os conceitos absorvidos pela PNAS, dizendo que

Nesta concepção, evidenciam-se condições de pobreza e vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, onde se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. Trata-se de uma dimensão multidimensional de pobreza, que não se reduz às privações materiais, alcançando diferentes planos e dimensões da vida do cidadão. (YASBEK, 2012, p. 312)

Neste trecho a autora aponta como os conceitos são compreendidos na PNAS e, afirma se tratar concepção multidimensional de pobreza que não devem ser reduzidas às privações materiais. Mas, que estão presentes nas diferentes dimensões da vida do homem.

³³ “São fundamentais para definir o público da assistência social, as situações que competem à área e o nível de atenção em que o sujeito deve ser inserido”. (ALVARENGA, 2012, p. 28)

No trecho a seguir a autora faz a crítica ao vácuo conceitual e de significação que se forma na PNAS, e logo situa como devem ser compreendidos na forma contemporânea de organização da sociedade. Yasbek (2012) escreve que

Uma ausência nesse conjunto de necessidades apontadas pela PNAS é a *condição de classe* que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários da assistência social. Ou seja, é preciso situar os riscos e vulnerabilidades como indicadores que ocultam/revelam o lugar social que ocupam na teia constitutiva das relações sociais. (YASBEK, 2012, p. 312)

Yasbek (2012) aponta a necessidade de problematizar os conceitos incorporados pela PNAS, pois conforme estão descritos na Política não expressam, de fato, o que ocorre nas relações sociais, tampouco explica a desigualdade. Para tal crítica a autora acredita que estes termos não são adjetivos da condição do sujeito demandante da Assistência Social.

Para ela, estes conceitos são frutos/ produtos das desigualdades do sistema do capital. Reafirma que a PNAS falha ao não conceber o sujeito em sua condição de classe, lugar da gênese da pobreza; assim a PNAS peca ao ver o sujeito a partir de um conceito vago, cheio de significados, mas que não expressam sua real posição de subalternidade.

A proposta da autora é situar estes conceitos (risco e vulnerabilidade) como indicadores capazes de revelar ou ocultar o lugar social dos sujeitos nas relações sociais do capital. Uma proposta de ressignificação e visão política.

Reis e Pestano (2006) se utilizam destes conceitos como reprodução do sentido tomado na PNAS. Os autores não aprofundam o debate sobre o que seriam os riscos e as vulnerabilidades, apontam somente que a vulnerabilidade pode ser dividida em dois grupos: vulnerabilidade material e vulnerabilidade não palpável. Acreditam que a Política de Assistência Social pode atuar na sociedade para além de prover necessidades, e como política de proteção social cobrir múltiplas situações e não somente as exclusivas da pobreza e da indigência.

Como refere a Política Nacional de Assistência Social, esta política está aliada ao desenvolvimento humano e social, atuando não só como provedora de necessidades. Assim, na concepção de uma Política Pública de Proteção Social, cobrirá situações de riscos e de vulnerabilidades sociais, não exclusivamente derivadas da pobreza e da indigência. Ao verificar-se a concentração das vulnerabilidades ou os motivos que fazem com que os usuários busquem os serviços, é possível dividir hipoteticamente as situações em dois grandes grupos: o da vulnerabilidade

material, que faz necessitar de renda, de moradia, de documentos e o da vulnerabilidade não palpável. (REIS; PESTANO, 2006, p. 17)

Devido á influência de Castel (do Estado Providência, Estado de Bem-Estar Social) uma linha político-ideológico [respeitando o pluralismo de ideia] das produções do Serviço Social brasileiro reforça um sistema onde haja um Estado Social forte, garantidor de políticas sociais e da reprodução ampliada do capital, garantindo estruturas para a produção de superlucros.

Os trabalhos apontam as mudanças nas relações sociais, econômicas e do mundo do trabalho no contexto de crise do capital, colocam que as mudanças não se deram de modo justo e igualitário, as consequências foram distribuídas na sociedade de modo aleatório, onde alguns indivíduos foram beneficiados e em outros, em sua maioria, foram prejudicados por estas mudanças.

Porém, lamamoto (2010) tece uma crítica à utilização destes conceitos. A autora afirma que na contemporaneidade as políticas sociais estão sendo bombardeadas constantemente por categorias e conceitos de nítida inspiração liberal, como: risco, exclusão, empoderamento e vulnerabilidade. Utilizar-se destes conceitos é posicionar-se na defesa de que o mercado é a via ideal e mais segura para superação das mazelas que o capital impõe a classe trabalhadora, como também, implica na defesa da responsabilização das famílias para que busquem caminhos para proteção contra os riscos.

Além do que, por meio do acirramento do projeto neoliberal e os sucessivos ataques às políticas sociais, opera-se a focalização nos trabalhadores em extrema pobreza, ou seja, aqueles que mais estão expostos às perversidades do capital, portanto, lamamoto (2010) afirma que hoje as políticas sociais sofrem de um ecletismo teórico. A autora aponta que as políticas sociais estão na contramão do projeto universalizante de direitos sociais.

Diante do exposto até aqui, a concepção de Estado também é limitada de críticas, pois se projeta em sua figura, o Estado capaz de prover a proteção social e garantir direitos. Para comprovar o exposto a cima, vemos no trecho a seguir que a autora aponta que a Política de Assistência Social

[...] representou uma inovação importante no campo da capacidade protetiva do Estado brasileiro, visto que ampliou os direitos sociais, na medida em que houve uma dissociação parcial entre proteção social e vínculo contributivo, assumindo, no mesmo nível, os benefícios previdenciários (contributivos) e assistenciais. (...) este momento histórico do Estado brasileiro é único e permite afirmar sua representatividade

simbólica enquanto marco de ampliação da cidadania a todos, transcendendo os direitos contributivos e aqueles acessados quando a sobrevivência se mostra ameaçada. (CARNELOSSI, 2013, p. 227)

E, para Rabelo (2015), “as organizações do Estado carecem de mudanças profundas em sua estrutura e cultura institucional para atender às demandas de ordem democrática” (RABELO, 2015, p. 238). O autor vislumbra mudanças estruturais num Estado burguês para que se atendam as demandas de uma democracia burguesa, caracterizando a necessidade de mudança nas estruturas para que de fato se garanta direitos, justiça e igualdade social, mas de forma a preservar a estrutura do Estado e a democracia.

Por fim, estes trabalhos apontaram para além da crítica [fundamentada] da Política de Assistência Social, da PNAS e do SUAS, uma análise sócio-histórica e política da construção e estruturação das legislações. Fazem uma defesa do SUAS enquanto avanço para normatização das ações da Assistência Social e, apontam a necessidade de aperfeiçoamento de sua concepção e dos conceitos incorporados que orientam e determinam o foco das ações.

Porém, ao sustentarem a necessidade de se avançar na consolidação da Política de Assistência enquanto política pública fazem suas análises por dentro da Política, de forma endógena, não a inserindo na conjuntura político-econômica vivenciada pelo país. A análise do desenvolvimento histórico da Assistência Social situando-a em cada período político-econômico-social do país não termina na sua instituição como política pública, direito de quem dela necessitar e dever do Estado.

No Brasil não se ampliou o escopo da seguridade social como nos países centrais do pós-guerra, tampouco universalizou seu acesso, porém a Assistência Social assumiu no sistema de proteção social brasileiro funções equivalentes àquelas do capitalismo central e avançou após a CF. 1988, da PNAS e do SUAS. No Brasil e em toda América Latina (países de capitalismo periférico/ dependente) a Assistência Social foi reconhecida como política pública recentemente, como aponta Boschetti (2015), defender seu avanço, os direitos sociais é fundamental para garantir que as necessidades dos trabalhadores sejam atendidas ainda que em níveis de sobrevivência.

A Assistência Social brasileira ainda que tenha assumido funções equivalentes ao modelo do Estado Social ampliado europeu, cuja primazia era o direito ao trabalho, deve ser pensada no contexto brasileiro de trabalho precarizado

e explorado, da não existência de uma sociedade salarial, e marcado por uma constituição instável, restrita, segmentada e precarizada.

Estas obras apontam os avanços, a necessidade de defendê-los e ampliá-los, mas não explicitam os limites das políticas sociais nesta sociabilidade. Na realidade, estas assumem um caráter contraditório à medida que não atuam somente a favor dos trabalhadores como instrumento de eliminação das desigualdades. Erradicar as desigualdades subtende-se a partir da teoria crítica superar o modo de produção capitalista.

As obras deste eixo de análise se apoiam no conjunto de políticas sociais e no alargamento das funções da Assistência Social como instrumento de superação das desigualdades; possuem uma visão da Política de Assistência Social como processo de universalização da cidadania. Como já debatido neste ponto, esta expansão da cidadania é legitimada e mediada pelo Estado capitalista – pela via da emancipação política.

Situam o Estado como garantidor e mediador da expansão da cidadania – e a expressão máxima desse movimento é a emancipação política. Esta emancipação só se concretiza numa sociedade de classes. Assim, a crítica-reformista reforça a contradição central da sociabilidade burguesa apontada por Marx (2005) – a liberdade estatal se sobrepondo a liberdade.

Através dos apontamentos de Marx (2005), é possível afirmar que a crítica reformista se limita ao horizonte da emancipação política como se esta fosse uma etapa para emancipação humana – contudo, elas não se conectam, pois a emancipação do homem exige a superação do capital e da política e não é mera consequência da emancipação política.

- *Perspectiva Crítico Radical*

Das 33 (39,76%) publicações caracterizadas nesta perspectiva teórico-política todas as obras possuem análises sobre a Política de Assistência Social, seu escopo jurídico-normativo e sua função na sociedade do capital. Apontam com precisão os limites desta Política na garantia e promoção do direito no capitalismo, bem como salientam os limites da emancipação política dos indivíduos, colocando a necessidade da emancipação humana para uma sociedade verdadeiramente justa, livre e igualitária.

Os textos colocam a necessidade de superar a sociabilidade do capital, e romper com o modelo de democracia burguesa para uma plena socialização da riqueza socialmente construída pelos trabalhadores. Majoritariamente, os artigos classificados como críticos expõem as principais contradições do ordenamento jurídico-normativo e institucional da Política de Assistência Social brasileira.

Em sua crítica, estes trabalhos promoveram importantes debates entre a Política e toda sua estrutura com a constituição e reprodução da sociedade e o sistema de produção de bens e mercadorias, firmados pela dominação de uma classe social sobre a outra.

Por mais que a classe trabalhadora possua certo grau de autonomia ou liberdade relativa assegurada pelo Estado burguês, uma vez que este trabalha pelo consenso e/ou repressão a fim de assegurar a continuidade das bases do capital, os artigos trabalham de maneira crítica o complexo contraditório que é intrínseco da própria dinâmica da produção e reprodução do capital e da divisão social e técnica do trabalho.

Deste modo, a discussão crítica da Política de Assistência Social é trabalhada como elemento necessário para, ao mesmo tempo, arrefecer a potência da classe trabalhadora e servir de renda complementar aos baixos salários ou para substituir salário. Ou seja, oferece a possibilidade de inserção dos trabalhadores no mercado de consumo de bens e mercadorias, de maneira a contribuir para a circularidade econômica nacional e, ao mesmo tempo promove a reprodução de condições mínimas de vida.

A Política de Assistência Social para estes autores é um instrumento e estratégia utilizados para atender em partes as demandas da classe trabalhadora e, noutra parte para atender os interesses de reprodução ampliada do capital. Como aponta Assumpção (2010), a Assistência Social se orienta pela garantia dos mínimos sociais, moldada por ações econômicas do governo,

Portanto, é importante ressaltar o fato de as necessidades básicas assumirem um lugar de destaque na esfera de discussão acerca da política de assistência social, uma vez que esta última se organiza em torno das necessidades de seu público alvo. Entretanto, na realidade, a assistência social não é determinada em função das necessidades de seus usuários, mas sim de acordo com os recursos disponíveis. Seguindo tal raciocínio, essa política gira em torno de dois princípios: o da rentabilidade econômica e o das necessidades sociais. Basicamente, os gastos sociais empregados no campo social – aí inclusa não somente a assistência social – vinculam-se ao desempenho da economia, e não prioritariamente em função das

necessidades da população destinatária dos serviços. (ASSUMPÇÃO, 2010, p. 45)

Para Abreu et al, (2014) “a Assistência Social tem como função assegurar as condições básicas de sobrevivência aos segmentos populacionais impedidos de assegurá-lo dentro dos padrões vigentes, tendo o trabalho como mediação” (ABREU et al, 2014, p. 288). No trecho abaixo da obra de Valle (2013), se identifica uma reflexão crítica ao modelo de Assistência Social que é implementada pela Política de Assistência Social e, assim consequentemente pelo SUAS. A autora comenta:

Outra característica, interessante dos programas e projetos desenvolvidos durante este período é a nova roupagem dada às ações de cunho clientelista, expressas em projetos nos quais a ideia de *marketing* via a área social, é clara. Isto tudo, permeado por propostas que visam o desenvolvimento social, acopladas ao autogerenciamento do indivíduo mediante o reforço de sua autoestima. (...) materializa-se uma condução da política de assistência de forma extremamente paternalista que, economicamente, acaba por incentivar o trabalho informal em detrimento de uma sistemática geração de empregos. (VALLE, 2013, p. 96)

Mota (2007) comenta que a realidade apresenta as contradições expressas na Política de Assistência Social brasileira, resgatando seu histórico para apontar seu posicionamento. A autora escreve que:

Ora, se historicamente a política de assistência social, no caso da seguridade social brasileira, ocupava uma posição residual, sua ampliação e reorganização, expressas na Política Nacional de Assistência Social e no SUAS, recomporiam a lógica da universalidade da proteção social brasileira. (...) Mas não é isso que a realidade está apresentando: de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação (...) (MOTA, 2007, p. 131)

As produções que abordam a Política de Assistência Social nos governos petistas apontam que o processo de desenvolvimento das políticas sociais foi conduzido pela privatização, focalização e descentralização. O governo de Lula teve na retórica do discurso a preocupação com o combate a fome, fortalecendo um projeto de governo via o Programa Fome Zero.

Contudo, como denuncia as obras crítico-radicalis, este programa caminhou pela via do assistencialismo, de caráter pontual e emergencial no provimento do direito, não atacando ou mesmo contribuindo para a alteração das bases constituintes da pobreza.

Através da normatização da Política de Assistência Social com o SUAS, o governo se aproveita desta luta histórica em torno da constituição da Assistência Social como direito, através de um transformismo das pautas populares e, cria o Programa Bolsa Família, que se torna o “carro chefe” deste governo e passa a orientar as ações desenvolvidas pela proteção social brasileira.

Há desta forma, uma falsa ideia de ampliação da proteção social, pois as famílias atendidas pela proteção básica e especial da Política de Assistência, bem como do Programa de Atenção Integral a Família, são as que recebem os provimentos do Bolsa Família.

Estes programas de transferência de renda como sinônimos de proteção social não alteram os determinantes do problema da pobreza, não atuam no enfrentamento da causa (questão social), mas das manifestações dela.

As produções aqui relacionadas entendem que os programas de transferência de renda como proteção social da população não resolveram o problema da questão social, mas que obviamente atuam como engrenagem auxiliar para o aprofundamento da precarização do trabalho e na manutenção de um nível de pobreza aceitável.

A proteção social pensada pelo governo de Lula e também de Dilma é o sistema idealizado pela política neoliberal, onde as ações e intervenções do Estado estão pautadas “[...] por posturas restritivas, com adoção de critérios cada vez de maior rebaixamento do corte de renda para fixação da linha da pobreza, para permitir acesso das populações, por exemplo, aos Programas de Transferência de Renda” (SILVA et al, 2007, p. 26).

[...] é preciso admitir, seja pelo ciclo vicioso da pobreza, seja por questões geracionais, que parte desta população não será incluída ao mundo da produção de bens e serviços. Logo, dependerá sim do direito à assistência social, assim como das demais políticas públicas para a manutenção da vida. (SOUZA, 2013, p. 293)

Segundo Mendes (2015) é necessário

[...] relacionar as políticas sociais e sua funcionalidade estratégica ao sistema do capital que obtiveram uma expansão no pós Segunda Guerra. Observa-se uma operação do fundo público na redistribuição da riqueza produzida, sob a forma de serviços e benefícios, até a instauração de novas bases na relação entre o Estado e a sociedade civil (...) Um resultado deste reordenamento do Estado e das políticas sociais implementado pelo modelo neoliberal de gestão ocorre paralelo à reposição dos lucros da acumulação, e as desigualdades social e econômica, que se acentuam ampliando as refrações da “questão social”, que se projeta no cenário atual e passa a ser

trabalhada na esfera estatal sob a concepção liberal (MENDES, 2015, p. 232)

Nas análises de Silva (2013), no campo da proteção social o que tem prevalecido a partir dos anos dois mil é a transferência de renda como meio que confere cidadania aos despossuídos. O autor comenta que

Na primeira década do século XXI, percebe-se que o país aprofundou essas contradições sociais, econômicas e políticas, que, de um modo geral, se expressam pelas mudanças no mundo do trabalho, que agravaram a situação de pobreza e de desigualdade social, e, também, pelas contrarreformas das políticas sociais, em especial da política de assistência social, que vem adquirindo certa centralidade no sistema de seguridade social, a partir da implementação de programas de renda mínima, que vêm ganhando autonomia e existência própria, desarticulada e desvinculada desse sistema de proteção social como um todo (...) Esta concepção de proteção social acaba por priorizar a assistência social, em detrimento daquelas de caráter mais permanente e universal (SILVA, 2013, p. 302-304)

Deste modo, à medida que as produções críticas radicais analisam a Política de Assistência Social e a proteção social por ela oferecida é, também, crítica à cidadania promovida e almejada por ela.

Assim, para Mendes (2015), a cidadania está vinculada a Política de Assistência Social como meio de fortalecimento do “acesso aos direitos sociais e socioassistenciais”, porém “[...] os serviços sociais são prestados sob a lógica do trabalho setorizado, o que prejudica os usuários, que acabam também visualizados de forma fragmentada, assim como suas demandas de atendimento, contribuindo para o enfraquecimento da defesa e do acesso aos direitos dos cidadãos” (MENDES, 2015, 241).

Na visão de Souza (2013), o aprofundamento da cidadania vai além do combate à pobreza de forma qualitativa, está

[...] condicionado a mudanças na estrutura de produção e na regulamentação do Estado, mas, partindo do pressuposto que informação é direito, e que boa parte dos serviços ofertados não é acessada por falta de conhecimento da população de sua existência, se a assistência social cumprir o papel de mobilização e encaminhamento, mudando a natureza de sua complexa relação com a inclusão produtiva, ou seja, de executora de ações, para articuladora, estará dando grande contribuição para aproximar os usuários das oportunidades econômicas e sociais existentes. (SOUZA, 2013, p. 296)

Para Mauriel (2010, p. 177) o que se tem operado na proteção social é a “gestação estratégica da pobreza”, que tem por objetivo fortalecer a capacidade dos

pobres para superarem a condição de pobreza como sujeitos ativos desse processo. Esta Política deposita grandes expectativas no

[...] crescimento individual e na melhoria das condições de acesso à produção (incentivo à geração de renda), ao microcrédito e, conseqüentemente, à mobilidade social (por seus próprios esforços pessoais). Isso significa, sob essa concepção de política social, possibilitar a conquista da cidadania para a parcela mais “vulnerável” da população, conferindo aos pobres uma possibilidade de inserção precária, pois como não é possível construir saídas de integração estrutural via trabalho regular em função do padrão de desenvolvimento global excludente, propõe-se essa forma de acomodação. (MAURIEL, 2010, p. 177)

A autora, crítica ao sistema de proteção social, comenta que é necessário que se faça uma análise dos fundamentos da Política Nacional de Assistência Social, principalmente dos conceitos por ela incorporados (risco, vulnerabilidade, exclusão social, capacidades). Diante desse apontamento de Mauriel (2010) buscou-se na PNAS o trecho a seguir.

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social, precisa levar em conta três vertentes de proteção social: às pessoas, às circunstâncias, e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é neles que riscos, vulnerabilidades se constituem’ (PNAS, 2004, p.14).

A PNAS apresenta a partir da incorporação dos conceitos de risco e vulnerabilidade uma perspectiva que anula o entendimento real das causas da pobreza, desvinculando seus determinantes estruturais. É como se a cidadania fosse acessada pelos indivíduos à medida que eles passam a possuir o direito ou potencialidade para se capacitarem e saírem da condição de pobreza através de seus esforços.

No trecho extraído da produção de Mauriel (2010), a autora afirma que

O pensamento de Sen e os desenvolvimentos posteriores em forma normativa de recomendações de organismos multilaterais no atual contexto de relações internacionais, onde a importação de modelos externos é a meta a ser atingida, faz com que o alinhamento dos governos às premissas, consideradas vantagens competitivas no mercado global, deva ser seguido à risca como solução para construção de um padrão de proteção social compatível com o funcionamento do atual padrão de acumulação flexível. Essa acelerada dinâmica, conduzida pelo pragmatismo, banaliza o conceito de universalização, de cidadania e de justiça social, pois os sistemas classificatórios e os critérios de permanência constituem ferramentas reais de controle dos pobres. Os resultados desses processos, além da reiteração e do aprofundamento das desigualdades,

aparecem na desmobilização de atores políticos relevantes na luta por direitos. (MAURIEL, 2010, p. 178)

Esta concepção conservadora incorporada por conceitos que são contrários ao direito e dão a proteção social incoerências teórico-metodológicas é também criticada por Abreu et al (2014), os autores apontam que “o uso de conceitos como vulnerabilidade e risco social escamoteia a identidade da fração da classe trabalhadora (apta ao trabalho) que é beneficiária da Política de Assistência Social” (Abreu et al, 2014, p. 282).

No trecho da publicação de Silva (2015) tem-se o seguinte apontamento:

[...] a noção de risco e de luta por direitos caracterizam um ecletismo na política social, pois os conceitos apresentados como complementares são opostos. Irmã da noção de risco é a vulnerabilidade social, ambas originárias do pensamento liberal e fundamentadas no modelo de proteção social disseminado pelo Banco Mundial desde os anos 2000 (...) As regulamentações circunscritas ao SUAS, revelam-se sitiadas por essa lógica e submetidas à focalização, à contrarreforma e à ideologia dominante. Cada vez mais elas têm transformado a assistência social da condição de componente da seguridade social à de política subsidiária das ações minimalistas de enfrentamento da extrema pobreza, notadamente as monetarizadas e seu aparato burocrático e de controle social, para garantir o foco e o cumprimento de contrapartidas, isto é, na direção contrária das tímidas conquistas do legado constitucional. (SILVA, 2015, p. 43)

O entendimento do Estado nesta perspectiva está pautado na visão de que este é agente da burguesia; aquele que de um lado, em sua função mediadora atende pequenas demandas da classe trabalhadora e de outro lado oferece as condições necessárias para o processo de globalização, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. O Estado

[...] demanda novos formatos de gestão em redes nas políticas sociais. Este fenômeno resulta de duas mudanças políticas nas sociedades latino-americanas e conseqüentemente no Brasil: a descentralização e a democratização política (TEIXEIRA, 2002). Entendemos que a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são expressões dessa reconfiguração na ação estatal. (...) o Estado se reorganiza para efetivar um elenco de prioridades que lidem com o processo financeiro e fiscal dos países capitalistas. Para isto, reduz a eficácia e a eficiência de sua ação estatal através do desmonte nos sistemas de proteção social, do abandono de posturas protecionistas e da institucionalização de processos de flexibilização no trabalho. Esta manobra favorece a expansão da globalização com políticas macroeconômicas monetaristas, para financeirizar a economia e esvaziar os investimentos na produção de bens e recursos que formam o fundo público. (ANDRADE; MENDES, 2015, p. 228-229)

O Estado ainda “é um agente de intervenção estratégico na economia e na sociedade, ou seja, embora com seu foco de intervenção redirecionado para o

crescimento da globalização, ele passa a reconfigurar sua atuação” (ANDRADE; MENDES, 2015, p. 234).

Para Silveira Junior e Leite (2014) o movimento hegemônico nacional é fortalecido pelas políticas petistas, que fizeram com que o aparato do Estado servisse aos interesses da classe dominante. Assim, apontam que o Estado absorveu em seu aparato estatal o transformismo das forças sociais em disputa.

O Estado ao absorver as forças antagônicas no aparato social assume funções, sendo a de passivizar as organizações dos movimentos sociais e operários, bem como

[...] a restrição das práticas políticas democráticas aos marcos institucionais; a transfiguração da luta contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas; a instrumentalização da pobreza, através de sua transformação em questão administrativa; a gestão burocrática (e mesmo coercitiva) dos conflitos sociais; os esforços de garantia do superávit primário destinado para o cumprimento das dívidas com o capital financeiro, correspondendo em cortes com gastos sociais diversos; o reforço das políticas focalizadas, estabelecidas através da lógica da rentabilidade do mercado; a forte ênfase aos programas de transferência de renda, em detrimento de um sistema de proteção social público orientado por critérios de universalização; a colonização dos aparelhos de hegemonia (públicos e privados) por concepções de mundo, valores e expectativas marcadas pela racionalidade integrista do capital; o acirramento de processos de individualização e psicologização das expressões da questão social (SILVEIRA Jr; LEITE, 2014, p. 546)

Tal concepção crítica a Política, nos proporciona embasamento teórico para análises e práticas mais concretas/ efetivas e coerentes para propormos projetos e fortalecermos a luta de classes na contraposição à lógica perversa e desumanizante do capital. É a partir desta concepção crítica radical que a Política de Assistência Social e a prática da Assistência Social são desveladas, rompendo com a suposta e aparente neutralidade presente [da conciliação de classes] e de sua capacidade de ser a proteção social, capaz de resolver as agruras da questão social.

Os artigos desse eixo reconhecem os limites e contradições duma sociedade de classes, explicitam as contradições intrínsecas da Política de Assistência Social e de seu aparato, e defendem como estratégia de luta a organização e fortalecimento dos trabalhadores na luta contra o projeto de dominação do capital.

Reflexões Finais

A partir das leituras, estudos e reflexões no processo de escrita desta dissertação é possível afirmar que a aproximação com a teoria crítica marxiana e o processo de renovação realizado pela categoria foi de fundamental importância para o seu amadurecimento enquanto o Serviço Social como profissão. Contribuiu essencialmente para que os profissionais a partir da teoria crítica pudessem aprimorar suas investigações dos complexos sociais que refletem na vida dos homens, possibilitando buscar e apreender as mediações mais complexas no movimento da realidade que, em sua maioria estão encobertas pela aparência dos fenômenos.

A partir de então são capazes de desmistificar a realidade e as relações sociais no sistema do capital, construindo estratégias para, que, junto à classe trabalhadora, possam contribuir para o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais e dos trabalhadores e, com isso ampliar e aprofundar o processo de formação política desta classe e, atuar na defesa intransigente de direitos, reconhecendo as contradições do capital e das políticas sociais.

Esta aproximação fecunda também possibilitou e ainda possibilita o amadurecimento do processo de pesquisa, investigação e produção do conhecimento em Serviço Social nas universidades. O Projeto Ético-Político como elemento que expressa a orientação política da profissão, seu posicionamento a favor da classe trabalhadora e a busca por um novo modelo de sociabilidade, livre das amarras do capital, é fruto da incorporação da teoria crítica marxiana como elemento que fundamenta teórica, metodológica e politicamente a profissão.

Ademais, o Serviço Social tem como matéria prima de seu trabalho as múltiplas expressões da questão social. Uma profissão que a partir da teoria crítica situa-a como expressão da contradição entre capital e trabalho, tendo suas faces aprofundadas na cena contemporânea com a derruição dos direitos sociais e do trabalho. Isto, pois, apreende o aprofundamento das ideias neoliberais e do processo de reestruturação produtiva como movimento de acelerar a produção e reprodução do capital que, para tal, intensifica a exploração do trabalhador e ataca os direitos sociais.

O capital tem operado um ataque aos direitos sociais de duas formas: 1) na desregulamentação das leis do trabalho, terceirização irrestrita e na ênfase ao

trabalho precário pela via do empreendedorismo e; 2) promove um assalto ao fundo público – através do desfinanciamento das políticas sociais e realocação destes recursos para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

As mudanças do mundo do trabalho, que influem diretamente na concepção e perspectivas de proteção social, são caracterizadas pela precarização, coisificação e alienação do homem, culminando num desemprego estrutural e estruturante nesta sociabilidade.

E, é nesse contexto histórico de mudanças do mundo do trabalho e nas relações sociais que as expressões da questão social são metamorfoseadas. Opera-se nos países um processo de redefinição das diretrizes do sistema de proteção social, o que altera as ações de intervenção do Estado para atender aos ajustes fiscais de uma política austera. Estas diretrizes visam assegurar o processo de reprodução ampliada do capital.

A política de ajustes fiscais que foi iniciada nos anos de 1990 vem promovendo a destruição do Estado Social ainda pouco consistente e, tem avançado de modo veloz no processo de desestruturação dos direitos conquistados na CF. 1988. Tanto o governo tucano quanto o petista iniciaram um processo de proteção social pela vida da Assistência Social, salvaguardado suas diferenças.

O governo petista atribui a Política de Assistência Social neste cenário caótico imposto pelo capital à condição de promotora da erradicação da miséria do povo brasileiro, isto pela via dos programas focalizados de transferência de renda.

A tentativa construída de superdimensionar as condições de proteção social a partir desta política é inconcebível, até porque não é este o seu papel. A sobrecarga dada à Política de Assistência Social como política principal no combate à questão social leva a descaracterização da proteção social proposta pela CF. 1988, reafirmando seu uso de forma politicista através de uma expansão demasiada do sentido de proteção com bases de sustentações frágeis.

A Política de Assistência Social deve ser pensada a partir das bases que a fundamentam e guiam sua ação. Uma Política que assume caráter contraditório no capitalismo, essencialmente em períodos de crise, sendo expandida ou retraída conforme as necessidades da classe dominante.

Assim, ao longo de toda a construção da dissertação e do percurso percorrido em busca de se aproximar do objeto de pesquisa, entende-se que o debate em torno da Política de Assistência Social não é exclusivo do Serviço Social, tampouco, é

tangencial. É um tema requisitado por grande número de assistentes sociais que atuam ou não nesta Política, que é campo histórico de inserção profissional e que está em franca expansão após a CF. 1988, LOAS, PNAS e SUAS.

Por isso a importância destas reflexões, dada à proporção que a temática toma como elemento de análise do Serviço Social. Assim à medida que a concepção ou a ocultação/ dissimulação de certa concepção presente na Política de Assistência Social se expressa nas publicações destas revistas, pode ser e na maioria das vezes é, instrumento que subsidia a formação de estudantes e, auxilia no processo de investigação. São obras que conduzem a pensar estratégias e táticas de luta coletiva divergente ao Projeto Ético Político, reforçando o status quo da sociedade de classes e dos mecanismos de controle da classe subalterna.

Contudo, é de suma importância evidenciar que, ainda que tenham sido encontradas obras acríicas e que tencionam os princípios do Projeto Ético Político, no quadro geral a totalização das obras são críticas, isso se concebermos a junção das críticas reformistas com as radicais, desconsiderando suas limitações, mas fortalecendo seus pontos fortes de crítica à Política, ao sistema do capital e reconhecendo a necessidade de fortalecimento da classe trabalhadora e da luta de classes como mecanismo de resistência e conquistas.

Tomando os elementos da crítica que as unem, majoritariamente o Serviço Social possui um quadro de obras críticas a Política de Assistência Social, compreendendo suas contradições e limites na sociedade do capital, ou seja, desnudando os seus aspectos racionais e imutáveis provenientes do projeto burguês na busca pela preservação da hegemonia do sistema do capital; esse desvelamento é fruto do reconhecimento da luta de classes e da práxis do ser social.

Por outro lado, dada às conclusões reformistas que reafirmam a manutenção da ordem vigente, forte confiança na Política como instrumento de combate a pobreza e universalização do acesso às demais políticas sociais, soma-se com a perspectiva acríica, uma vez que ambas possuem tensões com o Projeto Ético-Político do Serviço Social ao passo que reafirmam o status quo e a não eliminação das classes sociais.

Desta maneira, afirma-se que a perspectiva crítica radical dentro do Serviço Social se torna muito pequena. Uma direção política e ideológica que tem sofrido intensos ataques dentro da profissão face ao avanço conservador. Ainda que a

teoria social crítica marxiana seja hegemônica, não se constitui como pensamento da maioria dos profissionais.

Essa pesquisa com todos os seus limites, levantou as tendências teórico-políticas a respeito do entendimento do Serviço Social sobre a Política de Assistência Social no período de 2005 a 2015. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, dividida nas seguintes etapas: levantamento de revistas da área de avaliação do Serviço Social com Qualis CAPES A1, A2 e B1; separação dos artigos que contenham no título, resumo ou palavra-chave os termos: LOAS, PNAS, SUAS, Assistência Social e Política de Assistência Social. Como resultado deste levantamento totalizaram-se 83 artigos.

Após da leitura das obras, estas foram classificadas como: perspectiva acrítica; crítica reformista e crítica radical a partir do posicionamento dos autores com relação aos conceitos e matrizes teóricas utilizadas. Foram classificadas 20 (24,10%) artigos como perspectiva teórico-política acrítica; 30 (36,14%) com perspectiva crítica reformista e; 33 (39,76) na perspectiva crítica radical.

A partir dos resultados obtidos com a leitura dos 83 artigos e, como reflexões finais, este trabalho aponta a necessidade de fortalecer e aprofundar o debate teórico em torno da Política de Assistência Social e de seu aparato jurídico normativo como instrumento de garantia de direitos. Pois, ainda que de um lado o quadro se forme com maioria crítica ao sistema, de outro observa-se nas produções acríticas e reformistas uma profunda confiança no aparato jurídico-normativo e institucional da Política de Assistência Social, tendo nos marcos legais e atuação do Estado, como se constituindo em entes responsáveis pela garantia de sua implementação e expansão por meio dos serviço socioassistenciais; isto retira da luta de classes sua importância como campo histórico de conquistas. E, no caso das produções com tendência crítico-reformista, ficam evidentes as contradições da crítica, pois reconhecem a luta de classes, mas depositam a confiança nas mudanças e alterações no âmbito legal.

Além do mais, ainda que majoritariamente as obras possuam e apresentem diferentes graus de criticidade em relação à Política de Assistência Social, demonstrando o percurso sócio-histórico desta Política, tampouco demonstram possuir um sólido aporte teórico que possa subsidiar as análises no processo de desvelamento das mediações mais complexas e mais profundas no modo produção

e reprodução ampliada do capital e, do modo como se organiza e se reproduz esta sociabilidade.

Tanto a presença das obras com tendências acríicas quanto algumas concepções reformistas compondo o quadro destas revistas de Serviço Social, - com Projeto Ético Político alinhado a perspectiva crítica da sociedade e alinhado a luta dos trabalhadores-, é fator que nos alerta, pois demonstra que ainda há por parte do Serviço Social confiança no quadro jurídico-normativo, institucional e político da Política de Assistência Social e, principalmente do Estado.

A evidencia da confiança no Estado capitalista como agente promotor de ajustes neste aparato legal para que se crie as possibilidade para efetiva garantia do acesso a esta Política e sua consolidação como política pública de direito, exige reflexão. Há um distanciamento da do Projeto Ético-Político que está pautado na construção de uma práxis e análises investigativas do real na busca de construir estratégias, com a teoria social crítica, colocando como ponto fundamental das análises para conhecer e decifrar o ser social, as funções e as implicações do papel das ideologias e, o trabalho como categoria central na vida homem.

A partir do constante decifrar e conhecer da realidade que se movimenta o pesquisador, profissional ou estudante tem como lança mestra a construção de uma sociedade mais justa, livre e igualitária, denunciando e combatendo a exploração do homem pelo capital e propondo pauta de luta que tenha como horizonte a equidade, a liberdade, a justiça social e a solidariedade.

E para finalizar essa reflexão, este trabalho aponta a necessidade da defesa intransigente do Projeto Ético-Político – projeto que está fortemente ameaçado pelo cenário atual de ataques do capital ao pensamento crítico, aos movimentos sociais e aos trabalhadores. É preciso promover um movimento que fortaleça sua capilaridade e materialização nos diversos espaços profissionais, para que, através de sua socialização e debates com outras correntes e tendências, se consolide a direção crítica, na disputa constante pela hegemonia na profissão e, que contribua ao processo de emancipação humana e à construção de um novo pensar e refletir a sociedade. Para que seja possível, por meio de nossas produções e práxis a construção do “homem novo”, é requisito fundamental a transformação do “homem alienado” em sujeito consciente e autor de sua história.

Referências

ALVARENGA, M. S. **Risco e Vulnerabilidade: Razões e Implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2012

ALVES, G. **Fetichismo e Subjetividade Burguesa – Trabalho, Valores – Fetichismo e Estranhamento Social**. In: Sociabilidade Burguesa e Serviço Social/ LEWGOY, A. et al.; Orgs. SANT’ANA, R. S; SILVA, J. F. S; LOURENÇO, E. A. S. –1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013.

AMORIM, A. A. S. **O direito sócio-assistencial de segurança de rendimentos no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de mestre em Política Social. Brasília, 2011.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª. Ed/6ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Perenidade (e Superfluidade) do Trabalho: Alguns Equívocos sobre a Desconstrução do Trabalho**. In: Sociabilidade Burguesa e Serviço Social/ LEWGOY, A. et al.; Orgs. SANT’ANA, R. S; SILVA, J. F. S; LOURENÇO, E. A. S. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BAPTISTA, K. C. S. **Karl Marx: os limites da igualdade e a necessidade da emancipação humana**. Revista Aurora, ano III, nº 4, jul. 2009.

BARBOSA, M. M. **Serviço Social, Utopia e Realidade: uma visão da historia**. Caderno de Serviço Social, Belo Horizonte, v. 2. n. 2, p. 25- 71, out. 1991. Em: http://portal.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR2007_1101163758.pdf

BARROCO, M. L. **Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205- 218, abr./jun. 2011. Em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>

_____. **Considerações sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais**. In: BONETTI, D. A. ET al. (org.). Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. Cortez, 13ª. Ed. São Paulo, 2012.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BEHRING, E. R. (2000). **Fundamentos de Política Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf

_____. **Acumulação Capitalista, Fundo Público e Política Social.** IN: Política Social no Capitalismo – tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais.** In BEHRING, E. R; ALMEIDA, M. H. (org.). Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. São Paulo, editora Cortez, 2008a.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BOSCHETTI, I. **A assistência no capitalismo contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais.** VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luiz/ Maranhão – Brasil: 2015.

_____. **Assistência Social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **O SUAS e a seguridade social. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** Suplemento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. p. 10-16.

_____. **Os custo da crise para a política social.** In. BOSCHETTI, I; BEHRIG, E; SANTOS, S; MIOTO, R. (orgs.). Capitalismo em crise, política social e direito. São Paulo: Cortez, 2010

_____. **Seguridade social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil.** Brasília, DF: Letras Livres: UNB, 2006.

_____. **Seguridade Social na América Latina após o Dilúvio Neoliberal.** In: Observatório da Cidadania- Relatório 2007. Rio de Janeiro: Ibase, 2007, v.11, p.91-98, 2007.

_____. **Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Organização: Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009.

BOSCHETTI, I; TEIXEIRA, S. O; SALVADOR, E. **A Assistência Social 20 anos de LOAS: Fim da Travessia do Deserto?**. In: Gerontologia: Saúde, Assistência e Previdência. Organizadora, SILVA, M. S.– Cuiabá: EdUFMT, 2013. Páginas 17 – 36.

BOTELHO, A. **Do Fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital**. São Paulo: Annablume, 2008.

CABREIRA, C. C. **Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaques às experiências, brasileira e peruana**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social. Brasília: 2015.

CARDOSO, F. H. **Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira**. In: FURTADO, Celso (Org.). Brasil: tempos modernos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARRO, S. M. **A Assistência Social no universo da proteção social – Brasil, França, Argentina**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf> Acesso: 27.01.2017.

_____. **Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 304-325, maio/ago. 2017.

CHASIN, J. **Democracia política e emancipação humana**. Revista Ensaio. São Paulo, n° 13, 1984.

CHESNAIS, F. **Capitalismo de fim de século**. In: COGGIOLA, O. (org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

CLARKE, S. **Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia?**. Lua Nova, nº 24, setembro/ 1991, páginas 117 a 150. Em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a07n24.pdf>

COLIN, D. **A gestão e o financiamento da assistência social transitando entre a filantropia e a política pública. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

COSTA, H. **Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)**. In FORTES, A. [et al.]. Na luta pelos direitos: leituras recentes em história social do trabalho – Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 97.

COUTO, B. R. [et al.]. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CRUZ, S. C. V. **Empresários, economistas e perspectiva da democratização no Brasil**. In: REIS, F. W. & O'DONNELL, G. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988, p. 256-281.

DINIZ, E. **Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista**. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina. 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p.198-231.

DRUCK, G.; FIGUEIRAS, L. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. Revista Katálysis, vol. 10, nº 1, Florianópolis, jan./jun. 2007.

FAGNANI, E. **Política Social no Brasil: (1964 a 2002) entre a cidadania e a caridade**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FALEIROS, V. P. **A Democratização e as Políticas Sociais: conflitos de poder e conflitos distributivos – tendências dos anos 90**. Cadernos de Serviço Social, PUC Campinas, São Paulo, n.17, 2000.

_____. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03, Brasil: CEAD/ NED/ UnB, 2000.

_____. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Fome, Pobreza e Exclusão Social: desafios para o governo e sociedade**. Revista Ser Social, revista do Programa de PósGraduação em Política Social, UnB, Brasília, n.13, Julho a Dezembro de 2003.

_____. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1992.

FAO/BID/BIRD/Equipe de Transição. **Brasil: Projeto Fome Zero – Relatório do Grupo de Trabalho Conjunto FAO/BID/ BIRD/Equipe de Transição**. Brasília, Dezembro de 2002. Disponível em:

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. Zahar. Rio de Janeiro. 1972.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires.

Agosto 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, N. E. **A materialização do SUAS no DF: O Estado garantindo a primazia do Setor Privado**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Páginas: 197.

FURTADO, C. (Coord.). **Brasil: tempos modernos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GENTIL, D. L.; HERMANN, J. **A Política Fiscal do Primeiro Governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso**. Economia e Sociedade (UNICAMP), 2017.

GIDDENS, A.; BECK, U. **A dimensão da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GRAMSCI, A. **1: Americanismo e fordismo. 2: Quaderni Del carcere. 3: Tradução: Gabriel Bogossian. 4: Notas Alvaro Bianchi**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola. 2008.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>

_____. **A questão social no capitalismo**. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n.3, jan./jul.2001. p. 17.

_____. **O novo ecletismo na política social brasileira: entre o “risco social” e a luta por direitos**. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, 2010*, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. Ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JACCOUD, L. **Política Pública e Oferta Privada: Um desafio para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social**. In. STUCHI, C.; PAULA, R.; PAZ, R. *Assistência Social e Filantropia: O novo Marco Regulatório e o Cenário Contemporâneo de Tensões entre o Público e o Privado*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: Avanços e tendências (1975 a 1997)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro de Filosofia e Ciências – Humanas Escola de Serviço Social, 1998. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>

Lara, R. **A produção do conhecimento em Serviço Social : o mundo do trabalho em debate** / Ricardo Lara. –Franca : UNESP, 2008.

LIMA, J. S. **Da mensagem de Bismarck ao Plano Beveridge**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Universidade de Minas Gerais, 1957, vol. 9, páginas 125 a 310.

LIMA, M. J. O. **As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. Em: <http://books.scielo.org/id/cbyx4/pdf/lima-9788579830372.pdf>

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálisis, Florianópolis: 2007, v. 10, número especial, páginas 37 – 45.

LINS, C.S.B. **Família e Assistência Social: análise dos governos FHC e Lula**. Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação em Política Social, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

LOPES, J. B. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina com marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro.** IN: Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e ruptura com o conservadorismo/ SILVA, M, L. O. (org). – São Paulo: Cortez, 2016.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** Texto apresentado no Congresso Filosófico Mundial, Viena: 1968. Publicado em 1969. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

MANDEL, E. **A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

_____. **O capitalismo tardio.** Introdução de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARANHÃO, C. H. **Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social.** In: MOTTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 15-46, 2006.

MARTINELLI, M. L. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional.** Revista Emancipação, ano 6, n. 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006. Em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>

MARX, K. **A questão Judaica.** São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon.** São Paulo: Global, 2009.

_____. **O Capital, Livro 1, vol.1 e 2; Livro II, Vol. 3; Livro III, Vol.4.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

MAURIEL, A. P.; GUEDES, O. S. **Desafios da pesquisa na formação profissional do assistente social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-ITINERANTE”.** Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). – ano 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Brasília: ABEPSS, 2000.

MENDONÇA, A. M. A. **Ditadura e Serviços Sociais: a história da Constituição dos direitos sociais no Brasil.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2005.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. István Mészáros. São Paulo: Boitempo, 2009, 133 p.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência, volume II: a dialética da estrutura e da história**; tradução Rogério Bettoni; revisão técnica Caio Antunes. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução Ester Vaisman. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, R. C. T. **Família e políticas sociais**. In: Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas/ (organizadores) BOSCHETTI, I. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, C. **O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Tradução: Yolanda Guerra, 2009. <http://www.cpihts.com/PDF05/Carlos%20Montano.pdf>

_____. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

_____. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A Natureza do serviço social: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. **A seguridade social em tempo de crise**. In: Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. 248 p. p. 117-158.

_____. **A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências Recentes**. In: _____. et al. (Org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007. p. 40-48

_____. **Seguridade Social Brasileira: O Sentido Político da Expansão da Assistência Social no Governo Lula**. In: Sociabilidade Burguesa e Serviço Social/ LEWGOY, A. et al.; Orgs. SANT’ANA, R. S; SILVA, J. F. S; LOURENÇO, E. A. S. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013.

_____. **Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda política recorrente e desafiante**. Revista em Pauta. Rio de Janeiro, nº20, 2007, p. 127-140.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. **As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional.** In: O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade / MOTA, A. E. (organizadora). – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MUSTAFA, P. S. **O Ecletismo da Política de Assistência Social Brasileira: Alguns Apontamentos.** In: Sociabilidade Burguesa e Serviço Social/ LEWGOY, A. et al.; Orgs. SANT'ANA, R. S; SILVA, J, F, S; LOURENÇO, E. A. S. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013.

NERY, V. E. **A Campanha *Diretas Já* e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa.** Tese apresentada a Pontificia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 2012.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** IN: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A crítica conservadora à reconceituação.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, v. 2, n. 5, p. 59-75, 1981.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social.** Temporalis, Brasília, Abepss, n. 3, p. 4145, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** – 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 30, Ano X- abril, Editora Cortez, 1989.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, abril. 1989.

_____. **Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

NETTO, J. P; BRÁS, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** Biblioteca Básica/ Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PANDOLFI, A. F. **Reflexões críticas sobre as políticas de geração de trabalho e renda no Brasil**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 15, nº 30, jul./dez. 2015.

PASTORINI, A. (2007). **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. **As contradições da Política Social Neoliberal**. In: BOSCHETTI, I; et al. (Orgs.). **Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, L. D. **Enade no curso de Serviço Social: análise dos relatórios 2004 – 2013**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 39 – 78, jan./ jun. 2016.

PEREIRA, P. A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos. Críticas aos padrões dominantes de proteção social aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética**. In: A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014, p. 23-39.

_____. **A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade Civil**. Revista Ser Social. Brasília: UnB, n.6, PP. 119-132, jan/jun, 2000.

_____. **Estado, Regulação Social e Controle Democrático**. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política Social e Democracia** . 2. ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERRJ, 2002. p 25-42.

_____. **Necessidades sociais: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINHEIRO, P. W. M. **Serviço Social, Neoconservadorismo Conservadorismo Religioso e o Desafio para a Formação Profissional**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./ jun. 2015. Em: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/viewFile/9251/7478>

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. Bial: São Paulo: 1986.

ROSAVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM, B. **Labirintos: dos gerais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALVADOR, E. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Serviço Social e Sociedade, n. 104, São Paulo, oct./dec. 2010.

_____. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. **O Método na Teoria Social de Marx: e o Serviço Social?**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p.181-203, jan./jun. 2013. Em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4889>

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

SCHUTZ, F.; MIOTO, R. C. T. **Intersectorialidade e política social: subsídios para o debate**. Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SILVA, J. F. S. **Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social**. Revista Textos & Contextos. Volume 6, nº 2, p. 282 – 297. Jul./Dez. Porto Alegre, 2007.

_____. **Serviço Social e Contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política?** Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – vol. 1, n. 2, 2008.

_____. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, J. F. S.; CARMO, O. A. **Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social**. Temporales: Brasília, 2013.

SILVA, M. M; BARBOSA, M. C. A. **Estado, Capitalismo e Reprodução da Força de Trabalho: notas introdutórias**. Anais: X Seminário do Trabalho: Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina. UNESP: Marília 2016.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SIQUEIRA, M. C. A. **A Política de Assistência Social do governo Lula: entre a inovação e a ortodoxia neoliberal**. Dissertação de Mestrado apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SITCOVSKY, M. **Particularidades da expansão da assistência social no Brasil**. In: O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade / MOTA, A. E. (organizadora). – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, A. A. S. et al; **Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 33- 61, jan./jun. 2013. Em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4847/4141>

_____. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. – 1. Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SOUZA, A. A. S; SANTOS, S. M. M; CARDOSO, P. **Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). – ano 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Brasília: ABEPSS, 2000.

SPOSATI, A. **A pesquisa e produção do conhecimento no campo do Serviço Social**. Revista Katálysis, vol. 10 no.spe. Florianópolis: 2007.

_____. **Assistência Social: de Ação Individual a Direito Social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007.

STEIN, R. E. **Configuração dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade**. IN: BOSCHETTI, I. et al, (Org) Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

_____. **As políticas de Transferência de Renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social?** Tese de doutorado apresentado à Universidade de Brasília, 2005.

STOPA, R. **A implantação do Sistema Único de Assistência Social no município de Ourinhos-SP: a contribuição do Serviço Social** / Roberta Stopa. – Franca: [s.n.], 2012 - 202 f.

TEIXEIRA, J. B.; BRÁS. M. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Organização: Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 45-64, jul.-dez./ 2007.

TELLES, V. S. **No fio da Navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil**. In Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades. São Paulo, Pólis, 1998.

TONET, I. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005
<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** Tradução Paulo Casteinheira. Bomtempo: São Paulo, 2003.

YAZBEK, M. C. **A Política Social Brasileira nos anos 90: Refilantropização da questão social.** In: Cadernos da ABONG, n. 11. São Paulo, out. de 1995.

_____. **Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social.** Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

_____. **Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade.** In: Capacitação Continuada para assistentes sociais, Módulo 4. Brasília: NED/CEAD, Universidade de Brasília, 2000.

Anexo I – Produções selecionadas para análise

| Revista | Título | Autor | Ano de Publicação |
|---|---|--|-------------------|
| | O SUAS e os direitos sociais: a universalização da seguridade social em debate | Beatriz Augusto Paiva | 2006 |
| | O tempo SUAS | Telma M. G. Menicucci | 2006 |
| | Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação | Maria do Carmo Brant de Carvalho | 2006 |
| S e r v i ç o S o c i a l e S o c i e d a d e | O Sistema único de Assistência Social e a formação profissional | Ana Elizabete Mota; César Maranhão; Marcelo Sitcovsky | 2006 |
| | Gestão da informação no SUAS | Luziele Tapajós | 2006 |
| | A Assistência Social na prática profissional: história e perspectiva | Maria Carmelita Yasbek | 2006 |
| | SUAS e os serviços socioassistenciais | Egli Muniz | 2006 |
| | Avaliação da Política de Assistência Social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população? | Adriana Amaral Ferreira | 2007 |
| | O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil | Júlio Cesar Torres | 2007 |
| | A vulnerabilidade Social é atributo da pobreza? | Carola C. Arregui e Mariangela B. Wanderley | 2009 |
| | Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos | Jucimeire Isolda Silveira | 2009 |
| | Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea | Rafael Vieira Teixeira | 2010 |
| | Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos | Carlindo Rodrigues de Oliveira; Regina Coeli de Oliveira | 2011 |
| | Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão | Gisele Aparecida Bovolenta | 2011 |
| | Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento | Maria Carmelita Yasbek | 2012 |
| | Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas | Natalina Ribeiro e Raquel Raichelis | 2012 |
| | Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil | Potyara Amazoneida P. Pereira | 2012 |
| | Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital | Sheyla Suely de Souza Silva | 2013 |
| | Proteção social contemporânea: <i>cui prodest?</i> | Potyara Amazoneida P. Pereira | 2013 |
| | Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social | Aldaíza Sposati | 2013 |
| | Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial | Raquel Raichelis | 2013 |
| | Assistência social: direito social ou bem-estar? | Berenice Rojas Couto | 2015 |
| | Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos | Jucimeri Isolda Silveira | 2015 |
| K a t á l y | Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito | Beatriz Paiva; Mirella Rocha; Dilceane Carraro | 2010 |
| | Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira | Ana Paula Ornellas Mauriel | 2010 |
| | Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho | Tatiana Dahmer Pereira | 2010 |

| | | | |
|---|--|--|------|
| s i s | Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil | Giselle Lavinias Monnerat; Rosimary Gonçalves de Souza | 2011 |
| | Gestão de desastres e política de assistência social | Rúbia dos Santos | 2011 |
| | Impasses da política de Assistência Social: contradições, perspectivas e desafios | Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira | 2014 |
| | A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público | Janaina Albuquerque de Camargo Schmidt; Mossicléia Mendes da Silva | 2015 |
| | Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo | Maísa Miralva da Silva | 2015 |
| | Sistema único: modo federativo ou subordinativo na gestão do SUAS | Aldaíza Sposati | 2015 |
| S E R S o c i a l | A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS | Potyara amazoneida Pereira Pereira | 2007 |
| | O papel do MDS na institucionalização do Sistema Único de Assistência Social | Ariane rego de Paiva, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato | 2011 |
| | A política de assistência social brasileira e o “neodesenvolvimentismo” | Mossicleia Silva | 2014 |
| P o l í t i c a s P ú b l i c a s | O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho social a partir do SUAS | Marina Maciel Abreu; Lucilena Ferreira Cerqueira Guimaraes | 2011 |
| | A implantação e implementação dos SUAS no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo | Tiago Martinelli | 2012 |
| | O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social | Raquel Raichelis Degenszajn; Berenice Rojas Couto; Maria Carmelita Yazbek | 2012 |
| | O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento | Neiri Bruno Chiachio | 2012 |
| | A Assistência Social no processo de restauração da dominação burguesa no Brasil | Adilson Aquino Silveira Júnior; Simone Souza Leite | 2014 |
| | A Política de Assistência Social e o desafio da garantia de direitos humanos das crianças e adolescentes: aspectos de violência estrutural e simbólica | Cândida da Costa | 2014 |
| | O Sistema Único de Assistência Social: desafios à sua implementação | Arlete de Brito Abreu; Carla Cecília Serrão Silva; Jercenilda Cunha Silva; Lília Penha Viana Silva | 2014 |
| | Informação e Comunicação no controle social da Política Nacional de Assistência Social | Desirée Cipriano Rabelo | 2015 |
| E m P a u t a | O Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante | Ana Elisabete Mota | 2007 |
| | A Ação dos Assistentes Sociais nos CRAS/RJ, Território e a Política de Assistência Social entre 2004 e 2008 | Francine Helfreich Coutinho dos Santos | 2009 |
| | A Assistência Social no universo da proteção social – Brasil, França e Argentina | Silvia Maria Carro | 2010 |
| | Fundo Nacional da Assistência Social: da teoria à prática social | Lessí Inês Farias Pinheiro | 2005 |

| | | | |
|--|--|--|------|
| T e x t o s & C o n t e x t o s | A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas | Carlos Nelson dos Reis; Cíntia Ribes Pestano | 2006 |
| | Controle social no Sistema Único de Assistência Social: propostas, concepções e desafios | Vini Rabassa da Silva; Mara Rosange Acosta de Medeiros; Fernanda Fonseca da Fonseca; Cintia Ribes Pestano | 2008 |
| | Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS | Gleny Terezinha Duro Guimarães; Maria Aparecida Marques de Rocha | 2008 |
| | Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? | Solange Maria Teixeira | 2010 |
| | Controle social e direito de acesso à informação – considerações a partir da política de Assistência Social | Maria Beatriz Herkenhoff; Desirée Cipriano Rabelo | 2011 |
| | A intervenção profissional do assistente social no eixo de planejamento e gestão: uma discussão a partir da experiência na coordenação de um serviço de assistência social no âmbito da Proteção Social Básica | Priscila Cardoso; Keli Regina Dal Prá | 2012 |
| | Paradoxos da Assistência Social: algumas considerações | Vinicius Tonollier Pereira; Pedrinho Guareschi | 2013 |
| | Política de Assistência Social no Enfrentamento da Pobreza: estratégias e conceituação | Luciana Lunelli; Dunia Comerlatto | 2013 |
| | O processo de elaboração da Política Nacional de Assistência Social de 2004 | Mirella Souza Alvarenga; Maria Lúcia Teixeira Garcia | 2015 |
| O S o c i a l E m Q u e s t ã o | 20 anos de LOAS – análise das normativas nacionais | Sindely Alchorne | 2013 |
| | “Reforma” da política de assistência social no município do Rio de Janeiro: em questão a análise da atuação dos CRASs e CREASs | Robson Roberto da Silva | 2013 |
| | A Gestão na efetivação do SUAS | Edval Bernardino Campos | 2013 |
| | A trajetória de construção do SUAS: um estudo em pequenos municípios do norte do Paraná | Eliane Cristina Lopes Brevilheri; Márcia Pastor | 2013 |
| | Ações intersectoriais envolvendo assistência social e saúde: o programa bolsa família em questão | Mônica de Castro Maia Senna | 2013 |
| | Controle Social: os Conselhos de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro | Heloisa Mesquita; Vania Maria Martinelli Lima; Michele Sardenberg Siqueira Valente | 2013 |
| | Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS | Camila Gomes Quinonero; Carlos Takeo Ishikawa; Rosana Cristina Januário Nascimento; Rosimeire Aparecida Mantovan | 2013 |
| | A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas | Ana Lúcia da Silva Garcia | 2013 |
| | Os benefícios eventuais junto à política de assistência social: algumas considerações | Gisele Aparecida Bovolenta | 2013 |
| | Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR | Jolinda de Moraes Alves; Denise Maria Fank Almeida | 2013 |
| | Assistência social e inclusão produtiva: | Fátima Valéria Ferreira de | 2013 |

| | | | |
|--|---|--|------|
| | algumas indagações | Souza | |
| | Limites do Programa Bolsa Família no reconhecimento da segurança de renda no âmbito da Assistência Social: a mediação das condicionalidades | Bruna Carnellosi | 2013 |
| | Estado e direitos sociais: a intersectorialidade e a consolidação do trabalho na Política de Assistência Social | Francisca Rejane Bezerra Andrade; Maria das Graças Rodrigues Mendes | 2015 |
| T e m p o r a l i s | Assistencialização das Políticas Sociais? Breves notas sobre o debate contemporâneo | Márcia Nogueira da Silva | 2010 |
| | Reestruturação Produtiva e Hipertrofiação da Assistência Social: a ofensiva do capital no Brasil | Sheyla Suely de Souza Silva | 2010 |
| | A universalização da Seguridade Social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais | Beatriz Augusto Paiva; Eliete Cibele Cirpiano Vaz; Kathiúça Bertollo; Josiane Biondo; Renata Nunes | 2012 |
| | Pacto Federativo e Financiamento as Assistência Social: as implicações da regulação do SUAS sobre os orçamentos municipais | Ieda Maria Nobre de Castro | 2012 |
| | Programa BPC Trabalho e a programática neodesenvolvimentista na Assistência Social | Fernanda Gomes Mattos | 2015 |
| A r g u m e n t u m | Conselhos municipais de assistência social: história, fragilidades e possibilidades | Vini Rabassa da Silva; Mara Rosange Medeiros | 2010 |
| | A Proteção Social Básica da Assistência Social | Thiago Prisco | 2012 |
| | Estado e Crise do Capital: debatendo as perdas da proteção social | Karla Fernanda Valle | 2013 |
| | O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão | Maria Luiza Amaral Rizzotti | 2010 |
| | O serviço social e O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional | Berenice Rojas Couto; Tiago Martinelli | 2009 |
| | Benefício de Prestação Continuada para idosos no Rio de Janeiro | Jacques Sochaczewski; Lenaura de Vasconcelos da Costa Lobato; Luzia Helena Galaxe de Lima Tavares | 2014 |
| | Centralidade dos programas de transferência de renda na política de assistência social | Maria Clara Martins Alves Assumpção | 2010 |
| | O trabalho do Assistente Social no SUAS e a Formação Profissional | Vini Rabassa da Silva; Mara Rosange Acosta de Medeiros; Mariana Passos Dutra | 2012 |